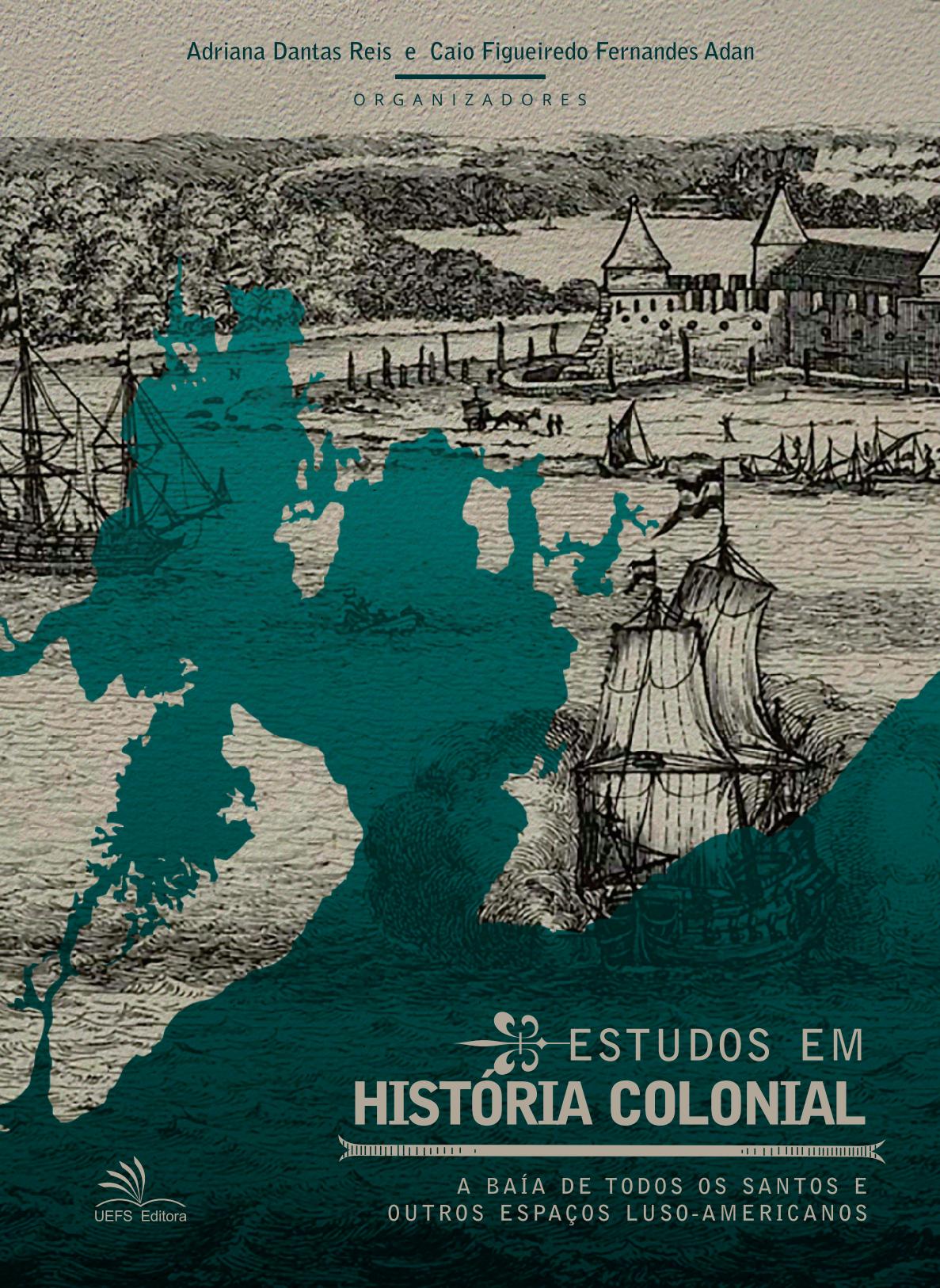


Adriana Dantas Reis e Caio Figueiredo Fernandes Adan

ORGANIZADORES



ESTUDOS EM
HISTÓRIA COLONIAL

A BAÍA DE TODOS OS SANTOS E
OUTROS ESPAÇOS LUSO-AMERICANOS

Há uma crítica, algo recorrente em nosso meio acadêmico, de que a narrativa historiográfica baiana teria estado até aqui (e quiçá ainda hoje) demasiado focada em Salvador e seu Recôncavo, em detrimento de seus vastos e múltiplos “sertões”. Tal alegação, se tem, por um lado, fundamento, não poderia, por outro, ser mais injusta.

É verdade que a pujança da economia agrário-exportadora escravista estabelecida nos solos férteis existentes no entorno da capital colonial, Salvador, fez do Recôncavo da Baía de Todos os Santos um fenômeno social e histórico altamente original e complexo, objeto de interesse de alguns estudos consagrados. Isso não significa dizer, contudo, que ele tenha, de fato, se constituído num universo frequentemente visitado pela historiografia baiana, especialmente daquela nascida do desenvolvimento da pós-graduação no estado.

Este quadro tem sido objeto de uma transformação substantiva na última década, num processo marcado pela expansão do ensino superior no país, com a ampliação dos espaços de formação graduada e pós-graduada e o consequente aumento no número de pesquisadores em História nas diversas instituições de ensino superior existentes no estado. Esta coletânea é testemunho desse fenômeno.





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Evandro do Nascimento Silva

Reitor

Norma Lúcia Fernandes de Almeida

Vice-reitora



Eraldo Medeiros Costa Neto

Diretor

Valdomiro Santana

Editor

Zenailda Novais

Assistente Editorial

CONSELHO EDITORIAL

Adeílalo Manoel Pinho

Antonio César Ferreira da Silva

Antonio Vieira de Andrade Neto

Diógenes Oliveira Senna

Geciara da Silva Carvalho

Gilberto Marcos de Mendonça Santos

Jorge Aliomar Barreiros Dantas

Marluce Nunes Oliveira

Nilo Henrique Neves dos Reis

Adriana Dantas Reis
Caio Figueiredo Fernandes Adan
(organizadores)

ESTUDOS EM
HISTÓRIA COLONIAL
A BAÍA DE TODOS OS SANTOS E
OUTROS ESPAÇOS LUSO-AMERICANOS



Feira de Santana
2018

Copyright © 2018 by Adriana Dantas Reis
e Caio Figueiredo Fernandes Adan

Projeto gráfico: *Gabriel Rodrigues*

Capa: *Gabriel Rodrigues*

Editoração eletrônica: *Gabriel Rodrigues*

Revisão de provas: *Os Organizadores*

Revisão textual e normalização: *Maria Clara Miranda Lima*



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Ficha catalográfica: Biblioteca Central Julieta Carteado — UEFS

E85 Estudos em história colonial : a Baía de Todos os Santos e outros espaços
luso-americanos / Adriana Dantas Reis, Caio Figueiredo Fernandes Adan
[organizadores]. – Feira de Santana : UEFS Editora, 2018.
376 p. : il.

ISBN: 978-85-5592-076-9

1. Brasil Colônia – História. 2. Bahia – História. 3. História do Brasil – Período
colonial. 4. História colonial. I. Reis, Adriana Dantas, org. II. Adan, Caio Figueiredo
Fernandes, org.

CDU: 981"1500/1822"

Elaboração: Luis Ricardo Andrade da Silva – Bibliotecário – CRB-5/1790

Todos os direitos desta edição reservados à
UEFS Editora,
Av. Transnordestina, s/n, Novo Horizonte
Campus Universitário, CAU III
44.036-900 — Feira de Santana, BA
Telefone: (75) 3161-8380
E-mail: editora@uefs.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

NO ENTRECRUZAMENTO DE TEMPOS E ESPAÇOS 9

PARTE 1:

A BAHIA COLONIAL — CONQUISTA, EXPLORAÇÃO ECONÔMICA E OUTRAS PRÁTICAS DE DOMINAÇÃO

REFLEXÕES PESSOAIS SOBRE AS RELAÇÕES
ENTRE ÍNDIOS E COLONOS PARA ALÉM DO
PROCESSO DE CONQUISTA E DA DOMINAÇÃO 29

Maria Hilda Baqueiro Paraíso

O RECÔNCAVO BAIANO EM XEQUE:
A OCUPAÇÃO NEERLANDESA DE ITAPARICA (1647) 45

Pablo Iglesias Magalhães

CRISE OU PROSPERIDADE?
A BAHIA NO SÉCULO XVII 71

Thiago Krause

PODER, POLÍTICA E ABASTECIMENTO
(CAPITANIA DA BAHIA, SÉCULO XVIII) 99

Avanete Pereira Sousa

“JEITINHO BRASILEIRO” E OUTROS DESVIOS DE CONDUTA NA
FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL DA AMÉRICA PORTUGUESA 117

Erivaldo Fogundes Neves

PARTE 2:

ESCRAVIDÃO, POPULAÇÃO, COMÉRCIO E MESTIÇAGEM EM ZONAS AÇUCAREIRAS

UMA LINGUAGEM IBERO-AMERICANA PARA
A ESCRAVIDÃO E AS MESTIÇAGENS
— SÉCULOS XVI A XVIII 135

Eduardo França Paiva

AS CORES DA MESTIÇAGEM NO MARANHÃO SETECENTISTA 155

Márcio de Sousa Soares

SUTÉRIO DE OLIVEIRA BARROZO, LIBERTO, PARDO E SENHOR DE ENGENHO NO RECÔNCAVO DA BAHIA, 1780-1822	181
<i>Adriana Dantas Reis</i>	
"ARISTOCRACIA DO COMÉRCIO NEGRO": BENS E PECÚLIO DE PRETAS FORRAS NOS SETECENTOS.....	213
<i>Sheila de Castro Faria</i>	
NO TABULEIRO DA CIDADE: FACES DO PEQUENO COMÉRCIO NO RIO DE JANEIRO COLONIAL	233
<i>Juliana Barreto Farias</i>	
PARTE 3:	
O RECÔNCAVO DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS E OUTROS ESPAÇOS COLONIAIS	
O RECÔNCAVO COLONIAL E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA REGIONAL NO SÉCULO XVIII.....	259
<i>Adriano Bittencourt Andrade</i>	
NOTAS SOBRE AS FRONTEIRAS DO SERTÃO BAIANO ENTRE 1650 E 1750	277
<i>Márcio Santos</i>	
OS SERTÕES MUNDIALIZADOS DA COROA PORTUGUESA: A ADMINISTRAÇÃO DOS CAMINHOS BAIANOS. SÉCULO XVIII	301
<i>Isnara Pereira Ivo</i>	
UMA CAPITANIA REFORMADA: O REORDENAMENTO TERRITORIAL DE PORTO SEGURO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII	327
<i>Francisco Cancela</i>	
EVOLUÇÃO URBANA E REGIONALIZAÇÃO DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII	351
<i>José Flávio Moraes Castro</i>	
<i>Oswaldo Bueno Amorim Filho</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	373



APRESENTAÇÃO

NO ENTRECRUZAMENTO DE TEMPOS E ESPAÇOS

A produção do conhecimento histórico no Brasil e, mais significativamente, na Bahia, vivenciou nas duas últimas décadas um avanço exemplar. No plano nacional, assistiu-se à consolidação do sistema de pós-graduação e, com ela, a um crescimento substancial da pesquisa no campo. Os rebatimentos desse processo no plano estadual, por sua vez, não foram menos expressivos, com a criação do primeiro curso de doutorado em História do estado, e de três novos cursos de mestrados na área, dois deles acadêmicos e um profissional¹. Acresça-se a esse quadro a significativa expansão na oferta de cursos de licenciatura, viabilizada, até certo ponto, pelo incremento quantitativo e qualitativo na formação de recursos humanos na área².

¹ Refere-se, especifica e respectivamente: ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), cujo curso de Doutorado iniciou as atividades em 2002; aos Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (PGH-UEFS) e Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (PPGHIS-UNEB), em seu *campus IV* – Santo Antônio de Jesus, ambos iniciados em 2007; e ao Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com início das atividades em 2014. Os dados referentes à pós-graduação foram extraídos da Plataforma Sicupira – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), disponível em: <https://sicupira.capes.gov.br/>. Acesso em: 20-maio-17. Observação: após a elaboração de uma primeira versão deste texto, se teve a notícia da aprovação de dois novos Programas de Pós-Graduação em História no estado, ambos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB): o Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Práticas Sociais no *campus II* – Alagoinhas, com início de atividades em 2016, e o Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Indígenas, no *campus I* – Salvador, com previsão de início de atividades para o ano de 2018.

² Até o início dos anos 2000, eram apenas nove cursos de licenciatura em História na Bahia. Na década seguinte, esse número mais que dobrou, com a expansão do

A ampliação desses espaços de formação graduada e pós-graduada inscreveu-se nos quadros de um processo mais amplo de democratização do acesso ao ensino superior no país que foi, simultaneamente, social e geográfico. Ademais de promover um estímulo geral (e sempre salutar) à reflexão e investigação históricas, tal ampliação foi responsável por fortalecer um movimento anterior de descentralização dos circuitos de produção e circulação desse conhecimento, durante muito tempo circunscritos à capital, Salvador. Evidências desse fenômeno são o aumento no número de eventos acadêmicos da área ocorridos no interior do estado, a elevação na demanda do alunado formado nessas diversas instituições pelos cursos de pós-graduação existentes e o crescimento expressivo da produção historiográfica baiana.

Para além da dimensão quantitativa desse fenômeno, entretanto, importa destacar seus significados qualitativos. Estes incluem desde a diversificação nos temas de investigação e nos recursos teóricos e metodológicos empregados – no que ecoam, de modo geral, tendências identificadas para a historiografia brasileira³ –

ensino superior na capital e, sobretudo, no interior do estado, num movimento marcado tanto pela ampliação do sistema público de ensino superior (estadual e federal) como também pelo crescimento no número de faculdades particulares. Acrescente-se a esse quadro, ainda, a criação de licenciaturas especiais vinculadas a Programas de Formação de Professores, com mais de vinte cursos ofertados no estado, a maior parte deles pela Universidade do Estado da Bahia (UNEBA), a partir de seus múltiplos *campi*, e a expansão do ensino à distância, especialmente de iniciativa privada. Os dados sobre oferta de cursos de graduação foram obtidos no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior, disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 20-maio-17.

³ Na ausência (e, quiçá, impossibilidade) de um inventário exaustivo e atualizado desse vasto universo, remete-se à leitura daquele que é um dos mais recentes e bem-sucedidos esforços no sentido de identificar e sistematizar campos de investigação e abordagens que tem ganhado destaque na historiografia brasileira: CARDOSO, Ciro Flamaron; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2011. Mesmo não pretendendo se constituir num mapeamento ou tentativa de balanço crítico das pesquisas realizadas no Brasil, os “domínios” incluídos no livro refletem, em boa medida, tendências em evidência na historiografia brasileira atual. Talvez a maior lacuna notada nessa obra seja referente aos estudos em Ensino de História, campo que tem conhecido expressivo crescimento no Brasil, sobretudo, nesta última década. Veja-se, como testemunho desse fenômeno, a refundação, por

até um, mais importante e significativo, movimento em direção aos contextos regionais e locais em que tais investigações se originam. Constituem, neste sentido, uma resposta ao desígnio de fazer do saber histórico instrumento de reconhecimento e legitimação social, ainda mais diante de tradições historiográficas locais que, quando existentes, raramente ultrapassam o universo da crônica histórica e corográfica e de uma historiografia estadual até então incapaz de integrar em sua narrativa as especificidades históricas dos diversos contextos sub-regionais que o estado articula e das formações sociais que abriga⁴.

Genericamente identificados à história regional e local, ainda que nem sempre comprometidos com os fundamentos teóricos e metodológicos desta tradição⁵ – ou mesmo recusando, deliberadamente, sua vinculação a este campo⁶ – tais estudos têm sido fundamentais para rever velhas cronologias, desestabilizar pretensas identidades e nexos territoriais e questionar postulados há muito assentados na historiografia sobre a Bahia. A despeito de suas especificidades e dessemelhanças, tendem, contudo, a concordar e a fazer eco de uma crítica, algo recorrente em nosso meio acadêmico, de que a narrativa historiográfica baiana teria estado até aqui, e quiçá ainda hoje, demasiado focada em Salvador e seu Recôncavo, em detrimento de seus vastos e múltiplos “sertões”⁷.

parte da ANPUH – Associação Nacional de História, da revista *História Hoje*, desde 2012 inteiramente dedicada à relação entre História, Ensino e Formação Docente. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/>. Acesso em: 20-maio-17.

⁴ Sobre o assunto, ver: NEVES, Erivaldo Fagundes. Perspectivas historiográficas baianas: esboço preliminar de elaborações recentes e tendências de escrita da História na Bahia. In: OLIVEIRA, Ana Maria de Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (Orgs.). *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010, p. 93-118; e ainda, NEVES, Erivaldo Fagundes. *Crônica, memória e historiografia: a formação historiográfica dos sertões da Bahia*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016, p. 26 ss.

⁵ NEVES, In: OLIVEIRA; REIS, *op. cit.*, p. 109.

⁶ ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. História da Bahia, História do Brasil. In: OLIVEIRA; REIS, *op. cit.*, p. 187-189.

⁷ NEVES, In: OLIVEIRA; REIS, *op. cit.*, p. 97; ARAS, Lina Maria Brandão de. Comarca do

Tão perto, tão longe

A alegação tem, por um lado, fundamento, mas não poderia, por outro, ser mais injusta. É inegável o papel primordial desempenhado por Salvador e pelo Recôncavo no processo de formação econômica, política e territorial daquilo que veio a se constituir como estado da Bahia. Do mesmo modo, é evidente a centralidade desempenhada por essa mesma região como referente na elaboração dos discursos e representações identitárias sobre o que quer que se defina como “cultura baiana” ou “baianidade” – especialmente em seus aspectos étnicos e culturais⁸. Mas, no que respeita aos estudos historiográficos, se é verdade que a pujança da economia agrário-exportadora escravista estabelecida nos solos férteis existentes no entorno da capital colonial, Salvador, fez do Recôncavo da Baía de Todos os Santos um fenômeno social e histórico altamente original e complexo, objeto de interesse de alguns estudos consagrados⁹,

São Francisco: a política Imperial na conformação regional. In: OLIVEIRA; REIS, *op. cit.*, p. 201; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Do Rio Grande de Belmonte a Jequitinhonha: a conquista dos territórios indígenas e a construção de um caminho para o comércio entre a Bahia e Minas Gerais. In: NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: Arcádia, 2011, p. 119. Frise-se que na categoria “sertões”, acima referida, se inclui não apenas a majoritária parcela semiárida do estado, onde prevaleceu a atividade pecuária, associada ou não a outros meios de existência, como a policultura ou a mineração, mas também os úmidos e florestados “sertões à beira-mar” das antigas capitâncias de Ilhéus e Porto Seguro. Sobre o assunto, ver: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil*. Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX. Salvador: Edufba; Feira de Santana: UEFS, 2005; e PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Salvador: Edufba, 2014.

⁸ Sobre o assunto, ver: FALCÓN, Gustavo. A face hegemônica da Bahia. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura. *Panorama Cultural da Bahia Contemporânea* (Série Estudos e Pesquisas, 92). Salvador: Sei, 2012, p. 21-25, e ainda MOURA, Milton (Org.). *A larga barra da baía: esta província no contexto do mundo*. Salvador: Edufba, 2011.

⁹ PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo*. Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1522-1944. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro; Fundação Nacional Pró-Memória, 1982 (1ed. 1946); SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 (edição original em inglês de 1985); BARICKMAN, B. J. *Um*

isso não significa dizer que ele tenha, de fato, se constituído num universo frequentemente visitado pela historiografia baiana, especialmente daquela nascida do desenvolvimento da pós-graduação no estado.

Para se ser mais exato, o que o exame do conjunto dessa produção revela, sobretudo daquela produzida a partir de Salvador – como centro político, econômico e, até recentemente, de formação universitária no estado – é uma historiografia que melhor se poderia dizer “soteropolicêntrica”¹⁰. Fortemente ligada a temáticas de história urbana¹¹, tal produção, ainda quando associada a recortes espaciais mais amplos (a exemplo do Recôncavo ou mesmo da Bahia como um todo), não tende a elaborar o alcance espacial de suas narrativas, nem a tomar a questão regional como objeto de reflexão¹². Neste sentido, o que se vê é a constante exaltação de Salvador como metáfora e metonímia da Bahia¹³, fazendo do Recôncavo a face oculta dessa moeda, muito mais referida que propriamente estudada, e frequentemente reduzida a uma caricatura de si própria.

contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (edição original em inglês de 1998).

¹⁰ É esta a conclusão de um levantamento acerca das dissertações defendidas até 2007 no Programa de Pós-Graduação em História da UFBA (até então o único do estado), que identificou, num total de 146 dissertações defendidas, 68% delas com recortes espaciais relacionados a Salvador e sua região metropolitana, para então concluir que “grande parcela do que se denomina de historiografia baiana refere-se a recortes construídos sobre o passado da cidade de Salvador, a velha Cidade da Bahia”, cf. SILVA, Marinélia Sousa da. Os sertões oitocentistas na historiografia baiana. In: NEVES, 2011, p. 19.

¹¹ Sobre o lugar da história urbana na historiografia sobre a Bahia, veja-se: NEVES, In: OLIVEIRA; REIS, *op. cit.*, p. 115-117, e ainda, SILVA, Paulo Santos. A historiografia baiana nos últimos 50 anos. In: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011, p. 92-96.

¹² Há, naturalmente, exceções a esta tendência, por exemplo: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. Salvador: Uneb, 2003.

¹³ A expressão é de MOURA, *op. cit.*, p. 12, ainda que aplicada, ali, como referência à relação entre a Baía (de Todos os Santos) e a Bahia (entendida como Salvador e o Recôncavo).

É certo que tal avaliação não pode recair sobre o conjunto da historiografia produzida na e sobre a Bahia, no qual, há, naturalmente, importantes exceções¹⁴. Do mesmo modo, há que reconhecer o espinhoso desafio metodológico posto pela inextricável relação que vincula Salvador – capital “somente na aparência excêntrica”, como brilhantemente percebeu Kátia Mattoso¹⁵ – ao seu interior imediato, o Recôncavo, e, no limite, aos seus sertões. Não terá sido casualidade, afinal, a ambiguidade intrínseca ao processo de construção da toponímia local, com a apropriação do referente “Bahia” – tomado por autonomásia, como já ensinava Frei Vicente do Salvador¹⁶, do acidente geográfico da Baía de Todos os Santos – para batizar a cidade-capital ali fundada, a capitania criada em seu entorno, e a província e estado que lhe sucederam¹⁷.

Por outro lado, é preciso considerar o complexo desafio decorrente da coexistência, no entorno da Baía de Todos os Santos, de múltiplas realidades históricas que, conquanto historicamente integradas e engendradas, todas elas, como

¹⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978; _____. *Bahia, Século XIX. Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1978 (edição original em inglês de 1973); RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981 (edição original em inglês de 1968); REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante os malês* (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986; COSTA E SILVA, Cândido. *Os Segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: Edufba, 2000. Numa chave analítica e temporal totalmente diversa, mas também comprometido em ultrapassar dicotomias e estereótipos, e expor a dialética entre esses dois mundos, veja-se ainda: SANTANA, Charles D’Almeida. *Fartura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações – Bahia, 1950-1980*. São Paulo: Annablume, 1998.

¹⁵ MATTOSO, 1978, p. 1.

¹⁶ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013, p. 76.

¹⁷ Sobre as diferentes denominações da cidade de Salvador e a ambiguidade toponímica essencial entre cidade, capitania, província e estado, ver: MATTOSO, 1992, p. 41.

decorrência da empresa monocultora escravista nessa região, não podem ser reduzidas ao Recôncavo dito “açucareiro” – sendo mais acertado falar, até, em “recôncavos”, no plural¹⁸. Em sentido semelhante, há que se destacar a coexistência, na atualidade, sob esse mesmo espaço, de duas entidades territoriais com características bastante distintas, mas marcadas por importantes áreas de interseção e superposição: o Recôncavo e a Região Metropolitana de Salvador¹⁹.

Assim é que, se a expansão do campo da pesquisa em História no estado tem permitido à historiografia baiana alcançar um quadro cada vez mais rico da multiplicidade de histórias ocultas sob o manto da História da Bahia, tais estudos não têm, no mais das vezes, elegido como objeto de sua atenção a região do Recôncavo da Baía de Todos os Santos²⁰. É preciso destacar, contudo, certa tendência à reversão desse movimento, em função do já comentado processo de interiorização do ensino superior público no estado e, muito notadamente, em decorrência da criação, a partir de 2006, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com *campi* nas cidades de Cruz das Almas, Cachoeira, Amargosa, Santo Antônio de Jesus e, mais recentemente, Feira de Santana e Santo Amaro²¹.

¹⁸ Sobre o problema da delimitação territorial do Recôncavo, e dos “múltiplos recôncavos” nele inscritos, veja-se: SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998; BRANDÃO, Maria. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: BRANDÃO, *op. cit.*, e ainda, ADAN, Caio Figueiredo Fernandes. A dinâmica cultural contemporânea nos territórios de identidade do Recôncavo, do Vale do Jequiriçá e do Baixo Sul. In: Superintendência de Estudos Econômicos..., *op. cit.*, p. 43-79.

¹⁹ Cf. CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio. Introdução. In: _____ (Orgs.). *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 16-17.

²⁰ Para um exemplo de estudo que contraria a tendência apontada aqui, ver: FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

²¹ Tendência reforçada ainda pela inauguração, em 2014, de um campus da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) na cidade de São Francisco do Conde, também no Recôncavo.

A oferta de cursos de graduação e pós-graduação nesses municípios, nas diversas áreas do conhecimento, associada à transferência para eles de recursos humanos altamente qualificados, tem contribuído para o aumento do interesse em torno das especificidades regionais, suas potencialidades e desafios, bem como para a formação de agentes destinados à promoção do desenvolvimento social e econômico na região, o que também se reflete no campo da pesquisa histórica²². Decerto que tal fenômeno constitui uma importante estratégia de indução de desenvolvimento para uma região com indicadores sociais preocupantes e desde sempre carente de políticas destinadas ao enfrentamento dessa situação.

O Projeto Baía de Todos os Santos (BTS)

A Baía de Todos os Santos consiste na segunda maior baía costeira do Brasil, com uma área de 1.233 km², que engloba diversos ecossistemas costeiros. Em seu entorno, é ocupada por uma expressiva área urbana integrada pela capital do estado, Salvador, com mais de três milhões de habitantes, e uma extensa zona industrial instalada na Região Metropolitana daquele município, que inclui o maior polo petroquímico do hemisfério sul²³. A despeito de sua condição litorânea e de sua proximidade com centro de poder do estado, a realidade da região é atravessada por toda sorte de contrastes: grande discrepância nos PIBs municipais, níveis elevados de desemprego, altas taxas de PIB *per capita* em alguns municípios, enquanto outros ostentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Em muitos deles verifica-se a ocorrência de graves índices de analfabetismo e péssimo desempenho em instrumentos de avaliação educacional²⁴.

²² Como uma amostra dos primeiros resultados desse fenômeno, inclusive com contribuições no campo da História, veja-se: GODINHO, Luís Flávio Reis; SANTOS, Fábio Josué Souza dos (Orgs.). *Recôncavo da Bahia: educação, cultura e sociedade*. Amargosa: Cian, 2007.

²³ HATJE, Vanessa; ANDRADE, Jailson B. de. Introdução. In: ____ (Orgs.). *Baía de Todos os Santos: aspectos oceanográficos*. Salvador: Edufba, 2009, p. 19-21.

²⁴ ROSSINI, Igor; ARAÚJO, Maria da Conceição P.; CORREIA, Maria das Graças M.;

Desde a implantação do empreendimento monocultor escravista, ainda no século XVI, até a fase de crescimento industrial na região, a partir de meados do século XX, no contexto da exploração petrolífera – desdoblado em seguida na opção pelo desenvolvimento petroquímico –, a região tem sido objeto de um modelo de exploração responsável por uma forte pressão sobre os recursos naturais disponíveis. O resultado desse processo tem sido o declínio da qualidade dos ecossistemas da Baía de Todos os Santos, com alterações na vida aquática, na saúde humana e na qualidade de vida das populações ribeirinhas²⁵. Nos dias atuais, a região vê-se ainda ameaçada pela emergência de projetos de desenvolvimento econômico estruturantes, com alto potencial de impacto ambiental e sociocultural, entre os quais se destacam a ampliação do Estaleiro de São Roque do Paraguaçu, em Maragogipe, e a previsão de uma ponte a ligar Salvador à ilha de Itaparica, como parte de um plano de reestruturação do eixo viário de comunicação da capital com o centro-sul do estado²⁶.

Em parte como resposta à complexidade dos desafios colocados a este ecossistema no presente e à necessidade de oferecer respostas a eles surge o projeto “Estudo Multidisciplinar da BTS”. Projetado num horizonte temporal de 30 anos, seu objetivo é produzir, por meio de ações de pesquisa e formação, conhecimento sobre a Baía de Todos os Santos e suas populações. Visa, com isso, oferecer soluções para os problemas enfrentados por suas populações, contribuindo para impulsionar o desenvolvimento ambiental, econômico e humano sustentável e para a formulação de políticas públicas que tenham como

RIBEIRO, Núbia M. Hibridizações entre matéria e vida: atividades de extensão na Baía de Todos os Santos. *Revista Virtual de Química*, v. 4, n. 5, pp. 517-533, set-out/2012, p. 519-522.

²⁵ DANTAS, L. M. V.; HATJE, V.; RIBEIRO, N. M.; ANDRADE, J. B. de. Programa de Pesquisa Baía de Todos os Santos: resposta à complexidade das demandas por conhecimento. *Revista Virtual de Química*, v. 4, n. 5, pp. 497-516, set-out/2012, p. 502-503.

²⁶ Cf. FALCÓN, In: Superintendência de Estudos Econômicos..., *op. cit.*, p. 37; DANTAS *et alli*, *op. cit.*, p. 502.

finalidade a promoção da qualidade de vida das populações no entorno da baía, em sintonia com a preservação da diversidade de seus ecossistemas²⁷.

Duplo esquecimento, espacial e temporal

O mesmo paradoxo de notoriedade-ocultação apontado para o caso do Recôncavo pode ser observado na historiografia baiana, desta vez em chave temporal, com relação ao período colonial. A Bahia, um dos primeiros e mais importantes núcleos de gestação da experiência colonial no Novo Mundo, local de fundação da primeira cidade da América Portuguesa, Salvador, um dos principais portos mercantis e escravistas do Atlântico Sul durante a Época Moderna, sede por mais de dois séculos da autoridade civil-militar e religiosa na colônia... A despeito de todas essas circunstâncias, e das inquestionáveis relevância e interesse históricos que delas decorrem, forçoso é reconhecer que os períodos mais remotos da história da Bahia não têm interessado tanto à sua comunidade de historiadores, como diagnosticou um estudo relativamente recente²⁸.

A singularidade de tal situação se exacerba quando se constata o volume expressivo de trabalhos produzidos sobre a Bahia nesse período, tanto por historiadores estrangeiros²⁹ quanto

²⁷ Sobre o projeto, ver: HATJE; ANDRADE, *op. cit.*; DANTAS *et alli*, *op. cit.*

²⁸ Esta predileção por recortes mais contemporâneos foi anteriormente observada por Erivaldo Fagundes Neves e reputada, em certa medida, à natureza e alcance temporal dos acervos documentais existentes na capital e no interior, cf. NEVES, In: OLIVEIRA; REIS, *op. cit.*, p. 103-104.

²⁹ Além daqueles anteriormente mencionados, convém destacar alguns outros estudos menos conhecidos, muito em razão de nunca terem sido publicados nem traduzidos para o português, entre os quais se destacam: SMITH, David Grant. *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth-century: a socioeconomic study of the merchants of Lisbon and Bahia*. The University of Texas at Austin, 1975; FLORY, R. J. D. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. The University of Texas at Austin, 1978; MORTON, F.W.O. *The conservative revolution of Independance: economy, society and politics in Bahia (1790-1840)*. Oxford: Phd Thesis, 1974. Para

por nacionais oriundos de outros estados da Federação³⁰. Entre eles estão alguns dos mais importantes estudos existentes sobre o estado, com contribuições centrais ao entendimento da sociedade colonial escravista que aqui se engendrou – ainda que, seja preciso dizer, com a imensa maioria deles tendo por foco a cidade de Salvador e, no limite, o Recôncavo. Inversamente, foram relativamente poucos os pesquisadores baianos dedicados ao estudo do período, a despeito da existência de alguns investigadores de trabalhos precursores e trajetórias bem consolidadas³¹, e mesmo da existência de uma tradição historiográfica anterior com importantes incursões sobre essa temporalidade³².

uma breve recensão dos dois primeiros estudos acima referidos, e referência a alguns outros, também de historiadores estrangeiros, e igualmente pouco conhecidos, ver: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia opulenta. Uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763), *Revista de História*, n. 114, pp. 5-20, 1983.

³⁰ Entre os mais clássicos, destacam-se: LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1968; NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia*. São Paulo: Edusp; Perspectiva, 1972; VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; JANCÓ, István. *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996. Há também contribuições mais recentes, entre as quais: KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador, Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004; RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530-1630*. São Paulo, Alameda, 2009; PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial, 1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2013.

³¹ Veja-se, além dos já citados NEVES, 2005, e PARAÍSO, 2014: MOTT, Luiz. *Bahia: Inquisição e Sociedade*. Salvador: Edufba, 2010; SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012; e MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas coloniais: Elite e riqueza em Salvador, 1760-1808*. Programa de Pós-Graduação em História Econômica (Tese de Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. Aos três primeiros dentre eles se pode, aliás, creditar os principais esforços na direção do desbravamento das dinâmicas coloniais no interior da capitania da Bahia, sobretudo na perspectiva de uma historiografia profissional e acadêmica.

³² Nesse conjunto, é possível discernir tanto estudos mais diretamente ligados à história da capital colonial, Salvador, quanto outros, inscritos numa perspectiva mais abrangente, ligada ao processo de conquista e colonização do território da capitania. Quanto à primeira dimensão, ver: RUY, Affonso. *História Política e Administrativa da Cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949; _____. *A primeira revolução social brasileira: 1798*. Salvador: Tip. Beneditina, 1951; COSTA, Luiz Monteiro da. *Na Bahia colonial: apontamentos para a história militar da cidade do Salvador*.

Tal quadro, contudo, tem sido objeto de uma transformação substantiva, na última década, marcada pelo crescimento no número de pesquisadores interessados em temas coloniais nas diversas instituições de ensino e pesquisa em História existentes na Bahia. Pensado numa perspectiva mais ampla, tal fenômeno responde a um crescente interesse pelo campo dos estudos coloniais no país, em certa medida relacionado àquele já comentado cenário de expansão da pós-graduação, e marcado, nesse caso, pelo incremento da produção especializada e do número de encontros científicos dedicados à temática³³. No âmbito estadual, por sua vez, é preciso considerar, por um lado, o potencial de indução do trabalho dos pesquisadores anteriormente citados e, por outro, o processo de retorno de doutoramento de docentes já efetivados em instituições de ensino superior no estado, ao qual se associa ainda um movimento de transferência de pesquisadores recém-doutores oriundos de outras partes do país.

Graças a esses fatores, tem se verificado o surgimento de novos projetos institucionais de pesquisa, frequentemente incorporando bolsistas de iniciação científica, o que tem contribuído para fomentar o interesse de estudantes de graduação pelo campo. O aumento no número de pesquisas sobre o tema, não raro com identificação de acervos até então

Salvador: Progresso, 1958. Para a segunda, é imprescindível a consulta ao riquíssimo estudo historiográfico de NEVES, 2016, especialmente pp. 78-127.

³³ Como exemplos dos fenômenos mencionados, destaca-se a consolidação, no país, do Encontro Internacional de História Colonial, a caminho de sua sétima edição; e a publicação das emblemáticas coletâneas: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÉA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; e BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. Para um balanço dos avanços havidos nesse campo, já desatualizado, mas arguto na identificação dos rumos tomados por essa historiografia, ver: SCHWARTZ, Stuart B. A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno. Tendências e desafios das duas últimas décadas. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, pp. 175-216, jan./jun. 2009.

inxplorados, tem contribuído tanto para a emergência de novas temáticas de estudo quanto de novas abordagens destinadas a revisitá antigos temas. Sintoma disso tem sido o surgimento, mais recentemente, de uma série de dissertações de mestrado e teses de doutorado, defendidas no estado e fora dele, dedicadas ao estudo do período colonial na Bahia. Por outro lado, a multiplicação de pesquisas, eventualmente com superposição de temáticas e objetos, tem evidenciado os limites das abordagens monográficas e a necessidade de uma maior cooperação acadêmica entre os pesquisadores.

Da expansão do campo e consequente necessidade de criação de espaços destinados à interação e compartilhamento de experiências e resultados nasceram os primeiros fóruns regionais de colaboração científica na área³⁴. Dedicados, sobretudo, a articular pesquisadores estabelecidos em instituições de ensino e pesquisa sediadas na Bahia, mas sem prejuízo da colaboração de pesquisadores oriundos de outros estados da Federação, e mesmo de fora do país, tais fóruns têm servido para fomentar o interesse de jovens pesquisadores e garantir a visibilidade do campo. Ao permitir o compartilhamento de experiências e resultados, tem possibilitado identificar lacunas a merecer adensamento de pesquisas, estimulado o desenvolvimento de projetos de colaboração científica em rede e permitido pautar discussões sobre o desenvolvimento de políticas específicas de conservação e acesso a acervos.

³⁴ Citem-se, neste sentido, os Encontros Regionais de História Colonial organizados a partir de 2010, com sua primeira edição em Cachoeira, passando por Vitória da Conquista (2012) e, mais recentemente, Feira de Santana (2014). Entre os grupos de pesquisa, destaca-se o "História da América Portuguesa" (DGP/CNPq), formado desde 2012, e contando com a colaboração de pesquisadores oriundos de diferentes instituições de ensino e pesquisa do estado. Dados disponíveis em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5672032804352012>. Acesso em: 04-ago-15.

Sobre a coletânea

Feita toda esta digressão, destinada a esclarecer o contexto em que se origina esta publicação, a coletânea que nesta ocasião se apresenta é resultado, portanto, de um duplo esforço: de um lado, contribuir para o desenvolvimento, consolidação e visibilidade dos estudos em história colonial sobre e na Bahia; de outro, promover e valorizar o ambiente físico e humano da Baía de Todos os Santos e seu Recôncavo como objeto de estudo historiográfico, seja em abordagem monográfica ou contrastiva com outros espaços coloniais. Sua proposição é fruto da parceria de pesquisadores vinculados ao Grupo de Pesquisa “Formação Histórica da Bahia: poder, territorialidade e cultura historiográfica” (DGP/CNPq)³⁵ e ao Centro de Estudos do Recôncavo (CER), unidade de pesquisa e extensão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) integrada ao Projeto Estudo Multidisciplinar da BTS.

Os textos nela contidos foram apresentados e debatidos em reuniões científicas realizadas na Bahia entre os anos de 2013 e 2014, entre as quais se destacam o “Seminário de Estudos Coloniais: Território e Populações”, ocorrido em Feira de Santana, no período de 7 a 9 de maio de 2013; a “Jornada de História Colonização e Escravidão em Zonas Açucareiras”, realizada em Salvador e Cachoeira, entre os dias 14 e 16 de agosto do mesmo ano; e o 3º Colóquio Regional de História Colonial, havido novamente em Feira de Santana, no período de 3 a 5 de junho de 2014. Alinhados com os desafios postos ao campo dos estudos em história colonial na Bahia, o objetivo principal destes encontros foi proporcionar um espaço de interlocução entre historiadores dedicados ao estudo da história colonial, por meio da apresentação e discussão de resultados preliminares ou finais de pesquisa, favorecendo o aprofundamento de reflexões e trocas de experiências e o estreitamento do diálogo e da cooperação científica entre especialistas atuantes em temáticas afins.

³⁵ Dados disponíveis em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5968396434290576>. Acesso em: 04-ago-15.

Os participantes convidados foram oriundos das diferentes instituições de ensino e pesquisa em História existentes na Bahia, além de procedentes de outros estados da Federação, e mesmo de fora do país, mas com interesses relacionados à Bahia colonial ou aos eixos temáticos definidos para os eventos, que buscaram representar os múltiplos debates que permeiam os estudos em história colonial no Brasil e na Bahia. Os organizadores agradecem a todos os pesquisadores envolvidos, às instituições apoiadoras³⁶ e, muito especialmente, aos colegas Marco Antônio Nunes da Silva e Suzana Maria de Sousa Santos Severs, parceiros na organização dessas atividades.

Estrutura e apresentação dos capítulos

Os quinze artigos aqui reunidos representam uma parcela das contribuições apresentadas durante esses encontros. Produzidos por colegas oriundos de diferentes instituições de ensino e pesquisa, tais artigos discutem diferentes aspectos relativos à experiência colonial brasileira, com foco em espaços que incluem a Bahia colonial, em suas diferentes dimensões (Recôncavo, sertão e capitaniias do sul), assim como outras zonas da colonização portuguesa na América, a exemplo de Rio de Janeiro, Maranhão e Minas Gerais, e temas tão diversos quanto os padrões de interação étnica e social (incluindo o problema dos gêneros, religiosidades e outras identidades) e

³⁶ Registrem-se o apoio financeiro e/ou institucional recebido para realização desses eventos da: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, por meio dos editais 033/2012 (Apóio à Organização de Eventos Científicos ou Tecnológicos) e 003/2014 (Apóio à Organização de Eventos Científicos, Tecnológicos e/ou de Inovação e Empreendedorismo); Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Feira de Santana (PROEX-UEFS); Centro de Estudos do Recôncavo (CER-UEFS); Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA); Mestrado em História da Universidade de Feira de Santana (PGH-UEFS); Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (PPGHIS-UNEB); Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CAHL-UFRB).

as práticas de governo e administração, com seus rebatimentos políticos e territoriais.

Do ponto de vista de sua estrutura, o livro está dividido em três partes, que enfeixam os artigos a partir de diferentes escolhas. Na primeira dela, “A Bahia colonial: conquista, exploração econômica e outras práticas de dominação”, reúnem-se artigos que tratam, sob diferentes vieses, do processo de montagem das estruturas de dominação no mundo colonial. As abordagens desenvolvidas pelos autores incluem desde os padrões de interação entre índios e europeus nos primeiros anos da colonização (Maria Hilda Baqueiro Paraíso) à importância da Bahia no contexto atlântico do século XVII, seja da perspectiva de seu desdobramento em episódios como as tentativas batavas de conquista da capitania (Pablo Iglesias Magalhães), ou de sua significância econômica no contexto do Império Português (Thiago Krause); ou ainda à estruturação de seus poderes políticos e dos conflitos estabelecidos entre eles, com seus desdobramentos cotidianos em temas como o abastecimento alimentar da cidade ao longo do século XVIII (Avanete Pereira Sousa), ou de longo prazo, na definição de práticas enraizadas na formação sociocultural da colônia e constantemente reiteradas e atualizadas no Brasil contemporâneo (Erivaldo Fagundes Neves).

A segunda seção, “Escravidão, população, comércio e mestiçagem em zonas açucareiras”, reúne artigos de maior aderência temática entre si, relacionados à questão da escravidão colonial e de seus desdobramentos sociais, com destaque para o desafio da significação do correlato fenômeno da mestiçagem. Abrangem, neste sentido, desde abordagens mais conceituais e historiográficas (Eduardo França Paiva) até estudos de caso que revelam a explicitação prática de tal fenômeno no Maranhão Setecentista (Márcio de Sousa Soares), ou as estratégias de sobrevivência e mobilidade social relacionadas à ascensão social de um pardo liberto na Bahia colonial (Adriana Dantas Reis);

às histórias de acumulação de pecúnia entre mulheres negras no centro-sul do Brasil (Sheila de Castro Faria) e à participação feminina no comércio de rua na cidade do Rio de Janeiro colonial (Juliana Barreto Farias).

Finalmente, a terceira seção, “O Recôncavo da Baía de Todos os Santos e outros espaços coloniais”, retoma o desafio esboçado na seção anterior, do recurso às abordagens contrastivas como estratégia compreensiva, desta vez para refletir sobre a construção do espaço colonial. Inclui, neste sentido, abordagens que tematizam desde o Recôncavo da Baía de Todos os Santos propriamente dito, sob a mirada de sua rede urbana (Adriano Bittencourt Andrade), até outros espaços, entre os quais se incluem o sertão baiano, abordado da perspectiva da mutabilidade histórica de suas fronteiras (Márcio Santos) ou da desconstrução da tese de seu isolamento, a partir de suas conexões com os sertões de Minas Gerais e com o mundo (Isnara Pereira Ivo); a capitania de Porto Seguro, na perspectiva de seu ordenamento territorial no contexto das reformas administrativas levadas a cabo pelo governo português nos meados do século XVIII (Francisco Cancela); e a capitania de Minas Gerais, cuja evolução urbana e regional é revisada a partir do uso de ferramentas digitais de informação geográfica (José Flávio Morais Castro e Oswaldo Bueno Amorim Filho).

Espera-se que este volume cumpra a sua função de divulgação dos trabalhos aqui expostos, oferecendo espelhos, sugerindo ferramentas, problemas e soluções, e fazendo chegar a um público amplo esta expressiva amostra da diversidade, riqueza e complexidade da produção historiográfica brasileira relativa ao período colonial.

Os organizadores



PARTE 1:

A BAHIA COLONIAL – CONQUISTA, EXPLORAÇÃO ECONÔMICA E OUTRAS PRÁTICAS DE DOMINAÇÃO

REFLEXÕES PESSOAIS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ÍNDIOS E COLONOS PARA ALÉM DO PROCESSO DE CONQUISTA E DA DOMINAÇÃO

Maria Hilda Baqueiro Paraíso

As ações e relações definidas como conquistar, dominar, colonizar e civilizar são etapas ou momentos distintos de um mesmo processo de dominação/subordinação imposto por um grupo a outro povo e a seu território. Essas etapas e momentos não ocorrem, necessariamente, nessa ordem e podem acontecer simultaneamente, ou haver etapas que não são cumpridas no conjunto das relações de poder.

Assim, há situações em que a conquista ocorre de forma tão violenta e desarticuladora, que o domínio e a colonização ficam restritos ao controle do território, pois seus ocupantes deixam de existir, são deslocados ou se deslocam para outros espaços. No caso dos descimentos, sempre descritos como voluntários pela legislação e documentos, ignoram-se os vários mecanismos de pressão exercidos sobre essas populações. Os deslocamentos “voluntários” possuíam várias funções: deslocar mão de obra para as proximidades das povoações colônias – os aldeamentos administrados por missionários ou particulares –, liberar terras para a apropriação pelos colonos e acelerar o processo de imposição de novos padrões culturais aos indígenas.

No caso de abandono das aldeias e, em alguns casos dos aldeamentos administrados, deve-se compreender essa atitude como uma recusa por parte dos ameríndios ou de estabelecerem

ou fugirem ao contato com o colonizador. Não se pode ignorar que a fuga de aldeados dos espaços que lhes eram destinados pelos colonos implicava em franca troca de informações acerca de suas vivências. Essas informações, com certeza, influenciavam a decisão de escapar ao contato.

Há situações em que a dominação não se estabelece apenas a partir da conquista militar, mas por meio de uma gama variada de relações econômicas, sociais e políticas que desencadeiam a colonização e a dominação da população nativa. São os casos do estabelecimento de alianças político-militares e de vinculações comerciais, pois a guerra é apenas uma das formas possíveis de se estabelecer relações em áreas de disputa.

Finalmente, deve-se considerar que, ao analisar o espaço geográfico de uma colônia ou de um país como um todo, pode-se constatar que, em espaços distintos, podem ocorrer, simultaneamente ou sucessivamente, diversos processos ou formas de dominação e subordinação envolvendo povos nativos e colonos.

É a partir dessa perspectiva que foram estabelecidas diferenças entre essas várias etapas de um mesmo processo que, em última instância, são indissociáveis.

O termo “conquista”, no caso da América, tem sido utilizado quase exclusivamente para designar a ação da Coroa espanhola e de seus colonos nas terras que ficaram sob seu domínio. Apesar das especificidades nos processos de ocupação histórica das colônias lusitanas e espanholas, há um conjunto de elementos comuns referentes, principalmente, à atuação dos agentes sociais e às políticas estatais, as quais permitem, resguardando as devidas e já referidas especificidades, estender o termo “conquista” ao processo de ocupação das terras que viriam a se constituir na América portuguesa.

Pensar e projetar a conquista de um território pressupõem crenças, decisões, investimentos e ações de um governo,

tendo como fundamento o poder que detém, materializados conjuntamente pelo Estado e por particulares a ele associados, os quais se engajavam ao projeto colonial de forma a viabilizá-lo. A concretização desse objetivo exige soluções rápidas e criativas ante o desconhecido e capacidade de manipular o oponente da forma mais adequada aos interesses do empreendimento. Para tanto, pressupõe a existência de um centro de poder (o Estado e seus órgãos atuantes), um povo que assuma uma identidade comum e se submeta a essa direção e um espólio a ser dividido entre os participantes do empreendimento - o povo conquistado, seus bens, terras e recursos naturais.

No caso da América portuguesa, a conquista ocorreu por meio de investimentos da Coroa lusa, de seus súditos e de banqueiros internacionais, com contratos firmados entre as partes e concessões reais. A intervenção do Estado ocorria tanto no momento do estabelecimento do contrato como, posteriormente, ao ordenar, controlar e determinar as regras de exploração e ocupação dos novos espaços e das relações a serem estabelecidas com as populações contatadas e com o próprio governo metropolitano.

Esse ordenamento permitiu que o espólio conquistado fosse inserido em circuitos comerciais sob a forma de mercadoria e beneficiando o Estado, suas elites econômicas e políticas e os parceiros de outros países. Quando se analisa a situação de conquista e incorporação interna de terras ao domínio da sociedade dominante após a independência do país, constata-se que essas características fundamentais não se alteraram e, portanto, que as bases da aliança entre o Estado e os súditos e suas ações nos atos de conquista muito pouco divergem do modelo colonial.

Quando os agentes sociais envolvidos no processo de conquista são analisados, há que considerar o conjunto de fatores que motivaram seus deslocamentos em busca de novas alternativas

sociais e econômicas. Esses fatores variavam das razões de cunho pessoal às inspiradas por motivações sociais, econômicas, culturais e até políticas.

A conquista dos territórios e das populações nativas deve-se, pois, a uma grande gama de elementos que, associados, resultaram no sucesso do empreendimento. Um deles, no caso da América portuguesa, relaciona-se diretamente com questões ligadas à superioridade do armamento bélico.

Para as populações indígenas, o enfrentamento dos invasores nos seus *habitat* implicou dificuldades em dominar novas realidades no campo dos armamentos, particularmente no tocante às armas de fogo, o que deve ser analisado não só pelo aspecto da sua eficiência, como também pela perplexidade e terror que provocavam entre os íncolas, que as desconheciam. Os combates, por sua vez, assumiam outras formas que não as tradicionalmente praticadas pelas sociedades indígenas.

As grandes transformações introduzidas nas formas de guerrear referem-se não só às táticas utilizadas - seu caráter sistemático com cerco, queima das aldeias e destruição de roças ao invés dos combates indígenas, que mais se assemelhavam a escaramuças eventuais -, mas também à destinação dada aos vencidos. Esta deixava de ser orientada para os rituais antropofágicos, no caso das sociedades Tupi, ocupantes do litoral no século XVI, e que se constituíam em razão de glória e valorização social para o vencedor e de dignidade para o vencido, e passava a ser a de compor os lotes de escravos usados para trabalhar nos empreendimentos e propriedades dos conquistadores. No caso das sociedades Macro Jê, atingidas a partir da interiorização da conquista, os vencidos em seus combates eram mortos e enterrados nos campos de enfrentamento, havendo apenas o cuidado de cumprir os ritos funerários adequados para que seus espíritos não assombrassem os vencedores. A transformação dos prisioneiros em escravos era vista por essas sociedades

como uma possibilidade ameaçadora, pois não teriam controle sobre os rituais de enterramento e, por consequência, das almas e seus ataques à comunidade.

Elementos de fundamental importância no processo de solidificação da conquista foram os traumas psicológicos sofridos pelos grupos indígenas, em decorrência das práticas exercidas pelos agentes colonizadores. Pode-se inferir, a partir de outras experiências coetâneas melhor documentadas que a brasileira¹, da comparação com estudos atuais sobre grupos brasileiros em fase de contato recente, e da documentação produzida nos vários períodos de conquista dos territórios tribais que, entre esses grupos, passava a predominar um sentimento de perplexidade e de despossessão. Trata-se da destruição do seu universo tradicional e da sua autoimagem positiva, fruto do estabelecimento de relações hierarquizadas e dominadoras. Constantes pilhagens, massacres, deslocamentos forçados, escravização e perda das terras eram vistos como sinais indicativos da destruição do mundo que conheciam e dominavam.

A desestruturação econômica, social e política imposta a partir do ordenamento das novas relações que levavam em consideração os interesses dos conquistadores e seu modo de produção, em detrimento das que predominavam nas sociedades indígenas, também teve seu papel no processo de conquista e dominação.

A ruptura do modo de produção dominante nas sociedades indígenas, baseado em relações de reciprocidade, com trocas simétricas voltadas para a consolidação da solidariedade, foi desastrosa no âmbito da produção e da circulação de bens, tendo graves reflexos no ordenamento social. As relações sociais e as expectativas comportamentais tiveram de ser repensadas e

¹ ÁLVAREZ, Izaskun. *Visiones y Revisiones de la Independencia Americana* (Ebook), Ediciones Universidad de Salamanca, 2012, 245p; GANSON, Barbara. *The Guarani Under Spanish Rule in the Río de la Plata*. Austin: University of Texas Press, 2003, 290p; KELLOGG, Susan. *Weaving the Past: A History of Latin America's Indigenous Women from the Prehispanic Period to the Present*. Oxford: Oxford University Press, 2005, 338p.

ajustadas a uma nova realidade em que os objetivos econômicos não mais se centravam na solidariedade, mas na competição nas esferas da produção e do consumo, agora regidas por leis de um mercado que os nativos não conheciam e do qual não dominavam as regras de funcionamento.

Nesse novo contexto, a circulação de bens passou a ter uma só direção, sem preocupação com a redistribuição simétrica, criando um sistema desequilibrado e unilateral que gerou dependência e empobrecimento para a população indígena. Esse tipo de desarranjo econômico-social tanto pode ser identificado nas formas de exploração do ecossistema como também no conjunto de relações estabelecidas interna e externamente.

Com relação ao ecossistema, a competição pela caça e pesca, a intensa derrubada das matas e a introdução de atividades voltadas para o mercado passaram a exigir ajustamentos nas formas de explorar os recursos naturais existentes nos *habitat* indígenas. Além disso, as terras de melhor qualidade deixaram de ser parte do patrimônio desses povos: o acesso a elas foi-lhes inviabilizado para o exercício de atividades econômicas devido à sua apropriação pelos novos ocupantes.

Em termos das relações internas, ao se instalar a competição em detrimento da solidariedade, os vínculos sociais ordenadores da estrutura social se esgarçaram, desarticulando as interações e provocando a ruptura de alianças e a acentuação do estado de guerra em muitas áreas, particularmente naquelas em que eram comuns os saltos² e razias realizadas para obtenção de mão de obra escrava, acentuando os conflitos intertribais. Aproveitando-se da legalidade da venda de “índios de corda”³, muitos grupos

² Saltos: denominação usual no século XVI dos ataques realizados pelos colonos às aldeias indígenas em busca de escravos.

³ Índios de corda: pessoas que tendo sido aprisionadas, supostamente, seriam destinadas a rituais antropofágicos. Pela legislação portuguesa, o colono estava autorizado a comprar esses entes e a escravidão era justificada como uma indenização cobrada pela despesa realizada e por ter-lhes salvo as vidas.

passaram a atuar como “pombeiros”⁴ apresando e vendendo os capturados aos colonos.

Quanto às relações externas, principalmente com os colonizadores, o que se pode constatar é que a crescente autonomia dos colonos com relação aos produtos de subsistência que inicialmente eram trocados com os indígenas e a imposição de novas relações de trabalho, regidas pelas leis de mercado, conscientizaram os índios da unilateralidade da aliança que eles supunham ter estabelecido com os novos ocupantes de suas terras.

O desrespeito à lógica interna da sociedade indígena - como nos casos da divisão de trabalho; do preterimento de atividades produtivas que lhe garantiam a subsistência por aquelas voltadas para a produção de mercadorias destinadas ao mercado; do desvio dos prisioneiros para a formação de grupos negociados ou entregues como escravos; e da exigência, cada vez maior, da entrega de excedentes para a troca, quando, parte desses, destinavam-se, tradicionalmente, ao sustento do grupo, provimento das expedições guerreiras e cumprimento das regras de solidariedade - gerou tal desorientação social e em níveis tão profundos, que inviabilizou a reprodução da sociedade indígena a partir do seu modelo dominante à época, exigindo adaptações e novas articulações.

Outros fatores foram se acentuando na medida em que a conquista se transformava, na prática, em colonização, e se efetivava o domínio de novas parcelas de território e de segmentos populacionais. Dentre esses fatores, destacam-se os deslocamentos populacionais impostos pela política de aldeamento compulsório, por meio de descimentos, e que resultaram na desterritorialização, na convivência forçada com outros povos indígenas ou não no mesmo espaço e no

⁴ Pombeiros: índios que capturavam e vendiam seus prisioneiros, os chamados índios de corda.

seu desenraizamento sociocultural, com graves reflexos na reprodução das sociedades indígenas a partir de seu modelo socialmente estabelecido antes do contato.

É importante considerar um conjunto de elementos associados que também foi responsável pelo aceleramento da desestruturação social e produtiva, como a perda do controle sobre as terras, drásticas reduções populacionais provocadas por doenças infectocontagiosas, guerras de conquista, excesso de trabalho imposto, suicídios, maus tratos, infanticídio e a repressão desencadeada sempre que opunham resistência ao engajamento compulsório nos planos de efetivar a ocupação do novo território e às novas relações de trabalho. Esse quadro levou os grupos indígenas a se tornarem incapazes de resistir à conquista e ao domínio impostos e a criar mecanismos adaptativos e de negociações que lhes garantissem a sobrevivência e o uso das estruturas coloniais, inclusive legais, em benefício da comunidade.

Esses elementos também se refletiram na alteração do padrão alimentar das populações, com sérios reflexos na higidez dos indivíduos, na elevação das taxas de mortalidade e na tomada de decisões quanto às estratégias adotadas, destacando-se a de venderem-se ou a seus filhos como escravos na tentativa de garantirem sua sobrevivência⁵.

A fome generalizada decorreu também da mudança de dieta resultante das transformações introduzidas no ecossistema, da transferência forçada ou estimulada das populações dos seus *habitat* e seu desconhecimento da forma de explorar o novo ambiente, bem como da mudança no ritmo e objetivo do trabalho, que deixou de se voltar para o atendimento das

⁵ Essa prática provocou o célebre debate entre os padres Manoel da Nóbrega e Quirino Caxa acerca da de sua legalidade e legitimidade. Cf. KOSHIBA, L. *A honra e a cobiça*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

necessidades alimentícias do grupo para passar a atender às exigências do mercado, e da redução demográfica, com a consequente quebra do seu nível de produtividade.

Merece, ainda, chamar a atenção para os efeitos negativos provocados pela mudança do eixo de poder, o que acentuava a dependência e a incapacidade de uma reação de maior proporção e mais efetiva dos indígenas ante as imposições que lhes eram feitas. As decisões acerca de questões fundamentais, como divisão de trabalho, deslocamentos, posse das terras, casamentos, relações econômicas, sociais e políticas, foram, lentamente, deslocadas dos pátios das aldeias, onde eram tomadas coletivamente, para o interior das casas dos colonos, das igrejas e capelas e para centros decisórios - os palácios dos Governadores e os dos administradores reais e imperiais -, cada vez mais distantes e de difícil acesso para garantir-lhes voz e opinião acerca de seus próprios destinos.

A morte e a destituição das lideranças indígenas ou a sua cooptação acentuavam-lhes o sentimento de abandono, ausência de proteção e de perspectivas ante a violência imposta. A partir desses sentimentos, pode-se identificar a adoção do ordenamento cíclico do tempo e das suas narrativas históricas, fenômeno comum a povos que vivem situações de conflito. O período pré-contato passou a ser associado a uma visão de paz, bonança, fartura, felicidade e alegria, época onde se sentia a presença e atuação benfazeja de seus heróis civilizadores. O segundo ciclo, que era o que vivenciavam sob o domínio dos colonizadores, caracterizavam-no pela instalação do caos, da guerra, tristeza, miséria e ausência e omissão de seus deuses protetores. Entretanto, o que ainda lhes dava alento para suportar essa etapa de suas vidas era a crença na volta ao tempo de alegria num futuro próximo, quando se restabeleceriam a ordem, a paz, a fartura e seus guias espirituais tornariam a conviver e proteger o grupo.

O retorno a esse estágio anterior também os mobilizava no sentido de promoverem formas várias de resistência, que tanto podiam assumir o caráter de rebeliões armadas ou de cunho pacífico, como o de movimentos messiânicos voltados para a expulsão dos conquistadores ou para a inversão das relações de poder entre os dois segmentos sociais em confronto⁶, estabelecimento de negociações e alianças ou fugas. Quando essa crença na volta ao passado, ainda que incorporando as benesses resultantes da convivência com os colonos, não subsistia, reduzia-se sua predisposição para resistir e constata-se em documentação da época a difusão do alcoolismo e das práticas de suicídio e infanticídio como forma de fugir a uma realidade que não mais lhes interessa vivenciar⁷.

Finalmente, há que fazer referência à desarticulação do sistema religioso e destacar que o desordenamento dessa esfera social aumentou a perplexidade dessas populações ante um mundo novo para o qual as antigas cosmogonias não tinham explicações a dar e nem orientação a oferecer a seus antigos seguidores.

Sucessiva ou simultaneamente à conquista e com o apoio e/ou permissão do Estado, vários agentes sociais passaram a adotar medidas de cunho administrativo e prático no sentido de consolidar a conquista. Essas podiam ser de caráter simbólico, como a implantação de marcos e cruzeiros e emissão de termos de posse em nome do rei, do Imperador e do Deus cristão. Outras eram de cunho diplomático e administrativo e precisavam ser adotadas para garantir o reconhecimento internacional da nova posse que resultaram em acordos, a exemplo do Tratado de Tordesilhas, em 1494, e outros estabelecidos posteriormente ao descobrimento da nova colônia.

⁶ VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 275.

⁷ WACHTEL, N. *La vision des vaincus: les indiens du Pérou devant la Conquête Espagnole (1530 - 1570)*. Paris: Gallimard, 1971.

Contudo, o reconhecimento ao direito de ocupação de um determinado espaço físico e da população que passava a ocupá-lo era dado pela posse efetiva, pelo trabalho, cultivo da terra e controle sobre as populações nativas. As formas adotadas para efetivar essas medidas eram do tipo ou modelo que Ferro⁸ denomina de “antigo-expansionista”, caracterizada, como o próprio nome sugere, pela criação de mecanismos de efetiva ocupação e de incorporação crescente de novos espaços e povos ao domínio do conquistador e seu aproveitamento na esfera da economia regida pelas leis de mercado.

A preocupação central nessa fase era a de implantar as estruturas político-administrativas do governo conquistador nos novos espaços. Só assim seria possível promover a passagem do estágio de pilhagem para o de exploração das riquezas naturais e da mão de obra ali existentes. Eram adotadas, portanto, novas formas de obtenção de lucro pelos conquistadores, sendo-lhes atribuída a condição de administradores do espólio conquistado. Isso implicava a conformação da população nativa às exigências do novo modo de produção, com a implantação de relações de trabalho de cunho escravagista e a imposição de deslocamentos compulsórios para áreas consideradas importantes na estratégia de ocupação, exploração, defesa e expansão dos territórios a serem ocupados e onde se fundavam aldeamentos administrados por representantes indicados pelo Estado.

Também o fato da Coroa se atribuir o poder e o direito de promover a distribuição de terras coloniais, fosse sob a forma de sesmarias, fosse para a formação de aldeamentos indígenas, era um sinal indicativo do aposseamento e do exercício de domínio sobre o novo espaço. A concessão de terras, no período da dominação portuguesa, na verdade, era considerada uma mercê, um prêmio ou graça concedida pelo rei a seus parceiros e aliados no empreendimento colonial.

⁸ FERRO, Marc. *História das colonizações das conquistas às independências: Séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 34-38.

Outra medida adotada visando à consolidação da conquista era a imposição de modelos de ordenamento do espaço de acordo com os padrões europeus. Isso pode ser identificado, inclusive, no fato de os agrupamentos espaciais indígenas terem sido chamados de "aldeias", numa clara associação com o referencial cultural ibérico. Outro elemento identificador dessa preocupação são os modelos de núcleos de povoamento implantados pelos moradores, os quais seguiam os padrões de construção de praças fortes, feitorias, vilas ou presídios⁹ já firmados em experiências anteriores de colonização e nas tradições lusitanas.

Nesse contexto, observa-se que dominar e explorar economicamente outros povos e seus territórios foi, de fato, um dos grandes motores da expansão, qualquer que tenha sido o motivo declarado para justificar a conquista e a dominação dessas populações.

A etapa seguinte – colonizar – pressupunha, portanto, uma ação transformadora do espaço ocupado e a criação ou alteração de atividades econômicas, a formação de núcleos povoadores, a instalação de aparelhos jurídicos, políticos e administrativos de sustentação a esses empreendimentos.

Ainda que o conceito – colonizar - tenha sentido que lhe é próprio a cada período, ele indica sempre um movimento intencional do Estado para garantir a mobilização de determinados segmentos sociais tornados parceiros e executores daqueles projetos pensados para os novos espaços conquistados e efetivamente ocupados. E isso implicava a negação do direito à autonomia das populações nativas e terminava por gerar várias instâncias de antagonismo, oposição, resistência, negociações e alianças, o que só aumentava o fortalecimento da necessidade de serem adotadas medidas e usados argumentos voltados para garantir a dominação e o controle sobre os revoltosos.

⁹ SIMÕES DE PAULA, R C R. *O Presídio de Santa Leopoldina do Araguaia e a sua importância em termos de colonização (1850-1865)*. 1972, p. 186. Mimeografada. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

Apesar dessa realidade que atingiu e atinge às populações conquistadas, na historiografia tradicional o colono é descrito como o grande herói, coberto de glórias, sofrimento e méritos, geralmente, vítima de perseguições ou de graves problemas econômicos em sua terra natal ou na área que antes ocupava e, depois, no novo espaço em que se instalou, onde era obrigado a se defender para poder cultivar a terra, crescer e multiplicar-se. Hoje, esse tom de análise foi revisto e exige uma avaliação crítica da atuação dos colonizadores e da presença imposta pelos países europeus a várias partes do mundo.

Ao analisar-se a etimologia dos termos vinculados à colonização – íncola, colônia, colonizar e colono –, pode-se constatar, como indica Bosi¹⁰, que todos estão profundamente associados à ideia de deslocamento de um antigo território nativo, ocupação de novas terras e exploração de suas riquezas. No tocante ao verbo colonizar, há que considerar que está associada à ideia de domínio, risco, aventura, recomeço, dominação, e é intimamente vinculada à imagem do conquistador. Portanto, a ação colonizadora relaciona-se com deslocamentos espaciais, conquista de novas terras e riquezas, sua exploração, a promoção do povoamento dos novos territórios e a instalação de formas de cultivo voltadas para sua inserção na rede comercial local e internacional. A economia colonial que se instala, a partir de então, promove a implantação e modernização da rede comercial e a acumulação de riquezas nos centros decisórios como decorrência da intensificação da circulação de mercadorias. Contudo, se, sob esta ótica, o processo colonizador pode ser considerado como um efeito modernizador da economia e das relações sociais, não se pode ignorar ser o responsável também pela adoção de antigas práticas e regimes de trabalho, como a escravidão, e de estilos violentos de interação social.

¹⁰ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 12-13.

O caráter violento das relações estabelecidas com os grupos nativos pode ser identificado nas primeiras preocupações dos colonizadores serem voltadas para a formação do governo de conquista e para a preocupação em construir praças fortificadas que deveriam garantir a vida dos colonos e o funcionamento das estruturas econômicas e administrativas de dominação.

No caso da América portuguesa, o que se constata é o encontro de povos com modos de produção e organizações sociais distintos, resultando em antagonismos entre a economia de subsistência, base da organização social desses povos, e a economia de mercado, imposta pelos conquistadores. As formas de resistência dos colonizados às novas formas de produção eram atribuídas à crença de que eram “preguiçosos” e não interpretadas como mecanismos de oposição aos novos padrões relacionais.

Embora se reconheça que os impactos sobre os diversos grupos indígenas foram diferenciados e com temporalidade e intensidade distintas, pode-se afirmar que, a longo prazo, o domínio imposto por uma minoria, em nome de uma superioridade racial e cultural, provocou o estabelecimento de relações que se pautaram pela hierarquização e dominação, apesar dos argumentos de caráter humanitário alardeados para justificar essas ações. Na verdade, esses traços fundamentais da história da colonização já podem ser encontrados nos textos e relatos dos primeiros descobridores e conquistadores. Neles, é possível identificar os projetos de promover a conversão e o intercâmbio desigual, bem como descrições sobre violências sexuais cometidas contra as nativas. Todas essas ações e projetos baseavam-se numa visão do outro que o apresentava como o “outro nós” que se quer assimilar/cristianizar, ou como um escravo a ser apropriado e usado em benefício próprio. Nessa perspectiva, concorda-se com Ramos¹¹, quando afirma que, nem mesmo os grupos que buscaram refúgio nos sertões, puderam evitar os efeitos dissociativos impostos pelos colonizadores.

¹¹ RAMOS, Alcida. *Sociedades indígenas*. São Paulo: Ática, 1988, p. 9.

Conclusão

Para compreender as formas de conquista, dominação e colonização estabelecidas na América portuguesa, assim como em outras partes do mundo, é necessário considerar a situação vivida pela metrópole e as tensões sociais existentes, a forma tradicional de administrar suas possessões e as adequações que teve de realizar em várias situações específicas.

Porém, destaca-se que as especificidades das relações estabelecidas decorreram, não apenas do voluntarismo da metrópole, mas também da interação entre povos historicamente constituídos e que se relacionavam de acordo com suas vivências e experiências, expectativas e possibilidades de solução permitidas e pensadas pelo seu referencial e sua organização sociocultural.

Assim, há que se reconhecer a historicidade das sociedades indígenas e seu papel ativo no processo de construção das relações estabelecidas. Apesar de só serem encontradas esporádicas referências escritas, deve-se considerar que os dominados não abriram mão de seus desejos de voltarem a ser senhores de seus destinos e de buscarem espaços de poder na estrutura colonial, e que esses anseios nunca deixaram de ser importantes como orientadores de suas ações.

Ressalte-se, ainda, que essas relações eram constantemente atualizadas a partir das interações estabelecidas entre os dois segmentos sociais, o que atribui peculiaridades aos vários momentos e conjunturas historicamente constituídas, pois em nenhum momento, o aparente equilíbrio social identificado no conjunto das relações teve um caráter estático. Essa dimensão dinâmica da realidade vivenciada pelos segmentos sociais envolvidos no processo de conquista e dominação se manifestava nos conflitos e contradições, apontando a existência de vários modelos ou formas de interação ao longo da história do contato entre colonizadores e colonizados.

Identificá-los é um desafio que ainda se coloca para os pesquisadores que centram seus interesses na História Indígena.

O RECÔNCAVO BAIANO EM XEQUE: A OCUPAÇÃO NEERLANDESA DE ITAPARICA (1647)

Pablo Iglesias Magalhães¹

O Recôncavo baiano e a Baía de Todos os Santos estão integrados em um sistema geo-histórico que contempla a vida humana no seu relacionamento com o ambiente natural e com o espaço concebido geograficamente. Antes da chegada das embarcações europeias, no início do século XVI, os índios tupinambás ocupavam toda a região, com suas aldeias dispostas ao longo do percurso entre a Barra da Bahia e a ponta do Garcez, bem como na ilha de Itaparica. Tais aldeias eram ligadas por caminhos terrestres, fluviais e marítimos, sustentando-se da pesca, da caça e do plantio da mandioca para a produção de farinha.

A colonização europeia no Recôncavo, com estabelecimento do sistema produtor de açúcar na primeira metade do século XVI e a fundação da cidade do Salvador (1549), ligaram aquela região ao sistema político-econômico Atlântico². Assim, na medida em que a Capitania da Bahia foi criada para atender às demandas mercantilistas de Portugal, o Recôncavo e sua baía também desenvolveram outro sistema possibilitado pelo frágil equilíbrio de tensões entre indígenas e colonos, bem como pela resistência

¹ Agradeço a minha querida amiga Lucia Werneck Furquim Xavier pela gentileza de traduzir, a meu pedido, os manuscritos e impressos neerlandeses indicados nesse artigo.

² ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima, PEREIRA, Cláudio (Orgs.). *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 49-54.

às intervenções militares por parte de nações europeias, notadamente França, Inglaterra e as Províncias Unidas.

A integração geo-histórica do Recôncavo pode ser percebida em três eventos que provocaram a ruptura desse equilíbrio, demonstrando como, entre os séculos XVI e XIX, Salvador e seu porto, ligados ao sistema mercantil moderno, tornavam-se vulneráveis quando a capital colonial era isolada das vilas do Recôncavo e impedida de acessar a saída para o mar da baía. As forças políticas que dominavam Salvador nunca conseguiram interromper o funcionamento do sistema ou progredir quando dele se isolava militarmente. Na primeira Invasão neerlandesa (1624-1625), os soldados da Companhia das Índias ficaram sitiados por terra e impossibilitados de se reabastecer, capitulando em 1625 diante da armada católica, que os cercou por mar. Aliás, a armada chefiada por D. Fradique de Toledo apressou o fim da guerra, mas o fato é que os neerlandeses já não conseguiam colocar os pés fora dos muros da cidade. Na Guerra de Independência (1823-1824), as tropas brasileiras conseguiram isolar a capital do seu Recôncavo, e os 6 mil soldados portugueses de Madeira de Mello, também sem terem como se reabastecer, tiveram que se retirar para o Reino, coroando com êxito as lutas pela independência. O isolamento da capital foi também um erro cometido pelos rebeldes na Sabinada em (1837-1838), sitiados em Salvador pelos latifundiários das vilas interioranas, que impediram que Itaparica ficasse sob poder do partido separatista. Naqueles três momentos, o sistema do Recôncavo funcionou mesmo apartado de sua urbe, mas deve-se considerar que, nos episódios supracitados, a ilha de Itaparica ficou sob o controle dos grupos vitoriosos. O domínio sobre Itaparica, mais do que sobre a capital, era essencial para o funcionamento do Recôncavo.

A ilha de Itaparica tem uma posição estratégica, por ser a maior das 56 ilhas existentes na Baía de Todos os Santos, com 115,922 km²

e 36 km de comprimento, situa-se a 13 km de distância de Salvador e funciona como um anteparo que divide o oceano Atlântico do mar interno formado pela baía. A ocupação europeia de Itaparica deu-se a partir de um pequeno núcleo de povoamento fundado por jesuítas na contracosta em 1560, chamada de vila do Senhor da Vera Cruz, atual vila de Baiacu. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a principal atividade econômica da ilha foi a pesca baleeira, atribuindo-se o nome da Ponta das Baleias para a extremidade norte. Johannes de Laet, um dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, registrou que Itaparica era “a ilha maior [...] que está a um tempo diante e dentro da Bahia”, percebendo-a como uma cabeça-de-ponte para conquistar militarmente o Recôncavo³.

A invasão de Itaparica em 1647 pela esquadra neerlandesa comandada por Sigmund von Schkoppe, Simon van Beaumont e pelo almirante Joost van Trappen (Banckert), foi a mais eficiente operação militar contra a Capitania da Bahia. Foi a única que teve sucesso em obstruir o funcionamento do Recôncavo baiano e da Baía de Todos os Santos. Busca-se, então, demonstrar como a ocupação da ilha de Itaparica pôs o Recôncavo em xeque.

Em 1647, Itaparica fora transformada na “nieuw Duinkerken” ou nova Dunquerque, numa referência ao famoso cerco que ocorreu naquela cidade portuária francesa no ano anterior. Apesar da singularidade do episódio, não há na historiografia baiana qualquer estudo sobre a invasão a Itaparica. Na historiografia brasileira, essa operação surge como um mero movimento diversionista da máquina militar da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), interessada em arrefecer as pressões que a Guerra de Restauração Pernambucana (1645-1654) impôs sobre os neerlandeses, então sitiados no Recife⁴. A ocupação

³ LAET, Johannes de. *Historie Ofte Jaerlijck Verhael van de Verrichtingen der Geocroopende West-Indische Compagnie*. Leiden: Bonaventuer ende Abraham Elsevier, 1644, p. 11.

⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra e açúcar no nordeste do Brasil*.

de Itaparica foi mais do que uma mera manobra diversionista e a documentação consultada revela o projeto de conquistar a ilha e utiliza-lá como base de operações da Companhia das Índias.

Itaparica revela-se o Calcanhar de Aquiles da Capitania da Bahia. Ocupar a capital colonial e arrestar sua rede de fortificações, bem como seu aparato bélico, antes de ser uma vantagem militar, era um erro estratégico, como os próprios neerlandeses experimentaram em 1624. A capital não se abastecia isolada do Recôncavo baiano ou dos portos que interligavam a Baía. A Estrada das Boiadas, que permitia a entrada do gado procedente do sertão ou de Sergipe de El-Rei, era interditada a partir do interior. A farinha de mandioca, base da alimentação colonial junto com a carne, deixava de fluir das vilas de Jaguaripe, Cairú, Boipeba e Camamu para Salvador. Construiu-se, assim, no governo de Diogo Luiz de Oliveira (1627-35), o “conchavo da farinha” entre as câmaras das referidas vilas e a de Salvador, por meio do qual os produtores dessas vilas eram obrigados a fornecer farinha de mandioca a preços fixos a Salvador, sendo seu funcionamento fiscalizado pelo próprio Governo-Geral⁵. Na prática, a cidade morria de fome sem o Recôncavo, no qual Itaparica, também importante produtora de farinha de mandioca, tem uma localização central, situada entre a capital e as demais vilas.

Desde a primeira invasão neerlandesa em 1624, Itaparica já era alvo das embarcações neerlandesas e, naquele ano, o Engenho do Flamengo foi atacado quando os invasores “se foram ao engenho de Gaspar de Azevedo, que está na praia uma légua atrás da ponta (de Itaparica)”. No entanto, naquela ocasião, não

Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 71.

⁵ PUNTINI, Pedro. *O Conchavo da Farinha: especialização do sistema econômico e o governo-geral na Bahia do século XVII*. In: *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial, 1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2014.

⁶ SALVADOR, Fr. Vicente do. *História do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965, p. 527.

tiverem êxito em ocupar a ilha, apenas tentando reabastecer os famintos sitiados dentro dos muros de Salvador.

Após a invasão a Pernambuco, em 1630, e a ocupação das capitâncias do norte, a ameaça sobre o litoral da Bahia agravou-se. Naquela conjuntura, a documentação revela que as autoridades coloniais reconheciam Itaparica como um local estratégico para a guerra defensiva que teve lugar no Recôncavo. Em março de 1635, o bispo D. Pedro da Silva de Sampaio escreveu uma carta ao Rei Felipe IV de Espanha pedindo que fosse enviada uma armada para a defesa da Salvador⁷. Em seguida, alertou, mais uma vez, El-Rey que os neerlandeses planejavam reconquistar a Bahia:

Dizem, colhido dos Olandeses q' ande tomar a Ponta da Taparica, e fazer aly fortaleza a cuja sombra encorrem muitos nauios, e que daly ande Reconhecer, os donos dos Engenhos com seus trebutos, e senão que lhes ande abrazar – fica lhe daquy façil tomar tudo até o Rio de Jan.^{ro}, e Angola, enfestar a naucação das Indias de Portugal, e Castella, se não atalhão tantos males breuem.^{te} demandado de VMg.^{de}, com poderoso socorro, e Armada⁸.

Uma base militar neerlandesa em Itaparica não ameaçava somente a Bahia, mas toda navegação no Atlântico sul. A informação enviada por D. Pedro da Silva de Sampaio atingiu com força os dirigentes do Reino, inclusive porque um dos governadores de Portugal, o quinto Conde da Castanheira, D. Antonio de Ataíde, estava ligado à ilha de Itaparica. O primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, doara a ilha em sesmaria ao primeiro Conde da Castanheira, em 1552⁹. A minuta elaborada

⁷ Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), Bahia. Luisa da Fonseca (LF), cx. 6, documento 680 [Lisboa, 1635]. "Minuta do Conselho da Fazenda sobre duas cartas de D. Pedro da Silva e Sampaio". Não foi localizada a carta, cópia ou original, mas a minuta afirma que a mesma data de 21 de julho de 1634.

⁸ AHU, Bahia, LF, cx. 6, documento 681 [Bahia, 26.03.1635]. "Carta do Bispo do Brasil para Felipe IV" (Cópia Mutilada).

⁹ IGLESIAS MAGALHÃES, P. A. A Jornada dos Vassalos por D. Jerônimo de Ataíde em 1625. In: 2º Encontro de Novos Pesquisadores em História, 2010, Salvador. *Anais Eletrônicos do 2º Encontro de Novos Pesquisadores em História*, 2010. p. 112-127.

pelo Conselho da Fazenda demonstra a reação imediata, observando que “satisfazendo os pontos mais substanciais das ditas cartas Pareceo que por todos os respeitos convinha muito haverem partir logo as armadas para o brazil jndo em direitura a Bahia”. A minuta ainda especificou que era “Necessario acudirse logo a fortificação na ponta de taparica antes que o inimigo se faça senhor deste sitio e se fortifique [...] que se não possa cobrar [...] procurando com toda brevidade que o forte que se ouver de fazer neste sitio seja de maneira que possa impedir o dezenho do inimigo”. A informação enviada pelo bispo surtiu efeito e o Conselho da Fazenda deliberou, em pouco tempo, que o envio de navios para a Bahia pudesse servir de “grande remedio para sua defensão”¹⁰.

As presenças na Bahia de uma esquadra, em 1636, e da armada do Conde da Torre, entre 1638 e 1639, afastaram temporariamente as embarcações hostis. Em 1640, entretanto, a expedição de Jan Corneliszoon Lichthardt incendiou 27 engenhos na Bahia, incluindo os de Santa Cruz e do Flamengo, já atrás referido, na ilha de Itaparica, com o objetivo de destruir o sistema produtor de açúcar no Recôncavo. Naquele mesmo ano, era notório que Itaparica estava desguarnecida e por informação do Marquês de Montalvão, D. Jorge Mascarenhas, sabe-se que o aparato bélico das fortificações periféricas foram desviados para “Os doze fortés que se espalhavam pelas quase três léguas do perímetro urbano e careciam de reparos”, que deviam “ser providos com a artilharia recolhida dos fortés então desmantelados da ponta de Itaparica, barra do Paraguaçu, Paranamerim”¹¹. Apesar de Itaparica estar

Disponível em: <[http://www.novospesquisadores.ufba.br/downloads/Textos/A%20JORNADA%20DOS%20VASSALOS%20POR%20D.%20JER%C3%94NIMO%20DE%20ATA%C3%88DDE%20EM%201625%20\(Pablo%20Antonio%20Iglesias%20Magalh%C3%A3es\).pdf](http://www.novospesquisadores.ufba.br/downloads/Textos/A%20JORNADA%20DOS%20VASSALOS%20POR%20D.%20JER%C3%94NIMO%20DE%20ATA%C3%88DDE%20EM%201625%20(Pablo%20Antonio%20Iglesias%20Magalh%C3%A3es).pdf)>. Acesso em 4-maio-15.

¹⁰ AHU, Bahia, LF, Cx. 6, documento 681 [Bahia, 26.03.1635]. “Carta do Bispo do Brasil para Felipe IV” (Cópia Mutilada). AGS. Secretarias Provinciales. Livro 1478 f. 98-98v. [Madrid, 03.08.1635] “Sobre lo que escribe lo bispo do Brasil acerca de cincuenta mil caxas de assucar que allí se hallan y el riesgo que corren”.

¹¹ MASCARENHAS, D. Jorge. Sobre a conveniência de se fortificar a cidade da Bahia

sem condições de se defender, o governo colonial reconhecia da sua importância estratégica:

A barra tem trez leguas de largo, por onde o inimigo pode entrar e estar sem impedimento. Póde-se-lhe difficultar fazendo-se uma fortaleza nas Paraúnas, fronteira & de Santo Antonio, com que cruzam ambas a barra com sua artilharia, impossibilitam a facilidade da entrada e defendem a ilha de Itaparica, onde o inimigo pode estar ancorado, senhorear-se d'ella, e sustentar o sitio á cidade¹².

Itaparica, então com duas freguesias, a de Vera Cruz e de Santo Amaro, era uma praça aberta. Aliás, a criação da segunda teve lugar durante o episcopado de D. Pedro da Silva de Sampaio, em 1643, possivelmente com o objetivo de povoar a região insulana e impedir o desembarque de inimigos, em caso de uma invasão de menor monta. Segundo o cronista frei Agostinho de Santa Maria, "O primeyro Vigayro que teve esta paroquia foy o Padre Valerio de Freytes, clérigo de bôs procedimentos", que deixou algumas obras manuscritas, infelizmente desparecidas. Ordenado junto com o jesuíta Antonio Vieira, em 1634, sua carta de apresentação para a vigário de Santo Amaro de Itaparica, na Chancelaria da Ordem de Cristo, data de 4 de agosto de 1643¹³. A freguesia de Vera Cruz era administrada pelo padre Romão Palmeiro, nomeado por carta de apresentação de 30 de agosto de 1646¹⁴. Por volta de 1645, Itaparica contava com cerca de 2 mil habitantes, enquanto Salvador se aproximava de 20 mil, que poderiam resistir a pequenas incursões, mas não a uma invasão em grande escala¹⁵.

capital do Brazil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 56, 87, 1, p. 77-83, 1893. Atual Paranama, localizada em Loreto, na contracosta da Ilha dos Frades e tendo visão para Madre de Deus, entrada para Santo Amaro.

¹² *Ibid.*

¹³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 25, f. 239. "Valerio de freitas Carta de apresentasão da igr  de st  amaro do reConcau bp o da Bahia"; SANTA MARIA, Agostinho. Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora. Lisboa: na Officina de Antonio Pedrozo Galrao, 1722, v. 9, p. 121-122.

¹⁴ ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 35, f. 260.

¹⁵ Esse número de 2 mil habitantes em Itaparica foi inferido a partir de uma afirma o

A 8 de fevereiro de 1647 a esquadra de Sigismund von Schkoppe, Simon van Beaumont e do almirante Joost van Trappen, composta 26 velas e conduzindo, 2,4 mil homens, entre soldados, marinheiros e indígenas, invadiu a Baía de Todos os Santos¹⁶. O comandante em chefe da operação era Beaumont, a marinha ficando sob responsabilidade de Banckert e a infantaria a cargo de Schkoppe, que concebeu o plano de invasão e foi um dos mais competentes oficiais a serviço da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil. Schkoppe sabia que as forças navais disponíveis eram limitadas para empreender uma invasão direta a Salvador. Seu plano, então, consistiu em estacionar a esquadra na ponta das Baleias, na ilha de Itaparica, fechando o eixo da principal rota marítima no Atlântico sul, a entrada da Baía de Todos os Santos. Schkoppe cumpriu o que prometera no governo de Diogo Luís de Oliveira, "que se havia fazer senhor da Bahia, sem lhe custar um copo de sangue, impedindo os mantimentos com os seus navios"¹⁷. A tomada de Itaparica por Schkoppe pôs em risco a Baía de Todos os Santos e ameaçou a comunicação e o comércio entre a Bahia e Portugal.

na obra de Pierre Moreau, autor de *Histoire des derniers troubles du Brésil entre les Hollandais et les Portugais*, Paris, 1651, onde, na página 145, diz que "Os soldados não pouparam aí uma só vida, mataram até mulheres e crianças, saquearam tudo quanto quiseram, e só o incendiar lhes foi proibido; de modo que duas mil pessoas, que contava esta ilha, pereceram, umas pelo ferro, outras afogadas nos barcos, em que a tropel se lançavam, a fim de passarem à cidade da Bahia, quando chegaram os holandeses". Foi Varnhagen quem verteu esse trecho do francês para o português definindo-o de "narração insuspeita". VARNHAGEN, Francisco. *História das Lutas com os Hollandezes no Brazil desde 1624 a 1654*. Lisboa: Typographia de Castro e Irmão, 1872, p. 321. Pode haver algum exagero nas afirmações de Moreau, pois o extermínio de 2 mil pessoas na ocupação de Itaparica representaria um massacre de grandes proporções para a época. Ademais, não há outra fonte documental que assevere isso. Contudo, parece indicar o número de seus moradores à época.

¹⁶ "Carta Geral do Presidente e do Conselho do Brasil para a Câmara da Zeelandia", de 26 de fevereiro de 1647. Arquivo Nacional dos Países Baixos, fundo *Oude West Indische Compagnie* [Velha Companhia das Índias Ocidentais], número de chamada 1.05.01.01, inventário 63, documento 15, fol. 8r. Lucia Werneck Xavier indicou esse documento, desconhecido até então.

¹⁷ VIEIRA, Antonio. *Cartas* (ed. João Lucio de Azevedo). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, v. 3, p. 577.

Em de 26 de fevereiro de 1647, o Conselho Político da Nova Holanda escreveu aos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa (WIC) que “após muitas deliberações, resolvemos atacar o inimigo no seu coração para assim prejudicá-lo muito [...] decidimos então atacá-lo perto da Bahia com a intenção de ocupar e fortificar a ilha de Itaparica e outras ilhotas da região [...]”¹⁸. Posteriormente em carta de 27 de março de 1647, escrevem para os comandantes da expedição, Simon van Beaumont e Sigismund von Schokppe, que “gostaríamos muito de ver, e nessa conjuntura dos tempos, nada é mais útil para essa conquista e Terra [...] do que a manutenção da referida ilha [Itaparica] por nós agora ocupada [...]”¹⁹. Essa mesma carta segue discutindo o quanto importante para a WIC a ocupação de Itaparica era, pois, entre outras coisas, quando chegasse mais reforços das Províncias Unidas, poderiam facilmente atacar a Bahia. A perspectiva de ocupar a ilha por longo tempo levou Cornelis Theunissen, mestre de equipagem em Itaparica, por carta de 4 de julho de 1647, a solicitar ao Conselho Político que sua esposa fosse enviada para aquela ilha²⁰. Segundo o cronista Johannes Nieuhof (1618-1672), Schkoppe ainda determinou que o coronel Hinderson abandonasse a foz do rio São Francisco e fosse se ajuntar a ele em Itaparica²¹.

O governador Antonio Telles da Silva escreveu ao rei afirmando que “Senhores do mar, em poucos dias põem (os neerlandeses)

¹⁸ “Carta Geral do Presidente e do Conselho do Brasil para a Câmara da Zeelandia”, de 26 de fevereiro de 1647. Arquivo Nacional dos Países Baixos, fundo *Oude West Indische Compagnie* [Velha Companhia das Índias Ocidentais], número de chamada 1.05.01.01, inventário 63, documento 15, fol. 7v e 8r.

¹⁹ “Carta do Presidente e conselho aos comandantes Beaumont, Schoppe e Bankert, na ilha de Itaparica”, de 27 de março de 1647. Arquivo Nacional dos Países Baixos, fundo *Oude West Indische Compagnie* [Velha Companhia das Índias Ocidentais], número de chamada 1.05.01.01, inventário 63, documento 35, fol. 2r.

²⁰ “Notas Diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil” de 04 de julho de 1647, Arquivo Nacional dos Países Baixos, fundo *Oude West Indische Compagnie* [Velha Companhia das Índias Ocidentais], número de chamada 1.05.01.01, inventário 71.

²¹ NIEUHOF, Johannes. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* (1682). São Paulo: Martins, 1942, p. 288.

o seu poder onde querem”²². A presença da esquadra de Sigismund von Schkoppe interrompeu toda a circulação comercial da região por meio do bloqueio da entrada da baía, que resultou na captura de mais de 20 navios mercantes que se aproximavam de Salvador. A situação tornou-se mais crítica porque a maior parte das embarcações apreendidas era de grande calado e, por isso, transportavam grande quantidade de provimentos. Até mesmo o navio que transportava Francisco Barreto de Menezes, designado pela monarquia para comandar a Guerra de Restauração Pernambuco, foi interceptado a 30 léguas da Bahia e seu ilustre passageiro remetido preso para o Recife.

Escapavam apenas as embarcações pequenas que poderiam costear o litoral e passarem despercebidas a sentinelas neerlandesas na Ponta das Baleias. Até farinha produzida nas vilas do Recôncavo começou a faltar na cidade²³. Para diminuir a carestia entre os moradores da capital, os jesuítas do Colégio do Rio de Janeiro enviaram para a Bahia um navio carregado de mantimentos, que zarpou da Guanabara a 11 de maio e aportou em Salvador após 27 dias de viagem, conduzido por um padre da Companhia com experiência no mar que driblou o cerco inimigo e entregou a carga ao Governador Antonio Teles da Silva²⁴. Há também abundante documentação nas Atas da Câmara de São Paulo em que o Governador solicitou o envio de farinha dali para a Bahia.

A pressão sobre a capital e seu circuito comercial impeliu os oficiais portugueses a duas mal sucedidas tentativas de retomar a ilha. A primeira tentativa de bater os neerlandeses ocorreu

²² *Cartas de el-rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marques de Niza) embaixador em França/* publ. e pref. por P.M. Laranjo Coelho. Lisboa: Academia Portuguesa da Historia, 1940, v. II, p. 90-91.

²³ BOXER, Charles. *The Dutch in Brazil 1624-1654*. Oxford: Claredon Press, 1957, p. 280-290. AHU, Bahia. Catálogo Eduardo Castro, Cx.1. [1648] “Rellação dos navios que se perderão hindo e vindo do Estado do Brasil, desde o anno de 1647 athe o fim do anno de 1648”.

²⁴ VASCONCELLOS, Simão de. *Vida do Padre Joam D’Almeida da Companhia de IESV, na Província do Brazil*. Lisboa: Officina Craesbeckiana, 1658, p. 243-245.

a 24 de fevereiro, com uma tropa luso-brasílica composta por oito companhias com 500 soldados, reforçados com a participação de moradores, desembarcaram às 17 horas, próximo das trincheiras inimigas. As defesas neerlandesas funcionaram muito bem e estes tiveram apenas 10 mortos e 18 feridos. Os luso-brasílicos tiveram que recuar, deixando 125 mortos²⁵.

A 10 de agosto, dia de São Lourenço, esperando contar com a ajuda do santo, Antonio Teles da Silva ordenou o segundo assalto contra as forças de Schkoppe. Para este fim, encarregou o Mestre de Campo Francisco Rebello, apelidado de Rebelinho, além de João de Araújo, o major Ascenso da Silva, João Paes de Melo e Diederick Hooghstraten (Teodoro Estrada). Juntos, levaram três regimentos formados por 29 companhias, num total de 1,7 mil soldados, 200 marinheiros, 10 índios e 60 negros, somando 2060 homens²⁶. O momento era propício em vista de três navios de guerra neerlandeses haverem deixado a Bahia. Chegaram por volta de 3 horas da manhã e passaram despercebidos pelas trincheiras externas, em direção ao quartel de Schkoppe, atirando grande quantidade de granadas de mão dentro das palicadas. Os neerlandeses reagiram com cerca de 400 soldados e a batalha durou até às 5 da manhã. O segundo ataque a Itaparica foi, contudo, um desastre ainda maior que o primeiro e as tropas luso-brasílicas foram repelidas da ilha, contando cerca de 400 mortos. O Rebelinho acabou morto e teve o corpo resgatado por frei Domingos (o Ruivo), que com mais três franciscanos assistia espiritualmente aquele contingente²⁷. O cronista Diogo Lopes Santiago confirma que nas duas batalhas por Itaparica “nos mataram na Bahia 500 ou 600 homens”²⁸.

²⁵ Ware Vertooninge van het Eylandt Taparica Alzoo het zelve aldaer naer het leven is geteykent: midtsgaders zyne gelegenhey, in de Bahia de Todos los Santos, ende distantievan de Stadt St Salvador. Amsterdam: Solomom Savrij, 1648.

²⁶ Ibid.

²⁷ JABOATAM, Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1858, t. I, Livro II, p. 93 e 94.

²⁸ SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro*

Figura 1 - Detalhe mostrando a localização das seis trincheiras em Itaparica



Fonte: *Ware Vertooninge van het Eylandt Taparica*. Solomon Savry, 1648. Biblioteca da Universidade de Leiden.

Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva afirmou, em 1837, que "concorreu a persuasão geral" que o ataque precipitado a Itaparica decorreu do Bispo D. Pedro da Silva de Sampaio pressionar o governador Antonio Teles da Silva para que reagisse aos neerlandeses²⁹. Braz do Amaral, seguindo Accioli, afirma que "atribuiu a voz pública a responsabilidade do desastre ao bispo D. Pedro da Silva de Sampaio, que havia aconselhado o ataque ao Governador e o havia feito teimar contra a opinião dos oficiais mais competentes, inclusive do próprio Rabelinho"³⁰. Não há, contudo, documento que confirme ou desabone as afirmações anteriores, mas é possível que o bispo fosse favorável ao ataque a Itaparica, considerando-se seu posicionamento e atitudes ante os ataques neerlandeses que ameaçaram a Bahia anteriormente. Como bem observou Varnhagen, a segunda batalha por Itaparica resultou na

aclamador da guerra. Recife: Fundarte, 1984, p. 449.

²⁹ SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memorias Históricas, e Políticas de Provincia da Bahia. Bahia*: Typ. do Correio Mercantil de M. L. Velloso e C., 1837, v. IV, p. 18.

³⁰ AMARAL, Braz do. *Governadores e Bispos. Anais do Arquivo Públco do Estado da Bahia*, v. 27, 1941, p. 214-217.

“perda mais desigual que houve entre os luso-brasílicos nos trinta nos de guerra com os neerlandeses”³¹.

Sem resistência, a esquadra invasora incendiou o Recôncavo baiano. O padre Francisco Gonçalves da Companhia de Jesus, autor da *Relação da Província do Brasil de 1647, narrando a ocupação de Itaparica, revelou que em 1647* os neerlandeses queimaram 21 engenhos em todo o Recôncavo, incluindo um dos jesuítas³². A principal fonte geradora de riquezas na Bahia ficou comprometida.

Não há registros impressos em português sobre a guerra por Itaparica em 1647. Possivelmente o silêncio da imprensa portuguesa da época foi resultado das duas derrotas fragorosas na tentativa de retomar a ilha. Nenhum relato da guerra foi publicado, até porque seria expor ainda mais na Europa os pontos fracos do Recôncavo baiano. Na língua portuguesa, o silêncio dos contemporâneos sobre o episódio foi tão representativo que o baiano Sebastião da Rocha Pitta, autor da *História da América Portuguesa*, impressa em 1730, errou até o mesmo o ano da invasão a Itaparica, afirmando que ocorreu em 1646³³.

Por outro lado, os neerlandeses produziram três relatos impressos, um deles com ilustração cartográfica que enaltece seu valor documental. O mais importante, contendo o mapa de Itaparica, mas com um erro ao indicar como ilha a foz do rio Paraguaçu (Terra de Garassou), foi publicado em Amsterdã por Solomom Savry, em 1648, sob o título de *Ware Vertooninge van het Eylandt Taparica Alzoo het zelve aldaer naer het leven is geteykent: midtsgaders zyne gelegenthely, in de Bahia de Todos los Santos, ende distantievan*

³¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Madrid: 1857, v. 2, p. 18.

³² LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, v. V, p. 65 Gonçalves nasceu em 1597 na Ilha de São Miguel, nos Açores, entrou na Companhia no Rio de Janeiro em 1613 e fez a profissão solene em 1636, na Bahia, onde lutou contra Nassau em 1638.

³³ PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1730, p. 316.

de Stadt St Salvador (Verdadeira Representação da Ilha de Taparica, desenhada do natural, bem assim sua situação, na Bahia de Todos os Santos, e distância da cidade de São Salvador), do qual existe único exemplar na Biblioteca Universitária de Leiden. O mapa, apesar do equívoco supracitado, indica com alguma precisão os pontos onde os neerlandeses levantaram seis trincheiras, indicando o comandante de cada uma³⁴. Os outros dois impressos são folhas volantes, sendo ainda de 1647 o *Oprecht Verhael van de Treffelijke Victoria, vercreghen op het eylandt Taparica, teghen de Portegysen* (Relação da vitória dos holandeses na Ilha de Itaparica, contra os Portugueses) e *Extraordinarie advijzen uyt diversche Quartieren, 1647. Copye van een Missive uyt het Eylandt Tapparika in de Bay Todos los Santos: geschreven uyt den Brief van Niclaes Claesz, Capiteyn*, (Notícias extraordinárias de diferentes localidades, 1647. Cópia de uma missiva escrita na Ilha Itaparica na Bahia de Todos os Santos, escrita a partir de uma carta de Niclaes Claesz, capitão) impresso em Gedruckt, também em 1647, cujo único exemplar encontra-se na Koninklijke Bibliotheek, em Amsterdã. Johannes Nieuhof e Pierre Moreau, dois cronistas que serviram a WIC, também citam os acontecimentos em Itaparica. Além disso, houve copiosa correspondência manuscrita, visto que os neerlandeses conseguiram estabelecer uma linha de comunicação contínua entre Itaparica e Recife, sendo que grande parte desses papéis estão no Arquivo Nacional dos Países Baixos, fundo Oude West Indische Compagnie³⁵. Nas Atas Diárias há referências a pelo menos dois diários de Schkoppe e Beaumont, mas que não chegaram até os dias de hoje.

³⁴ *Ware Vertooninge van het Eylandt Taparica Alzoo het zelve aldaer naer het leven is geteykent: midtsgaders zyne gelegenhey, in de Bahia de Todos los Santos, ende distantie van de Stadt St Salvador*. Amsterdam: Solomom Savrij, 1648.

³⁵ Arquivo Nacional dos Países Baixos, fundo Oude West Indische Compagnie [Velha Companhia das Índias Ocidentais], número de chamada 1.05.01.01, inventário 63, documentos 33 a 35, “Carta de Bartholomeus Cornelis, no navio Loanda, na baía Ponta das Baleias, para o Presidente e Conselho”, de 18 de abril de 1647; “Carta do dr. Joost van Trappen, alias Banckers, no navio Middelburgh na baía Punta das Baleias, para o Presidente e Conselho”, de 18 de abril de 1647; “Carta do Presidente e Conselho para os comandantes Beaumont, Schoppe e Bankert na Ilha de Itaparica”, de 27 de março de 1647.

Figura 2 - Notícias extraordinárias de diferentes localidades, 1647

Extraordinarie advisen uyt diversche Quartieren / 1647.

Copye van een Misive uyt het Eilandt Tapparika, in de Bay
Todos los Sancos; geschreven uyt den Brief van Niclaes
Claeffz, Capiteyn.

Wij de Guarnischoen van Nieuwburg Francisco, uijt gelycch dese na volgende Compagnie, namentelijc den Oversten Schop, Andriessen, Major, Pistoer, Capiteyn Nicolaes Claefsz, Capiteyn Jan van Muisler, Lamontague, de ghewelue Compagnie van Willem Hobben, iijmanen y Compagnien / welche met mire anderde op een Molt van 25 Schepen, 19 Fluyten / 2 Vrachten / 2 Dachten / ende 2 Booten / iijmmer gelycch gehouden den 11 Januarij ende grypelt tot inde Bay Codos los Sancos / uijt gesamentelijken gelycch op het Eilandt Caparica bovenoock / sonder flagg ofte slot / owar wop ons hebben begraven niet een Dojstweering ende Gouvernen / 14 dagen daer na wiede Capiteyn Muisler ghecomandert / om d'troo ende Doutre te halen / tot d'outwering van huyten / nemende de Vlaets der Armes / een vry van hiet in een Medelen genaemt Dosa Sint Joa de Conception. De Vlantien zijn op grondelijke Capiteyns oghallen / in route dienghende de Compagnie hande ghemelde Capiteyn Muisler / hi selver bleef op de Vlaets doodd met 25 Soldaten / dit was haer licht om doen / alsoch de Compagnien sterk waren / ende gemelde Capiteyn Muisler niet op syu hoede was / ende syu Soldaten van die te rygheten uijt gegant waren.

Den 23 Februario sijn alijer op het Eilandt gekomen twee Capitainen / referenten / dat de vryanden op het Eilandt sterken waren / 60 mannen / onder 14 Compagnien / de blyc / soldaten uijt de Bay / onder commandement van Ysmael de Silva, Bergiant Major, ende dat se van meerhinge waer / den dagh ong' de befoerchen / het felte / is alsof ghebricht / niet een grote hoogghuynet / De blytemwachten ofte Cintenellen / werden genootscheit te rugge te wochten. Onse schepen speelden niet gelycch dapper daer onder. Wien schepen naerliet hen liet myn Comp. en Doma met syu Comp. bleast om te gaen desfichtigen / of den vryant al gelycchig was / editer / bondet / hul aldaer noch in posse / ende na een gesicht syn op wieden gelycchig na onse merchein / ende bevonden daerse ar- beide waken om te retreccen. Het abdijt van den Haad ende Capiteynen wiede befoerten / den vryant am te lasten in syne wortelen / ende slychc achtervolgh / syn derwaerts ghecomandert 4 Compagnien Kapiteyns / 4 Compagnien Musquettiers / 4 Compagnien onder 't commandement van den Colout Schoppe / 4 onder 't commandement van den Major Pistoer. De Duyviers waren onder Capiteyn Hilt / Capiteyn Abou / hempe / den Oversten Hartman. De Musquettiers onder den Major Pistoer / Capiteyn Doma / ende Capiteyn Caron. Capiteyn Dostman bewaerde het gesicht / ende syns griggherhant na den vryant ghetrotchen / syn ghebricht teu / uijt. De voorstoet hadde / ende syns griggherhant na den vryant ghetrotchen / syn ghebricht teu / uijt. De voorstoet hadde / (aen de rechterhante) Capiteyn Nicolaes Claessz / ende aen de linkerhand Capiteyn Hilt / Ha en gewicht hau en ure / wieden wop meesten hant's bely / bely van den Spani bleven doodd / ene namen cene schandeeliche referente / achterlaemde vele dooden ende geyosten. De dooden werden begroot op 120 / ende de geyosten weetmen niet hoe veel. Van onser 3300 wieren bevoonden 12 dooden ende 28 geyosten / daer onder den Baerdzager van Hilt. Onder de dooden Capiteyn Abou / hempe / met syn Kapiteyn / ende Abou / Martij / / dome van Alman / welke al piec in de Merke begraven sijn. Return uijt het Eilandt Tapparika, datum als doouen. Wit Eilandt is een groot hyl voor de Stadt Sint Salvadore / ende alle Ingrieus.

Verhael van de Tocht van het Guarnischoen van Mastricht in Brabant.

Den 5 Junij sijn uijt het Guarnischoen van Mastricht / 600 Ruperten / ende 900 Dochtuertjes gekomen na Mastricht / gelegen 3 myl van D' / stede Antwerpen gewaerts / haer / quamen niet groote menigte te sienest / aen de D' / scheppe komende / werden terstond enige Ruperten gheplunderd / ende na een hart geslecht 6 a 7 Ruperten in blande gestoken / in voren in alleig wel inde 70 a 80 Ruperten ribben roest / haer bergaen / vermaechtende Dertien / de blyc waer / dat befe / troupau souden dooij-bijten / ende wiede die weggen die fierder de Vlakte in achterhael befe / om haer over kommen te beletten : Oder dese landt was groot bliepten.

Met Caefft Wallenau heeft haer op disertie aende Generael Continguerenck over gegeven.

De Verovering.

Den 10 Junij is de Stadt Comone ende het Castel volkommen veracordert / op condicte dat de Fransche het leuen fullen behoudendelijc bluyende Prijsoners de la Guerre / uijt ghehomen 405 van de Principaelste / op disertie van Eryt-Hertogh Leopoldus : De Gevangene werden alonme in de Steden gehoocht.

Den 11 vertrouthen de 4 Leeden van Vlaenderen uijt Rijst / na den Eryt-Hertogh Leopoldus / welcke met het Leger noch tot Amersfoerts lagh. 5 Overlopers syn in ons Leger op gehangen.

Den Coming van Wallenau / niet de Cominginne / Cardinael Mazarin / ende de gelyke Hofhouding syn tot Amersfoert / gehedene over de Compagnie Krijgs-rode gehoocht. Den Delt-ma- reisepal Gassion light 2 a 3 myl van Amersfoert wel verfpanst / na den weggh van Berne / sterct 14000 mannen te paeide ende te voet.

Gedruckt in 't Jaer 1647.

Fonte: Extraordinarie advisen uyt diversche Quartieren. 1647. Koninklijke Bibliotheek.

Houve comoção religiosa na tentativa de recuperar a ilha. Após a segunda peleja, afirma Pierre Moreau, os neerlandeses encontraram nos cadáveres dos soldados católicos

grandes folhas de papel nas quais estavam pintados mosquetes, fuzis, lanças, alabardas, chuços, espadas, setas e flechas que os brasileiros carregam sempre como armas [...] encontrando-se entre outros, diversas cruzes pequenas e grandes entremeadas com a letra H; e embaixo dessas folhas de papel estavam escritas frases em latim contra as armas holandesas, que chamavam armas heréticas, e cujas figuram não eram ali representadas, para não ofender os soldados que as carregavam com fé sobre eles³⁶.

Os escapulários usados pelos soldados transformaram-se em motivo de piada para os neerlandeses, que consideraram aquela prática como “invenção da tola superstição”. As autoridades em Itaparica ainda ordenaram que parte dos objetos fosse devolvida aos “soldados poltrões”, enquanto outra parte foi enviada para o Recife e para a Holanda, sendo entregue aos Estados Gerais, como objetos curiosos³⁷.

Significativo número de religiosos atuou nas duas tentativas de retomar Itaparica. O beneditino frei Manuel da Silveira, que esteve no Brasil entre fevereiro de 1647 e julho de 1651, serviu “a principio de Capellão mor de Servintia na mesma Ilha [de Itaparica], e de Capellão de Comp.^{as} que forão de socorro a Pern.^{co} [...] E assy na Bahia como em Pern.^{co} se achou em m.^{tas} ocasiões de peleja em que [...] animou aos soldados, E os confessou E fez confessar a mt.^{os} Exortando os a que pelejassẽ, E fazendo Elle tão bẽ”³⁸. Outro sacerdote que participou do ataque a Itaparica foi o padre Manoel Rodrigues, que já havia auxiliado o bispo

³⁶ MOREAU, Pierre. *História das Últimas Lutas Entre Holandeses e Portugueses* (1651). Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979, p. 72.

³⁷ *Ibid.*

³⁸ AHU, Bahia, não-catalogado, cx.1, documento 82. [Lisboa, Posterior a 1651]; Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial/Provincial, Livro n.º 330 (Patentes), f. 120v. [Bahia, 14.06.1650] “Patente de Capelão Maior do terço do Mestre de Campo André Vidal na Pessoa do Padre Fr. Manoel da Sylveira”.

D. Marcos Teixeira no Arraial do Rio Vermelho, em 1624, e foi capturado na ilha em 1647. Rodrigues não delatou a localização dos soldados luso-brasílicos, nem a disposição das tropas ou os caminhos por onde os neerlandeses poderiam acometer estes contingentes. Em decorrência de se negar a colaborar com Schkoppe, o Padre Rodrigues foi torturado e “lhe derão quatro tratos, que soportou com grande animo, e sofrimento, por não descobrir o segredo da guerra, do ultimo dos quaes, ficou quaze morto”³⁹. De Itaparica, Rodrigues foi enviado preso para o Recife e, depois, remetido para a Holanda, onde chegou doente e com risco de perder a vida. Por intermédio do embaixador português em Amsterdã, Francisco de Souza Coutinho e do jesuíta Antonio Vieira, que estava na sua segunda missão diplomática na Holanda, o sacerdote seguiu livre para Lisboa e depois retornou a Bahia⁴⁰.

Além da morte de cerca de 600 luso-brasílicos nas duas tentativas de retomar a ilha, a invasão de Itaparica em 1647 também respresentou uma expressiva mudança na Arte da Guerra Brasílica. Pela primeira vez as ações militares dos portugueses no Brasil não puderam contar com uma significativa força de guerreiros indígenas, como ocorreu na invasão de 1624 e nas lutas para expulsar os franceses do Maranhão em 1612⁴¹.

Os tupinambás provenientes de aldeias jesuíticas do Recôncavo que participaram das batalhas em Itaparica, segundo o folheto impresso por Solomom Savry, não ultrapassavam o número de 100 indivíduos, contingente 75% inferior ao número de guerreiros indígenas que participaram das batalhas na invasão a Salvador, em 1624. A Companhia de Jesus assistiu, ao longo da década de 1640, o contínuo despovoamento das aldeias sob

³⁹ AHU, Bahia, LF, cx 11, documento 1311. [Lisboa, 24.07.1648] “Petição do Padre Manoel Roiz [Anexo]”.

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro; IGLESIAS MAGALHÃES, P. A. . Muros do Recôncavo: transferência da Capital da América Portuguesa para os aldeamentos jesuíticos (1624-1625) - Dossiê História Indígena. *Clio*, Série História do Nordeste (UFPE), v. 25-2, p. 9-38, 2007.

sua administração no litoral norte da Bahia. Em fins daquela década, os dois principais do aldeamento do Espírito Santo, que já havia sido queimado por Nassau em 1638⁴², chefiam uma rebelião contra a administração dos jesuítas, sendo que os líderes indígenas foram punidos e remetidos para o Rio de Janeiro. Em 1655, Simão de Vasconcellos confirmou que, na Bahia, os índios eram, então, “menos em número” do que nas décadas anteriores⁴³.

Quadro 1 - Número de índios recrutados em aldeamentos jesuíticos no Recôncavo

Ano	1587	1624	1638	1647
Total	6000	400 (Não computados os 60 índios de Afonso da Cachoeira)	200 (Não computados os 513 do Terço do Camarão e cerca de 80 de Afonso da Cachoeira)	100

Fonte: SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. GUERREIRO, Bartolomeu. *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal* Lisboa, 1625, p. 32. O jesuíta aponta a participação de 250 índios, ainda em junho, arregimentados apenas nas aldeias do Espírito Santo e São João. O número de soldados do Camarão em 1638 foi extraído da quantidade de rações entregues ao seu terço. VILHASANTI, Pedro Cadena. *Relação Diária do Cerco da Bahia*. Lisboa: 1941, p. 133. Para o número de índios que participaram do assalto a Itaparica: WARE *Vertooninge van het Eilandt Taparica Alzoo het zelve aldaer naer het leven is geteykent: midtsgaders zyne gelegenhey, in de Bahia de Todos los Santos, ende distantievan de Stadt S^t Salvador*. Amsterdam: Solomom Savrij, 1648.

Por outro lado, em 1647, os neerlandeses contavam com o triplo de índios, trazidos do norte, para defender suas bases em Itaparica. John Price (Johannes Apricius), jovem predicante inglês que missionava na Paraíba, acompanhou Schkoppe na Ponta de Baleias, conduzindo 297 potiguares da Paraíba⁴⁴.

⁴² GALINDO, Marcos; TEENSMA, Benjamin; IGLESIAS MAGALHÃES, Pablo. *Episódios Baianos: Documentos para a História do Período Holandês na Bahia*. Recife: NECTAR, 2010, p. 253.

⁴³ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Manuscritos. 7, 1, 31. Documento 27. “Ofício do conde de Castelo Melhor ao governador do Rio de Janeiro, remetendo dois índios principais da Aldeia do Espírito Santo, por desobediência aos religiosos da Companhia de Jesus, para que ficasssem a ordem do padre provincial”. [Bahia, 28.03.1650]. VASCONCELLOS. *Vida do Padre Joam D’Almeida*, 1658, f. 3.

⁴⁴ IGLESIAS MAGALHÃES, P. A. A palavra e o império: a arte da língua brasílica e a conquista do Maranhão. *Revista de Historia (USP)*, v. 165, p. 367-401, 2011, p. 397.

Com o fracasso das duas tentativas de reconquistar a ilha de Itaparica e sem poder contar com o apoio de guerreiros tupinambás, os habitantes da Bahia só poderiam contar com uma força naval externa capaz de expulsar a esquadra neerlandesa. Assim, as notícias da tomada de Itaparica foram enviadas a Lisboa por via do jesuíta Felipe Franco, que zarpou possivelmente por Itapuã, alertando ao governo português que Schkoppe estava fortificado na ilha e ameaçava Salvador⁴⁵. O Governo-Geral e a monarquia portuguesa, em conjunto, deliberaram as resoluções financeiras necessárias para organizar uma armada capaz de socorrer a Bahia e expulsar os neerlandeses de Itaparica. Para a monarquia portuguesa, como observou Evaldo Cabral de Mello, “Pernambuco poderia ser sacrificado, mas o caso da Bahia era diferente, pois punha em risco todo o Brasil”⁴⁶.

Em Lisboa, o jesuíta Antonio Vieira, educado no Colégio de Salvador, já havia prevenido ao monarca que com a tomada de Dunquerque pelos exércitos do Cardeal Mazzarino, em outubro de 1646, seus aliados neerlandeses poderiam voltar a concentrar suas forças navais no litoral do Brasil, sendo a Bahia um potencial alvo. Vieira então retomara a ideia de utilizar os recursos financeiros dos comerciantes cristãos novos para impulsionar a então pouco eficiente marinha portuguesa e defender o Brasil de ataques neerlandeses, plano que já havia sido apresentado pelo jesuíta numa proposta elaborada em 3 de julho de 1643. O jesuíta André de Barros afirmou que, antes de fazer esta proposta, Vieira consultou Sebastião Cesar de Menezes, Deputado do Conselho Geral do Santo Ofício, acerca do seu conteúdo, que compreendeu a “força das razões” e lhe respondeu que fizesse a proposta, o que fez com “letra diferente e sem nome” e entregou ao próprio Sebastião Cesar, que levou ao monarca. Vieira afirmou que o Brasil era o sustento do comércio

⁴⁵ VIEIRA, 1928, p. 578.

⁴⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil Holandês*. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2010, cap.18.

e da alfândega portuguesa, mas que a perda de Angola e a ruptura comercial com a Bacia do Prata ameaçavam a continuidade da produção no Brasil, tornando deficitária a economia do Reino. Portugal e o Brasil não poderiam ficar à sorte das armas da França contra Castela e das “fingidas promessas e embaixadas” arranjadas pelos neerlandeses para assegurar suas recentes conquistas. Para fazer valer seu plano de angariar as fortunas de cristão novos e judaizantes, concluiu que se “o dinheiro dos homens de nação está sustentando as armas dos hereges, para que semeiem e estendam as seitas de Lutero e Calvino pelo mundo, não é maior serviço de Deus e da Igreja que sirva este mesmo dinheiro às armas de rei mais católico?”⁴⁷.

O plano de Vieira para captar recursos e organizar uma armada é revelado numa carta destinada ao Conde de Ericeira que “em Amsterdão se oferecia por meio de Jerônimo Nunes um holandês muito poderoso a dar quinze fragatas de trinta peças, fornecidas de todo necessário, e postas em Lisboa até março a vinte mil cruzados cada uma [...] e tudo vinha a importância de trezentos mil cruzados”⁴⁸. Vieira ainda sugeriu ao rei para formar duas esquadras, uma para ficar estacionada em Portugal e a outra para enviar à Bahia. O dinheiro para essa empresa seria despendido de um tributo de um tostão ou seis vinténs por arroba de açúcar sobre um carregamento de 40 mil caixas do produto. Estas caixas de açúcar foram adquiridas a baixo custo e haviam chegado do Brasil poucos dias antes, sendo vendidas no Reino por altíssimos preços. O monarca mandou que Vieira pusesse suas ideias em um papel para em seguida apresentá-lo a seus ministros, que logo retrucaram “que aquele negócio estava muito cru”. Em pouco tempo as notícias da tomada de Itaparica chegaram a Lisboa via o Padre Felipe Franco e o rei novamente foi consultar

⁴⁷ VIEIRA, Antonio. Proposta feita a El-Rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa. In: *Obras Inéditas*. Lisboa: J.M.C. Seabra, 1854, v. 2, p. 34, 44.

⁴⁸ VIEIRA, 1928, p. 578-581.

o jesuítia, que ironicamente lhe respondeu: “O remédio senhor é muito fácil. Não disseram os ministros a V.M. que aquele negócio era muito cru? Pois os que então o acharam cru que cosam-no agora”⁴⁹.

D. João IV convocou o Conselho de Estado para representar novamente a importância de socorrer a Bahia, mas a resposta acerca da formação de uma armada continuou negativa. O monarca voltou na manhã seguinte a procurar o jesuítia que lhe respondera: “Senhor, que a um Rei de Portugal hão-de dizer seus ministros que não há meio para haver trezentos mil cruzados com que acudir o Brasil, que é tudo quanto temos! Ora, eu com esta roupeta remendada espero em Deus que hoje hei-de dar a V.M. toda esta quantia”⁵⁰. Em seguida, o religioso colocou em prática a estratégia para angariar os recursos necessários para montar uma esquadra capaz de rechaçar o poderio naval neerlandês posto diante da Bahia e redigiu “[...] um escrito a Duarte da Silva, a quem tinha conhecido mercador na Bahia, representei-lhe a perda do reino e do comércio, o aperto e a necessidade da Fazenda Real, e quanto [sua majestade] estimaria que seus vassalos o socorressem nessa ocasião com trezentos mil cruzados, que eram necessários, dos quais se embolsariam com um tributo de tostão ou seis vinténs em cada arroba de açúcar do mesmo Brasil”⁵¹.

Assim, para colocar a proposta em prática, Antonio Vieira teve que convencer o abastado cristão-novo Duarte da Silva de que a conservação do Brasil era interessante aos seus negócios no Reino. O comerciante, no entanto, julgou ser muito oneroso para ele sozinho arranjar a quantia solicitada para a armada de socorro a Itaparica, mas comprometeu-se em obter um parceiro para a empresa. Na mesma tarde, o cristão-novo Duarte da

⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁰ *Ibid.*, p. 576-579.

⁵¹ *Ibid.*

Silva apresentou Antonio Rodrigues Marques a Vieira, acertando o empréstimo assegurado pelo tributo imputado sobre o açúcar produzido no Brasil⁵².

Após esse empréstimo, o governo considerou não deixar o financiamento da armada apenas sob os encargos dos comerciantes cristãos-novos lisboetas. D. João IV transferiu parte dos custos para os homens de negócio das cidades de Viana e Aveiro, pedindo-lhes que contribuíssem e ajudassem “por sua parte, com o que puderem a respeito do cabedal de cada um [...] para empresa tanto do serviço e honra de Deus”. O monarca ordenou que governador do Porto, Fernão Teles de Meneses, fosse ao norte do Reino comprar seis ou mais navios de quatrocentas ou mais toneladas. A armada seria comandada por Antonio Teles de Menezes, Conde de Vila Pouca de Aguiar, sendo providos e equipados em sigilo para que “as novas deste apresto não cheguem na Holanda”⁵³.

A aparelhagem da armada de Vila Pouca, embrião do que viria a ser a Companhia de Comércio do Brasil (1649), não resultou da iniciativa de um único gênio, como indica a carta de Antonio Vieira ao Conde de Ericeira e, também, não foi unilateralmente organizada apenas com o dinheiro de comerciantes portugueses⁵⁴. A historiografia das guerras neerlandesas desconheceu o fato de que em 21 de março de 1647, deste lado do Atlântico, o

⁵² *Ibid.*; Biblioteca Nacional de Lisboa, Colecção Pombalina, nº 647. *Miscellanea, legislação e papéis vários* (1552-1754), f. 73-82. [Lisboa, 1647] “Assento dos Assentistas para cobrarem o empréstimo feito a S. M. para mandar a armada ao Brasil”.

⁵³ Carta de D. João IV ao governador do Porto em 14 de junho de 1647. In: *Cartas de El-Rei D. João IV para diversas autoridades do reino / publ. e pref. P. M. Laranjo Coelho*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940, p.184-185. Sobre os esforços no Reino para aprestar a armada de Vila Pouca de Aguiar ver GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. II Vol, t. IA. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1993, p. 183-198.

⁵⁴ BOXER, Charles Ralph. Padre Antonio Vieira, SJ and the Institution of the Brazil Company in 1649. *The Hispanic American Historical Review*, 29, 4 nov.1949, p. 474-494; SMITH, David Grant. Old Christian Merchants and the Foundation of the Brazil Company, 1649. *The Hispanic American Historical Review*, 54, 2, mai.1974, p. 256.

Governador Antonio Teles da Silva ofereceu 200 mil cruzados ao Rei português para financiar o socorro naval necessário à defesa da Bahia. Esse dinheiro seria alcançado junto aos moradores do Recôncavo baiano e entregue a Fazenda Real em Portugal. O pagamento dessa quantia seria dividido em quatro parcelas, “pagas em açucares nas primeiras quatro safras que Deos nos der”, o que compreendia o quadriénio entre 1648 e 1651⁵⁵. A partir de 1648, a cidade seria mobilizada para saldar a dívida feita à Fazenda Real. A Câmara deu início aos lançamentos públicos, pelos quais a capital foi dividida em quatro áreas que se completavam com as vilas do Recôncavo mais Sergipe del Rey, onde os lançadores municipais foram, de porta em porta, arrecadando o dinheiro de acordo com a profissão e recurso financeiro de cada contribuinte. A organização da esquadra para libertar Itaparica custou caro aos habitantes da Bahia e de Sergipe. Mais oneroso, todavia, seria permitir uma esquadra inimiga continuar dentro da Baía de Todos os Santos.

Não foi só Portugal que correu para colocar seus navios nas águas da Bahia. Os Estados Gerais e a WIC também, aprestando uma armada sob comando do almirante Witte Corneliszoon de Witt que poderia desferir um ataque definitivo sobre o Recôncavo baiano. A armada de Witte de Witt partiu em direção ao Brasil, mas encontrou no cabo de Finis Terræ uma tempestade que destroçou a nau Amsterdam. A tormenta obrigou as outras embarcações a aportarem em La Rochele, inclusive a nau de guerra Rotterdam. Esta última foi obrigada a retroceder tanto pelo mau tempo como pela rebelião dos soldados que transportava⁵⁶. Charles Boxer afirmou que o inverno excepcionalmente rigoroso de 1647-1648 “garantiu a salvação de Portugal, de Angola e do Brasil Católico”. O próprio Antonio Vieira escreveu a um ministro

⁵⁵ Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS). Provisões do Governo e Senado, v.1 (Livro no 125.1), f. 296v-298v. Registo do accento que se tomou sobre offercta que se fez a Sua Magestade pedindo armada para desalajar o inimigo desta Praça feito pelos eleitos abaixo nomeados. [Bahia, 21.03.1647].

⁵⁶ VIEIRA, 1928, v. 1, p. 165.

da Corte de Lisboa asseverando que “tudo se arma contra esta gente, e em tudo peleja Deus nós”⁵⁷.

A armada de Vila Pouca de Aguiar entrou na Baía de Todos os Santos no Natal de 1647. As 18 embarcações da esquadra de Schkoppe haviam retornado para o Recife doze dias antes, para aplacar dissensões internas, o que evitou o confronto entre as duas forças navais. José de Mirales afirma que Schkoppe recebeu um aviso do Alto Conselho do Recife sobre a expedição da armada portuguesa para a Bahia e recuou para evitar a batalha. A marinha neerlandesa no Brasil decreto já não possuía mais condições de sustentar duas frentes de guerra, como reconhecia um panfleto anônimo publicado na Holanda⁵⁸. Estava livre o trânsito na Baía de Todos os Santos e no principal porto do Atlântico sul. A notícia de que Schkoppe abandonou Itaparica chegou em Haia no mês de fevereiro seguinte⁵⁹.

Após a retirada dos invasores, o governador Telles da Silva visitou as trincheiras em Itaparica, que descreve como “de paos de limitada grossura com um pequeno foço que não dava hum homem pella sentura e que em nossas terras com mais confiança podemos estar de que não tornem a Taparica com o forte que se lhe faz constar de quatro baluartes”. Noutra carta de janeiro de 1648, revela que “trabalharão [no forte] cento e tantos holandeses e perto de cincuenta negros”, concluindo que Schkoppe “promete mandar infestar esta barra com naos da companhia e mais piratas que andam nestes mares”⁶⁰.

Isso não tardou. Em março de 1648, a esquadra portuguesa de Vila Pouca se bateria nas águas da Baía de Todos os Santos com uma frota do almirante Witte Corneliszoon de Witt. Sob seu

⁵⁷ *Ibid.*; BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 263.

⁵⁸ *Oprecht Verhael van de Treffelijke Victoria, vercreghen op het eylandt Taparica, teghen de Portegysen. s/l: 1647.*

⁵⁹ VIEIRA, 1928, v. 1, p. 165.

⁶⁰ *Cartas de D. João IV ao Marquez de Niza, 1940*, v. II, p. 240.

comando estavam os navios Gysseling, Huys van Nassau, Utrecht e Overyssel. Os galeões Utrecht e Huys van Nassau flanquearam a nau Nossa Senhora do Rosário, sob comando de frei Pedro Carneiro de Alcaçovas, da Ordem Militar de Malta, que decidiu botar fogo no paiol de pólvora sacrificando sua tripulação, mas destruindo completamente o Utrecht e fazendo encalhar o Huys van Nassau, restando apenas 26 sobreviventes, naufragados na altura da praia de Caixa Pregos, em Itaparica⁶¹. Foi o penúltimo ato de 25 anos de guerras contra os neerlandeses em águas da Baía, visto que ainda em 1648 van de Branden atacaria mais um vez o Recôncavo baiano.

A ocupação de Itaparica por Schkoppe revelou muito sobre o funcionamento do Recôncavo baiano e da Baía de Todos os Santos. Historicamente, foi o único episódio em que a Capitania da Bahia dependeu das forças metropolitanas para continuar existindo. Aquela operação militar demonstrou que interromper o circuito marítimo da região comprometia a sobrevivência dos seus habitantes e das instituições ali implantadas. Salvador era o “coração” do Brasil, como bem observou a carta do Alto Conselho acima traduzida. Era o Recôncavo alimentava esse coração. Interromper seu funcionamento representaria o fim do corpo político do Estado do Brasil.

⁶¹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coleção Documentos Holandeses, t. IV, f. 134-135v. “Carta de Witte de With em 1 de Abril de 1648”; SANTA TERESA, João José, O.C. *Istoria delle guerre del regno del Brasile: accadute tra la corona di Portogallo, e la Republica di Olanda*. s/l: Nella Stamperia degl' Eredi del Corbelletti, 1698, v.2, p. 130.

CRISE OU PROSPERIDADE? A BAHIA NO SÉCULO XVII

Thiago Krause¹

Introdução

O belo clássico de Stuart Schwartz apresenta o negócio açucareiro baiano seiscentista como uma sucessão de desventuras, iniciadas com a depressão europeia da década de 1620 e continuando até a crise da década de 1680. Apesar de incomparavelmente bem documentada e arguida com o brilhantismo característico do autor, a análise baseia-se primariamente na série de preços do açúcar, e não consegue explicar uma questão que surge dos próprios dados apresentados pelo autor: se a conjuntura secular foi tão desfavorável, como a produção açucareira aumentou cerca de 70% entre 1632 e finais do século, enquanto o número de engenhos cresceu cerca de 80%?² Mais recentemente, Angelo Carrara também afirmou, a partir de sua ampla investigação sobre a história fiscal da América Portuguesa, que “a segunda metade do século XVII é de estagnação do ponto de vista econômico e fiscal”³.

Na linha das discussões já realizadas por Antônio Carlos Jucá de Sampaio⁴, busca-se relativizar essas visões pessimistas

¹ Agradeço às críticas e sugestões de Mariana Guglielmo, João Fragoso e Pablo Iglesias Magalhães.

² SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835* (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 146-166.

³ Cf. CARRARA, Angelo Alves. A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica. *Tempo*, v. 20, 2014, p. 11, inspiração para toda a análise demográfica realizada abaixo.

⁴ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e*

sobre a economia baiana seiscentista por meio de uma análise sistemática de várias variáveis demográficas e econômicas, demonstrando que as crises foram menos duradouras do que se tem considerado e, principalmente, que a tendência secular da economia foi de crescimento, tendo este sido especialmente vigoroso em diversos momentos.

De um lugarejo à segunda cidade do Império

De um lugarejo de 800 fogos em 1587, Salvador cresceria um pouco para “mil e mais vizinhos em 1610”, indicando um total superior a 6 mil moradores⁵. Na transição do século XVI para o XVII, portanto, a Cidade da Bahia já ultrapassara o limiar de 4 mil habitantes que configuraria uma “cidade propriamente dita” no Portugal continental quinhentista⁶. Continuaria, porém, a ser muito menor que as principais cidades provinciais do Reino, como Porto, Évora, Coimbra, que girariam entre 20 mil e 10 mil homens em inícios do Seiscentos, e era ainda menos populosa até mesmo que as algumas cidades do Algarve⁷.

A partir de meados do XVII, porém, a Câmara repetidamente destaca o crescimento demográfico da cidade, lançando mão

conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 32-37.

⁵ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Org. de Fernanda Trindade Luciani. São Paulo: Hedra, 2010, p. 152; MONTEIRO, Jacomé. “Relação da Província do Brasil” [1610]. In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, v. VIII, p. 404. Utilizou-se o coeficiente tradicional na historiografia brasileira, que iguala cada “fogo”/“vizinho” a cinco moradores (razão presente no censo eclesiástico baiano de 1706 e no fluminense de 1687), mas acrescentou-se 25% a esse número para levar em conta as crianças menores de sete anos e os índios e negros pagãos (como na paróquia da Candelária, no Rio de Janeiro, que contava com 2,8 mil “pessoas de comunhão” e 3,5 mil almas). Ver nota 14.

⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971, p. 26.

⁷ SOARES, Sérgio Cunha. *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo*. Coimbra: CHSC, 2001, vol I: Geografia do Poder Municipal, p. 21; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve Econômico, 1600-1773*. Lisboa: Estampa, 1993 [1988], p. 110.

desse argumento desde 1660, com o objetivo de ampliar o número de ofícios⁸. Para pedir mais lugares de freiras no Convento do Desterro, o Senado afirma que a população baiana triplicou entre 1664 e 1717⁹. Tal cálculo é um tanto quanto exagerado, mas o aumento demográfico foi notável: em 1681, o desembargador sindicante Sebastião Cardoso de Sampaio estimava a população soteropolitana em 3 mil vizinhos¹⁰ (qualquer coisa em torno de 18 mil habitantes) e, em 1706, um levantamento eclesiástico apontou 4.296 fogos e 21.601 “almas de confissão”¹¹, indicando uma população total em torno de 27 mil, mais de quatro vezes superior à existente um século antes. Uma vez que a proporção entre livres e escravos não deve ter se alterado significativamente entre 1706 e 1718, para quando se possui o primeiro levantamento populacional mais preciso, a população escrava devia representar metade do total, e certamente uma parcela crescente dos livres era composta por forros e seus descendentes¹².

A título de comparação com o restante da América Portuguesa, a cidade do Rio de Janeiro não passaria de “3 a 4 mil almas” em 1672, menos de um terço da população de Salvador em 1675-81, enquanto São Paulo não chegaria a 2 mil habitantes em 1687¹³.

⁸ Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU) Bahia, Luiza da Fonseca (LF), cx. 15, documento 1777.

⁹ Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Cartas do Senado (doravante CS), 6v. (1638-1730). Salvador: Prefeitura Municipal, 1951-1984, v. VI, p. 74-5.

¹⁰ AHU, Bahia, LF, cx. 24, documento 2972. O mesmo número foi dado poucos anos antes por FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica*. São Paulo: Beca, 2001 [1675], p. 67.

¹¹ ALMEIDA, Eduardo de Castro e. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 32, p. 131, documento 2010.

¹² SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 87; ALDEN, Dauril. Price movements in Brazil before, during, and after the gold boom, with special reference to the Salvador Market, 1670-1759. In: JOHNSON, Lyman; TANDETER, Enrique (eds.). *Essays on the price history of eighteenth-century Latin America*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990, p. 363. Nota 13, afirma que os dados foram colhidos em 1718.

¹³ CARRARA, 2014, p. 11 (citação) e Arquivo da Cúria Municipal do Rio de Janeiro, Série da Visita Pastoral, VP38.

Já Olinda e Recife contavam, respectivamente, com 860 e 2.450 fogos em 1701¹⁴, não alcançando, somadas, 80% da população soteropolitana de 1706. A capital do Estado da Índia, Goa, aparecia como um gigante em inícios dos Seiscentos, com 75 mil pessoas (nativos, em sua maioria), mas em finais da centúria havia se reduzido a 20 mil em resultado da sua decadência econômica¹⁵.

A população soteropolitana aumentou cerca de 1,6% ao ano, taxa excepcional para os padrões europeus: no mesmo período, a população do Velho Mundo cresceu apenas 0,14% ao ano, e, em Portugal, as maiores urbes portuguesas mantiveram-se estagnadas, dentro do contexto da crise demográfica mediterrânea seiscentista, especialmente aguda entre 1620-65¹⁶. Voltando-se para o atlântico, porém, é possível encontrar regiões com desenvolvimento muito mais acelerado: o Caribe inglês cresceu de 14 mil para 128 mil entre 1640-1700 (3,8% ao ano), enquanto o Chesapeake passou de 8 mil para 98 mil no mesmo período (4,3% ao ano)¹⁷. No império inglês, porém, não havia nenhuma cidade de tamanho comparável a Salvador; já a América Espanhola contava com metrópoles muito maiores, como a Cidade do México (c. 50 mil, em 1599, e 100 mil, em 1692), Potosí (c. 160 mil, em 1610, e 70 mil, em 1700), Quito (c. 15.570, em 1650, e 40 mil, em 1670) e Lima (c. 25 mil, em 1614, e 37 mil, em 1700)¹⁸. Com a exceção de Quito, suas trajetórias

¹⁴ FEITLER, Bruno. *Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil, Nordeste, 1640-1750*. São Paulo: Alameda/Phoebus, 2007, p. 47-8.

¹⁵ SOUZA, Teotónio de. *Goa Medieval: a Cidade e o Interior no Século XVII*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 110.

¹⁶ DE VRIES, Jan. *A Economia da Europa numa Época de Crise (1600-1750)* [trad.]. Lisboa: Dom Quixote, 1991 [1976], p. 16-25; e RODRIGUES, Teresa Ferreira. As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII. In: _____ (coord.). *História da População Portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Afrontamento, 2009, p. 175-196.

¹⁷ GALENSEN, David W. The Settlement and Growth of the Colonies: Population, Labor and Economic Development. In: ENGERMAN, Stanley; GALLMAN, Robert (eds.). *The Cambridge Economic History of the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, v. I: The Colonial Era, p. 170.

¹⁸ FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. "Latin America" in: CLARK, Peter (ed.). *The Oxford*

demográficas foram bem menos brilhantes do que a baiana – o que é parcialmente explicável pelo seu enorme tamanho já em inícios do século.

O crescimento demográfico das Américas Inglesa e Portuguesa devia-se ao caráter de “fronteira aberta” do continente americano (graças ao despovoamento indígena causado pelas doenças, guerras e catequização trazida pelos europeus), que permitia o aumento da produção por meio da extensão do território cultivado, estimulando a migração de europeus e o tráfico de africanos (já que a mão de obra era o outro fator produtivo fundamental)¹⁹. Assim, no mundo português, o crescimento baiano é notável, mas, da mesma maneira que Portugal em comparação com o Norte da Europa, manteve-se significativamente atrás das possessões inglesas no Novo Mundo, e a baixa densidade da população indígena impediu que alcançasse os números das áreas centrais hispano-americanas.

Os dados para a capitania como um todo são ainda mais escassos. Fernão Cardim fala em 10 mil ou 12 mil portugueses, 3 mil africanos e 8 mil indígenas na Bahia em 1585²⁰. Para o início do século XVII, Diogo de Campos Moreno aponta 3 mil brancos no Recôncavo²¹. Considerando que a população total da Bahia devia rondar entre duas e meia (proporção utilizada por Gabriel Soares de Sousa em 1587) e três vezes (como no censo eclesiástico de 1718) a de Salvador, é possível estimar grosseiramente números em torno de 15 mil habitantes, em 1610, 50 mil, em 1681, e 80

Handbook of Cities in World History. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 374; e ELLIOTT, John. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America, 1492-1830*. New Haven: Yale University Press, 2006, p. 181.

¹⁹ Cf. BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860* (trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1998], p. 165-209.

²⁰ CARDIM, Fernão, “Información de la provincia del Brasil para nuestro Padre” [1585]. In: MAURO, Mauro (ed.), *Le Brésil au XVIIe siècle: documents inédits relatifs à l'atlantique portugais*, Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra, 1961 (separata de *Brasília*, XI), p. 139.

²¹ Biblioteca Municipal do Porto, 126, *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil*, f. 51.

mil, em 1706 - o que, incidentalmente, significaria que a capitania era bastante urbanizada para os padrões da época graças ao tamanho de sua capital, numa proporção similar à Estremadura²². Parece claro, portanto, que Salvador conhece um acelerado crescimento e transforma-se em uma das maiores urbes do mundo português, ultrapassando o Porto²³ e sendo superada apenas por Lisboa.

Do Recôncavo ao Açúcar... e mais além

A cidade da Bahia não existia, porém, em um vácuo: seu desenvolvimento era indissociável, por um lado, do Recôncavo e, por outro, do Império português. Sobre o mais próximo, nas palavras nem um pouco imparciais de Sebastião da Rocha Pita no início dos Setecentos, "o seu recôncavo é tão culto, e povoado, que se lhe descrevêramos as fábricas e lhe numerarmos os vizinhos, gastaríamos muitas páginas, e não poucos algarismos"²⁴. Irrigado por rios e banhado pela baía, o Recôncavo baiano ligava-se profundamente à cidade, geralmente não estando a mais de um dia de viagem de distância. As melhores terras, situadas na orla norte, foram tomadas pela cana, mas em todas as partes do Recôncavo conviviam açúcar, tabaco, mandioca. Entretanto, a prioridade dada à produção para exportação, tanto por parte da Coroa quanto pelos pró-homens baianos, tendia a fazer com que a economia fosse pensada a partir dos engenhos de açúcar²⁵. Tal abordagem justificava-se porque eles funcionavam não somente como unidades de produção, mas também núcleos populacionais, devido à grande quantidade de pessoas

²² DE VRIES, Jan. *European Urbanization, 1500-1800*. Nova York: Routledge, 2007 [1984], p. 39; RODRIGUES, Teresa, *op. cit.*, p. 193.

²³ SILVA, Francisco Ribeiro da. *O Porto e o seu termo* (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal, 1988, v. I, p. 92-103.

²⁴ PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Joseph Antonio da Silva, 1730, p. 78.

²⁵ Para a melhor descrição do Recôncavo, cf. SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 77-94.

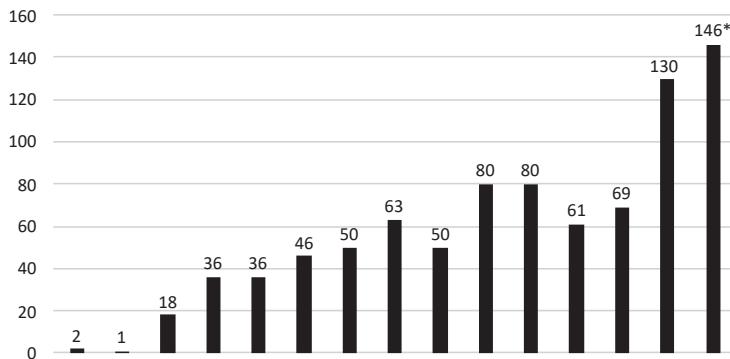
a ele ligadas: escravos, assalariados, agregados e lavradores, muitos com suas famílias; centros políticos, em razão do poder concedido pela posse da terra em sociedades de Antigo Regime²⁶; e até religiosos, devido as suas capelas²⁷. Consequentemente, construir um engenho, assumindo o título de senhor, implicava muito mais do que um cálculo racional entre a possibilidade de lucros superiores e a certeza de maiores despesas, tendo significados potenciais no *status social*, na preeminência política e até nas oportunidades matrimoniais da família em questão.

Existem diversas estimativas para o total de engenhos, parcialmente apresentadas no Gráfico 1. Como já foi destacado pela historiografia, os elevados preços do açúcar no mercado internacional e o acesso à mão de obra indígena barata, assim como à terra fértil e abundante, permitiram uma acelerada expansão entre 1560 e a década de 1580, um período de crescimento lento ou estagnação, dependendo da estimativa, e um crescimento moderado até 1629, possivelmente sustentado pela difusão da moenda de três tambores verticais e prejudicado pela ocupação neerlandesa de Salvador em 1624-1625. É provável que esse lento avanço tenha continuado no início da década de 1630, favorecido pela diminuição da produção pernambucana em razão da invasão neerlandesa e, em alguma medida, pelo influxo de capital e escravos dos portugueses retirados. Uma estimativa da produção açucareira a partir dos dízimos parece indicar que a década de 1620 conheceu uma série de oscilações, parcialmente pela diminuição da demanda europeia e, principalmente, pelos ataques neerlandeses – o que explica a estagnação da produção entre 1610 e 1632.

²⁶ LEVI, Giovanni. Economia camponesa e mercado da terra no Piemonte do Antigo Regime [1990, trad.]. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla de Carvalho (eds.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 88.

²⁷ FRAGOSO, João. *À Espera das Frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra* (Rio de Janeiro, c. 1600 – c. 1750). Tese (Titular em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, p. 119-29.

Gráfico 1 - Engenhos na Bahia, séculos XVI-XVII



Fonte: SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 148-50; FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. Engenhos, Colonização e Cristãos-Novos na Bahia Colonial. *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, 1969, p. 223; AHU, Bahia, LF, cx. 14, documento 1665. **Observação:** *Considerando a data de redação da primeira parte de ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e comentário crítico por Andrée Mansuy Diniz Silva. Lisboa: CNCDP, 2001 [1711], p. 34-8.

Entre 1638 e 1648, porém, as incursões neerlandesas queimaram meia centena de engenhos e prejudicaram seriamente a navegação, trazendo grandes prejuízos²⁸. É a guerra que explica a diminuição do número de engenhos, mas, depois de uma lenta recuperação na década de 1650 (crescimento de 1,5% ao ano), o início da década de 1660 parece ter vivido um novo período de efervescência na construção de fábricas²⁹. Encontra-se, então, um excepcional aumento anual de 5,4% no número de engenhos entre 1663-1675, taxa próxima à montagem da economia açucareira em finais do século XVI, apesar da intensificação da fiscalidade, com a obrigação de contribuir para o donativo de Paz de Holanda e Dote da Sereníssima Rainha da Grã-Bretanha e da "muito notória" seca e "esterilidade" de 1665, acompanhada por uma peste que teria causado a morte de mais de 5 mil negros³⁰.

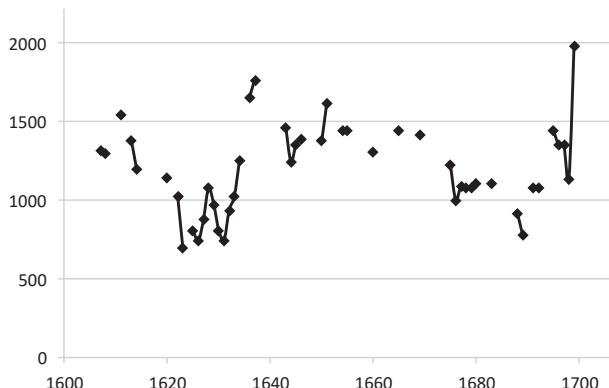
²⁸ AHU, Bahia, LF, cx. 14, documentos 1660 e 1665; Documentos Históricos do Arquivo Municipal: *Atas da Câmara*, 6v. (1625-1700). Salvador: Prefeitura Municipal, 1950, v. I, p. 443.

²⁹ SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 257-9.

³⁰ AHU, Bahia, LF, cx. 19, documento 2153.

É de se supor que esse crescimento tenha sido facilitado porque várias das fábricas eram, em verdade, reconstruções de outras destruídas ou abandonadas, mas a velocidade do crescimento é impressionante – assim como sua continuação, mesmo que muito mais lentamente (apenas 0,5%) até o final do século, a despeito de todas as reclamações da ruína da capitania emitidas pelos camaristas na década de 1680. O pedido da Câmara em 25 de julho de 1680 para proibir-se a construção de mais engenhos (endossado pelo governador-geral), a concessão de uma provisão pela Coroa nesse sentido e os recorrentes conflitos sobre a construção de novos engenhos até 1684 são indícios da continuidade desse crescimento³¹.

Gráfico 2 - Preço ajustado do açúcar na Bahia, 1607-1699 (réis por arroba)



Fonte: SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 400-1.

Ao analisar os preços do açúcar, o crescimento do número de engenhos torna-se ainda mais surpreendente, já que entre 1610 e 1629, apesar dos valores muito baixos, o número de engenhos continua a crescer, assim como os poucos dados entre 1662-1675 não indicam preços elevados que justifiquem a construção

³¹ CS, v. II, p. 88-9; Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 110v. (doravante DH). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1928-55, v. 88, p. 209-11; SILVA, José Justino de Andrade e. Collecção Chronológica da Legislação Portugueza, 11v. (doravante CCLP). Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854-9, v. 9, p. 84; AHU, Bahia, LF, cx. 25, documentos 3009-10, 3012-3 e 3015 e cx. 26, documentos 3138-9 e 3231.

de tantas fábricas. Quando a conjuntura fluminense é analisada, percebe-se que a multiplicação de engenhos não apresenta relação com o preço do açúcar, servindo como uma espécie de espelho invertido do desenvolvimento baiano: nessa capitania, o crescimento mais notável, duplicando o número de moendas, deu-se na década de 1640 (podendo ter começado na década anterior), justamente o período de crise para a produção baiana e pernambucana, em razão da guerra contra os neerlandeses – o que inclusive deve ter funcionado como um incentivo para a liderança fluminense na reconquista de Angola em 1648, já que era preciso obter um imenso número de cativos para os novos engenhos. Confirmado essa relação, será exatamente a partir da recuperação baiana na década de 1660 que diminuirá o crescimento fluminense³².

Por outro lado, o preço dos escravos relativamente ao do açúcar estava favorável aos produtores no início da década de 1620, e ainda mais entre 1660-1680, graças a uma significativa queda no preço dos cativos entre meados da década de 1650 e o final da de 1670³³, barateando assim um dos principais fatores de produção. As atividades militares dos governadores brasílicos em Angola, em meados do Seiscentos, foram fundamentais, portanto, para produzir trabalhadores relativamente baratos para os campos baianos³⁴. Encontra-se neste ponto um dos fatores fundamentais para a expansão da escravidão na Bahia, que manteve entre 1650 e 1740 o posto de principal porto escravista das Américas. Outra razão para a dinâmica encontrada nessas três conjunturas, entre

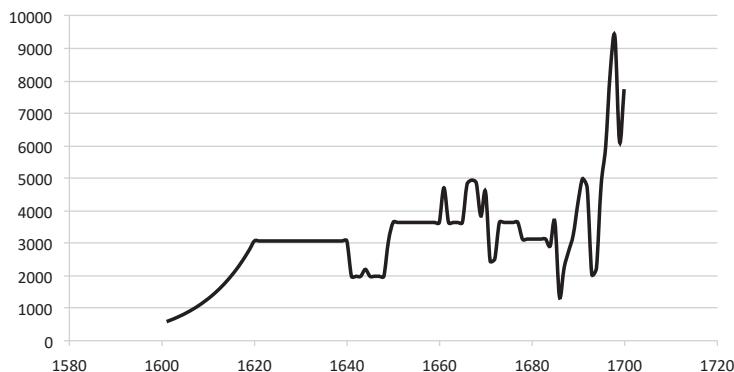
³² ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2011, p. 94-103; e MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007, p. 331-2.

³³ MILLER, Joseph. Slave Prices in the Portuguese Southern Atlantic, 1600-1830. In: LOVEJOY, Paul (ed.). *Africans in Bondage: studies in slavery and the slave trade*. Madison: University of Wisconsin Press, 1986, p. 47-57. Para uma visão geral dos preços na Bahia, cf. ALDEN, *op. cit.*, p. 335-71.

³⁴ Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 247-325.

1620-1680, estava na quantidade de escravos. Entre 1620-1640, o suprimento de cativos foi constante (em torno de 3 mil por ano) graças às guerras na região Congo-Angola, abastecendo um Brasil sedento por africanos escravizados em razão da destruição demográfica indígena. A invasão e tomada neerlandesa de Angola entre 1641-1648 diminuíram a oferta (para 2 mil anualmente) e elevaram os preços a níveis recordes até 1654, mas, a partir daí, a situação se reverteu para uma média de 3,6 mil cativos³⁵.

Gráfico 3 - Estimativa do número de africanos escravizados desembarcados em Salvador, 1601-1700



Fonte: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em: set-14.

As estimativas do tráfico indicam uma queda a partir de 1678, especialmente vigorosa entre 1686-1688 – período em que o preço dos escravos subia enquanto o do açúcar despencava, e Salvador era assolada pelo “mal da bicha”³⁶ e pela carestia de mandioca. Esses problemas somavam-se à seca e às epidemias de varíola entre 1681-1684. Por isso, a década de 1680 é um período tradicionalmente considerado de crise pela historiografia, especialmente em razão da baixa dos preços, da concorrência

³⁵ Cf. HEYWOOD, Linda; THORNTON, John. *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 109-68.

³⁶ PITA, *op. cit.*, p. 427-39.

antilhana no mercado internacional e das políticas protecionistas francesas e inglesas, que restringiam severamente o mercado para o açúcar brasileiro³⁷.

Em importante artigo de síntese, porém, Antônio Carlos Jucá aponta as limitações dessa interpretação (especialmente nos preços do açúcar), criticando o emprego de “informações esparsas para reforçar o argumento”, a exemplo das “reclamações dos senhores de engenho como indício da crise”. Esse procedimento só seria válido caso se pudesse provar “que tais reclamações estão diretamente ligadas às conjunturas, ou seja, que elas aumentam em certos períodos e diminuem em outros. De fato, não é isso o que acontece”, pois seriam apenas manifestações de um endividamento estrutural³⁸.

Apesar de reclamações sobre o endividamento e os problemas da economia açucareira atravessarem os Seiscentos, sua distribuição não é uniforme, concentrando-se em conjunturas específicas. Entre 1607 e 1659, somente quatro cartas da Câmara, de um total de 116 (3,4%), reclamam das más condições da produção canavieira, e três delas o fazem em 1626 e 1640, responsabilizando explicitamente os ataques neerlandeses dos anos anteriores³⁹. Já entre 1660 e 1677, são oito reclamações em 147 (5,4% do total), sendo seis delas entre 1662 e 1666, quando o Donativo de Paz de Holanda e Dote da Rainha da Grã-Bretanha entra em vigor, ampliando significativamente a pressão fiscal sobre os baianos⁴⁰. Nos 16 anos entre 1678-1693, são 22 declarações da miséria e ruína da capitania, nos tons mais fortes

³⁷ Cf. principalmente SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 144-76.

³⁸ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidades regionais. FRAGOSO, João; GOUVÉA, Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial*, v.2 (1580-1720). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 379-418, p. 384-5.

³⁹ Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT), *Corpo Cronológico*, maço 15, n. 107; AHU, BA, LF, cx. 3, documento 423; AHU, Bahia, Castro Almeida (CA), cx. 1, documentos 2-5; CS, v. I, p. 6-10.

⁴⁰ AHU, cód. 16, f. 87v; AHU, BA, LF, cx. 18, documentos 2024 e 2103, e cx. 19, documentos 2146 e 2196; CS, v. I, p. 104-6 e 114-5.

e recorrentes de todo o século, perfazendo 13,3% do conjunto do período (165)⁴¹.

Até o Padre Antônio Vieira se junta ao coro em 1683, 1686 (“tudo não só se vai arruinando, mas está arruinado”) e, principalmente, 1689⁴². A análise contemporânea mais incisiva dessa crise foi feita pelo mercador, senhor de engenho e camarista João Peixoto Viegas, em seu panfleto de 1687 sobre a ruína das lavouras do Brasil, que desenvolve longamente os argumentos do Senado⁴³. Em 1689, também a Câmara de Lisboa se junta ao coro, reclamando que a tributação excessiva e a concorrência das “Barbadas” prejudicaram a produção açucareira e, consequentemente, a arrecadação das alfândegas⁴⁴.

Voltando à correspondência camarária, nos últimos sete anos em análise, após a melhora dos preços do açúcar em 1692, a resolução do debate sobre a moeda provincial e o fim dos problemas climáticos e epidemiológicos, há apenas uma reclamação do tipo, em 1699, dentre as 63 cartas do período⁴⁵. As guerras na Europa entre 1689-1713 trouxeram algum alívio para a açucarocracia baiana, mas, considerando a trajetória altista dos dízimos cariocas entre 1677-1689 – ou seja, no momento de baixa do preço do açúcar –, parece muito provável que as principais razões da crise, assim como de sua posterior superação, devam-se antes às “vicissitudes da própria produção agrícola”, isto é, ao “movimento de colheitas boas e más”⁴⁶. O preço do açúcar e os

⁴¹ CS, v. II, p. 44-8, 61-3, 75-7, 82-3, 99-100, 114-6 e 116-7; CS, v. III, p. 5-6, 17-20, 49-51, 55-6, 62-72, 82, 89-90 e 94-6; 112-7; DH, v. 89, p. 223-4.

⁴² VIEIRA, Antônio. *Cartas*, v. 3. São Paulo: Globo, 2009, p. 324, 335, 367, 398 e 400-2.

⁴³ VIEGAS, João Peixoto. “Parecer e tratado feito sobre os excessivos impostos que cahirão sobre as lavouras do Brasil arruinando o comércio deste” [1687]. In: Anais da Biblioteca Nacional, v. 20, 1898, p. 213-23.

⁴⁴ OLIVEIRA, Eduardo Freire de (ed.). *Elementos para a História do Município de Lisboa*, t. IX. Lisboa: Typographia Universal, 1896, p. 131.

⁴⁵ CS, v. V, p. 7-9.

⁴⁶ CARRARA, Angelo. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVII*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2009, p. 117.

impostos certamente diminuíam o rendimento da açucarocracia, mas provavelmente não influenciavam o ritmo da produção no curto prazo, já que era preciso “permanecer produzindo para cobrir seus custos fixos”, pagar as dívidas e manter seu status, como Schwartz reconhece, apesar de sua ênfase nos preços como determinantes da conjuntura econômica açucareira⁴⁷. Acredita-se, portanto, que o preço do açúcar é uma variável muito importante, mas menos determinante do que a dinâmica interna da economia baiana, especialmente em finais do século, quando o crescimento demográfico lhe dotava de uma maior resiliência contra choques externos.

Mesmo assim, a correspondência camarária confirma a ideia de que há um agravamento das tensões na economia açucareira a partir de 1678, acompanhando, de maneira geral, os preços do açúcar e o ritmo do tráfico de escravos. Essa situação, porém, só torna-se efetivamente uma crise em razão de problemas internos da agricultura baiana a partir de 1686 – que coincidem, para desgraça dos produtores, com uma baixa ainda mais acentuada do preço do açúcar, que atinge os menores valores em quase 60 anos. Evidencia-se o quanto os protestos de miséria e pobreza da Câmara não são apenas estruturais, mas também influenciados, potencializados e multiplicados por conjunturas específicas, destacando-se aí o final da década de 1680 como uma fase em que essa nobreza açucareira, pressionada por um amplo conjunto de fatores negativos, manifestou-se através da Câmara, seu porta-voz institucional. Se o preço do açúcar e os impostos eram os alvos desse discurso, era porque se esperava que a Coroa pudesse fazer algo para aliviar os aflitos produtores.

Há que reconhecer, porém, que o período de crise aguda dura apenas sete anos, entre 1686 e 1693, tendo sido muito menos grave do que os anos terríveis da luta contra os neerlandeses,

⁴⁷ SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 170.

entre 1632-1648, em que o número de engenhos diminuiu em um quarto, contra uma aparente estabilidade (apesar das inevitáveis falências individuais) na crise do final do século. Provavelmente, as reclamações foram muito mais numerosas na década de 1680 em razão do choque sentido após 20 anos de prosperidade, e porque o inimigo eleito eram os impostos, que poderiam ser baixados pelo monarca, enquanto a ameaça neerlandesa era uma questão de resolução muito mais difícil, e que dificilmente poderia ser posta na conta de D. João IV. As reclamações das elites locais são, portanto, menos um indicador da gravidade da crise do que como ela é percebida pelos grupos dominantes, e o quanto eles pensam que podem ser corridos pelo poder régio.

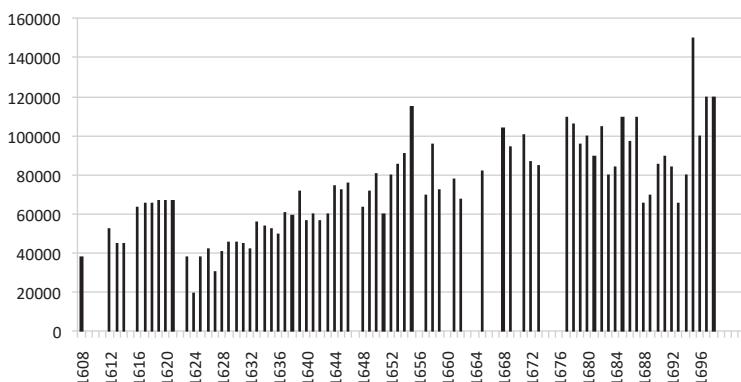
De qualquer maneira, o lento aumento do número de engenhos entre 1675 e, pelo menos, 1684 indica não só a viabilidade econômica como também a importância social e política de tornar-se senhor de uma moenda. Mais do que isso, as estimativas existentes da produção, assim como a que se pode obter por meio da tendência observada pelos dízimos, indicam um crescimento significativo da produção açucareira ao longo do século, entre 0,7 e 0,85% ao ano⁴⁸, um pouco mais elevada até do que a taxa de crescimento econômico médio da Inglaterra moderna (0,5%) – ainda que muito inferior ao sul escravista da América Inglesa, cuja produção chegou a crescer cerca de 5% ao ano até 1720⁴⁹. Entretanto, ao considerar que o crescimento baiano se deu em grande medida entre 1663 (ano em que a produção provavelmente era até menor do que em 1632) e 1698, a taxa de crescimento da produção açucareira

⁴⁸ Cf. LENK, Wolfgang. *Guerra e Pacto Colonial: a Bahia contra o Brasil Holandês (1624-1654)*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 300-22, importante análise sobre a conjuntura econômica da Bahia no século XVII. Considerou-se a estimativa de Antonil como sendo de 1698 – inferência reforçada pela produção de açúcar quase idêntica encontrado por Schwartz para 1702 (*op. cit.*, p. 150).

⁴⁹ MENARD, Russell. Economic and Social Development of the South. In: ENGERMAN; GALLMAN (eds.), *op. cit.*, p. 256.

seria da ordem de 2% nesses 35 anos, sem dúvida muito elevada para os padrões da época – e isso mesmo com a crise de 1686-1693 no meio, indicando um desenvolvimento muito mais acelerado até o final da década de 1670. É de se destacar ainda que a produção total baiana provavelmente cresceu a taxas até superiores, em razão da crescente diversificação da economia no período, como apresentada no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Dízimos da Bahia, 1608-1698 (cruzados)



Fonte: CARRARA, 2009, p. 125-7; MUKERJEE, Anil. *Financing an Empire in the South Atlantic: The Fiscal Administration of Colonial Brazil, 1609-1704*. Tese (Doutorado em História) - Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, 2009, p. 587-8.

Por imprecisos que sejam, esses cálculos dão uma ordem de grandeza e, juntamente com os dados de população, tráfico e número de engenhos vistos acima, indicam a manutenção de uma tendência de crescimento ao longo do século⁵⁰, mesmo que menos acelerada que a fase de montagem da economia açucareira. Mesmo se os dízimos, após o valor recorde de 115.100 cruzados em 1655 (marcando provavelmente as expectativas de início da recuperação após o fim do conflito com os neerlandeses), permanecem abaixo desse teto atingido até 1695, não desmentem esse vigor econômico, já que sua estagnação se deve, ao menos parcialmente, aos 10 anos de

⁵⁰ Como também notou SAMPAIO, 2014, p. 388.

isenção do dízimo com que cada um dos mais de 60 engenhos construídos entre 1663 e 1675 podia contar.

No geral, o Seiscentos baiano é uma história de sucesso, sendo sua economia vigorosa o suficiente para continuar a crescer, apesar de choques de preços, variações na oferta de mão de obra, prejuízos na navegação e catástrofes naturais. Em finais do século, a capitania ainda era a maior produtora mundial de açúcar, mesmo que em vias de ser ultrapassada por Barbados e, depois, por Jamaica e Saint-Domingue. Na América Portuguesa, é notável que nos 12 anos da segunda metade do século, em dados para as três regiões, os dízimos da Bahia foram superiores aos de Rio de Janeiro e Pernambuco somados, e o único momento em que as outras duas capitâncias chegaram perto foi em 1688, no auge da crise açucareira baiana, graças principalmente ao crescimento fluminense⁵¹. Entende-se, portanto, porque na distribuição para a contribuição do donativo de dote da rainha da Inglaterra e paz de Holanda, em inícios da década de 1660, a Bahia ficou responsável por 57% do total do Estado do Brasil. Proporção similar foi utilizada na distribuição do donativo para Sacramento em 1694⁵², indicando a manutenção da preeminência econômica da Bahia.

A produtividade baiana, porém, provavelmente diminuiu ligeiramente: se um engenho produzia 54 toneladas em 1632, passou para 51 em finais do século. A disputa por lenhas e lavradores, assim como a ocupação e esgotamento das melhores terras do Recôncavo, devem ter sido responsáveis pela mudança. Mais interessante, enquanto a população da capitania aumentou cerca de 400%, o crescimento da produção açucareira foi de 70%. A conclusão inescapável é a diversificação

⁵¹ CARRARA, 2009, p. 125-7; MUKERJEE, *op. cit.*, p. 587-8; e LOPES, Gustavo Acioli. *Negócio da Costa da Mina e Comércio Atlântico: tabaco, açúcar, ouro e comércio de escravos – Pernambuco (1654-1760)*. Tese (Doutorado). PPGHE/USP, São Paulo, 2008, p. 23.

⁵² CARRARA, 2009, p. 50-1 e 71.

da economia, de modo que, apesar de sua prevalência na documentação da época, é preciso abandonar temporariamente o açúcar.

A especialização do setor açucareiro não excluía a diversificação da economia baiana, mas a pressupunha e estimulava, pois apenas “uma economia interna pujante” seria “capaz de atender as suas necessidades básicas e, com isso, permitir-lhe a especialização”⁵³. Mais do que isso, o crescimento demográfico da capitania implicava o fortalecimento de seu mercado interno. Assim, regiões do Recôncavo conheceram uma crescente especialização ao longo do século na produção de mandioca, como Jaguaripe e Itaparica. Em grande medida, porém, foram as vilas de Cairu, Boipeba e Camamu que funcionaram como “os celeiros da Bahia, como o Egito o foi do Povo Romano, e Sicília de toda a Europa”, tornando-se produtoras comerciais de mantimentos, com grandes diferenciações sociais e econômicas entre seus lavradores – apesar da predominância de pequenos escravistas⁵⁴.

Construiu-se, assim, no governo de Diogo Luiz de Oliveira (1627-35), o “conchavo da farinha” entre suas câmaras e a de Salvador, por meio do qual os produtores dessas vilas eram obrigados a fornecer farinha de mandioca a preços fixos a Salvador. Seu funcionamento era policiado pelo próprio governo-geral, especialmente após as fomes de 1650-1651 e 1653-1654, devido à necessidade de fornecer mantimentos não só para a cidade, mas principalmente para a numerosa infantaria ali estacionada – para além da obrigação de abastecer as frotas e complementar a deficitária produção alimentícia do próprio Recôncavo. No dizer de Puntoni, “a açucarocracia da Bahia preferia, por meio da atividade política da Câmara de Salvador e respaldada pelo governo geral, impor aos vizinhos mais pobres o ônus da

⁵³ SAMPAIO, 2014, p. 390.

⁵⁴ PITA, *op. cit.*, p. 77; ver também p. 25.

produção subsidiária⁵⁵ – o que explica a resistência às tentativas de obrigar os produtores de açúcar do Recôncavo a plantarem mandioca para sua subsistência, com a consequente recorrência de crises de abastecimento, ao que parece mais intensas na Bahia que no restante do Brasil. Francisco Carlos Teixeira identificou 17 anos de crise entre 1638-1700, 13 dos quais entre 1671-1700, indicando que o crescimento demográfico estava exercendo pressão sobre a capacidade de alimentar a população. Em 1688, ápice da crise, um alqueire de farinha chegou a custar 1\$200, quatro vezes o preço de 1682, e seis vezes o de 1679!⁵⁶

Um concorrente da mandioca acabou por se tornar, em finais do século, uma das mais importantes produções baianas: o tabaco. Exigindo investimentos muito menores que o açúcar, e contando com um mercado em expansão, o tabaco conheceu um grande aumento ao longo dos Seiscentos, passando de um produto minoritário para o segundo cultivo da Bahia: em 1666 foram exportadas legalmente para Portugal cerca de 1 mil toneladas e, em 1699, quase 3 mil, graças ao aumento da produção e a intensificação do controle alfandegário. É de se notar que o maior avanço ocorreu entre 1680 e 1686, quando a produção triplicou, justamente no momento de desaceleração da produção açucareira – embora os anos difíceis de 1686-1689 pareçam ter afetado também essa cultura. O fumo tornou-se, assim, fonte de imensos lucros para a Coroa e uma alternativa para aqueles que desejavam adentrar na produção para exportação ou fugir dos problemas enfrentados pela economia açucareira. Esse cultivo acolheu produtores de todos os tipos, inclusive alguns membros da elite açucareira que decidiram diversificar suas atividades

⁵⁵ PUNTINI, Pedro. *O Conchavo da Farinha: especialização do sistema econômico e o governo-geral na Bahia do século XVI*. In: _____. *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial, 1548-1700*. São Paulo, Alameda, 2014.

⁵⁶ ALDEN, *op. cit.*, p. 347-52; e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia* (Salvador e Rio de Janeiro, 1690-1790). Tese (Doutorado em História). PPGH/UFF, Niterói, 1990.

econômicas, mas a predominância parece ter sido dos pequenos cultivadores, dotados de poucos escravos⁵⁷.

Empório de todas as riquezas

Jucá de Sampaio demonstrou como o Rio de Janeiro se tornou, a partir de 1720, a “encruzilhada do império” português, em razão de sua preeminência no abastecimento do mercado mineiro⁵⁸. Nos Seiscentos, porém, e especialmente em sua segunda metade, o eixo que fazia girar o comércio imperial lusitano era Salvador. Como no Caribe inglês, essa posição baseava-se, em última medida, no açúcar⁵⁹, mas ia muito além. Apesar de escassez de estudos sistemáticos sobre o funcionamento do comércio atlântico da Bahia, é necessário tratar brevemente desse aspecto, pois, no dizer do sempre ufanista Sebastião da Rocha Pita,

o comércio, que lhe resulta dos seus preciosos gêneros, e da frequência das embarcações dos Portos do Reino, das outras Conquistas, e das mesmas Províncias do Brasil, trocando umas por outras drogas, a faz uma feira de todas as mercadorias, um empório de todas as riquezas, e o pudera ser de todas as grandezas do Mundo, se os interesses de Estado, e da Monarquia não impediram o tráfico e navegação com as Nações Estrangeiras⁶⁰.

Após uma fase inicial de abertura comercial e grande participação direta de navios flamengos no comércio brasileiro, a tendência a partir da transição para os Seiscentos passou a ser de maior controle e tentativa de estabelecer efetivamente o exclusivo

⁵⁷ FLORY, Rae. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Texas, Austin, 1978, p. 156-216; HANSON, Carl. *Monopoly and Contraband in the Portuguese Tobacco Trade, 1624-1702*. *Luso-Brazilian Review*, v. 19, n. 2, 1982, p. 149-68; e NARDI, Jean-Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

⁵⁸ SAMPAIO, 2003, p. 148-84.

⁵⁹ WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão* (trad.) Rio de Janeiro: Americana, 1975 [1944], p. 57-93.

⁶⁰ PITA, *op. cit.*, p. 78.

comercial, quando menos pela guerra que opunha a Monarquia Hispânica às Províncias Unidas dos Países Baixos na Guerra dos 80 anos (1568-1648). Mesmo assim, o comércio de açúcar continuou a ser um negócio transnacional, já que o mercado do açúcar baiano estava nos Países Baixos, Inglaterra, Itália e no Sacro-Império, pois Portugal não consumia mais que uma pequena parte da produção de suas conquistas⁶¹.

Os infortúnios da guerra contra os neerlandeses, que tomaram centenas de navios portugueses no Atlântico entre 1630-1650, ensejaram a adoção de uma política de frotas para o Estado do Brasil. Sua irregularidade, porém, tornou-as odiosas para os moradores da América Portuguesa, pois forçavam a acumulação (e consequente depreciação) do açúcar nos portos: entre 1645-1662 partiram apenas oito esquadras de navios – mais ou menos uma a cada dois anos. A partir de 1664, porém, as frotas tendem a se regularizar, apesar da difusão de licenças para navios partirem fora dos comboios haver diminuído seu tamanho. O efeito secundário dessa política foi a concentração quase absoluta do comércio em Lisboa – o que, incidentalmente, reforçava os laços entre a Corte e Salvador, o principal destino das embarcações portuguesas vindas para o Brasil desde 1630⁶². Como disse o maior pregador português, “a Bahia, como as outras cidades do Brasil, só seis meses do ano estão sobre a terra, os outros seis andam em cima d’água, indo e vindo de Portugal”⁶³.

As ligações comerciais podiam, porém, ultrapassar o mundo português. Entre 1585-1645, a maioria dos navios que entravam no porto de Buenos Aires vinha da Bahia e trazia escravos africanos (cerca de 25 mil em todo o período), manufaturados

⁶¹ EBERT, Christopher. *Between Empires: Brazilian sugar in the early Atlantic economy, 1550-1630*. Leiden: Brill, 2008.

⁶² Cf. o confuso trabalho de FREITAS, Gustavo de. *A Companhia-Geral do Comércio do Brasil (1649-1720)*. São Paulo: separata da Revista de História (USP), 1951.

⁶³ VIEIRA, Antônio. “Voz de Deus ao Mundo, a Portugal e à Bahia” [1695]. In: _____. *Sermões e vários discursos*. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes, 1710, t. XIV, p. 258.

europeus e açúcar, trocados pela prata de Potosí – mas também por farinha de trigo e carne seca⁶⁴. Daí a exagerada afirmação do francês Pyrard de Laval, de que nunca havia visto “um lugar onde a prata seja tão comum como no Brasil: prata vinda do rio da Prata, situado a 500 léguas desta baía”⁶⁵, assim como os problemas originários da falta de moeda após a Restauração.

Se vinham manufaturados e produtos alimentícios do Reino e das ilhas, era da África que partia a mercadoria fundamental para a reiteração da sociedade baiana: os escravos. Afinal, como pregou o Padre Antônio Vieira no final da vida, era “o Reino de Angola, na oposta Etiópia, de cujo triste sangue, negras e felizes almas se nutre, anima e conserva o Brasil”⁶⁶. Por outro lado, e isso é menos enfatizado, a própria sobrevivência da Angola portuguesa dependia da demanda brasílica por cativos, como destacaram os camaristas soteropolitanos em 1687: “porque cessando o labor dos frutos do Brasil, há de perder-se também o negócio dos escravos de Angola: isto é claro”⁶⁷. Como em muitos temas, sabe-se bem menos da dinâmica do tráfico seiscentista entre a Bahia e a África do que do século subsequente, mas parece claro o gradual aumento da influência brasílica sobre Luanda no século XVII, especialmente após a restauração de Angola, em 1648.

Primeiro, o zimbo de Ilhéus e, depois, a cachaça brasílica ganham importância no mercado angolano, fortalecendo a ligação entre as duas margens do Atlântico Sul. O elevado teor alcoólico da bebida, o baixo preço (produzida que era por escravos) e a maior durabilidade nas agruras da travessia atlântica a favoreciam frente ao vinho lusitano, acabando por baixar o preço relativo

⁶⁴ CANABRAVA, Alice. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1984, p. 118-47; MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988, p. 62-7.

⁶⁵ “François Pyrard de Laval” [1619, trad.]. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (ed.). *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos, 1591-1808*. Rio de Janeiro; São Paulo: José Olympio; Unesp, 2012, p. 365.

⁶⁶ VIEIRA, 1710, p. 253.

⁶⁷ CS, v. III, p. 50.

do africano escravizado para os produtores baianos e facilitando a reprodução do escravismo americano.

Por isso, apesar das múltiplas tentativas de proibições da produção nos alambiques americanos, como em 1639, 1646, 1649, 1659, 1664 e 1669, principalmente para não prejudicar as vendas de vinho (pois sobre esse produto recaía o donativo para sustento da infantaria), nunca se obteve sucesso, para frustração dos governadores-gerais, como se percebe nessa carta de 1661 de Francisco Barreto: “não houve general algum deste Estado desde Antônio Teles da Silva até o presente que as não mandasse proibir”⁶⁸.

Entretanto, o privilégio dos senhores de engenho de poderem produzir “para gasto de suas casas e escravos”, “por se entender que este era o único remédio com que se poderiam conservar”⁶⁹, e o irregular suprimento de vinho nas frotas estimulavam o crescimento da produção e a consequente ascensão desse trato alcoólico. Introduzido em 1650, ganhou força a partir de 1665, contribuindo para o aumento do número de africanos escravizados enviados para Salvador. Em 1679, porém, o *lobby* dos mercadores reinóis consegue a proibição e diminuição da entrada de cachaça na África portuguesa – sem que, porém, o vinho voltasse a ganhar espaço. Mesmo assim, a proibição foi reafirmada em 1689. Com a atuação conjunta da Câmara de Salvador, cujo principal argumento era que “com esta droga se facilita a condução dos negros, e faltando fica cessando o trato e negócio, e perdidos o interesse que granjeiam esses

⁶⁸ AHU, Bahia, LF, cx. 16, documento 1811. Cf. também DH, v. 65, p. 329-30 e v. 66, p. 232-4; AHU, CM, cód. 16, f. 104v; cód. 275, f. 93v; AHU, Bahia, LF, cx. 10, documentos 1240-1 e cx. 15, documento 1740; Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS), *Provisões do Governo e Senado*, 1660-77, f. 60-64 e 1664-72, f. 126 e CCLP, v. VII, p. 49-50. Cf. também MAGALHÃES, Pablo. *Equus Rusus: a Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-54)*. Tese (Doutorado em História) - PPGH/UFBA, Salvador, 2010, v. I, p. 311-3, para a participação de eclesiásticos nesse debate.

⁶⁹ Respectivamente, AHU, CM, cód. 14, f. 181-181v; AHU, Bahia, LF, cx. 18, documentos 2081-2.

moradores”⁷⁰, da de Luanda e de D. João de Lencastre (governador de Angola em 1688-91 e governador-geral do Brasil em 1694-1702), assim como o crescimento da demanda brasileira por cativos, finalmente se libera o comércio em 1695. Embora não haja dados para o período anterior, 61,5% das importações angolanas de cachaça, em 1699, advêm de Salvador, demonstrando sua preeminência⁷¹.

Por esses anos, porém, já não vinha de Angola a maior parte dos escravos chegados a Salvador, mas da Costa da Mina, de onde se traziam escravos desde finais da década de 1670, e que em 1686 ultrapassou a África Centro-Ocidental, passando a fornecer mais da metade dos cativos chegados à Bahia. Ignoravam-se, assim, diversas leis que proibiam o comércio com portos não portugueses, como o alvará de 27 de novembro de 1684. A necessidade americana de braços faz com que, a partir de 1698, a Coroa aceite e procure regular de alguma maneira esse tráfico. O tabaco de terceira qualidade, encharcado de melaço para adocicá-lo e torná-lo mais atrativo para os consumidores africanos, tornou-se produto de grande demanda na Costa da Mina (só em 1699 foram enviadas 116 toneladas), onde a cachaça não fez tanto sucesso. Para ter acesso ao fumo, as feitorias africanas neerlandesas passaram a permitir, apesar das restrições da Companhia das Índias Ocidentais (que só autorizou o comércio em 1714), que navios oriundos do Brasil comercializassem em suas possessões, cobrando uma taxa de 10% da carga – liberalidade que não se estendia às naus vindas de Portugal⁷². Assim como no caso da aguardente enviada

⁷⁰ CS, v. III, p. 94-6.

⁷¹ ALENCASTRO, *op. cit.*, p. 256-9 e 307-23; e CURTO, José. *Álcool e escravos: o comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico transatlântico de escravos (c. 1480-1830) e seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2002, p. 123-49.

⁷² NARDI, *op. cit.*, p. 217-21; SCHWARTZ, Stuart; POSTMA, Johannes. The Dutch Republic and Brazil as Commercial Partners on the West African Coast during the Eighteenth Century. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (eds.). *Riches from*

para Angola, tornava-se possível obter o insumo essencial para a reprodução da sociedade baiana – africanos escravizados – por meio de derivados baratos da produção para exportação, fornecendo-lhe mais autonomia econômica frente às inevitáveis oscilações sofridas pelo preço do açúcar, sempre vulnerável à competição externa e às disputas políticas no Velho Mundo.

As conexões baianas estendiam-se, porém, para além do Atlântico, devido a sua posição privilegiada para funcionar como escala da Carreira da Índia. O medo do contrabando, porém, fazia com que essa parada fosse proibida. Entretanto, a fragilidade da Carreira da Índia em meados dos Seiscentos fazia com que a parada em Salvador se tornasse cada vez mais comum para reparar e suprir os navios – mas também para auferir lucros no contrabando. A provisão de 2 de março de 1672 que autorizou o escalamento e o comércio privado dos tripulantes não fez mais, portanto, que reconhecer prática já em uso há décadas, pois desde 1645 pouco mais da metade dos navios da Carreira fazia a parada em Salvador.

Mais importante que os reparos das naus e mesmo que a construção de três galeões na segunda metade dos Seiscentos – embora sejam sinais da vitalidade econômica baiana, capaz de suportar essa pesada carga – foram as relações comerciais estabelecidas entre Brasil e Ásia via Bahia. O tabaco de primeira qualidade tornou-se central para a manutenção do comércio português com a Ásia, sendo a mais lucrativa exportação lusitana para aquele continente em finais do XVII e disseminando-se tanto pela Índia quanto pela China, via Goa e Macau. Por outro lado, vendiam-se tecidos asiáticos em Salvador – que enviava parte deles para a África, para serem trocados por escravos, acabando por ultrapassar por volta de 1670 Lisboa nesse comércio – e ocupava-se a carga restante nos navios com açúcar. A Carreira

da Índia era, assim, revitalizada e, através da Bahia, todo o império era articulado⁷³.

É muito difícil estimar de maneira precisa a contribuição baiana para o império, mas as análises sobre o orçamento do império em 1681 permitem uma aproximação. Nesse ano, a receita total da administração central da monarquia foi de 1.595,4 contos de réis. 290,1 contos advinham do contrato do tabaco: como 90% das remessas de fumo vinham da Bahia, ela é responsável por cerca de 260 contos. Pedreira estima que, no mínimo, um terço dos 505 contos arrecadados nas alfândegas advinham do comércio com o Brasil (168,3 contos); ainda se tem os dízimos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro para o ano de 1679, e a capitania baiana é responsável por 57,6% do total, proporção similar à utilizada na distribuição do donativo 20 anos antes. Assim, pode-se dizer que quase 100 contos da arrecadação das alfândegas advinham do comércio baiano – sem contar com o donativo, que valeria, teoricamente, 16 contos por ano. Assim, mesmo em um momento em que a contribuição do império para as finanças régias estaria em seu menor nível em toda a época moderna, a Bahia seria diretamente responsável por cerca de 22% da arrecadação central da monarquia – e o crescimento do tabaco só faria crescer sua relevância nos anos seguintes. Por ser impossível sequer arriscar uma quantificação grosseira, não se conta aqui com sua contribuição indireta, mas cabe relembrar que Salvador recebia um terço dos cativos angolanos, e pouco mais da metade dos navios da Carreira da Índia - nas últimas décadas dos Seiscentos - paravam em seu porto, sendo fundamental para a sobrevivência desses dois outros espaços.

⁷³ LAPA, José Roberto do Amaral Lapa. *A Bahia e a Carreira da Índia*. 2^a Ed. São Paulo/Campinas: HUCITEC/Ed. Unicamp, 2000 [1968]; FERREIRA, Roquinaldo. "A arte de furtar": redes de comércio ilegal no comércio imperial ultramarino português (c. 1690-c. 1750). In: FRAGOSO, João; GOUVÉA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na Trama das Redes: política negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 213-21; CHAUDURI, Kirti. O Comércio Asiático. In: _____. BETHENCOURT, Francisco (dirs.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, v. II: do Índico ao Atlântico (1570-1697), p. 195.

De qualquer maneira, a Bahia sozinha contribuía muito mais para a receita portuguesa, em termos proporcionais, do que todo o Novo Mundo para a monarquia hispânica nas últimas décadas do Seiscentos⁷⁴ – ou para qualquer outra potência europeia à época, em verdade.

Assim, se desde a década de 1620 está claro que o Brasil é a “vaca de leite” da Coroa “em razão do avultado rendimento que lhe dava”, como afirmou D. João IV em 1655⁷⁵, ou, como disse menos crumente o Conselho da Fazenda de 1656, a “substância principal” da monarquia⁷⁶, a preponderância baiana na produção açucareira e, principalmente, a ascensão do tabaco deixam muito claro que a Bahia é a “substância principal” do Brasil⁷⁷. Na crueza característica do “boca do inferno”, é “que os brasileiros são bestas, e estarão a trabalhar toda a vida por manter maganos em Portugal”. Entende-se, assim, porque por volta de 1690 um papel anônimo afirmou que “a Bahia é a cabeça do Estado do Brasil, e se considera não ter Sua Majestade da cidade de Lisboa afora, outra praça de maior importância, assim pela quantidade de gente que tem, como pelos seus cabedais, como também pelo seu negócio”⁷⁸.

⁷⁴ STORRS, Christopher. *The Resilience of the Spanish Monarchy, 1665-1700*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 106-50.

⁷⁵ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1844, t. IV, parte 2, p. CL.

⁷⁶ PEDREIRA, Jorge. Custos e Tendências Financeiras no Império Português, 1415-1822. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (dirs.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: 70, 2009 [2007], p. 53-91; COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch. *História Económica de Portugal, 1143-2010*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, p. 191, p. 202-7; HESPANHA, António Manuel. A Fazenda. In: _____ (coord.); MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998 [1993], v. 4: o Antigo Regime (1620-1807), p. 207-10; CARRARA, 2009, p. 126.

⁷⁷ Cf., por exemplo, PARADA, Antônio Carvalho. “Justificação dos Portugueses” [1643]. In: CRUZ, António (Org.). Papéis da Restauração. Porto: Faculdade de Letras, 1969, p. 212-5.

⁷⁸ “Informação do Estado do Brasil e suas necessidades” [c. 1690]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 25, 1862, p. 468.

PODER, POLÍTICA E ABASTECIMENTO (CAPITANIA DA BAHIA, SÉCULO XVIII)¹

Avanete Pereira Sousa

As questões relacionadas ao abastecimento de gêneros de primeira necessidade marcaram a dinâmica político-administrativa da cidade de Salvador e de seu termo, de maneira específica, e de toda a capitania da Bahia, de forma geral, ao longo dos séculos. Entretanto, foi a partir da segunda metade do século XVIII que a preocupação e a atenção das autoridades coloniais, do governo-geral da capitania às câmaras municipais, foram intensificadas. Nas sessões da Câmara de Salvador, os debates passaram a girar em torno da necessidade de suprir a cidade de produtos de subsistência e garantir a justa distribuição de alimentos aos moradores, sobretudo da farinha, popularmente conhecida como “o pão da terra”.

Notadamente, o comércio de víveres e a maior parte das atividades mercantis, desenvolvidas no interior das cidades e vilas e seu termo, estavam submetidos à regulação das municipalidades². A exigência de licenças anuais, de aquisição de balanças e medidas devidamente afiladas, bem como a fixação de preços de produtos e de lugares determinados

¹ Este artigo é fruto de pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Bahia 16-19: American, European, and African forging of a colonial capital city.

² Cf. estudos para a cidade de São Paulo: MOURA, Denise A. Soares de. Região, relações de poder e circuitos mercantis em São Paulo (1765-1822). *Saeculum. Revista de História* [14], João Pessoa, jan./jun. 2006. Para Minas Gerais, ver CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: UFJF, 2007; e SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

para o estabelecimento de vendas e tabernas ou para o comércio ambulante, fazia parte dos atos rotineiros das câmaras municipais e, geralmente, obedeciam à necessidade de racionalização e controle do espaço urbano e aos fluxos conjunturais que afetavam o comércio local³. Se isto era válido para as vilas menores, na capital, a ação da Câmara era ainda mais visível, sendo as posturas municipais regularmente editadas e incisivas quanto a inúmeros itens de controle⁴.

A regulamentação do mercado urbano e do comércio de víveres nas vilas e cidades era prática rotineira das câmaras portuguesas e estava prevista na legislação régia. Tal costume, ao que parece, assinalava as ações das monarquias europeias na época moderna e fora também comum na Inglaterra e França dos séculos XVI e XVII, onde os reis interferiam no comércio de gêneros de primeira necessidade creditando a falta e carestia de alimentos à ação de monopolistas e produtores⁵.

Na Inglaterra - de modo especial, posto ser a precursora de um novo modelo de economia política, o *laissez-faire* - , quando o mercado de víveres passou a ser profundamente reorganizado a partir de diretrizes liberais, o que se verificou foi uma série de revoltas populares por todos os lados. A população, na ausência de ações mais concretas por parte das autoridades locais, tomou para si a responsabilidade em fixar preços e garantir o seu cumprimento; bloqueavam estradas para impedir que os gêneros de primeira necessidade fossem levados para outras localidades; ocupavam padarias e moinhos para garantir o abastecimento do pão, etc⁶.

³ Arquivo Público da Bahia (APB). Seção Colonial e Provincial. *Câmaras do interior da Bahia (1766-1799)*, maço 199.

⁴ Arquivo Histórico Municipal de Salvador (doravante AHMS), Posturas, 1716-1742, 1785.

⁵ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 176-193.

⁶ *Ibid.*, p. 176-177.

As inúmeras crises e revoltas ligadas à falta de víveres, na França do século XVIII, fizeram com que Henrique IV, que reinou entre 1589-1610, fosse relembrado como o mais popular dos reis franceses. Um dos motivos consistia justamente em sua política protecionista e intervencionista, no sentido de garantir a plena produção nos campos e o abastecimento satisfatório das cidades⁷.

Em território espanhol,

Los motines del pan [...] a lo largo de 1766 fueron buena muestra de la cronicidad del desabastecimiento provocado por las crisis periódicas [...]. La empecinada sucesión de tales: 1753, 1765, 1780, 1789, 1794, 1798, 1804, 1808-1809, [...] representan la evidencia de la habitual insuficiencia del abastecimiento de productos tan elementales para la subsistencia. [...] La liberación del comercio de trigo, decretada en 1765, sería el factor determinante del descontento generalizado que se manifestaría en motines de violencia diversa en muchas ciudades españolas en la primavera de 1766 [...].⁸

Durante o século XVIII, as ideias liberais que afloravam na Europa foram sempre acatadas com certa cautela por Portugal. Mesmo durante o período pombalino (1750-1777), tido como a época do reformismo ilustrado português, as reformas de Pombal não trouxeram mudanças significativas no que se refere ao abastecimento interno, e o antigo modelo intervencionista ainda encontrava amplo espaço⁹.

⁷ LADURIE, Emanuel Le Roy. *O Estado monárquico (França, 1460-1610)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 287-294.

⁸ "Os motins do pão [...] ocorridos em 1766 foram bons exemplos da cronicidade do desabastecimento causado por crises periódicas [...]. Episódios sucessivos: 1753, 1765, 1780, 1789, 1794, 1798, 1804-1809, [...] são evidências de que a oferta habitual de gêneros de primeira necessidade era insuficiente [...]. A liberalização do comércio de trigo, decretada em 1765, seria o fator determinante do descontentamento generalizado que resultou em diversos e violentos motins em muitas cidades espanholas na primavera de 1766[...]. VINCENTE, José Armillas. *Crisis de subsistência, hambre y violencia em Zaragoza alrededor de 1808*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2009, p. 35.

⁹ Sobre o período pombalino ver: FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1993.

Na Bahia, nomeadamente em sua capital, Salvador, uma das principais cidades da América portuguesa e epicentro dos circuitos produtivos e mercantis externos e internos à capitania, medidas protecionistas afloravam como necessárias especialmente em momentos de crise, que quase sempre significavam falta de farinha e de carne verde. E não foram poucas as crises desta natureza ao longo do século XVIII. Entre 1700 e 1770, há registros de cerca de vinte e quatro crises de subsistência, envolvendo a carência de farinha, motivadas por circunstâncias diversas: secas, chuvas em excesso, carestia, pragas, contrabando, etc¹⁰.

Tais conjunturas motivaram, por parte da municipalidade, ações no sentido de combater a falta do produto no mercado e, com isso, manter a “ordem das coisas”, geralmente abalada nessas ocasiões: proteger as “roças de mandioca” situadas próximas à cidade¹¹; taxar produtos; intervir junto à Coroa para que os senhores de engenho e lavradores de cana fossem obrigados a plantar mandioca; restringir a plantação de cana-de-açúcar a lavradores que possuíssem mais de 6 escravos; proibir a criação de gado, o plantio de cana e de tabaco nas áreas destinadas à produção de alimentos; obrigar os negociantes de escravos a prover, com roças próprias, as suas embarcações¹²; impedir que os navios que atracassesem no porto para o desembarque de mercadorias, ou por outro motivo, levassem mantimentos da terra, especialmente a farinha¹³; combater o açambarcamento, feito, principalmente por soldados que, por sua condição, constrangiam os lancheiros a lhes entregar suas mercadorias por menores preços para revendê-las a valores exorbitantes¹⁴;

¹⁰ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. 1990. 411 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990, p. 184-187.

¹¹ Cf. AHMS, *Atas da Câmara*, 1641-1750.

¹² Documento 1352. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 31, 1913.

¹³ AHMS, *Portarias*, 1710-25, f. 20v.

¹⁴ AHMS, *Ofícios ao Governo*, 1768-1807, f.67ss.

exigir que os próprios lavradores conduzissem seu produto ao porto, evitando a intermediação e o contrabando para “fora da capitania”¹⁵; instalação de postos de vendagem nas diversas freguesias¹⁶; regulamentação de preços, pesos e medidas.

Atitudes pontuais, no sentido de minorar a falta de víveres no mercado, levadas gradativamente a cabo entre meados do século XVII e todo o século XVIII, assumiram caráter permanente e, no geral, caracterizaram as ações camarárias no que se refere à regulamentação do mercado interno de alimentos indistintamente. Ou seja, tanto em períodos de crise como de abundância, o que mudava era o maior ou menor empenho em seu cumprimento, geralmente mais efetivo em momentos de crise, como a documentação, relativa às penalidades e punições por descumprimento das posturas municipais, deixa entrever.

As alterações ligadas ao mercado de subsistência naquele momento indicavam ter, como pano de fundo, muito mais que motivações relacionadas às variações climatológicas, em parte responsáveis pelas crises anteriores, e a destinação das terras mais férteis e cultiváveis para o plantio da cana-de-açúcar.

As transformações que, embora mais visíveis a partir daquele decênio (década de 1780), podem ter-se iniciado muito antes, e indicavam nova configuração do sistema colonial como um todo, inclusive, da América portuguesa. Tratava-se, em plano geral, de mudanças desagregadoras das bases sob as quais se pautavam o colonialismo mercantilista e o Antigo Regime em si e que atingiam “o velho e o novo mundo”, causando o rompimento total das relações coloniais - caso da independência das colônias inglesas da América do Norte, em 1776 -, e exigindo políticas reformistas capazes de conter possíveis revoltas e insurreições.

¹⁵ AHMS, *Ofícios ao Governo*, 1712-1737, f. 23.

¹⁶ AHMS, *Atas da Câmara*, 1731-1750, f.106.

No geral, a conjuntura de crise, em seu aspecto econômico-político, que se inicia nas últimas décadas do século XVIII nas áreas coloniais, fora marcada, entre outros fatores, pelos impasses ocasionados pelo pacto colonial e pelas resistências/críticas ao sistema de monopólio, cuja solução era o regime de livre comércio. Eram, pois, tensões mais amplas, mais profundas, que, no plano interno, enraizavam-se em questões cotidianas: aumento de impostos, e falta e carestia de gêneros de primeira necessidade etc. Esses elementos também estavam no bojo dos movimentos precursores da independência hispano-americana, ocorridos entre 1780 e 1810.

O que era visível, naquele momento, na Bahia, era a gestação de um sentimento de antagonismo de setores “comerciais” urbanos aos mecanismos de controle acionados pelo governo camarário, essencialmente no que se refere aos dispositivos da economia urbana e suas práticas. Entre muitos indicadores e traços dessas inquietações, dois documentos são reveladores do sentimento contestador de certo segmento da elite econômica local, bem como de setores mais “populares”: um requerimento entregue à Câmara de Salvador, em fevereiro de 1797, assinado por mais de 400 pessoas e por agentes econômicos diversos¹⁷: vendeiros, taberneiros, marchantes, lancheiros, produtores e criadores de gado¹⁸; e uma representação dos então denominados “habitantes da capitania Bahia” à rainha, D. Maria, em julho do mesmo ano¹⁹.

¹⁷ Dentre estes alguns nomes bastante conhecidos: Domingos da Costa Braga e Adriano de Araújo Braga, comerciantes de grosso trato, Garcia Dias D'Ávila e os Guedes de Brito, proprietários de terras, gado e escravos. APB, *Inventários e Testamentos*, 1797; CALMON, Pedro. *Introdução e notas ao catálogo genealógico das principais famílias de frei Jaboatão*. 2v. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

¹⁸ Ao dar conhecimento desse requerimento ao governador-geral da capitania, Dom Fernando José de Portugal, os camaristas pareciam ter sido pegos de surpresa com a solicitação ao admitirem ser “inteiramente novo e estranho o fim a que ele (o requerimento) se encaminhava”. APB, *Cartas ao Governo - Senado da Câmara*, 1783-1799, maços 201-214, documento 59.

¹⁹ Este documento não estava assinado, referia-se ao fato de *não haver um meio seguro e franco pelo qual cada um pudesse livremente dirigir-se a V. Majestade*. Tudo leva a crer que já era de tensão o clima político na cidade naquele ano que antecedeu

O documento fazia referência ao quadro de penúria por qual passava o povo, na linguagem dos requerentes, “vexado e oprimido das quase contínuas faltas que experimenta dos gêneros da sua principal subsistência”²⁰; clamava por providências e afirmava que

[...] a origem de todos esses males não poderá jamais cessar de todo sem que se adote aquele sistema fundado na razão, justiça, e nos interesses recíprocos da sociedade sugerido pela mesma justiça, e equidade que devem guiar todas as ações dos que governam; sugerido finalmente pela mesma experiência de todos os tempos, séculos mais iluminados, e de todos os países onde se conhecem os verdadeiros princípios da economia [...]²¹.

A proposta que se seguia era a de

[...] libertar o comércio [...]s de todos os obstáculos, proibições, taxas, que podem impedir, ou diminuir de alguma forma o rápido progresso da sua circulação [...] que não podem ser senão muito nocivos e prejudiciais [...] à subsistência deste povo²².

Os moradores solicitantes reconheciam que este pleito, amplo e ambicioso, não teria condições de ser totalmente implementado a curto prazo. Todavia, exigiam a quebra imediata do sistema de tabelamento de preços, prática considerada “causa principal, e não outra” da crise de abastecimento por que passava a cidade nos últimos anos do século XVIII. Daí a solicitação de que a “liberdade de preço” fosse a primeira medida a ser adotada pelo Senado, visando ao “restabelecimento da abundância, suscitando a concorrência”, combinando os interesses de vendedores e consumidores e neutralizando a ação dos atravessadores²³.

²⁰ à Conjuração Baiana de 1798. Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), documento 14742.

²¹ APB, *Cartas ao Governo - Senado da Câmara*, 1783-1799, maços, 201-214, documentos 38, 53, 59 e 71.

²² *Ibid.*

²³ *Ibid.*

A representação, de teor semelhante, mas ainda mais abrangente, expunha “o abismo de confusões, misérias e penúrias a que sevê reduzida a cidade [...], dominada pelo despotismo e vexames”, e solicitava “[...] reformas [...] e abolição de todas as antigualhas, de taxas e de monopólios [...]”²⁴, tidas pelos reclamantes como decorrentes da tutela geral do Estado e da intervenção camarária sobre a economia.

Ao que parece, nesse mesmo período, as crises de subsistência, e os fatores a elas subjacentes, não eram específicas de Salvador, mas afetavam boa parte dos núcleos urbanos das diferentes capitania. No Rio de Janeiro, as secas, as pragas e a carestia causavam fome generalizada, sobretudo entre os setores mais pobres, desde 1779²⁵. Nas várias cartas escritas à Câmara de Salvador, em 1783, a população se reportava “à grande fome e flagelo por que passava a capitania de Pernambuco, devido à falta de farinha, carnes e todos os outros víveres necessários para sustentar a vida” e implorava-lhe que não deixasse que isto ocorresse na Bahia, lembrando-lhe que estava sob sua responsabilidade “a vigilância sobre os mantimentos e a guarda dos frutos da terra”²⁶. As cartas denunciavam, ainda, a “cobiça de certos negociantes que usando de suborno carregam os víveres para fora da cidade e para suas carregações de escravos, principalmente a farinha [...], fazendo subir os preços”. As capitania de Alagoas, Ceará Paraíba e Maranhão passavam por situação semelhante²⁷.

Na capitania da Bahia, além da constatada crise em Salvador, notícias de fome e falta de farinha, milho, feijão e arroz chegavam das vilas de Ilhéus e Porto Seguro. As câmaras destas localidades

²⁴ AHU, documento 14742.

²⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, *op. cit.*, p. 187.

²⁶ APB, *Correspondências Recebidas pelo Governo*, 1783-1799, maço 201-14, documento 30.

²⁷ *Ibid.*

atribuíam tal crise ao fato dos mantimentos produzidos nestas capitanias - nas “vilas de baixo”, Cairú, Camamú e Boipeba, e nas vilas de Barra do Rio das Contas, Barcelos e Maraú, na capitania de Ilhéus, bem como em Alcobaça, Prado e Caravelas, na capitania de Porto Seguro – servirem ao abastecimento da capital e a suprir as necessidades dos navios que trafegavam para a África²⁸.

Esse mercado local não era alheio às tendências de fluxo e refluxo desetores tradicionalmente vinculados a agroexportação. Entretanto, ampliava-se à medida que se tornava o elo necessário entre o rural e o urbano, produtores e consumidores, canal privilegiado de circulação e distribuição de víveres e gêneros variados. Além disso, expressava, nos níveis de troca, de compra e venda e de comercialização de excedentes, a emergência de um espaço “periférico” no interior do sistema; espaço este que, em finais do século XVIII, havia transformado Salvador, a capital da capitania, no epicentro mercantil de produtos de subsistência, para além de sua importância nas relações comerciais de larga escala com a metrópole²⁹.

Todavia, o dinamismo da produção interna nem sempre era suficiente para suprir a demanda, cada vez mais crescente e motivada por fatores diversos (aumento demográfico, incremento do tráfico negreiro, etc.), tornando-se comuns alternados momentos de abundância e de escassez de alimentos, alguns deveras curtos e moderados, outros longos e intensos; ambos com efeitos devastadores sobre a população urbana, sobretudo a mais pobre³⁰.

O abastecimento de gêneros de primeira necessidade era ainda afetado pelas intempéries do tempo e, em determinados momentos, pela alta do preço do açúcar nos mercados

²⁸ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Manuscritos, 3, 14, 10.

²⁹ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 131.

³⁰ *Ibid.*, p. 133.

internacionais, o que direcionava as terras produtivas para o plantio da cana, inclusive com a ocupação de áreas até então destinadas ao cultivo de gêneros alimentícios. Assim ocorrera com terras do Recôncavo e de outras regiões que produziam para o mercado de Salvador³¹ e assim ocorrera em várias outras capitâncias. Vilhena³², em finais do século XVIII, confirmava a relação agricultura de subsistência e economia de exportação: atribuía a carestia da farinha ao auge a que havia chegado o preço do açúcar, de forma que, dizia:

[...] não há quem não queira ser lavrador de canas-de-açúcar e esta é a razão porque os lavradores, que sempre foram de farinhas, vão deixando de o ser, só para lavrarem açúcar, de que uma arroba lhes dá para comprarem quatro alqueires de farinha³³.

De acordo com Stuart Schwartz³⁴, referindo-se especificamente ao mercado baiano, à medida que o surto exportador se intensificava o problema do abastecimento de víveres na capitania agravava-se cada vez mais. Os preços altos do açúcar e do fumo levavam produtores de gêneros alimentícios a abandonarem a produção, destinada ao mercado local, para usufruírem de alguma forma da recuperação da economia exportadora. Movimento que põe por terra a política metropolitana de interiorização do plantio de alimentos³⁵ (modelo explicativo das crises de abastecimento do Brasil colonial e do século XIX, bastante conhecido). Assim, em finais do século XVIII, por quase toda a colônia, a oferta de alimentos era comprovadamente menor que a demanda, resultado e resultante das transformações do mercado colonial em setores importantes como o de subsistência e o exportador.

³¹ *Ibid.*, p. 141-142.

³² VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã Editora, 1969.

³³ *Ibid.*, p. 37.

³⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1988, p. 56.

³⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, *op. cit.*, p. 67.

Na capitania do Maranhão, na vila de Caxias, a emergência do cultivo do algodão interferiu profundamente na produção de gêneros de primeira necessidade, levando a municipalidade a proibir a saída de mantimentos para outros lugares da capitania, inclusive para a capital, São Luís, “posto já ser esta abastecida por Guimarães e Icatu”³⁶. Na capitania do Ceará, as câmaras das principais vilas passaram a fazer anualmente uma espécie de censo dos lavradores de mandioca, de forma que pudessem acompanhar e, eventualmente, punir os que abdicassem do seu plantio³⁷. Na Bahia, as câmaras das vilas de Jaguaripe e Maragogipe adotaram a mesma estratégia³⁸.

Em Salvador, a intensificação da tradicional política camarária mostrou-se insuficiente a ponto de o governador-geral, D. Afonso José de Portugal, marquês de Valença, contrariando um dos principais fundamentos de tal política, a taxação de preços, decidir-se por estabelecer por meio de bando, e pela primeira vez, a total liberdade de preços dos víveres, embora ressaltasse que apenas por tempo determinado ou como ele mesmo disse, “pelo tempo suficiente para acalmar lavradores e vendedores”. Solicitou, também, às demais câmaras das vilas da capitania que fizessem o mesmo em suas localidades³⁹.

Nos anos subsequentes, as solicitações dessa natureza, por parte de produtores e comerciantes, passaram a ser veementemente negadas, pois, em nome do “bem comum”, a orientação régia era a de que “se tratasse de tudo, sem inovar coisa alguma”⁴⁰.

³⁶ ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 14, abril, 2000, p. 32-71.

³⁷ AHU, Capitania do Ceará, documento 10.

³⁸ APB, Seção Colonial e Provincial. *Correspondências recebidas de autoridades diversas*. Câmaras do interior da Bahia, maço 199, documentos 14 e 18.

³⁹ APB, *Correspondências recebidas....* Câmaras do interior da Bahia, maço 199, documento 7.

⁴⁰ *Ibid.*, documento 14.

Em 1785, a resposta do governador-geral, D. Rodrigo José de Menezes, às pretensões dos plantadores e mercadores que, como diz Silva⁴¹, “procuravam estabelecer o lucro, em lugar do bem comum, como elemento organizador da vida social”, consistiu em ações que, inclusivamente, contrariavam os interesses das câmaras das diversas vilas da capitania, sobretudo da Câmara de Salvador: a centralização da venda dos chamados “cereais da terra” (farinha, milho, arroz e feijão) na capital, por meio da instalação do Celeiro Público⁴².

A justificativa para a criação deste órgão regulador centrava-se na “falta de mantimentos de primeira necessidade, ocasionada pela exportação irregular e monopólio de certos comerciantes”, o que causava prejuízo à população e exigia ações mais vigilantes, afirmava o governador em correspondência à Câmara⁴³. Ao que parece, aos olhos do governador, a Câmara não estava conseguindo dar conta do controle e regulamentação da produção, oferta e circulação dos gêneros de subsistência, impondo a necessidade de transferência de parte da prerrogativa camarária de ação sobre o mercado local, para outras esferas de poder do Estado metropolitano em terras americanas, especificamente vinculadas ao governador-geral da capitania⁴⁴.

De fato, as questões relativas ao abastecimento eram tidas pelo Estado como de importância fundamental. A falta de alimentos, não raras vezes, redundava em motins e revoltas - como os

⁴¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, *op. cit.*, p. 304.

⁴² Denso estudo sobre o Celeiro Público foi feito por Afrânio Mario Simões Filho. Ver: FILHO, Afrânio Mário Simões. *Política de abastecimento na economia mercantil: o Celeiro Público da Bahia (1785-1866)*. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

⁴³ Ofício do governador D. Rodrigo José de Menezes dirigido à Câmara desta cidade, relativamente ao Celeiro Público. In: SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. Memórias históricas e políticas da província da Bahia. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1931, p. 72.

⁴⁴ BRITO, João Rodrigues de. *Cartas econômico-políticas: sobre a agricultura e comércio da Bahia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821; Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1924.

tumultos dos anos de 1703, 1704, 1712 e 1721 na Bahia - e, por isso mesmo, devia ser controlada e sanada⁴⁵. Daí a intervenção pessoal do governo-geral em esferas até então circunscrita às câmaras.

A criação do Celeiro Público e sua administração por indivíduos escolhidos e nomeados pelo governador, em tese, privavam a Câmara do exercício de um de seus mais importantes e seculares papéis: a garantia do aprovigionamento da população circunscrita a sua jurisdição, cuidando para que produtos indispesáveis à reprodução humana, sobretudo a farinha de mandioca, estivessem sempre disponíveis no mercado urbano local⁴⁶. Tal subtração de funções tornou-se fonte de constantes atritos entre poder local e poder central, posto que a cada dificuldade enfrentada pelos administradores do Celeiro no recolhimento e fornecimento de víveres, a Câmara reivindicava sua preeminência na regulação do abastecimento da cidade e lançava, à revelia daqueles, posturas que obrigavam os lavradores a trazerem o fruto de suas colheitas ao Celeiro e proibiam a exportação de farinha para outras capitâncias⁴⁷.

A conjuntura que marcou a instalação do Celeiro Público da Bahia foi idêntica à que, ao longo da história, sempre esteve por trás da criação de institutos semelhantes, como o Terreiro do Trigo em Lisboa (séc. XVI), os Celeiros Públicos de Luanda (Angola) e de Moçambique (estes dois últimos no mesmo decênio que o da Bahia) e os depósitos locais de cidades europeias e da América espanhola no século XVIII⁴⁸: crises de subsistência e necessidade de dirimir seus resultados, quais sejam insatisfação, motins e revoltas.

⁴⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, *op. cit.*, p. 183-184.

⁴⁶ Atribuição constante das próprias leis régias, cf. Ordenações Filipinas. Fac-simile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

⁴⁷ AHMS, *Posturas*, 1650-1787, postura n. 99.

⁴⁸ BARICKMAN, *op. cit.*, p. 134.

Única instituição do gênero no Brasil colonial⁴⁹, o Celeiro Público teve como justificativas para sua criação a “falta de mantimento de primeira necessidade” e a regulamentação da compra e venda da farinha de mandioca, sobretudo da sua exportação irregular e do monopólio de certos comerciantes, conforme correspondência do governador D. Rodrigo José de Menezes à Câmara, em 7 de setembro de 1785⁵⁰. A proposta de Regimento, inspirada no Regimento de 1779 do Terreiro do Trigo em Lisboa, quando este já não mais estava sob jurisdição camarária, colocava tal instituto sob ampla e total responsabilidade do governador, encarregado de escolher e nomear o administrador-geral do Celeiro, bem como o escrivão e o tesoureiro. Os dois feitores e o meirinho eram escolhidos pelo administrador-geral e aprovados pelo governador⁵¹.

De acordo com o regimento, a função de administrador-geral era de provimento anual, entretanto, muitos administradores foram reconduzidos ao cargo nele permanecendo por vários anos. Exercido por homens de negócio de “grosso trato”, estabelecidos na cidade, o ocupante do ofício ficava responsável por administrar externa e internamente o Celeiro sem perceber ordenado algum. O posto foi ocupado por importantes comerciantes como Adriano de Araújo Braga, traficante de escravos, e Francisco Dias Coelho, que importava mercadorias do reino e as exportava para “dentro e fora da capitania”⁵².

⁴⁹ Existem referências genéricas a um possível Celeiro Público no Rio de Janeiro, mas sem comprovação documental. Há ainda referência de um Celeiro Público em Moçambique, criado na década de 1780, e que exercia as mesmas funções que o da Bahia. Ver referências em: GONÇALVES, Adelto. *Gonzaga, um poeta do iluminismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, cap. 3.

⁵⁰ Ofício do governador D. Rodrigo José de Menezes dirigido à Câmara desta cidade, relativamente ao Celeiro Público. In: SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e, *op. cit.*, p. 72.

⁵¹ Regimento para o Celeiro. In: Ignácio Accioli de Cerqueira e., *op. cit.*, p. 73-77.

⁵² Boa parte dos que ocuparam o cargo de administrador do Celeiro era comerciante de escravos ou estava, de alguma forma, ligada ao tráfico. APB, Testamentos e Inventários, Auto-Cíveis, 1785-1818.

O regimento determinava que todas as embarcações que entrassem no porto de Salvador, com cargas de farinha, milho, arroz e feijão, estavam obrigadas a declarar a quantidade de alqueires trazidos e a pagar uma taxa de 20 réis por alqueire depositado nas tulhas do Celeiro. Ademais, proibia-se a condução direta de farinha da zona de produção para qualquer vila do Recôncavo sem antes efetuar o registro da carga no Celeiro e pagar a devida taxa. O mesmo valia para a exportação do produto para fora da capitania, com o agravante de que, nesses casos, era necessária licença do administrador do Celeiro, ou do governador. A renda seria aplicada na construção e manutenção de um lazareto, na antiga Quinta do Tanque dos Jesuítas⁵³.

Após a instalação do Celeiro, os gêneros de subsistência que chegavam à cidade pelo porto passaram a ser comercializados no interior do próprio Celeiro e em pátio contíguo, bem como “no mar”, ou seja, nas próprias embarcações ancoradas em Salvador. Naqueles, o forte era o comércio a varejo, a consumidores urbanos e em menor escala. No mar, predominavam as vendas a grosso, ao atacado, de produtos, sobretudo de farinha, provenientes de zonas de “barra fora”, isto é, de fora do Recôncavo, para consumidores de grandes proporções como: comissários de navios, traficantes de escravos, exportadores e senhores de engenho⁵⁴.

Entretanto, tais práticas não amenizaram a falta de gêneros e, em especial, a de farinha. Embora fosse vedado ao Senado da Câmara “fazer correições” no Celeiro - o que dificultava a fiscalização da forma como a farinha e outros cereais chegavam às mãos do povo, atribuição que permanecia a cargo da municipalidade⁵⁵ -, a falta de gêneros de primeira necessidade chamava a atenção dos vereadores, pois mesmo fora da administração do Celeiro os edis continuavam como depositários dos reclamos

⁵³ Regimento para o Celeiro. In: SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e., *op. cit.*, p. 73-77.

⁵⁴ BARICKMAN, *op. cit.*, p. 135.

⁵⁵ VILHENA, *op. cit.*, p.157-159.

populares. Nesse sentido, a Câmara insistia na publicação de leis que regulavam a distribuição dos comestíveis em Salvador, e, no particular da farinha, o código de posturas de 1785, deliberava que

nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja possa vender farinha em sua casa por se achar estabelecido pelo Ilmo. e Exmo. Senhor General um Celeiro Público onde todo o povo deve ir comprar enquanto não houver ordem de sua majestade que o contrário determine⁵⁶.

Esses esforços culminaram, em 1853, na inclusão de um vereador como agente do governo na compra da farinha, na direção provisória do Celeiro, pela Câmara, em 1856 e, finalmente, na sua assunção, em caráter permanente, pela municipalidade, em 1859⁵⁷.

Ao longo do século XIX, o Celeiro tornou-se, por um lado, muito mais que um simples mercado público. Passou a ter o controle sobre todo o comércio de farinha e outros gêneros feitos por cabotagem. Assim, em princípio, a farinha não consumida em suas áreas de produção era prontamente destinada ao Celeiro, que se encarregava de sua distribuição posterior, a preços previamente estabelecidos, de acordo com as demandas da população citadina⁵⁸.

Por outro lado, criado para resolver as questões relativas à falta de alimentos na cidade, o Celeiro Público pareceu em quase nada contribuir para essa finalidade, pois, além dos roceiros e lavradores se recusarem a recolher nele os seus mantimentos, devido à taxa de 20 réis que tinham de pagar por alqueire de “todos os gêneros que ali entrassem”, os depósitos, segundo João Rodrigues de Brito, eram tão pequenos e insuficientes que “nas tulhas não cabiam nem o quanto a cidade gastava em uma semana”⁵⁹.

⁵⁶ AHMS, Posturas, 1650-1787, Postura n. 64.

⁵⁷ APB, Ofícios ao Presidente da Província. Ofícios à Tesouraria Provincial, 1853-1859, documento 1611.

⁵⁸ BARICKMAN, *op. cit.*, p. 136.

⁵⁹ BRITO, *op. cit.*, p. 34-5.

Em 1807, o desembargador João Rodrigues de Brito chamado a refletir sobre as causas da miséria da lavoura e do comércio, não se furtou a tecer sua opinião sobre esta matéria⁶⁰. Abordou questões antigas que se deflagraram na última década do século XVIII, mas cujo desfecho se arrastaria pelos trinta primeiros anos do século XIX: afirmava o ônus da legislação econômica local e colocava o Celeiro como obstáculo ao aumento da produção, pois afugentava tanto o lavrador como o transportador pelas taxações arbitrárias e penalizações indevidas⁶¹. Ademais, a vigilância e as medidas coercitivas não foram capazes de coibir os desvios de cargas e as vendas irregulares ao longo da costa.

É certo que a criação do Celeiro Público da Bahia representou muito mais que a tentativa de se resolver o problema da fome e das crises de subsistência que periodicamente afetavam a cidade. Teve significado maior, consistiu no controle dos sistemas de produção, circulação e consumo de gêneros pelo Estado e, consequentemente, no fortalecimento do poder central. E, como tal, não deixou de ser objeto de crítica dos que acreditavam na desregulamentação da sociedade e no abandono do poder de “pólicia”, tido como única forma de manter o controle sobre os agentes econômicos locais.

⁶⁰ As crises de abastecimento por que passava a cidade naquele momento motivaram a Câmara a encomendar tal estudo. Cf. VILHENA, *op. cit.*

⁶¹ Cf. BRITO, *op. cit.*, p. 25.

“JEITINHO BRASILEIRO” E OUTROS DESVIOS DE CONDUTA NA FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL DA AMÉRICA PORTUGUESA¹

Erivaldo Fagundes Neves

Introdução

No Brasil não se conhecem e nem se devotam apreço à história da pátria com a mesma intensidade que em outros países. Também não se reverenciam os feitos heroicos de antepassados nem se divulgam tanto a memória nacional como recurso de difusão da própria cultura. Em Portugal, por exemplo, a história lusitana é amplamente conhecida da população, que dela se ufana e a exalta como memória coletiva, através de eventos significativos como: a revolução mercantil, a pioneira formação de um estado nacional moderno, a expansão marítima, o estabelecimento do império colonial; e do significado desses acontecimentos, tanto para a população no conjunto da nacionalidade, quanto para cada cidadão nas suas individualidades, como culto cívico.

De modo diferente, o brasileiro se ressente da sua formação social e manifesta pouco interesse pelo conhecimento da sua ancestralidade, do que fizeram pessoas do seu grupo social

¹ Este capítulo, cuja primeira versão foi apresentada no *Workshop “A Evolução da Corrupção no Brasil: do Patrimonialismo Colonial ao Neopatrimonialismo da Atualidade”*, com o Prof. Antônio Silva Magalhães Ribeiro, no Centro de Estudos Sociológicos da Universidade Nova de Lisboa, em 10 de abril de 2014, resume, trechos de: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII-XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005; e de NEVES, Erivaldo Fagundes. *Crônica, memória e história: ensaio historiográfico dos sertões da Bahia* (em vias de publicação).

e do passado econômico, político e cultural do seu país. Talvez esse comportamento reflita uma subjetiva rejeição a fenômenos históricos, como a colonização genocida e etnocida, a escravidão negra e indígena, a concentração da propriedade dos meios de se produzir e do resultado do trabalho coletivo, a rígida estratificação da sociedade, os desequilíbrios sociais e regionais, a exclusão social, o analfabetismo; e exprima vícios socializados como valores culturais: injustiças sociais, truculência policial, violência social, banalização de infrações individuais e de contravenções sociais, prevaricação de políticos e agentes governamentais.

Em consequência desses subliminares ressentimentos, descendentes do entrechoque e do caldeamento de senhores escravistas, escravos, indígenas, ciganos e outros segmentos excluídos, teriam adotado comportamentos individuais que se generalizaram: indiferença para com fatos históricos e até eventual desdém de personagens destacados da história nacional, culto a anti-heróis, reais (Conselheiro, Lampião) ou imaginários (Macunaíma, Sassá Mutema), desprezo pelo social, além de assumir conduta arrivista, da busca de vantagens pessoais a qualquer custo e por quaisquer meios, até em prejuízo de outrem.

Esses díspares sentimentos coletivos em relação as suas respectivas histórias nacionais desenvolveram em Portugal, uma historiografia com mais narrativa e maior volume de informações, apresentada, eventualmente, até de modo ufanista; e no Brasil, uma escrita da história caracterizada pela veemente crítica ao próprio passado e enfoques mais teóricos que descriptivos, enfim, uma historiografia que discute fenômenos sociais pregressos, por um prisma de escassos estímulos a leitores de pouca afinidade com raciocínios abstratos.

Perspectivas historiográficas da formação sociocultural brasileira

A formação sociocultural brasileira resultou da convergência urdida pelos colonizadores portugueses, com matrizes étnicas díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas que se enfrentaram e se fundiram na constituição de uma nova formação societária. Desenvolveu-se como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, acionada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. No Brasil se formou um povo novo, caracterizado por vários fatores, inclusive, pela incrível alegria e espantoso desejo de felicidade de uma população tão sacrificada. Essa nova formação sociocultural do Brasil, que se fez como variante da versão lusitana de tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciada por sutis contribuições indígenas e africanas, emergiu com características próprias, mas atavicamente vinculada à matriz colonizadora portuguesa².

O povo brasileiro manifesta nos seus modos de pensar, sentir e agir, heranças culturais das três matrizes étnicas básicas da sua formação e de outras que a estas se incorporaram por meio de fluxos migratórios europeus e asiáticos, numa heterogeneidade de saberes e viveres que singularizam o seu jeito de ser e de se ver na perspectiva histórica. Tradicionalmente, na produção de conhecimentos sobre o desenvolvimento sociocultural brasileiro, desde os primeiros registros, durante toda a colonização portuguesa e no primeiro século pós-independência empregaram-se recursos da crônica descritiva. A concepção clássica de história, que rejeitava o rebuscamento e a exuberância barroca situava o homem no centro do universo e se fundamentava na ordem, maturidade, harmonia, equilíbrio e moderação, predominou

² RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 19-20.

nos modos europeus de pensar, sentir e expressar, do período entre o Renascimento e o Iluminismo³. Durante a formação do Estado Nacional tentou-se desenvolver métodos que facilitassem a elaboração sistematizada de uma história, que fosse capaz de explicar as origens da jovem nação, pela ótica de civilização e progresso, como uma extensão histórico-cultural da Europa em geral e de Portugal em particular.

No Segundo Reinado, o liberalismo monárquico manifestou-se como fundamento ideológico da escrita da história nacional. Como seu desdobramento, o romantismo, que associava o imaginário com o real, produziu uma história do Império brasileiro de teor literário, que se dedicava mais à exaltação da pátria e à exultação do civismo sem compromisso com o que realmente acontecera numa adaptação dos fatos às convicções do autor. A narrativa da Independência do Brasil inspirada numa paisagem imaginária de um quadro do Pedro Américo apresenta-se como um dos mais eloquentes exemplos desse estilo.

Na Primeira República utilizaram-se os pressupostos da permanente procura da verdade documental, sem oportunidade para a dúvida. Os postulados modernos somente começaram a se incorporar, lentamente, à escrita da história do Brasil a partir da década de 1930. Em paralelo a esses embasamentos teóricos, persistiu a tradicional crônica, nos registros de memórias históricas e descriptivas de províncias e de municípios. A partir dessa época, com a instituição da universidade e mais intensamente, desde a década de 1970, quando se iniciou a expansão da pós-graduação no Brasil, a crônica histórica restringiu-se às amadoras memórias familiares e comunitárias. Ignorou-se, portanto, na elaboração do conhecimento histórico, até a década de 1920, no Brasil, o desenvolvimento das ciências humanas, com raras e parciais exceções. Conservavam-se os métodos de escrita da história

³ Esse paradigma teórico foi inicialmente empregado no Brasil, por Varnhagen, e prevaleceu na concepção e na elaboração da história até meados o século XIX.

apoados em dados e fatos adquiridos na experiência com desprezo pelos recursos abstrativos.

Desde então, as elaborações historiográficas brasileiras passaram a incorporar postulados modernos, num movimento de busca de novas perspectivas teóricas, iniciado com as obras de Gilberto Freyre⁴, Sérgio Buarque de Holanda⁵, e Caio Prado Júnior⁶, e de alguns outros. *Casa grande & senzala*, de Freyre, caracteriza-se pelas percepções articuladas a uma conjuntura de transição política e econômica e a uma perspectiva da formação social brasileira pelo prisma pernambucano, diferente dos tradicionais enfoques, paulistas e cariocas. Freyre procurou analisar a “formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal” no período colonial. Como roteiro de pesquisa tentara responder questões como: “quem é o povo brasileiro?”, “Pode-se falar de uma unidade nacional?”, “Pode-se pressupor a existência de uma cultura brasileira?”, “Esse perfil corresponde às exigências da civilização ocidental e, portanto, o Brasil pode figurar no

⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*, 1933. ALLCA XX: Madri; Barcelona; La Habana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima Guatemala; San José, 2002. Recomenda-se a edição crítica coordenada por Guillermo Giucci, Enrique Rodríguez Larreta e Edson Nery da Fonseca, que contém textos introdutórios, em versos e prosas, de Manoel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, Carlos Drummond de Andrade, Eduardo Portela, Guillermo Giucci, Enrique Rodríguez Larreta, Edson Nery da Fonseca e Carmen da Mata; cronologia estabelecida por Edson Nery da Silveira; histórias do texto por Gilberto Freyre, Enrique Rodríguez Larreta, Guillermo Giucci e Ria Lemaire; leituras de textos de Geraldo Gomes, Ronaldo Vainfas, Peter Burke, Elide Rugai Bastos, Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, Antônio Dimas, Edson Nery da Fonseca, Maria Alice Rezende de Carvalho e Stuart B. Schwartz; dossiê da obra de Guillermo Giucci, Enrique Rodríguez Larreta e Edson Nery da Fonseca.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 1936. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Recomenda-se a edição comemorativa dos 70 anos da primeira edição, organizada por Ricardo Benzaquen de Araújo e Lília Moritz Schwarcz e publicada em 2006 pela Companhia das Letras, que reúne prefácios e introduções de Cassiano Ricardo sobre “homem cordial”, a resposta de Sérgio Buarque de Holanda, o ensaio “Corpo e alma do Brasil, pontos de partida”, contribuições espaciais para essa edição, uma cronologia elaborada por Maria Amélia Buarque de Holanda e um caderno de imagens do autor.

⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*, 1942. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, v. III, p. 1103-1488. Recomenda-se a edição com texto introdutório de Fernando Novais.

conceito geral das nações?". Desse modo, tentou interpretar a sociedade brasileira na articulação dos conceitos de patriarcado, da interpretação de etnias e culturas e de trópico, na qual cada um desses elementos encontraria "sua explicação no cruzamento com os dois outros". E dessa combinação teriam resultado suas diferentes teses explicativas da formação social do Brasil, que definiriam, de um lado, o discernimento dos efeitos da herança racial e de influência social, cultural e do meio físico; e do outro, o peso do sistema de produção econômica sobre a estrutura da sociedade⁷.

Por defender ideias como a de que a casa grande fora o cenário no qual melhor se exprimira o caráter brasileiro, Freyre foi acusado de promover "um reelogio da colonização portuguesa" que, numa atualização revigorada das louvações de Varnhagen, enalteceria a "continuidade da colônia à nação" e revitalizara "a visão de Brasil das elites em crise". Teria ele superado Varnhagen nesse reelogio do passado colonial com a exaltação e a idealização e por considerar que o meio e as circunstâncias dos empreendimentos colonizadores teriam exigido o trabalho escravo. A escravidão seria, portanto, uma necessidade da colonização. Para Freyre, a presença africana enriquecera e abrilhantara a ação colonizadora portuguesa e a miscigenação talvez fosse a proeza lusitana que viabilizara a colonização. Entretanto, diferente de Varnhagen, ele não pensou o Brasil em termos raciais, mas, na perspectiva cultural⁸.

Em *Raízes do Brasil*⁹, Buarque de Holanda tomou a família como unidade de análise da organização social para introduzir na historiografia nacional o modelo explicativo da formação da

⁷ BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre: Casa grande & senzala. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, São Paulo: SENAC, 1999, v. II, p. 212-233.

⁸ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 55-57.

⁹ HOLANDA, *op. cit.*

sociedade brasileira e procurou identificar o passado que se superava e o “futuro embrionário” que surgia. Sem narrar fatos históricos, discutiu formas de sociabilidade situáveis no tempo, para reconstituir fragmentos da vida social, de instituições e ideias antigas, que estariam em superação. Tentou reconstruir a identidade brasileira “tradicional”, por meio do entendimento de um dos polos de tensão social e política do presente como “arcaico”, que tenderia a ser superado pela sociedade brasileira em “revolução” e, consequentemente, em construção. Sua análise focaliza o comportamento brasileiro, desde o pessoal ao social, como herdeiro da cultura portuguesa. Uma colonização que incorporara valores sociais, econômicos, políticos e culturais, que teria influenciado essas formações de individualidades e da nacionalidade e promovera a transformação da lusitanidade em brasiliidade. A vida rural e patriarcal produzira a “cordialidade” como “a contribuição brasileira para a civilização”. O “homem cordial”, expressão cunhada por Ribeiro Couto, para cuja adjetivação recorreu ao radical latino, caracterizar-se-ia tanto pelo tratamento afável, hospitalero, generoso, quanto pelo oposto: aversão, animosidade, rancor. Essa cordialidade não corresponderia, portanto, a boas maneiras, amabilidade, delicadeza, civilidade, cortesia, polidez, resultaria da emoção, seria um comportamento movido pelo coração¹⁰.

Na formação social brasileira ressaltariam duas categorias analíticas: a de aventura, do colonizador preocupado fundamentalmente com o rápido e fácil enriquecimento, sem criar vínculos com a colônia; e a cordialidade, uma herança da política patriarcal metropolitana, que se desenvolvera após a independência¹¹. Também há que se considerar a abnegação de

¹⁰ SALLUM JÚNIOR, Brasílio. Sérgio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 1999, v. I, p. 235-256.

¹¹ NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda. In: PERICAS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (Org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 139-152.

portugueses nas lutas pela independência na Bahia, generosos em doações monetárias e outras formas de apoio que se explicitavam mais como recurso para assegurar a manutenção da posse dos seus patrimônios, que realmente rejeição à colonização portuguesa. Algo semelhante ao comportamento do príncipe regente, ao assumir a vanguarda da emancipação política, numa suposta ruptura com o reino do seu pai.

Por meio de recursos metodológicos com os quais se pretendem descobrir leis de funcionamento da sociedade, Caio Prado Júnior tomou, em 1942, as relações entre classes sociais como alternativa de análise da formação socioeconômica brasileira, observada na longa duração e nos acontecimentos essenciais vistos em conjunto. Desse modo, procurou evidenciar as unidades que se conservavam nesses eventos, que lhes asseguravam a especificidade, ao se distinguirem dos demais, sem, contudo, se afastarem do sistema colonial, uma universalidade definida a partir do século XV. O condicionamento da colônia como “fornecedor de produtos tropicais para os mercados europeus”, transcendera a “instância da política do Estado absolutista português para se identificar com a própria vida da sociedade colonial”, continuada na formação social brasileira, o que explicaria a dependência. Mesmo após a emancipação nacional, Prado Júnior vislumbrara o Brasil, “como uma feitoria da Europa”, cujas “tentativas de rompimento” teriam sido “quase que fatalmente destinadas ao fracasso”¹².

Caracteriza-se a sociedade colonial brasileira como patriarcal na perspectiva sociopolítica e patrimonial, na dimensão socioeconômica. O patriarcalismo, uma caracterização introduzida por Oliveira Vianna¹³, deveu-se ao conceito de clã rural, cujo chefe determinaria a organização familiar de agregados,

¹² LAPA, José Roberto do Amaral. Caio Prado Júnior: Formação do Brasil contemporâneo. In: MOTA, *op. cit.*, p. 257-272.

¹³ VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. 7 ed. (1^a ed. 1920). Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: EDUFF, 1987.

escravos e de toda a clientela que lhe rodeava. A partir dessa base, o patriarca estenderia o seu poder, por meio de arranjos políticos ou pela violência, com o emprego de milícia paramilitar ou particular, para todo o seu grupo social e para além dele. Essa organização oligárquica da sociedade, baseada em clãs parentais, dever-se-ia à ausência ou insuficiência das instituições do estado e da sociedade. Para Gilberto Freyre, o casamento católico iniciara essa formação patriarcal, com o marido, que se tornava pai e assumia a chefia familiar como um patriarca onipotente. Para Sérgio Buarque de Holanda, o patriarcalismo brasileiro teria raízes nos direitos romano e canônico e a ideia de família estaria vinculada à de escravidão, na qual, filhos, agregados e outros dependentes formariam um amplo domínio do patriarca, com pouca ingerência da esfera pública, que seria modelada pela familiar. Caio Prado Júnior reafirmou a noção de clã patriarcal como característica da sociedade colonial brasileira, agrupada num sistema clientelístico, que transbordara para a esfera administrativa e demarcara o espaço público. Distante e fraco, o governo metropolitano entregara o poder ao domínio patriarcal, único organizado na colônia¹⁴. O exercício fragmentado da administração colonial passou aos poderes locais oligárquicos, que deram sustentação política à colonização, por meio do controle das instituições do estado e da sociedade e do comando das milícias e ordenanças. Promoveram a independência nacional e se mantiveram no controle político durante o Império e a Primeira República, com o domínio das mesmas instituições de origem colonial e do comando da Guarda Nacional, imperial e republicana, herdeira institucional das ordenanças e milícias coloniais.

O patrimonialismo, na definição de Raymundo Faoro¹⁵, teria raízes feudais, embora fosse mais flexível que o feudalismo.

¹⁴ FARIA, Sheila de Castro. Patriarcalismo. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial, 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 470-471.

¹⁵ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3 ed. revista (1^a ed. 1958). Porto Alegre: Globo, 2001.

Promovera a expansão do capitalismo mercantil, mas dificultara o desenvolvimento industrial, que decorrera de estímulos, favores e privilégios, sem que a empresa individual, baseada racionalmente no cálculo, isenta de intervenções governamentais, desenvolvesse autonomamente. Somente os países revolvidos pelo feudalismo (a Inglaterra, com seus prolongamentos nos Estados Unidos, Canadá e Austrália, a França, a Alemanha e o Japão) teriam expandido a economia industrial e o sistema capitalista, com a integração de sociedade e estado. A península Ibérica, desprovida de bases feudais, e com os seus sistemas coloniais, não teria conhecido, na íntegra, as relações capitalistas, na sua expressão industrial. Resíduos dos estamentos feudais, desenvolvidos naturalmente nas sociedades em que o mercado não dominara todo o processo de produção e distribuição de bens, teriam permanecido em economias capitalistas modernas. Famílias tradicionais e ciclos de políticos profissionais, próximos do poder e a gravitar em torno dele, teriam se dedicado à conquista de vantagens materiais e sociais exclusivas, de modo que os estamentos, como órgãos do estado, governariam e as classes, como categorias socioeconômicas, negociariam, num arranjo político-econômico da burguesia com a nobreza, que viabilizara a formação do Estado Nacional moderno e de tudo que dele adviera.

No reino de Portugal, uma imensa hierarquia de funcionários a partir do rei se estendera até o Brasil e penetrara em todas as atividades socioeconômicas. A produção do açúcar, a extração de madeiras, a exploração das minas, enfim, tudo obedecia aos interesses fiscais do Estado. A consciência do homem, sua palavra e suas expressões políticas estariam submetidas a censores informais ligados à Igreja e ao Estado, por meio do padre e do funcionário. A burguesia se enobrecera com a compra de cargos, o pardo mestiço se afidalgara com o uniforme das milícias paramilitares e o controle do seu grupo

social. O velho patrimonialismo português, germinado numa ordem estamental, permanecera mais burocrático no seu estilo e na sua dependência.

A sociedade colonial brasileira não se caracterizaria apenas pelos funcionários e estamentos. Ela se mantivera articulada a uma classe social que, simultaneamente, influenciara o estamento e dele recebera a configuração social e a formatação política: o patrimonialismo, do qual se emanava a ordem estamental e burocrática, que se apoiava em um contexto econômico definido pela expansão marítima e comercial portuguesa. A burguesia mercantil, limitada nos seus objetivos e vinculada ao rei, fora incapaz de emancipar-se dessa tutela¹⁶.

Acrescente-se a essa histórica dependência, o vínculo do padroado, que consistia num regime jurídico de origem medieval, pelo qual a Igreja elegia um indivíduo ou uma instituição como padroeiro de determinado território, onde se deveria promover a propagação da fé cristã. Em recompensa, o padroeiro recebia privilégios, como coleta de dízimos e prerrogativas de indicar religiosos para o exercício de funções eclesiásticas. Em decorrência da multissecular guerra contra os mouros islamizados, o rei de Portugal obteve o padroado régio, que o habilitava a propor novas dioceses, criar freguesias, indicar candidatos a bispos para a confirmação papal. Em 1456, o infante D. Henrique conseguiu outro padroado para a Ordem de Cristo, sobre as terras ultramarinas conquistadas e a conquistar. D. João II (1481-1495) unificou os dois padroados ao passar a Ordem de Cristo para a administração do titular da monarquia. Esse regime de padroado se estendeu ao Brasil, onde vigorou até finais do século XIX¹⁷.

¹⁶ *Ibid.*, p. 40-41; 62; 235-236.

¹⁷ NEVES, Guilherme Pereira das. Padroado. In: VAINFAS, *op. cit.*, p. 466-467; NEVES, Erivaldo Fagundes, 2005, p. 77-79.

A análise sistematizada da historiografia brasileira iniciou-se na década de 1940, com estudos de Nelson Werneck Sodré¹⁸ e de Rubens Borba de Moraes e William Berrien¹⁹, responsáveis pela incorporação de análises historiográficas à bibliografia²⁰. Entretanto, coube a José Honório Rodrigues²¹ a inovação teórica e a definição de novos parâmetros metodológicos, ao se fazer um crítico da produção historiográfica desenvolvida, principalmente, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde se apresentavam a história do Brasil, sobretudo, do período colonial, sem ruptura e numa íntima associação com o passado lusitano²². Os sócios dessa instituição elaboravam crônicas históricas associadas a descrições geográficas, que expressavam uma percepção clássica da história, fundamentada mais no espaço que no tempo de ocorrência do fenômeno estudado e exprimia a necessidade de definição de uma identidade nativa, abalizada nas ancestralidades que formaram a sociedade brasileira, com o predomínio cultural branco e cristão (católico romano). Esse modelo descriptivo de memória histórica, sem os recursos da interpretação, apoiava-se no meio físico para romantizar o discurso cívico, ufanista e atemporal, de modo que se produzissem versões extraordinárias e exemplares de conduta moral, narrativas apoteóticas de conteúdos ideológicos,

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 7^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

¹⁹ MORAIS, Rubens Borba de; BARRIEN, Willian. *Manual bibliográfico de estudos brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1998.

²⁰ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 20-21; 230.

²¹ RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. (2^a ed. 1969). Rio de Janeiro: INL, 1949; _____. *As fontes da história do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950; _____. *Historiografia del Brasil*. México: Siglo XVI, 1957/1963; _____. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965a; _____. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-político*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965b; _____. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970; _____. *História da história do Brasil (A metafísica do latifúndio: o ultrarracionário Oliveira Viana)*. 2v. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1978-1988.

²² DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998, p. 27.

desprovidos de reflexões críticas e resistentes a inovações. Confundiam história, memória e tradição, sem distinguir o passado do presente, e identificavam o futuro como continuidade dessas experiências sociais, sem contradições, conflitos, nem descontinuidades. Apoarem-se no sistema de produção e distribuição de bens não lhes seria conveniente porque exporiam desigualdades, injustiças e formas de opressão da sociedade.

A essência da historiografia brasileira, na concepção de Rodrigues²³, estaria na conciliação, que ele distinguiu de conformismo. Durante a colonização, essa conciliação vencera a violência dos intransigentes, com os recursos de pelourinhos, quilombos, motins, revoltas, repressões sangrentas, fuzilamentos, enforcamentos, esquartejamentos, guerras. Entretanto, nas ocasiões em que prevalecera a intransigência, fora expressivo o desempenho das elites conciliadoras e decisivo o comportamento das maiorias que se miscigenavam. Essa conciliação popular se deveria ao fato de ter o Brasil, desde cedo, deixado de reproduzir a cultura de Portugal e construído um substrato próprio, embora prevalescessem no comportamento social brasileiro a contemplação da Europa e o culto de valores portugueses. Entretanto, a falta do sentido de progresso e a política de conciliação das elites mantiveram o Brasil, até finais do século XIX, à margem da revolução tecnológica que transformou o mundo²⁴.

A contravenção na formação social brasileira

Durante a colonização do Brasil, com um regime de extrema exclusão social, o roubo de cigano degradado, a burla de negro escravizado, a dissimulação de índio subjugado, a fraude de

²³ RODRIGUES, 1965a; 1965b.

²⁴ SILVA, Alberto Costa e. José Honório Rodrigues: conciliação e reforma no Brasil. In: MOTA, *op. cit.*, p. 381-392.

branco excluído, poderiam se caracterizar como estratégias de sobrevivência. Da miscigenação de mouros, judeus, cigano, negro, indígenas e outros excluídos, surgiram segmentos sociais com valores diversos, muitos deles contrários à ética da sociedade dominante. Quando associados à persistência da pobreza econômica e da exclusão social, esses valores se consolidaram como uma cultura que banalizou a contravenção. Nesse universo de súditos, com ausência de cidadania e cerceamento de direitos, a transgressão social prevalecera como tática para se atender necessidades humanas mínimas e amenizar tensões sociais. Entretanto, há que se considerar a transgressão como um desdobramento das desigualdades, injustiças e opressões coloniais, uma manifestação persistente em todos os escalões da sociedade colonizadora. Ver, por exemplo, as declarações de limites de sesmarias com indicações de demarcações imprecisas, vagas ou temporais para possibilitarem expansões pelos entornos; os tráficos clandestinos de minérios por todos os meios, inclusive através de “santo de pau oco”, piedosamente transportado por clérigos e leitos; a generalizada sonegação de tributos civis e dízimos eclesiásticos; os desvios de recursos nas raras obras públicas; enfim, as apropriações indébitas do que fosse possível. Magistrados coloniais receberiam propinas para atestarem falsas ocupações de terras doadas pelo sistema de sesmarias, para que os donatários recebessem, após cinco anos da doação, as cartas de confirmação das donatarias.

No movimento emancipacionista planejado em Vila Rica (1789), conhecido como “Inconfidência Mineira”, um dos “inconfidentes”, José de Sá Bittencourt e Accioli, preso na casa dos seus pais em Camamu na Bahia, onde se refugiara, e interrogado no Rio de Janeiro, fora inocentado, por duas arrobas de ouro, pagas por uma tia do acusado, conforme informação de Rodolfo Garcia²⁵.

²⁵ Cf. AUTOS da Devassa da Inconfidência Mineira. Câmara dos Deputados; Governo de Minas Gerais: Brasília; Belo Horizonte, 1982, v. 5, p. 572, n.1; _____ Câmara dos Deputados; Governo de Minas Gerais: Brasília; Belo Horizonte, 1982, v. 6

Famílias da nobreza metropolitana tinham direito a “juízes privativos” para julgarem, com exclusividade, as suas causas. A família do conde da Ponte, por exemplo, obteve esse privilégio no Brasil, sempre que o solicitou²⁶.

Afinal, os monarcas absolutos amparavam sempre, jurídica e economicamente, a categoria social que lhe emprestava sustentação política. A maioria da população não merecia mais que o tratamento dispensado a súditos. Eis uma das mais marcantes características da colonização portuguesa e de toda a Europa, no período de sistema de economia mercantil e de regime político de monarquia absolutista, que se denominou de Antigo Regime. Ressalte-se que já se tenta reformular esse conceito, entre outras sugestões, pelo de “monarquia pluricontinental”, por entender-se que a América colonial não fora apenas um espaço de produção de mercadorias com o trabalho escravos, sob a supervisão de prepostos do capital mercantil e das monarquias metropolitanas, para o abastecimento do comércio internacional, que se conectava com o mundo apenas por meio de rotas comerciais. Tenta-se, desse modo, ressaltar a existência de pactos ou negociações entre as elites coloniais e a burguesia mercantil metropolitana, associada ao poder monárquico²⁷.

Conclusão

Na espoliação do sistema colonial e na violência do regime escravista encontram-se os principais fundamentos e motivações

(Introdução de Francisco Iglesias). Introdução do V volume dos “Autos de Devassa da Inconfidência Mineira”, edição da Biblioteca Nacional, baseado em artigo da Revista do IGHB, t. VI, p. 108.

²⁶ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio, um estudo de história regional e local*. 2^a ed. revista e ampliada. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008, p. 63-81.

²⁷ FRAGOSO, João. *La guerre est finie: notas para investigação em História Social na América lusa entre os séculos XVI e XVIII*. In: ____; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Brasil colonial, 1589-1720*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 1, p. 7-37.

dos relacionamentos e afinidades do brasileiro com a sua história. A formação social do Brasil, forjada em conjunturas de tantas adversidades socioculturais e político-econômicas, desenvolveu o sentimento de rejeição pelo seu passado histórico e os indivíduos se tornaram indiferentes às próprias ancestralidades e apáticos a civismos. Essas circunstâncias teriam induzido ao desenvolvimento de comportamentos individualistas, que teriam forjado uma cultura de desvios de conduta que dera origem à arrivista “lei do Gerson”, pela qual se deveria tirar vantagem pessoal de tudo a qualquer custo, inclusive por meio de comportamentos desleais e invasivos: invadirem-se filas; apropriarem-se de objetos colocados para usos individuais ou coletivos em veículos, hotéis, locais de trabalho, escolas, espaços públicos; ludibriarem-se incautos com artifícios como o tristemente famoso “jeitinho brasileiro”; enfim, utilizarem-se de expedientes que vulgarizam a transgressão e banalizam a criminalidade em todas as escadas da hierarquia social, desde o surrupio de clipes e outras insignificâncias em ambiente de trabalho, à prevaricação de gestores públicos; da ação de vulgares ladrões de galinhas aos aprimorados “crimes de colarinhos brancos”. Afinal, todo comportamento social tem bases culturais e fundamentos históricos.



PARTE 2: ESCRAVIDÃO, POPULAÇÃO, COMÉRCIO E MESTIÇAGEM EM ZONAS AÇUCAREIRAS

UMA LINGUAGEM IBERO-AMERICANA PARA A ESCRAVIDÃO E AS MESTIÇAGENS – SÉCULOS XVI A XVIII

Eduardo França Paiva

Estudos sobre mestiçagens: esclarecimentos importantes

Há uma constante confusão que se faz entre o tema aqui enfocado e as premissas do eugenismo, do racialismo, do evolucionismo e do darwinismo social dos séculos XIX e XX. Desde já, sublinhe-se, não são essas as mestiçagens nem a história que abordo e estudo há anos, não obstante as evidentes conexões históricas, culturais e teórico-metodológicas diretas e indiretas entre as duas perspectivas.

Neste sentido, é importante ressaltar que a abordagem realizada neste texto está metodologicamente mais próxima das reflexões e propostas que reagiram contra as perspectivas eugênicas que degeneravam as “raças” e, por conseguinte, as sociedades e as pessoas. Esta proximidade, portanto, existe em relação aos entendimentos “positivizados” das mestiçagens, elaborados durante o fim do século XIX e na primeira metade do século XX na América Latina, extenso continente de jovens nações onde surgiram pensadores que buscaram dotá-las de identidades político-histórico-cultural próprias, valorizá-las e concebê-las como novas “civilizações” com pretensões modelares. Nesse contexto, a partir de diálogos mantidos entre pensadores “culturalistas” de várias partes do mundo, é que surgiram análises pioneiras (re)valorizadoras das mesclas biológicas e culturais americanas, das miscigenações, do mestiço.

Essa contribuição latino-americana para um mundo conturbado política e economicamente, ainda pouco conhecida em suas conexões e nos impactos internacionais que promoveram, passava pelas leituras “culturalistas” (com certa influência de Franz Boas¹ – Columbia University) de intelectuais como Fernando Ortiz², em Cuba, e Gilberto Freyre³, no Brasil, entre vários outros, até mesmo como José Vasconcelos⁴, no México, e sua “raça cósmica” ou seu mestiço ideal. Muitos estudiosos de origens as mais distintas deram prosseguimento, ao longo do século XX, a essas leituras matrizes e originais e os ecos dos diálogos processados no período voltaram a ressonar fortemente no final do Novecentos, fazendo-se ouvir ainda mais claramente nos primeiros anos deste novo século.

“Mestiçagens”, portanto, não é tema historiográfico de moda, inventado nas últimas décadas, na esteira da História Cultural, destituído de interesse pela política e desinteressado pelas relações de poder – como costuma ser tratado em críticas superficiais, sem aprofundamento histórico e historiográfico. Contrariamente a isso, (re)conceituar “mestiçagens” e “mestiços”, considerando as historicidades das ocorrências e dos processos históricos, assim como as historicidades dos próprios conceitos, é um procedimento metodológico imprescindível para o melhor entendimento das dimensões históricas nas quais eles se deram e continuam se produzindo.

¹ BOAS, Franz. *A mente do ser humano primitivo*. Petrópolis: Vozes, 2010. [1^a edição de 1938]. Ver também CASTRO, Celso (Org.). Franz Boas: Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2010.

² ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978. [1^a edição de 1940].

³ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1990. [1^a edição de 1933]. _____. *Sobrados e mucambos*: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996. [1^a edição de 1936].

⁴ VASCONCELOS, José. *La raza cósmica*: misión de la raza iberoamericana. México: Espasa Calpe, 1977. [1^a edição de 1925].

Mas, gostaria de verticalizar ainda mais essas observações introdutórias e passar a enfocar histórias de “misturas” e de “mestiços”, que são bem mais antigas e muito mais complexas que os conceitos empregados a partir do século XIX para entendê-las (muitas vezes de maneira genérica e reducionista). O termo “mestiçagem” surgiu no Oitocentos, talvez na segunda metade da centúria, mas, como conceito e uma vez contextualizado devidamente, serve bem para nomear e compreender o conjunto de mesclas biológicas⁵ e culturais, assim como o léxico que se conformou para identificar todos os produtos daí surgidos – humanos, incluídos. Nesse sentido, o conceito alarga-se e torna-se mais rico e operante que o reducionismo das polarizações (geralmente falsas) que seu emprego simplório costuma suscitar, ainda atualmente: genética *versus* cultura, puro *versus* misturado ou mistura *versus* classe social (ainda que equivocadamente transformada em etnia ou identidade grupal).

No passado, entre a chegada dos ibéricos nas terras que seriam conhecidas como América (o marco inicial dessas reflexões) até, pelo menos, o início do século XIX, as mesclas foram identificadas, nomeadas, valoradas e (des)qualificadas, largamente empregadas e evocadas por todos os grupos sociais, e, principalmente, representadas e explicadas, para sorte dos historiadores interessados pelo tema. Quase que “naturalmente”,

⁵ Emprego este termo, bem como a expressão “mestiçagens biológicas”, mesmo ciente de que o vocábulo “biologia” surgiu posteriormente ao principal período enfocado neste texto – séculos XVI a XVIII. Geralmente, indica-se que dois dos primeiros a empregá-lo foram o naturalista alemão Gottfried Reinhold Treviranus, em seu livro *Biologie oder Philosophie der lebenden Natur*, publicado originalmente em 1802 e o naturalista francês Jean-Baptiste Lamarck, no seu *Hydrogéologie*, de 1802, não obstante o termo já existir na segunda metade do século XVIII. Entretanto, entendo tratar-se de um procedimento metodológico legítimo e não anacrônico empregar conceitos e categorias teóricas sobre um tempo que não os conheceu, contanto que respeitadas as historicidades dos acontecimentos e, de preferência, explicados o conceito e a maneira que ele será usado. Isso se aplica também ao emprego de “mestiçagem” para o mesmo período, uma vez que este conceito é posterior, como já explicado, tendo aparecido, provavelmente, na segunda metade do século XIX, embora não se tenha conseguido até agora precisar sua aparição.

todos se distinguiam, se identificavam, se classificavam e ao “outro” partindo da “qualidade” (índio, branco, preto, negro, crioulo, pardo, mulato, cabra, mameluco, mestiço, *zambo*, etc.) e da “condição” (livre, liberto ou escravo) de cada um e de cada grupo, sem a perspectiva evolutivo-degeneradora da “raça”, das culturas, das sociedades e das nações que se desenvolveria plenamente nas décadas seguintes.

Tudo isso ficou registrado em testemunhos históricos de variada natureza, que podem ser transformados em fontes históricas por nós. Mas, é necessário, sobre isso, sublinhar que as definições, os usos e os valores agregados às categorias de mestiçagem variaram de acordo com a visão e a intenção do observador e/ou dos que deixaram seus próprios testemunhos sobre si e sobre os mais próximos. Houve variações de época para época, de região para região e dentro de uma mesma época e de uma mesma região (inclusive, já na Península Ibérica, antes das conquistas no Novo Mundo). Portanto, não existiram, geralmente, definições de emprego universal. Entretanto, isso não significa que inexistissem traços de comportamento, características fenotípicas, origens “étnicas”, cores de pele ou práticas religiosas que fossem “atributos” de alguma “qualidade” e que não fossem socialmente entendidos e empregados com algum nível de padronização e de credibilidade.

Conceito amplo e inclusivo

Mas, para além das mesclas biológicas e culturais em si, pode-se pensar em um conceito que permita deixar de privilegiar os resultados mestiços, passando a compreender mais amplamente os processos de mestiçagens e os seus desdobramentos ocorridos intensamente durante centenas de anos, a partir, como já ressaltado, das conquistas ibéricas do Novo Mundo. Proponho, para tanto, pensarmos em “dinâmicas de mestiçagens”⁶ e não

⁶ Propus originalmente esse conceito em PAIVA, Eduardo França. 2012. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola*, entre os

apenas nos produtos mestiços. Essas dinâmicas não produziram apenas a mistura de dois ou mais aspectos, grupos sociais ou dimensões culturais (incluindo aí os já nomeadamente mestiços), mas também formas de sociabilidade e de negociação, coexistências, superposições, discursos e representações de “purezas” (que por essas dimensões históricas se transformam no próprio real histórico) e expressões de impermeabilidade biológica e cultural, o que gerou, também, muitos conflitos.

As dinâmicas de mestiçagens geraram, ainda, identificações, hierarquizações e distinções, o que ajudou a tornar os usos do léxico ou do quadro taxonômico (taxonomia *avant la lettre*, obviamente) depreciativos muitas vezes, mas, noutras tantas, tornou-os simplesmente diferenciadores. Assim, pais e, principalmente, mães de todas as “qualidades” e “condições” empregaram diferentes categorias para, em seus testamentos, por exemplo, identificarem cada um dos filhos havidos com diferentes parceiros. Houve muitos casos em que a testamenteira, sobretudo as forras (africanas, crioulas e mestiças) e as não-brancas nascidas livres arrolaram seus descendentes e herdeiros, distinguindo-os pela idade, pelo sexo e pelas “qualidades” de cada um, tais como “mulatinho”, “pardinho” e “cabrinha”⁷.

A adoção deste conceito significa integrar plenamente a esses processos históricos os agentes das mestiçagens, que não eram mestiços (considerando-se as definições já empregadas

séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). 2012. Tese (Professor Titular em História do Brasil)- apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, especialmente p. 12-14; 32-41; 210. A Tese, com alterações, foi publicada em forma de livro três anos depois: _____. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. Ver as definições de “dinâmicas de mestiçagens” nas páginas 38, 41-43.

⁷ Exemplos dessa variedade de “qualidades” entre os rebentos de uma mesma mãe ou de um mesmo pai foram reproduzidos em PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001 _____. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009.

no próprio período enfocado neste artigo). Refiro-me a índios, negros, crioulos e brancos, que, note-se, não eram “qualidades” que apareciam nomeadas como “puras” na documentação nem eram assim consideradas no dia a dia, pelas pessoas, não obstante as definições vigentes sobre limpeza de sangue. Como “dinâmicas de mestiçagens” não se entenda, portanto, a mescla resultante, mas o conjunto de forças e de operações das quais resultaram os produtos mestiços, incluídos os humanos, e, também, os lexicais, que nomearam, definiram, valoraram e atribuíram significados a essas dimensões e a esses produtos.

Dinâmicas de mestiçagem e escravidão

Com o domínio das terras continentais a oeste do “mar oceano”, as quatro partes do mundo foram definitivamente integradas, ocorrendo o que se pode chamar de globalização plena⁸. Um dos mecanismos que possibilitaram esse novo quadro planetário foi o comércio praticado, que se mundializara e que ia muito além das trocas mercantis *tout court*, pois fomentava a circulação, entre os continentes, de gente, culturas, flora e fauna, objetos, crenças, conhecimentos técnicos e práticas culturais. Parte importante desse comércio planetário, a escravidão foi igualmente globalizando-se e devido às conquistas ibéricas, consolidou-se

⁸ Ideias sobre integração e comércio globais não são novas e podem ser encontradas, sob variados matizes, em trabalhos já clássicos, tais como BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995; _____. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983; GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1985; MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico: 1570-1670*. Lisboa: Estampa, 1997; WALLERSTEIN, Immanuel. *Repasso Teórico*. In: _____. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1999, p.489-502; _____. *The Modern World System*. Londres: Academic Press, 1974. Ver ainda ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; e GRUZINSKI, Serge. *Les Quatre Parties du Monde: historie d'une mondialisation*. Paris: Éditions de La Martinière, 2004.

logo no Novo Mundo. Se aí ela foi inicialmente indígena e, em certa medida, mestiça, logo em seguida se “africanizou”, ainda no século XVI, principalmente nas áreas espanholas. No final da centúria, mas, sobretudo a partir do século XVII, a “africanização” dessa forma de trabalho compulsório intensificou-se ainda mais, agora na América portuguesa.

Escravidão e demais formas de trabalho compulsório não foram condição *sine qua non* para que as dinâmicas de mestiçagens se processassem. Entretanto, no Novo Mundo elas se associaram desde os primeiros tempos, submetendo inicialmente, como já dito, os naturais (índios) e em seguida os *mestizos/mestiços*/mamelucos (filhos de índias com europeus), africanos, crioulos, *zambos*, mulatos, pardos, cabras e outras “qualidades” de mestiços (empregando o terno no geral). Nos domínios ibéricos na América, o mundo do trabalho e as dinâmicas de mestiçagens se deram sustentação muito precocemente. Do ambiente daí surgido emergiram produtos mestiços (incluídos os tipos humanos), assim como um léxico específico, formado por palavras e expressões inéditas e antigas, algumas delas ressignificadas nesse mundo novo. Entre as primeiras conquistas e o século XVIII a maior parte desse léxico se constituiu e se consolidou, passando a ser empregado (ainda que com muitas variáveis) em toda a região, voltando e sendo reproduzido, já americanizado, na Península Ibérica, tanto na fala cotidiana da gente, quanto nos registros de letrados e de autoridades.

Já no fim do século XVI e no início do XVII, o *mestizo* Inca Garcilaso de la Vega demonstrava toda a sua particular perspicácia intelectual e escreveu em seu célebre *Comentarios Reales de los Incas* (publicado em Lisboa, em 1609)⁹, que eram “Nombres nuevos para nombrar diversas generaciones”¹⁰. E essas “generaciones” eram as “qualidades” às quais cada indivíduo ou grupo social eram

⁹ GARCILASO DE LA VEGA, Inca. *Comentarios Reales de los Incas*. México: Fundo de Cultura Económica, 1995.

¹⁰ “Nomes novos para nomear diversas gerações”. *Ibid.*, p. 627.

enquadrados ou se enquadravam. O Inca Garcilaso referia-se, claro, ao léxico ou a uma parte dele, cuja existência e importância de seu emprego generalizado ele já percebera claramente.

O léxico das mestiçagens associadas ao mundo do trabalho era, então, um instrumento de organização social e uma forma de expressão cultural operada por toda a população, nas dimensões mais cotidianas da vida, ainda que os usos que se fizesse dele sustentassem diferentes formas de poder exercido por grupos e indivíduos sobre outros. Não se tratava, portanto, de uma “taxionomia” imposta exclusivamente de cima para baixo, isto é, não foi algo inventado e forçadamente introduzido nessas sociedades pelos representantes dos reis católicos ibéricos visando subjugar, classificar e hierarquizar os súditos americanos; pelo menos não com tal intencionalidade tão racional e não apenas como um instrumento de dominação empregado pelos conquistadores. O léxico, em grande medida, formou-se no cotidiano, a partir dos usos compartilhados por toda a população, empregando termos e significados existentes nessas regiões, anteriormente à chegada dos ibéricos, assim como vocábulos surgidos a partir dos contatos entre culturas das quatro partes do mundo aí ocorridos e palavras já empregadas antes em línguas latinas. E assim foi que se legitimou e circulou intensamente em todo o mundo ibero-americano, operado coletivamente tanto no que se refere a sua construção histórica complexa quanto a seu emprego variado, o que significou definir-se e definir o “outro” (que, muitas vezes, era parente próximo, não obstante se enquadrar em outra “qualidade”, como já exemplificado antes). Isso, na verdade é aspecto fundamental para melhor se compreender essa história: a necessidade de se identificar em relação ao “outro”, de se assemelhar ou de se distinguir dele. Essas construções identitárias se justificavam plenamente em sociedades organizadas e consolidadas em torno de hierarquias e distinções, como foram (e continuam sendo) as do mundo ibero-americano.

Termos e expressões

Estipulemos, para iniciar, dois campos de análise nos quais se amalgamou o léxico das mestiçagens em associação às formas de trabalho no mundo ibero-americano: as grandes categorias de distinção e os grupos sociais. Todos os termos e expressões aqui trabalhados, relacionados a esses dois universos, foram resgatados de documentação administrativa, crônicas, relatórios, cartas, testamentos, inventários *post-mortem*, processos judiciais, literatura, entre outras fontes antigas, produzidas, basicamente, entre o final do século XV e o final do XVIII. Tratou-se, portanto, de recuperar junto a esses registros os significados (re)construídos e operados no passado e não de projetar sobre o passado definições atuais que, na maioria das vezes, esse passado não conheceu.

Há definições, entretanto, que são mais antigas e foram retiradas de dicionários e de estudos realizados mais recentemente. O rol lexical é muito extenso, mas o que se apresenta a seguir são vocábulos e expressões mais importantes e usuais no período enfocado.

Uma listagem preliminar, incluindo termos modernos e atuais de circulação no mundo ibero-americano, conta com mais de 330 vocábulos e expressões que integrarão futuramente o *Dicionário Histórico das Mestiçagens nos Mundos Ibéricos*, que se encontra em fase de discussão e de elaboração dos primeiros verbetes. Mas, este texto traz mesmo os itens mais antigos e representativos.

Entre as grandes categorias de distinção social, encontravam-se as de “qualidade”, “casta”, “raça”, “nação”, “cor” e “condição”. Entre todas elas, a de “qualidade” talvez tenha sido a mais importante. Logo depois das primeiras conquistas realizadas em nome dos reis católicos, ainda em relação às ilhas do que veio a ser chamado *mar de las Antillas*, os “naturais” foram denominados “índios”. Embora o termo já existisse antes, seu uso generalizou-se em pouco tempo na América, logo se transformando em “qualidade”

mais usada para identificar e nomear os nativos do Novo Mundo que para os de outras partes, como a Índia e as Filipinas. A palavra foi uma das que abriram o novo léxico americano.

Em 1492, Cristóvão Colombo já teria empregado “índio” para nomear os nativos das terras conquistadas¹¹ e Pedro Mártil de Anglería, em torno de 1493, usou o termo “indígena” (assim grafado em latim)¹². No caso da América portuguesa, o emprego deste termo demorou mais tempo para ocorrer, ressalte-se. Na carta que o célebre escrivão Pero Vaz de Caminha escreveu em 1500 ao rei português, relatando o “achamento” das terras que viriam a ser o Brasil, ele não usou o vocábulo em momento algum, empregando em seu lugar “homens” e “pardos”, como nos seguintes trechos famosos:

[...] acudiram pela praia homens, quando dous, quando três, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, eram ali 18 ou 20 homens, pardos, todos nus, sem nenhuma cousa que lhes cobrisse suas vergonhas. [...] A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma cousa cobrir nem mostrar suas vergonhas¹³.

O emprego de “índio” nos domínios portugueses do Novo Mundo não deve ter tardado a ocorrer, mas pesquisa nesse sentido precisa ainda ser realizada. Ainda na primeira metade do século XVI, em 1546, mais precisamente, Duarte Coelho, donatário da Nova Lusitania (Pernambuco), deixou registrado o uso do termo, grafando-lhe “imdeos”¹⁴.

¹¹ Segundo a transcrição de seu Diario, feita por BARTOLOMÉ DE LAS CASAS, Fray. *Historia de las Indias escrita por fray Bartolomé de las Casas Obispo de Chiapas ahora por primera vez dada á luz por el Marqués de la Fuensanta del Valle y D. José Sancho Rayon*. Madrid: Imprenta de Miguel Ginesta, 1875. cap. XXVI, p. 204.

¹² ANGLERÍA, Pedro Mártil de. *Décadas del Nuevo Mundo*. Madrid: Ediciones Polifemo, 1989, p. XXX-XXXIII e 11.

¹³ CAMINHA, Pêro Vaz de. *Carta a el-rei d. Manuel sobre o achamento do Brasil (1 de maio de 1500)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p. 34-35 e 37.

¹⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de (Org.) *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana,

Entretanto, na documentação aparecia, para além de “índio” e “indígena”, grande variedade de vocábulos empregados para identificá-los, distingui-los e classificá-los. Os mais recorrentes (ao longo do largo período) foram “gentio”, “gentílico”, “bárbaro”, “gentio bárbaro”, “natural”, “brasis”, “negro da terra” ou “negro” (também empregado para mamelucos), “selvagem”, “montañés”, “serrano”, “botocudo” e “carijó”. Entre *naturalia*, *mirabilia* e o ideário católico essa taxonomia ia sendo composta e se consolidava.

Da mescla biológica entre índias e conquistadores ibéricos nasceu a primeira geração de “mestizos” ou “mestiços” ou “mamelucos” ou, ainda, “bastardos”, que podem ser considerados os primeiros filhos da América ou os primeiros americanos. O estatuto era novo em tudo e esses indivíduos, nem índios, nem europeus, tornaram-se, inicialmente, uma solução local e eficaz para povoar, cultivar e proteger as conquistas ibéricas ou as terras onde nasceram.

O quadro dos tipos que compunham a população do Novo Mundo foi ampliando-se com o tempo. Com as índias, mais tarde, mesclaram-se negros, crioulos e mestiços no geral (incluídos, neste sentido, além dos *mestizos/mestiços/mamelucos/bastardos*, outros filhos das misturas, tais como pardos, mulatos, cabras, curibocas, caboclos, *zambos*, entre muitos outros, que, com o passar do tempo também foram abarcados pelo vocábulo geral “mestiço”). Além disso, claro, muitas outras “qualidades” de mestiços foram geradas sem a participação de índias e de seus descendentes, como se verá à frente.

Não obstante seu uso precoce e sua naturalização americana, o termo “mestiço” já existia em línguas derivadas do latim desde, pelo menos, o século XII, embora de emprego pouco comum na Europa¹⁵. Mas, ainda que depois do “índio”, o termo “mestiço” se

1997, p. 45.

¹⁵ ALVAR, Manuel. *Léxico del mestizaje en Hispanoamérica*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica; Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1987, p. 162; BERNAND, Carmen;

integrado ao léxico aqui em foco, ampliando-o. “Mestizo” começa a aparecer na documentação sobre a América espanhola em torno de 1530 ou, talvez, alguns anos antes¹⁶. Já para a América portuguesa, a primeira menção conhecida é datada de 1552, aparecendo em carta escrita por um jesuíta¹⁷. Poucos anos depois, no *Sumário das Armadas*, texto apócrifo, atribuído por historiadores paraibanos ao padre jesuíta Simão Travassos, que participou da expedição de conquista da Paraíba, em 1585, segundo a nota da professora Carla Mary S. Oliveira, o termo também foi empregado¹⁸.

No âmbito dos dicionários, o vocábulo aparece antes em um português que em um espanhol. Hieronymo Cardoso, no seu dicionário Português-Latim, preparado antes de 1569, indica “(Port.) Mestizo = (Lat.) Ibria, ae” [...] “(Port.) mestiço, = Hybris, idis. Hibrida, ae.”¹⁹

Identificado, nomeado e classificado, o “mestiço” americano, desde os primeiros tempos posteriores à conquista, apareceu julgado de maneira pendular na documentação. Ora era tema

GRUZINSKI, Serge. *Historia del Nuevo Mundo: Los mestizajes, 1550-1640*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p.7-8. Serge Gruzinski lembra que Carmen Bernand, em texto não publicado, advertia que, originalmente, a noção de mestiço não se referia à mistura biológica, mas a uma escolha política: “na Espanha medieval, os mistos ou ‘mestiços’ são os cristãos que preferiram se aliar aos muçulmanos contra o rei Rodrigo”. Ver GRUZINSKI, Serge. *La pensée métisse*. Paris: Fayard, 1999, p. 37; D'AREZZO, Restoro. *La composizione del mondo*, 1282. Obra indicada por Federico Faloppa.

¹⁶ Carta de Jerónimo López a Carlos V. (Da noticias curiosas del repartimiento de Méjico.) Año 1541. In: MONTOTO, Santiago. *Colección de documentos inéditos para la Historia de Ibero-América*, T. I. Madrid: Editorial Ibero-Africano-Americana, recopil, 1927, p. 102.

¹⁷ FORBES, Jack D. *Black Africans & Native Americans. Color, Race and Caste in the Evolution of Red-Black Peoples*. Oxford: Basil Blackwell Ltd., 1988, p. 128-129.

¹⁸ SUMMARIO DAS ARMADAS que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escrito e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil. Campina Grande: Fundação Universidade Regional do Nordeste; Universidade Federal da Paraíba, 1983, Capítulo Ultimo. A nota da professora Carla Mary S. Oliveira sobre o caráter apócrifo do documento encontra-se no fim do texto.

¹⁹ FORBES, *op. cit.*, p. 100.

que inspirava muitos cuidados e provocava desconfiança nos discursos de autoridades, religiosos e observadores de outra natureza, ora era valorado. O célebre jurista espanhol Juan Solórzano Pereyra, por exemplo, o considerou “como la mejor mezcla que hay en Indias” em seu *Política Indiana* (1646/1647)²⁰.

Sinônimo de “mestiço”, os “mamelucos” ou “mamalucos” também foram alvo de avaliações depreciativas e elogiosas, dependendo da época e da conveniência. O termo foi empregado na América portuguesa já no início da segunda metade do Quinhentos. Em 1553, “mamaluca” aparece em carta de um jesuít²¹. Talvez, na conquista portuguesa (não há registros conhecidos do emprego em áreas de domínio espanhol), o termo tivesse sido usual antes mesmo que “mestiço” para designar os primeiros “americanos”. É muito interessante pensar que se tratava de vocábulo antigo, que em língua árabe significava “escravo” e que designava em algumas áreas islâmicas da Ásia Menor e do Egito os escravos não muçulmanos que, ainda crianças, eram levados para serem preparados como guardas dos sultões, passando a receber formação esmerada. Quando adultos deviam se converter ao islamismo e eram alforriados²². Alguma correspondência para as áreas espanholas pode ter havido com relação ao uso do termo “jenízaro”, que, originalmente, em regiões islâmicas, significava mesclado e que não foi introduzido no Brasil²³.

²⁰ “Como a melhor mescla que há nas Índias.” SOLÓRZANO PEREYRA, Juan. *Política india*. Madrid: Fundación José Antonio de Castro, 1996, p. 222.

²¹ Carta de Pedro Correia a Simão Rodrigues, 10 de março de 1553. Citado por MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 34.

²² Ver, por exemplo, DENOIX, Sylvie. La servilité, une condition nécessaire pour devenir prince: les Mamlûks (Égypte, Syrie, 1250-1517). In: BERNAND, Carmen ; STELLA, Alessandro (Org.). *D'Esclaves à soldats: Miliciens et soldats d'origine servile XIIIe-XXIe siècles*. Paris: L'Harmattan, 2006, p. 39-51; ENNAJIL, Mohammed. *Le sujet et le mamelouk; esclavage, pouvoir et religion dans le monde arabe*. Paris: Éditions Mille et une nuits, 2007.

²³ Ver, por exemplo, GRACIÁN DE LA MADRE DE DIOS, Jerónimo. *Tratado de la redención de cautivos en que se cuentan las grandes miserias que padecen los cristianos que están en poder de infieles, y cuán santa obra sea la de su rescate*. Sevilla: Ediciones

“Curiboca”, aparentemente, foi outro sinônimo de filhos de índias e brancos e de americanos mestiços (*African-American mixed-bloods*), definição retirada por Jack Forbes de *Historia Naturalis Brasiliæ*, importante obra de Georgi Marcgravi [Marcgrave] e Guilielmi Pisonis, publicada em Amsterdam, em 1648, não obstante desconfiar dela. Forbes escreveu, então, que “curiboca” era comumente aplicado aos descendentes de brancos e americanos, enquanto “caboclo” equivalia a “índio”²⁴. Este termo, “caboclo”, tinha origem tupi, provavelmente, e designava o mestiço nascido do cruzamento de branco (ou mestiço ou mameluco ou “filho de branco”) e índia. O vocábulo foi empregado largamente na América portuguesa, mas, no século XVIII, parece ter suscitado inconveniências. Assim, no Alvará Régio de 04 de abril de 1755, assinado pelo rei português Dom José I, “O Reformador”, foi interditado seu emprego: “outrosim proibo que os ditos meus vassallos casados com Indias, ou seus descendentes, sejaõ tratados com o nome de *Caboucolos*, ou outro similhante, que possa ser injurioso”²⁵.

As proibições de certos usos taxonômicos não pararam por aí, embora, na prática, nem sempre fossem cumpridas ou, por outro lado, seu uso já tivesse declinado. No mesmo ano de 1755, Dom José I assinou o “Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário”, no qual ficava proibido nomear os índios de “negros”. Nessa época, já não era tão comum o emprego da expressão “negros da terra” com relação aos “índios”, para diferenciá-los dos “negros de Guiné” (africanos), como ocorrera até, pelo menos, o início do século XVII. “Guinéu” ou “guineo” foram variações encontradas frequentemente nos documentos e crônicas da época. Além disso, completavam o conjunto de

Espuela de Plata, 2006. [1^a ed.: Bruselas, 1609].

²⁴ FORBES, *op. cit.*, p. 166, 172.

²⁵ ALVARÁ Régio de 4 de abril de 1755. Disponível em: <http://www.nacaomestica.org/alvara_regio_04_abril_1755_cabouclos.htm>. Acesso em: 29-jul-15.

“qualidades” ou “cores” relacionados aos africanos e usados em toda a Ibero-América os termos “prieto” ou “preto”, “gentio”, “gentílico”, “bárbaro”, “gentio bárbaro”, “mouro”, “cafre”, “boçal/bozal” e “ladino”.

A partir da segunda metade do Seiscentos, com a chegada frequente de contingentes muito maiores de escravos africanos e com o aumento da população mesclada com eles e com seus descendentes, outros termos se tornaram comuns e foram se generalizando nos séculos seguintes, assumindo importância cada vez maior no processo de conformação das sociedades. Foi a partir dessa época que, pela primeira vez, desde a chegada dos conquistadores ibéricos ao continente, os domínios portugueses passaram a contar com a presença de mais escravos africanos que os da Espanha, além do grupo de escravos nascidos no Novo Mundo, que crescia rapidamente. Assim, generalizou-se e intensificou-se o uso de vocábulos tais como crioulo, mulato, *zambo*, pardo, moreno, cabra, entre muitos outros, guardando particularidades para cada região e época, mas, quase sempre, aparecendo de maneira semelhante nos registros relacionados a todas as regiões da Ibero-América, conformando léxico compartilhado. Esse conjunto lexical, é importante frisar novamente, ainda que composto por vários termos antigos, anteriores às conquistas do Novo Mundo, voltou à Europa já “americanizado” a partir do século XVI, tornando essa história de circulações, apropriações e resignificados muito mais complexa e instigante.

A palavra “crioulo”, por exemplo, suscitou curiosidade e definições desencontradas desde muito cedo. O *mestizo* Garcilaso de la Vega escreveu nos primeiros anos do século XVII:

Es nombre que lo inventaron los negros – y así lo muestra la obra. Quiere decir, entre ellos, ‘negro nacido en Indias’. Inventáronlo para diferenciar los que van de acá, nacidos en Guinea, de los que nacen allá. Porque se tienen por más honrados y de más calidad por haber nacido en la patria, que no sus hijos porque nacieron en la ajena.

Y los padres se ofenden si les llaman criollos. Los españoles, por la semejanza, han introducido este nombre en su lenguaje para nombrar los nacidos allá, de manera que al español y al guineo nacidos allá les llaman criollos y criollas²⁶.

Já os “cabras” eram, provavelmente, filhos de índias e negros (e vice-versa) e o vocábulo foi usado quase que exclusivamente no Brasil. Em algumas regiões houve correspondência com o termo “caburé” ou “caboré”, que, aparentemente, tem origem na língua tupi²⁷. Já os “zambos”/“sambos” e “zambaigos”, também filhos de índias e negros (e vice-versa) ou de índias e *zambos* (e vice-versa) foram empregados nos domínios espanhóis do Novo Mundo.

“Pardo” e “mulato”, por seu turno, eram duas antigas palavras que, como outras anteriormente indicadas, integraram o universo ibero-americano, se “naturalizando” aí, recebendo novos significados e sendo associadas a novos grupos sociais. De fato, 300 anos depois das primeiras conquistas ibéricas, o grosso da população nascida nas Américas compunha-se de pardos, mulatos, *zambos* e *mestizos/mestiços*, entre escravos, libertos e nascidos livres.

“Pardo” parece ter sido empregado mais largamente e mais precocemente também. António Luís Ferronha afirma que o termo queria dizer pele de animal e que teria sido usado já no século XII, em Portugal²⁸. A partir do século XVI, “pardo” tornou-se

²⁶ “É nome que o inventaram os negros – e assim o mostra a obra. Quer dizer entre eles ‘negro nascido nas Índias’. Inventaram-no para diferenciar os que vão daqui, nascidos na Guiné, dos que nascem lá. Porque se têm como mais honrados e de mais qualidade por haver nascido na pátria, mais que seus filhos, porque nasceram no exterior. E os pais se ofendem se lhes chamam de crioulos. Os espanhóis, por semelhança, introduziram este nome em sua linguagem para nomear os nascido lá, de maneira que aos espanhóis e aos guinés nascidos lá chamam-lhes de crioulos e crioulas.” GARCILASO DE LA VEGA, *op. cit.*, p. 627.

²⁷ SYMANSKI, Luiz Claudio Pereira. Caburé. In: JESUS, Nauk Maria de (Org.). *Dicionário de História de Mato Grosso. Período colonial*. Cuiabá: Carlini & Coniato, 2011, p. 44.

²⁸ António Luís Ferronha foi responsável pelas leitura, introdução, modernização e notas da edição de 1995 do *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde...* A referência sobre o termo “pardo” encontra-se na nota 27, em ALMADA, André Álvares d’. *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde feito pelo Capitão André Álvares d’Almada Ano de 1594*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, 1995, p.

categoria comum, por vezes indicativa de “qualidade” (denotava alguma mistura com negros, crioulos, mulatos ou *zambos*, que poderia ter ocorrido com brancos ou índios, principalmente) e em outras vezes expressando a cor de pele. Nesse sentido, vale relembrar as palavras de Pero Vaz de Caminha, pelas quais o escrivão parece ter diferenciado “qualidade”, talvez definida a partir de traços físicos, de “cor” de pele: a “feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos”²⁹.

Foi também bastante usual, principalmente nos séculos iniciais de ocupação do Novo Mundo, o termo “baço”, correspondente à cor “parda”. Dicionaristas e cronistas dos séculos XVI e XVII assim se referiram aos índios do Brasil ou até mesmo a mestiços na América espanhola.

Para o célebre franciscano frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, que viveu em Pernambuco, durante o século XVIII, os pardos pareciam ser o tipo misto perfeito. É o que ele expressa no sermão “Discurso Histórico, Geográfico, Genealógico, Político, e Encomiástico recitado em a nova celebriidade que consagrão os Pardos de Pernambuco ao Santo de sua cor: o Beato Gonçallo Garcia”, feito em 1745, durante a festa em louvor do beato Gonçalo Garcia, também ele um “pardo”, nascido na Índia, de pai português e mãe indiana. Posteriormente, em texto publicado em 1758, Jaboatão afirmaria com vigor:

Nunca os pardos esperaram menos um santo da sua cor do que na presente ocasião, e nunca tanto como agora os apuraram, e apertaram mais as atribulações dos caluniadores de seu nome, e por isso, nunca tanto como nesta ocasião se faria neles mais apetecido um santo de sua cor. Pois agora, diz o Senhor, agora é tempo, já chegou o dia. Agora sim, que cresceram, e chegaram a seu termo as calúnias do vosso Nome [...] agora é o tempo de se publicarem as vossas glórias [...]³⁰.

138. O autor, entretanto, não cita a fonte de onde retirou a informação.

²⁹ CAMINHA, *op.cit.*, p.37.

³⁰ Trata-se do JABOATÃO MYSTICO EM CORRENTES SACRAS DIVIDIDO. Corrente

O vocábulo “mulato” também já era empregado na Península Ibérica quando se conquistaram os territórios a oeste do “mar oceano”. Jack D. Forbes chamou a atenção para suas prováveis origens distintas. Uma delas, a mais disseminada, o associa com o mulo ou a mula. Mas há também possibilidade de “mulato” derivar do árabe *muwallad*, latinizado até assumir a forma conhecida em espanhol e em português. Neste caso, seu emprego pode retroagir ao século X, impulsionado pela presença muçulmana na Península Ibérica³¹.

Finalmente, outra das categorias de mestiçagem/“qualidade” ou “cor” usuais, escolhidas para integrarem este texto, entre muitas outras existentes, como já explicado antes, foi “moreno”. Derivado de “mouro”, termo que designava os negros islamizados da Mauritânia e que foi se generalizando em toda a Europa como sinônimo de muçulmanos ou até mesmo se confundindo com “turco”, foi de emprego precoce na América espanhola. Já na América portuguesa, aparentemente, demorou mais a se tornar comum. Seu uso no Brasil se generalizou, possivelmente, a partir do século XIX, adentrando o século XX inclusive como forma carinhosa de tratamento, principalmente de homens com relação a mulheres e quase sempre no diminutivo: (a) “moreninha”. Essa parte da história, entretanto, foge do recorte temporal aqui adotado e fica para outra ocasião.

primeira panegyrica, e moral, offerecida, debaixo da proteção da milagrosa imagem do Senhor Santo Amaro, venerada na sua igreja matriz do Jaboatão, ao ilustríssimo e excellentíssimo senhor Luiz José Correa de Sá, governador de Pernambuco. Lisboa: Na offic. de Antonio Vicente da Silva, 1758. Citado por DIAS, Andrea Simone Barreto; ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro de. Atuação franciscana em Pernambuco colonial – o caso da festa dos pardos no Livramento – 1745. In: *Anais Eletrônicos I Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco*. Brasil e Portugal: nossa história ontem e hoje. Recife: UFRPE, 2007, p. 7.

³¹ FORBES, *op.cit.*,p. 140-148.

Conclusões

O cotidiano das populações americanas não se pautava, pelo menos não exclusivamente, em definições e valores de eruditos, de representantes dos reis e de religiosos. Enfim, o dia a dia era muito mais que o resultado da imposição da ordem e da empresa real; ia muito além disso e envolvia fortemente a participação das camadas menos favorecidas das populações no seu fazer-se. As mestiçagens ibero-americanas e o universo mestiço, biológica e culturalmente, foram expressões dessa história construída coletivamente, ainda que os grupos sociais não tivessem os mesmos poderes e as mesmas oportunidades de exercê-los. Também foi expressão dessa história o fascinante léxico que nomeou, qualificou, distinguiu e hierarquizou o mundo novo construído nas conquistas ibero-americanas. Ele resultou da atuação de agentes históricos, como os mestiços em geral, tanto nas áreas espanholas quanto nas portuguesas, gente que não se deixou limitar por teorias, definições e qualificações atribuídas e/ou destituídas pelos que, por sua escrita, legaram à posteridade uma (apenas uma!) versão daquela realidade histórica e um retrato daqueles homens e mulheres coprodutores de sua trajetória. Volver o olhar para a formação histórica do léxico das mestiçagens associadas ao mundo do trabalho é focar a história dos que não puderam escrevê-la e publicá-la, mas, nem por isso, deixaram de registrá-la.

Entretanto, deve ficar claro que no seio da unidade lexical proposta aqui (unidade, ainda que com toda a sua diversidade e com suas particularidades), dificilmente encontraram-se definições de aceitação geral e de uso completamente padronizado. Isso foi uma constante no universo ibero-americano. Apenas isso já é suficiente para indicar o quanto é necessário rever antigas verdades e práticas historiográficas. Exemplificando: o que até agora costuma-se considerar “branco” pode não ter sido e isso abrange cinco séculos de história comum e conectada,

assim como as interpretações que se construíram sobre essas sociedades e que continuam sendo produzidas, cada vez mais intensamente.

Finalmente, neste texto, devo frisar, não tive maior pretensão do que a de elencar alguns termos usados antes e depois das conquistas ibéricas no Novo Mundo para, a partir deles, problematizar a temática e demonstrar a importância que ela tem hoje para os estudos relativos à escravidão, às demais formas de trabalho forçado e às mestiçagens biológicas e culturais, dimensões fortemente conectadas no mundo Ibero-Americano entre os séculos XVI e XVIII.

AS CORES DA MESTIÇAGEM NO MARANHÃO SETECENTISTA

Márcio de Sousa Soares

As últimas vontades de um colono maranhense

Corria o ano da graça de Nossa Senhor Jesus Cristo de 1751 quando, aos dois dias do mês de dezembro, o ajudante João Teófilo de Barros houve por bem ditar seu solene testamento¹. Estava são, escorreito, sem doença alguma, mas sim com todo o seu perfeito juízo e entendimento. Entretanto, temia a morte por não saber a hora que Deus o chamaria. Natural da Vila de Santo Antônio de Alcântara, no Estado do Maranhão, havia nascido de legítimo matrimônio e sempre viveu no estado de solteiro. Afiançou não possuir herdeiro algum forçado, já que seus pais eram defuntos e não tinha filhos. Ao que parece, dentre os parentes colaterais, só lhe restavam uma tia e sobrinho que moravam com ele em sua fazenda de Iguarapiranga, situada na capitania do Cumã, distrito da mesma vila onde nasceu.

João Teófilo declarou que vivia "com bastante escravatura de pretos, mulatos, mamalucos, gentio da terra e mestiços e de toda a mais casta que tenho comprado com meu dinheiro aos moradores desta vila e cidade do Maranhão e alguns do Pará, como também algum resquício da minha legítima, os quais todos são meus legítimos escravos, dos quais não faço declaração pelo que meu primeiro testamenteiro os conhece muito bem

¹ Traslado do Testamento com que faleceu João Teófilo de Barros. Disponível em: <<https://familysearch.org/pal/MM9.3.1/TH-1-17067-67669-12?cc=2177273&wc=M78S-V66:369581401,369775401,369784001>>. Acesso em: 5-mar-15.

e este dará conta de tudo". Embora não tenha mencionado a quantidade exata de cativos que possuía, certamente agregava mais de 30 pessoas².

O patrimônio do testador não se limitava a Iguarapiranga, uma vez que também era senhor e possuidor de outra fazenda "assituada com gente" na paragem chamada o Aruhu, assim como mais uma "com seu molinete todo preparado de alambiques de sobijos", localizada na cabeceira do igarapé Tapinabá [sic]. Lavouras, ferramentas, tenda de ferreiro, carros e canoas também compunham seus pertences. Nos Pirizes do Cumã havia ainda mais dois currais de gados vacuns e cavaleiros com seus escravos, assim como uma morada de casas de sobrado com todo o seu preparo na Vila de Santo Antônio de Alcântara, recheada de peças finas, tais como louças, objetos de ouro e prata, roupas, além de algum dinheiro.

Não resta dúvida de que se tratava de uma pessoa abastada e bem posicionada na hierarquia social da Vila de Alcântara, pois além de ser filiado à Irmandade das Almase a dos Lugares Santos de Jerusalém – das quais participavam outras figuras importantes do lugar –, João Teófilo desejava ser sepultado na tumba que a confraria mantinha no interior da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo.

Dentre as pessoas de sua confiança, João Teófilo nomeou o moço José Bruno de Barros, a quem havia criado em sua casa, como primeiro testamenteiro e, em segundo lugar, pediu que o reverendo padre Manoel de Souza que lhe fizesse essa mercê por serviço de Deus. Todavia, era em José Bruno que o testador depositava toda esperança no cumprimento de suas últimas vontades. E para que não houvesse dúvida alguma sobre o primeiro testamenteiro, "por ser filho de uma minha escrava

² Em outro trecho do testamento, encontra-se a recomendação de João Teófilo para que, como garantia do cumprimento de todas as ações em benefício de sua alma, José Bruno tivesse o cuidado de assegurar a manutenção e o aumento da fazenda do falecido conservando ao menos 30 escravos.

por nome Silvana, já desde agora lhe dou plena liberdade pelo amor de Deus e como coisa pia para que entre com a minha disposição e testamentaria em que nomeio³.

O filho da escrava, doravante considerado pessoa liberta, de tudo sabia com muita certeza a respeito dos haveres de seu benfeitor, e dele se esperava que cumprisse o papel de fazer valer as últimas vontades do testador. Determinações que não só espelhavam as filigranas da trama de relações hierárquicas na qual João Teófilo, sua escravatura e demais dependentes estavam inseridos, como também a vontade de promover, após a sua morte, um rearranjo pontual dessas relações na expectativa de reafirmar o ordenamento que regulava aquela pequena parcela do mundo sob sua autoridade.

Com todo amor e caridade, o testador havia criado em sua casa três raparigas, a saber: Ana, Luzia e Cosma. João Teófilo dispensou uma atenção especial a cada uma dessas moças de origens diferenciadas, cujo futuro poderia ser bastante promissor, caso cumprissem as determinações dele.

Pelo amor de Deus e como coisa pia, casando a moça Ana com pessoa capaz,

[...] se lhe dará uma negra minha legítima escrava chamada Maria Pará com sua filha Arsênia, como também mais outra negra minha escrava por nome Brígida com sua filha, a qual negra é casada com um negro forro chamado Cláudio, como também se lhe dará um caboclo por nome Lourenço e outro por nome Antony por alcunha ofoma [...]⁴.

Era um generoso legado, a compor um atraente dote, que ainda agregava seis colheres, uma dúzia de guardanapos de algodão, meia dúzia de toalhas, quatro lençóis e cinco rolos de pano para o seu preparo. Enquanto não tomasse estado de casada, Ana deveria ser assistida pelo primeiro testamenteiro que deveria

³ Traslado do Testamento com que faleceu João Teófilo de Barros, *op. cit.*

⁴ *Ibid.*

fornecer a ela o vestuário necessário, além de designar uma negra para servi-la porta a dentro. João Teófilo ainda teve o cuidado de assegurar que “os produtos das pessoas nomeadas [escravos] que houverem, todos são da dita moça, ainda que nasçam em minha vida, e se lhe dará um vestido capaz para seu casamento”⁵.

Ana havia nascido livre e fora recolhida à casa de seu protetor para encobrir uma falta de sua mãe por ser mulher casada. Entretanto, a posse dos bens que lhe foram legados estava condicionada ao cumprimento da vontade do testador, sobretudo que se casasse e se mantivesse apartada de sua mãe, caso contrário, “[...]meus testamenteiros não terão obrigação de lhe darem coisa alguma de que tenho nomeado [...]”⁶.

A rapariga Luzia, também criada com muita caridade nascera escrava, pois era “[...] filha de uma minha serva já falecida por nome Romana, por cuja causa pelo amor de Deus a deixo forra e livre de toda e qualquer pensão de cativeiro”⁷. Se porventura se casasse com pessoa livre e capaz, com a vontade e o beneplácito de José Bruno, receberia

[...] uma negra do gentio da terra minha legítima escrava chamada Francisca que a chamam a Paxica e outra negra crioula chamada Joana Tamanca e outro mocelo na chamada Maria da nação Timbira e um negro da terra crioulo por nome Domingos por alcunha o Carro Velho e outro mais chamado Inácio Pucê do Sertão [...]⁸.

Além disso, também lhe seriam destinados seis colheres de prata, seis guardanapos, seis toalhas, quatro lençóis e cinco rolos de pano para seu vestuário, vestido capaz para seu recebimento e uma escrava para servi-la portas adentro enquanto não se casasse. A mãe de Luzia viveu e morreu na condição de serva, sua filha, porém, tinha a chance de se tornar senhora. Todavia,

⁵ *Ibid.*

⁶ *Ibid.*

⁷ *Ibid.*

⁸ *Ibid.*

como contrapartida, a rapariga deveria permanecer sempre em casa do testador enquanto não tomasse estado e sendo o caso que não fizesse por ser honrada, não se lhe daria coisa alguma.

Cosma tinha origem semelhante à de Luzia. Era filha de da falecida escrava Cecília, e por isso também foi declarada forra e livre de toda e qualquer pensão de cativeiro pelo amor de Deus. Igualmente condicionado ao casamento com pessoa livre e capaz estava o recebimento dos seguintes bens:

[...] uma negra por nome Izabel do gentio da terra crioula com sua filha por nome Flora casada com um cafuzo forro por nome Inácio e outra mais crioula por nome Francisca filha de uma Juruna, a qual dita Francisca tem dois filhos macho e fêmea, a fêmea por nome Tereza e o macho por nome Arcângelo que também se darão à dita rapariga, como também um negro chamado Caetano da terra do Pará e outro chamado Venâncio Tatú⁹.

Assim como Luzia, Cosma também seria contemplada com peças de prata, panos e uma negra para servi-la enquanto permanecesse solteira, desde que permanecesse em casa e honrada até o casamento, caso contrário, não se lhe daria coisa alguma.

Ao decidir alçar suas protegidas à condição de senhoras de escravos, João Teófilo estendia a conservação do jugo do cativeiro para parcela de sua escravaria. Todavia, logo após providenciar o arranjo de uma parcela de seu patrimônio em favor das raparigas, cuidou de premiar vários escravos, promovendo-os à condição de forros.

Alforrias e legados

Além de conceder a liberdade ao seu primeiro testamenteiro, João Teófilo fez o mesmo benefício em favor da preta Silvana – mãe do rapaz –, que pelo bom serviço, amor de Deus e como coisa pia,

⁹ *Ibid.*

ficava forra livre e isenta de cativeiro. Enquanto viva fosse, deveria permanecer sob os cuidados de seu filho à custa da fazenda do testador, além de receber uma rapariga pequena para servi-la. Demonstrando apreço pela sua escrava, João Teófilo determinou ainda que à mesma fosse dado um sepultamento digno, reservando-lhe tumba, acompanhamento sacerdotal e ofícios divinos. Mãe e filho seriam forros livres e isentos de cativeiro, assim como a mamaluca Januária – rapariga criada pela dita preta Silvana –, que também deveria receber cinco rolos de pano se porventura procedesse bem e se casasse com pessoa capaz.

No Curral de Baixo, pertencente ao testador, vivia o escravo Manulão. Tratava-se de um rapaz mamaluco a quem João Teófilo igualmente alforriou pelo amor de Deus, deixando-o livre e isento de toda pensão de cativeiro. No entanto, a nova condição foi condicionada à permanência para sempre do mamaluco no dito curral. Semelhante obrigação tinha lá suas compensações, uma vez que Manulão receberia como legado trinta cabeças de gado *vacum*, além de uma égua e de um rapaz chamado Antony pequeno do sertão e toda farinha necessária para o curral. Como contradom, o liberto ficaria obrigado à pensão de uma missa anual em favor de seu benfeitor.

Se o casamento era recomendação estipulada pelo testador às raparigas primeiramente agraciadas, a permanência no estado de solteira foi condição *sine qua non* para a validade da alforria concedida a outras escravas. Deste modo, Severina – uma mamaluca já de idade – casando com alguma pessoa da fazenda do testador ou com algum escravo de fora, “ficará com o cativeiro que de antes, e não fazendo isto a deixo forra livre e isenta de cativeiro com pensão de uma missa todos os anos”¹⁰.

João Teófilo estava mesmo decidido a governar o “mercado matrimonial” ao alcance de seus cativos e dependentes após a sua morte. A negra Isabel amulatada, a cafuza Inácia e sua mãe,

¹⁰ *Ibid.*

Úrsula preta, assim como a escrava Joana Nunes, também foram obrigadas a permanecer solteiras para gozarem a alforria recebida. Em troca, as libertas igualmente ficavam com a pensão de mandar dizer uma missa anual pela alma do seu defunto senhor.

A proximidade com o senhor também favoreceu João e Tomé, dois rapazes mamalucos criados pelo ajudante. O primeiro era filho da dita Joana Nunes e o segundo, da escrava Margarida, “os quais [João e Tomé] assistindo sempre na minha fazenda por saberem ler e escrever os deixo forros livres e isentos de cativeiro”, além de receber a vestimenta e o tratamento que o testador lhes dispensava.

Por fim, libertou o mamaluco Angélico, casado, com a obrigação de assistir para sempre na mesma fazenda e mandar dizer uma missa anual pela alma do testador. Além disso, deveria realizar algum serviço que fosse necessário para a conservação da dita fazenda, mas sem qualquer obrigação. Ao fim e ao cabo de sua existência, João Teófilo confirmou e concedeu nada menos do que catorze alforrias como disposição de última vontade.

Em seguida, distribuiu algumas esmolas a duas afilhadas que moravam em suas terras – três rolos de panos a cada uma delas para ajuda nos seus dotes – e roupas do uso e um alqueire mensal de farinha a um moço pobre que também morava na sua fazenda.

A princípio as disposições testamentárias de João Teófilo causam a impressão que, na decisão do destino de seus bens e benefício de sua alma, os vínculos de afinidade falavam mais alto do que laços consanguíneos. Ao sobrinho Antônio de Abreu, que com ele também morava – transcorrido um ano do falecimento – seriam destinados tão somente “de esmola pelo amor de Deus cinco rolos de pano e toda a roupa do meu vestuário”, caso ainda residisse na fazenda. À tia, por sua vez, foram legados farinha e peixe para seu sustento costumeiro e um sepultamento em tumba, acompanhado de missas de corpo presente, à custa da fazenda do testador, tudo pelo amor de Deus.

Por outro lado, uma vez cumpridas todas as determinações, o ajudante instituiu como “[...] universal herdeiro pelo amor de Deus e por me ajudar com todo o cuidado no trabalho das minhas fazendas ao dito meu primeiro testamenteiro José Bruno de Barros [...]”¹¹. Em contrapartida, o liberto ficaria impedido de vender ou alienar os bens do testador e obrigado a mandar dizer missas anuais pela alma do falecido.

Decidido a alavancar a promoção social do liberto, João Teófilo também determinou que, caso José Bruno quisesse

[...] tomar estado de casado é minha última vontade seja com moça órfã honrada e branca e quando o faça com outra que não seja da qualidade que tenho dito ficará fora do meu herdeiro e dos meus bens se farão em três partes das quais uma delas será para as três moças Ana, Luzia e Cosma com igualdade a cada uma e as duas partes que ficam será tudo para se despender em sufrágios para a minha alma de missas, esmolas e órfãos e aos Lugares Santos de Jerusalém [...]¹².

Ainda que se casasse conforme o desejo do testador, mulher e filhos de José Bruno nada teriam na fazenda do defunto [...] porque o não admito na mercê que lhe faço senão enquanto sua vida e se só se poderá utilizar e seus herdeiros do rendimento do trabalho dos escravos e nesta forma se entenderá a instituição que lhe faço de herdeiro [...]”¹³. A preocupação maior de João Teófilo era converter o produto de seus bens em capelas de missas na tentativa de garantir a salvação de sua alma. Afinal, essa era a razão precípua da feitura de testamentos.

Por erro de redação ou ato falho no momento do ditado, tem-se a impressão de que a rapariga Ana era filha adulterina do testador e, com tal, não poderia mesmo ser instituída como herdeira por força da legislação¹⁴. José Bruno, por sua vez, era mencionado

¹¹ *Ibid.*

¹² *Ibid.*

¹³ *Ibid.*

¹⁴ “Declaro que a dita moça Ana tive em uma mulher casada digo Ana eu a recolhi a minha casa pelo amor de Deus por encobrir uma falta de sua mãe por ser

com o sobrenome de João Teófilo, visto que se tratava de um costume muito comum entre os libertos na América portuguesa¹⁵. Todavia, poucos meses após a abertura do testamento, eis que em maio de 1761 José Bruno de Barros peticionou a El Rei D. José I requerendo “permissão para dar liberdade a um escravo *herdado de seu pai* que está sob fideicomisso”¹⁶. O desejo de José Bruno era alforriar um escravo chamado Inácio e substituí-lo por outro de igual valor sem prejuízo da fazenda de seu finado pai. Embora não o tenha declarado abertamente no testamento, porque certamente era público e notório, João Teófilo de Barros foi movido pelo constrangimento moral que pairava sobre os homens livres para não deixarem seu “sangue na escravidão”. Conquanto não houvesse nenhuma prescrição formal da Igreja em sentido contrário, tudo leva a crer que deixar filhos ilegítimos na condição de escravos era tacitamente considerado uma falta grave, cuja remissão completa estava fora da alçada da Igreja. Ao envolver a posse e domínio sobre bens, dependia da vontade do possuidor em abrir mão deles na tentativa de reparação do erro. Pela doutrina da igreja, o arrependimento derradeiro às vésperas da morte era uma oportunidade ímpar para remediar semelhante falta e, desse modo, reduzir o tempo de permanência do pecador nas chamas purificadoras do purgatório¹⁷.

* * *

Não é possível saber se as últimas vontades do ajudante João Teófilo foram cumpridas exatamente conforme ele desejava ou

mulher casada”. Cf. *Traslado do Testamento com que faleceu João Teófilo de Barros, op. cit.*; LEWIN, Linda. *Surprise Heirs: illegitimacy, patrimonial rights and legal nationalism in luso-brazilian inheritance, 1750-1821*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

¹⁵ SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativeiro: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

¹⁶ Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), CU, 009, Cx. 40, documento 3910 [grifo do autor].

¹⁷ SOARES, *op. cit.*, p. 55-64.

não. Para isso seria necessário examinar o processo de contas de seu testamento, até mesmo porque, entre a redação e a abertura do mesmo, transcorreram longos treze anos. Seja como for, o que importa assinalar é que foi esta a cédula definitivamente aberta após a morte do testador e seu conteúdo não só expressa a compreensão que ele tinha do ordenamento social a sua volta como também permite vislumbrar alguns arranjos sociais e relações hierárquicas vigentes na capitania do Maranhão em meados dos Setecentos.

Uma fortuna como a de João Teófilo de Barros e de outras pessoas, tão ou pouco menos abastadas do que ele e que também viveram na capitania do Maranhão na primeira metade do século XVIII, revelam situações surpreendentes¹⁸. Embora frequentemente revelassem culpas pretéritas e vontades individuais voltadas para a salvação da alma, tomados em conjunto os testamentos expressam comportamentos e modos de viver de grupos sociais que dispunham de bens suficientes para serem mobilizados em favor de suas almas. Além do cunho religioso, carregam igualmente informações valiosas para a história social. É nesse sentido que os testamentos aqui analisados desafiam uma imagem cristalizada nas obras clássicas da historiografia sobre o quadro socioeconômico característico do Estado do Maranhão antes das transformações decorrentes da administração pombalina. Reduzidas ao extrativismo vegetal e à agricultura de “subsistência”, as atividades econômicas apresentariam sinais de “miséria e estagnação” generalizadas – das quais só escapavam as Ordens Missionárias – agravadas pela “insignificância” da escravidão africana. Tudo isso em decorrência do mais completo “abandono” daquele Estado, entregue à própria sorte em consequência da desatenção demonstrada pela Coroa¹⁹.

¹⁸ Para efeito de análise, considerou-se o início das atividades negreiras da Companhia de Comércio em 1756 como marco na divisão da centúria no Maranhão. CARREIRA, Antônio. *As companhias pombalinas*. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 47-48.

¹⁹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A política de Portugal no vale amazônico*. Belém, 1940; MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. São Luís: D.A.S.P. Serviço de

Como estudos recentes assinalam, longe de ser satisfatória, semelhante chave interpretativa toma como modelo a economia de *plantation* característica das áreas açucareiras do Estado do Brasil. Ao propor uma nova abordagem, consideram que as atividades agrárias decorrentes da ocupação e colonização do Estado do Maranhão devem ser analisadas sob outro prisma²⁰. Este é o caso, por exemplo, da atividade açucareira, visto que a região conheceu a experiência montagem de engenhos de açúcar e engenhocas de aguardente após a expulsão dos franceses. Tratava-se de uma atividade praticada fora do circuito agroexportador, acionada como recurso para garantir a conquista e a ocupação lusitana frente à cobiça de outras nações europeias²¹.

Não obstante o viés analítico *plantacionista* com foco no nordeste colonial, Vera Ferlini observou que, nos primeiros séculos da colonização da América portuguesa, os incentivos ao desenvolvimento da atividade açucareira não se deveram somente ao aspecto rentável do empreendimento, mas também porque a ocupação do solo visava promover a defesa, a posse e a integração das conquistas na América aos domínios do império ultramarino lusitano²². Foi nesse sentido que, segundo alguns autores, a Coroa portuguesa procurou estimular a atividade açucareira no Estado do Maranhão após a ocupação batava em Pernambuco. A tese do “abandono” pela Coroa portuguesa não se sustenta à luz de um exame mais acurado da documentação. A própria criação do Estado do Maranhão durante a União Ibérica como unidade administrativa separada do Estado do Brasil

Documentação, 1960.

²⁰ CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006, p. 100-101.

²¹ CUNHA, Ana Paula Macedo. *Engenhos e engenhocas: atividade açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750)*. Dissertação (Mestrado) - UFPA, Belém, 2009.

²² FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial*. 2^a edição. São Paulo: EDUSC, 2003, p. 17-23.

e diretamente subordinada a Lisboa é prova cabal em sentido contrário, pois visava promover a defesa e garantir a posse e o domínio daquela conquista em face às incursões das demais nações europeias. Disso resultou a preocupação da Coroa em assegurar a posse e domínio da região por meio da construção de fortalezas acompanhada do incentivo ao povoamento e do estabelecimento de atividades agrárias²³.

Embora a maior parte dos engenhos e engenhocas tenha sido estabelecida na capitania do Grão-Pará, alguns colonos maranhenses também apostaram nesse tipo de atividade²⁴. De acordo com Vicente Salles foi com vistas à promoção da atividade açucareira que foram introduzidos os primeiros pretos naquelas paragens, visto que uma carta régia de 1699 determinava aos compradores de africanos o plantio da cana e a produção de açúcar²⁵. Como bem observou Ana Paula Cunha, não se tratava, portanto, de uma atividade aleatória, dada a dimensão política que esse tipo de investimento desempenhava naquele Estado. Tampouco pode ser considerada como fruto de um entusiasmo ingênuo da parte de adventícios procedentes de Pernambuco ou da Bahia, cujo resultado seria derivado de um “erro de cálculo” transformado em uma experiência malograda, sem a menor importância econômica e que, por isso, logo teria cedido lugar à atividade extrativa²⁶. Tanto era assim que o testamento de João Teófilo e de outros moradores do Maranhão confirmam que os investimentos na produção de açúcar e aguardente continuavam a ser praticados na primeira metade dos Setecentos.

²³ CUNHA, *op. cit.*; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. “Para aumentar da conquista e bom governo dos moradores”: o papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do maranhão (1615-1668). Tese (Doutorado em História) - UFF, Niterói, 2011.

²⁴ Traslado do Testamento com que faleceu Bartolomeu Pereira Lemos. Disponível em: <<https://familysearch.org/pal/MM9.3.1/TH-1-17067-67669-12?cc=2177273&wc=M785-V66:369581401,369775401,369784001>>. Acesso em: 5-mar-15; CUNHA, *op. cit.*

²⁵ SALLES, Vicente. *O Negro na formação da sociedade paraense*. Belém: Paka-Tatu, 2004.

²⁶ CUNHA, *op. cit.*, p. 24-26.

Açúcar, aguardente, rolos de panos e outros produtos da terra eram utilizados como “dinheiro da terra” para pagamento de tributos, soldos e transações no comércio local, visto que, até o ano de 1749, não havia circulação de moeda metálica no Maranhão²⁷. O açúcar produzido no Maranhão, por certo não era destinado ao porto de Lisboa nem tampouco a aguardente ali produzida direcionada à Costa da Guiné em troca de pretos, entretanto eram itens fundamentais na composição dos mantimentos que abasteciam as expedições voltadas para o apresamento de índios.

Gentio da Terra e Tapanhunos na Capitania do Maranhão

Como é sobejamente conhecido pela historiografia e o testamento de João Teófilo Só faz confirmar, os índios eram “peças” fundamentais no recrutamento de mão de obra no Estado do Maranhão. Força de trabalho, composição de fortunas, multiplicação e redefinição de hierarquias sociais dependiam da qualidade das relações entre índios e colonos. Tudo isso temperado pelos conflitos candentes que entre si travavam gentios “hostis”, moradores e missionários com a mediação da Coroa²⁸.

Era assim que, até a promulgação da lei de junho de 1755 – que restituui “aos índios do Grão-Pará e Maranhão a liberdade de suas pessoas, bens e comércio” – seguida da instituição do Diretório (1757) e da expulsão dos jesuítas (1759), não raro se encontra nos testamentos a menção a índios ora como escravos, ora como livres, ora como forros ou tudo isso junto. Afinal, eram tantas as

²⁷ LIMA, Alam José da Silva. *Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”: moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2006.

²⁸ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 115-132; MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. *Fé e império: as juntas das missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2009.

idas e vindas da legislação que, por exemplo, em setembro de 1758, Maria da Costa houve por bem reformular um testamento que havia feito anteriormente, no qual pelo amor de Deus deixava três escravos a uma sobrinha viúva. Angélico, sua mulher Belisária e seu filho Francisco ficaram compreendidos na Lei Novíssima das Liberdades dos Índios e, por isso, foram substituídos na doação. Entretanto, a testadora fez questão de estipular que “se suceder que pelo tempo se revogue esta dita Lei e tornem ao estado da escravidão os ditos três acima nomeados neste caso ficarão pertencendo à dita minha sobrinha a quem logo se entregarão”²⁹. Inconformado com a redução de sua posse e domínio sobre a escravatura que tinha, em fevereiro de 1759, Francisco Tavares Coelho acalentava esperança semelhante ao assinalar que, além de um escravo do gentio da Costa da Mina, “possuía mais nove ou dez dos alforriados os quais são bem conhecidos, quando se revogue a Lei meus herdeiros os haverão novamente”³⁰.

Tudo faz crer que a maior parte da escravatura do ajudante João Teófilo de Barros era composta pelo gentio da terra e, assim como os demais moradores daquele Estado, não estava isento dos contratempos em torno da legitimidade da manutenção de índios como cativos. Com efeito, em dois de maio de 1753, João Teófilo recorreu ao arbítrio de Sua Majestade D. José I na tentativa de reaver a posse, o domínio e os rendimentos do escravo Antônio. De acordo com o Ajudante, seu cativeiro seduzido, ocultado e persuadido pelo Reverendo Antônio Álvares de Castro para que notificasse seu senhor com o alvará de vênia para lhe dar liberdade “com o falso e afetado pretexto” de ser descendente do gentio da terra³¹.

²⁹ Registro do Testamento com que faleceu a defunta Maria da Costa. Disponível em: <<https://familysearch.org/pal/MM9.3.1/TH-1-17067-67669-12?cc=2177273&wc=M78S-V66:369581401,369775401,369784001>>. Acesso em: 5-mar-15.

³⁰ Registro do Testamento com que na ribeira do Iguaçu faleceu Francisco Tavares Coelho. Disponível em: <<https://familysearch.org/pal/MM9.3.1/TH-1-17067-67669-12?cc=2177273&wc=M78S-V66:369581401,369775401,369784001>>. Acesso em: 5-mar-15.

³¹ AHU, CU, 009, Cx. 34, documento 3378.

Era por conta de semelhantes embaraços, sobretudo em virtude da oposição e dos conflitos frequentes entre colonos e missionários, e das eventuais dificuldades de acesso à mão de obra do gentio da terra, que desde a segunda metade do século XVII os moradores e jesuítas reclamavam a necessidade da introdução de africanos no Estado do Maranhão. Para os inacianos, este seria o único remédio para acabar de uma vez por todas com a escravização dos indígenas. A princípio, colonos e autoridades locais pareciam anuir com semelhante alternativa e não se cansavam de endereçar insistentes apelos à Coroa ancorados na retórica sobre o sucesso que o uso de africanos alcançava no Estado do Brasil. Todos pareciam, portanto, concordar que o aumento e a conservação do Maranhão dependiam do ingresso de "tapanhunos de Angola e Guiné para de todo não se perderem as fazendas". Entretanto, não chegavam africanos que bastasse, o que faz crer que, a imagem da "miséria" frequentemente evocada pelos moradores daquela capitania estava diretamente relacionada à oposição dos inacianos contra o cativeiro dos índios³². Nesse sentido, a combinação entre a retórica da "miséria" por parte dos moradores com as reclamações sobre a falta de africanos e os preços que os negociantes exigiam convertia-se em uma estratégia recorrente dos colonos que visavam obter o aval da Coroa para a continuidade do resgate e da escravização do gentio da terra, para desespero dos jesuítas.

Há muita divergência em torno dos números de africanos desembarcados no Estado do Maranhão entre o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII. Assim como é impossível saber exatamente quantos permaneceram na capitania, uma vez que, por determinação régia, parte deles deveria ser repartida como os moradores do Grão-Pará³³. Não obstante a iniciativa da

³² PINHEIRO, Joely Aparecida Ungretti. *Conflitos entre jesuítas e colonos na América portuguesa (1640-1700)*. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 2007, p. 133.

³³ CARREIRA, *op. cit.*, p. 86-89; CHAMBOLEYRON, *op. cit.*, p. 97-99; SILVA, Daniel B. Domingues da. The Atlantic slave trade to Maranhão, 1680-1846: volume, routes and organization. *Slavery & Abolition*, London, v. 29, n. 4, p. 447-501, dez. 2008.

Coroa para promover o ingresso de pretos naquele Estado, por meio da concessão de privilégios às companhias de comércio, as experiências da efêmera *Companhia de Estanco do Maranhão e Pará*, logo substituída pela *Companhia de Cacheu e Cabo Verde*, resultaram em uma oferta irregular e diminuta³⁴. O que se sabe ao certo é que, no que diz respeito às procedências, essas primeiras levas de pretos conduzidos para o Maranhão foram embarcadas na Alta Guiné e no porto de Cacheu. Seja como for, as cifras mais aceitas atualmente não deixam dúvida quanto à timidez da presença africana no Estado do Maranhão até meados do século XVIII quando se compara com os desembarques ocorridos no Estado do Brasil³⁵.

Quadro 1- Desembarques Quinquenais de Escravos Africanos nos Estados do Maranhão e do Brasil (1691-1755)

Períodos	Escravos Desembarcados			
	Maranhão e Grão-Pará	Pernambuco	Bahia	Rio de Janeiro
1691-1695	388	12.500	18.789	13.152
1696-1700	458	33.221	37.536	26.276
1701-1705	585	25.539	29.310	20.492
1706-1710	487	27.322	31.488	21.117
1711-1715	741	20.000	42.890	23.817
1716-1720	300	20.000	38.467	31.543
1721-1725	400	17.887	42.716	24.969
1726-1730	200	20.827	48.358	26.239
1731-1735	200	12.203	46.354	30.176
1736-1740	469	10.973	45.140	33.841
1741-1745	299	12.066	37.212	42.756
1746-1750	500	17.361	54.110	26.511
1751-1755	1.492	14.427	40.510	38.611
Soma	6.519	244.326	512.880	59.500

Fonte: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <www.slavevoyages.org>. Acesso em: 5-mar-15.

³⁴ CARREIRA, *op. cit.*, p. 22-31.

³⁵ Dados disponíveis no The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em:<www.slavevoyages.org>. Acesso em: 5-mar-15.

Os números de *tapanhunos* desembarcados no Maranhão são visivelmente modestos, e, por conseguinte, poucas deveriam ser as escravarias mistas no período. Porém, foram suficientes para fazer da presença africana um ingrediente adicional para tornar bastante complexo o desenho das hierarquias sociais vigentes, em virtude das múltiplas combinações entre condição, cor e qualidade que caracterizavam a estratificação social naquela capitania. Aliás, não deixa de ser bastante sugestivo o fato de que diante de tanta dificuldade envolvendo o acesso ao braço indígena ou africano, as alforrias concedidas como disposição de última vontade fossem tão comuns na capitania do Maranhão na primeira metade do século XVIII. Dentre os 14 testamentos redigidos entre 1676 e 1758, apenas um não fez menção à posse de escravos, restando, portanto, 13 testadores escravistas, dos quais nove concederam alforria gratuita *ad causas pias*³⁶. Para a segunda metade do século, num conjunto de 61 testamentos, identificou-se 51 escravistas, dentre os quais 18 também concederam alforria gratuitamente (35,3%).

Nesse ponto, mostra-se decisivo o papel da escravidão indígena e africana na multiplicação das hierarquias em virtude dos desdobramentos das alforrias e da acentuada mestiçagem que estampava a população local. Tudo isso aparece fartamente documentado nos testamentos, onde é possível notar o quanto corriqueiro era o intercurso sexual entre pessoas de distintas qualidades, responsável pelo aparecimento de toda a sorte de mestiços derivados das uniões consensuais ou até mesmo sacramentadas, para não dizer da eventual *fragilidade humana* frequentemente evocada nos casos de incontinência sexual

³⁶ Dividiu-se o período e a amostra de 79 testamentos em duas partes, tomando como base o ano de 1758, visto que, a partir de então se verificou a introdução mais regular e maciça de africanos no Estado do Maranhão pela Companhia de Comércio, criada pelo Marquês de Pombal dois anos antes, e por levar em conta os efeitos da promulgação da lei de liberdade dos índios de junho de 1755, seguida da instituição do Diretório dos Índios (1757) e da expulsão dos jesuítas (1759).

qualificados pela moral tridentina como fornicação simples ou adultério.

Conforme a historiografia sobre a família e a moral conjugal tem assinalado, a carência de mulheres brancas e honradas que marcou a colonização portuguesa na América concorria para a ampla disseminação do concubinato na população e pela expressiva incidência da filiação ilegítima³⁷. Segundo Vainfas, muitos portugueses viviam amancebados por anos a fio com índias ou africanas sem cogitar a possibilidade de se casarem com elas em virtude da infâmia derivada do sangue, da cor ou da condição social que essas mulheres carregavam no direito e nas tradições ibéricas³⁸.

A análise das ações movidas pelo Tribunal Episcopal do Bispado do Maranhão setecentista contra mais de uma centena de clérigos afeitos ao danado coito revela um intenso envolvimento de padres nas relações concubinárias e na promoção da mestiçagem pelo envolvimento amoroso que mantiveram com índias, pretas, mamelucas e toda sorte de mulheres mestiças que lhes geravam filhos sacrílegos³⁹. Além dos sacerdotes, mais de 200 homens leigos também foram alvo do juízo eclesiástico pelas ofensas à castidade e/ou ao casamento. Entretanto, um aspecto de particular importância extrapola as mestiçagens derivadas dos delitos praticados pelos acusados para um quadro social mais amplo, desenhado a partir da qualificação dos réus e das testemunhas de acusação e de defesa na instrução dos processos. Conforme a observação de Pollyanna Mendonça,

³⁷ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989; LONDONO, Fernando Torres. *A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Loyola, 1999.

³⁸ VAINFAS, *op. cit.*, p. 76.

³⁹ MENDONÇA, Pollyanna Gouvea. *Sacrílegas famílias: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 2007; MENDONÇA, Pollyanna Gouvea. *Parochos imperfeitos: justiça eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial*. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2011.

"o momento dos depoimentos – das acusações e das defesas – demonstra muito detidamente não só como aquela sociedade entendia os diferentes lugares sociais, a ascendência familiar, as questões de gênero e a cor da pele, mas, principalmente como as autoridades eclesiásticas se portavam diante dessas questões"⁴⁰. Como estratégia de defesa, os réus frequentemente recorriam à desqualificação dos acusadores e das testemunhas, fazendo uso de um vocabulário social bastante diversificado combinando cor, condição e qualidade, a exemplo de "caboclos de pés descalços"; "índios pobres ou de pouca conta"; "mamelucas"; "parda vil de nascimento, humilde e de pé descalço"; "cafuzas", entre outros, e que, por isso, na opinião dos acusados, não mereceriam crédito algum.

Fossem ou não frutos de tratos ilícitos, o certo é que os testamentos maranhenses analisados evidenciam que, ao contrário do que se poderia eventualmente pensar, não raro, muitos mestiços descendentes de mulheres índias e pretas alçavam à condição senhorial em virtude da alforria e/ou legados recebidos de seus donos e, com isso, passavam a exercer a posse e o domínio sobre antigos parceiros de cativeiro. Em 1745, o criador de gado Gaspar dos Reis alforriou sete escravos, dentre os quais distinguiu as mulatinhas Felícia e Angélica, filhas da mestiça Roma da Silva, declarando que

[...] em minha casa tenho criado duas meninas mulatinhas uma chamada Felícia e outra Angélica e pelo grande amor que lhes tenho deixo a cada uma delas pelo amor de Deus 300 vacas [...] deixo mais 10 éguas a cada uma destas meninas na verba acima declarada para benefício de seu gado [...] o meleque Antônio que deixo para servir a estas meninas enquanto forem solteiras [...] declaro que a menina Felícia tenho dado a mestiça Luciana e a menina Angélica a donzela Laureana de nação caratihé cuja doação ratifico pela presente verba pela ter feito por amor de Deus⁴¹.

⁴⁰ MENDONÇA, 2011, p. 114-125.

⁴¹ Registro do Traslado do Testamento do defunto Gaspar dos Reis. Disponível em: <<https://familysearch.org/pal/MM9.3.1/TH-1-17067-67669-12?cc=2177273&wc=M78S-V66:369581401,369775401,369784001>>. Acesso em: 5-mar-15.

Gaspar dos Reis explicou ainda que a mestiça Roma da Silva, fora cativa de sua irmã Feliciana da Silva, de quem ele a comprou “com a condição de lhe passar carta de alforria, o que logo fiz por escrito de minha letra e sinal, por onde entendo ser ela e estas meninas suas filhas forras, livres e isentas de toda pensão de cativeiro”. Vê-se, portanto, duas mulatinhas filhas de uma mestiça que, além do gado recebido, se tornavam senhoras de escravos mestiços e índios.

Os significantes utilizados no Maranhão pelos testadores para distinguir seus escravos e libertos, demarcando lhes diferenças e hierarquias eram variadíssimos. Se na maior parte do Estado do Brasil, branco, preto, pardo, cabra e mulato eram as categorias mais comuns para indicar a cor e a condição social de alguém, no Estado do Maranhão os significados e as formas de classificação parecem ter sido bem mais complexos. Salta aos olhos o esforço dos testadores em matizar o lugar social e, por consequência, a qualidade de cada um. O testamento do ajudante João Teófilo de Barros capturou muito bem esse variegado espectro da mestiçagem maranhense, como pode ser observado nos excertos citados anteriormente.

Enquanto que no Estado do Brasil a categoria *preto* era preferencialmente utilizada para designar a procedência africana de escravos e forros, o mesmo não ocorria no Maranhão. Não raro, os testamentos acusam designações tais como, preto vermelho; preto mestiço ou simplesmente preto referindo-se a algum escravo ou liberto com mãe indígena ou mestiça. Tudo faz crer que, até meados do século XVIII, a forma inequívoca para identificar africanos no Maranhão era por meio do uso do vocábulo *tapanhuno* em língua geral⁴². Situação semelhante

⁴² “Declaro que tenho outras peças assim *tapanhunos* como do gentio da terra”. Cf. Traslado do Testamento [ilegível] do defunto Antônio Pereira de Lemos. Disponível em: <<https://familysearch.org/pal/MM9.3.1/TH-1-17067-67669-12?cc=2177273&wc=M78S-V66:369581401,369775401,369784001>>. Acesso em: 5-mar-15. MONTEIRO, John Manuel. Traduzindo tradições:gramáticas, vocabulários e catecismos em línguas nativas na América portuguesa. In: BRITO, Joaquim Pais de. *Os índios, nós*. Lisboa:

também se observa em relação ao uso da categoria *crioulo*. Enquanto no Estado do Brasil relacionava-se aos filhos de africanos aqui nascidos, nos testamentos maranhenses também aludia a filhos de mãe índia⁴³.

Como indicativo de uma mestiçagem acentuada havia ainda referências a outras designações de cor/qualidade, tais como mulato, cafuzo, mameluco e mestiço. Havia igualmente aqueles significantes que procuravam expressar a condição nativa dos cativeiros, tais como gentio da terra, índio da terra ou tentavam indicar uma ou outra nação específica, o que provavelmente também se ligava à preocupação senhorial de evidenciar a legitimidade do cativeiro reservado aos índios em algum momento considerados hostis e, portanto, passíveis de se tornarem alvo das guerras justas⁴⁴.

Ao contrário do que eventualmente se possa pensar, essa variedade de categorias aplicadas a escravos e libertos não traduz uma “imprecisão das fontes” sobre as classificações sociais vigentes. Elas indicam a existência de fronteiras movediças responsáveis pelo embaralhamento das cores, fruto de uma intensa mestiçagem e pluralidade de hierarquias típicas da situação colonial, isto é, de uma sociedade modelada pela escravidão e pelos desdobramentos da prática da alforria⁴⁵.

Museu Nacional de Etnologia, 2000, p. 41.

⁴³ Traslado do Testamento com que faleceu João Teófilo de Barros, *op. cit.*

⁴⁴ Como bem observou Perrone-Moisés, tratar da escravidão indígena no período colonial exige que se leve em conta o tratamento diferenciado dispensado pela legislação portuguesa aos índios aliados – cuja liberdade procurava assegurar – e aos índios hostis ao avanço da colonização – passíveis de escravização. PERRONE-MOISÉS, *op. cit.*, p. 115-132. A questão tornava-se ainda complexa em virtude das frequentes mudanças de posição dos indígenas – da aliança à hostilidade e vice-versa – no que diz respeito ao curso da colonização em face aos seus interesses próprios. MELLO, 2009; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2^a edição, Rio de Janeiro: FGV, 2013.

⁴⁵ Salvo engano, praticamente inexistem estudos sistemáticos sobre as alforrias de índios na historiografia brasileira. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994; MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. Desvendando outras Franciscas: mulheres cativeiras e as ações de liberdade na Amazônia colonial portuguesa. In: *Portuguese Studies Review*,

Ainda que discreta na primeira metade do século XVIII, a presença africana imprimiu inegavelmente sua marca na multiplicação de hierarquias sociais no Maranhão. Não resta dúvida de que a escravidão indígena permanecia como principal esteio da empresa colonizadora naquelas paragens e é bastante provável que as dificuldades enfrentadas pelos colonos em torno da legitimidade do cativeiro do gentio, das incertezas e irregularidades dos apresamentos e resgates, agravadas pelo ingresso insuficiente de africanos, fizeram da prática da alforria um recurso senhorial indispensável para a produção da obediência e condução do governo dos escravos.

O incremento da escravidão africana e a (in)visibilidade da mestiçagem

Fruto das inovações introduzidas pelas reformas pombalinas, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em junho de 1755, foi contemplada com a exclusividade na exportação e importação, incluindo aí o fornecimento de escravos africanos. Com efeito, a Companhia desfrutou do monopólio mercantil nas linhas de navegação atlântica que interligavam os portos de São Luís e de Belém a Lisboa e à Costa ocidental africana, ao conectar o Maranhão a Bissau, Cacheu, Angola e arquipélago de Cabo Verde⁴⁶.

v.13, n. 1, 2005, p. 1-16; GODOY, Silvana Alves de. Senhores e índios:uma relação ambígua. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH – São Paulo, julho 2011.

⁴⁶ CARREIRA, *op. cit.*, p. 91; MEIRELES, Marinella Costa. *Tráfico transatlântico e procedências africanas no Maranhão setecentista*. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília, 2006, p. 56; BARROSO JR, Reinaldo dos Santos. *Nas rotas do Atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2009; SILVA, Maria Celeste Gomes. *Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão colonial, 1755-1800*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRRJ, Seropédica, 2010.

Quadro 2 - Desembarques Quinquenais de Escravos Africanos nos Estados do Maranhão e do Brasil (1756-1800)

Períodos	Escravos Desembarcados			
	Maranhão e Grão-Pará	Pernambuco	Bahia	Rio de Janeiro
1756-1760	4.067	15.780	34.239	42.780
1761-1765	6.760	13.567	29.031	44.470
1766-1770	5.384	14.599	37.614	40.203
1771-1775	5.224	12.280	34.675	38.878
1776-1780	8.323	9.519	43.964	40.532
1781-1785	6.920	12.720	52.296	51.051
1786-1790	10.620	14.536	30.326	58.609
1791-1795	10.300	18.382	52.057	64.050
1796-1800	8.467	19.348	30.326	55.915
Soma	66.065	130.731	344.528	436.488

Fonte: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <www.slavevoyages.org>. Acesso em: 5-mar-15.

A introdução de escravos africanos em maior escala no Maranhão, via porto de São Luís, esteve diretamente associada ao desenvolvimento da produção de arroz e de algodão e causou forte impacto demográfico. Ainda que a quantidade de africanos fosse bem menor, se comparadas à Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, ela foi suficiente para afetar a composição populacional e, consequentemente, as relações hierárquicas estabelecidas na capitania, sobretudo quando se considera o número total de pessoas que nela habitavam.

Quadro 3 - Mapa das cidades, vilas, lugares e freguesias das Capitanias do Maranhão e Piauí (1783)

Há nas Duas Capitanias	#	%
Escravos de ambos os sexos	57.556	58,3
Mulatos e pretos forros dos dois sexos	1.145	1,2
Índios de ambos os sexos	9.804	9,9
Brancos de ambos os sexos	30.238	30,6
Total da população	98.743	100

Fonte: Adaptado de MENDONÇA, 2007, p. 82.

Quadro 4 - Mapa dos habitantes da capitania do Maranhão (1798)

Pretos		Mulatos		Brancos	Índios	Total
Escravos	Livres	Escravos	Livres			
30.695	1.332	6.249	12.288	24.873	4.094	79.531
40,3%		23,3%		31,3%	5,1%	100%

Fonte: AHU, CU, 009, Cx. 104, documento 8313. **Observação:** Os escravos representavam 46,5 % da população.

À primeira vista, na contramão desse ingresso expressivo de africanos, a análise dos testamentos elaborados na segunda metade dos Setecentos parece indicar uma sensível redução no espectro da mestiçagem no Maranhão, num contexto de um significativo incremento do tráfico atlântico de escravos. A grande preocupação dos testadores, por sinal era demonstrar a legitimidade do cativeiro indicando claramente a procedência africana ou fazendo uso de expressões do tipo: "... escravos legítimos pretos"; "pretos sem embaraço algum no seu cativeiro"; "... filho de preta de Cacheu". Os significantes de cor limitaram-se aos termos pretos, mulatos, negros crioulos e negros de Cacheu.

Essa aparente contradição se liga às diretrizes assimilaçãoistas da política pombalina voltadas para a tentativa de promover integração dos índios, após a promulgação da liberdade geral e da reformulação dos antigos aldeamentos jesuíticos. Daí resulta, portanto, o cuidado dos testadores com relação à legitimidade da posse de seus cativos ao assinalar suas origens africanas.

Uma das principais estratégias adotadas pela política indigenista pombalina foi exatamente o incentivo ao casamento entre colonos e indígenas, acenando a preferência que seria reservada àqueles homens que se casassem com índias e aos filhos nascidos dessas uniões para desempenhar funções administrativas nos antigos aldeamentos promovidos à condição de vilas⁴⁷. Paralelamente, decretou o fim da discriminação legal contra os índios por meio da revogação dos estatutos de pureza de sangue, proibindo

⁴⁷ Alvará de quatro de abril de 1755. In: *Colleção Chronologica de Leis Extravagantes*, 1819, III: 419-21.

qualquer espécie de discriminação oficial contra aqueles que se casassem com as nativas, facultando-lhes o acesso aos cargos públicos e às honras e dignidades deles derivados, de maneira a transformar esses grupos em vassalos do rei de Portugal⁴⁸.

É difícil dizer até que ponto esses incentivos foram suficientes para calar os preconceitos atávicos dos colonos contra a realização de casamentos entre pessoas desiguais na fazenda e no sangue, por outro lado, a efetivação da nova política da Coroa esbarrava nos interesses e ações dos próprios índios⁴⁹. De todo modo, como explicar a “invisibilidade” da mestiçagem maranhense nesse contexto? A resposta pode ser encontrada no próprio Alvará de 1755 que proibia aos vassalos a designação de caboclos, mamelucos ou cafuzos aos mestiços, considerando-a uma alcunha injuriosa e ofensiva. Se por um lado é muito difícil coibir preconceitos por decreto, por outro, como bem viu e observou Décio Guzmán, o significante caboclo tornou-se um “interdito vocabular oficial”, institucionalizando, portanto a “invisibilidade da emergente sociedade cabocla na documentação”, uma vez que previa a expulsão dos moradores de qualquer condição ou qualidade, sem apelação nem agravo, das comarcas em que viviam, caso praticassem o contrário⁵⁰.

⁴⁸ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 41-42; GUZMÁN, Décio de Alencar. Índios misturados, caboclos e curibocas:análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), séculos XVIII e XIX. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Org.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 67-80.

⁴⁹ Por razões variadas, a tendência à endogamia social ou por grupos de procedência foi a tônica das alianças matrimoniais celebradas na América portuguesa. Os casamentos mistos sempre foram muito raros. GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. *Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo colonial*. São Paulo: Annablume, 2004. O exame de 455 casamentos de escravos realizados no Maranhão, entre 1759-1798, na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, revelou que 71,6% das uniões ocorreram entre africanos do mesmo grupo de procedência. Em 17,6% dos casos um dos cônjuges era de procedência africana distinta e somente 10,8% referiam-se a casamentos mistos entre africanos com crioulos, mulatos ou indígenas. MEIRELES, Marinella Costa, *op. cit.*, p. 104-106.

⁵⁰ Segundo Guzmán, “As consequências históricas deste decreto são importantes.

Seja como for, é necessário matizar a extensão dos preconceitos contra a mestiçagem entre os moradores do Maranhão. Na segunda metade do século XVIII, as pessoas socialmente consideradas brancas representavam cerca de 30% da população, o que significa dizer que a esmagadora maioria era constituída por pretos, índios e mestiços de toda sorte ocultos nos papéis oficiais. Nem todas essas pessoas brancas integravam as elites locais, visto que a posse de escravos, embora pudesse ser relativamente disseminada, sempre foi bastante concentrada nas mãos de poucos senhores, parcela expressiva da população colonial em geral, e no Maranhão, em particular, era composta por gente pobre e remediada que, não raro, convivia bem próximo aos escravos e índios. Assim, antes de atribuir a total responsabilidade pelo fenômeno da mestiçagem às relações de poder e de exploração sexual impostas pelos senhores brancos às escravas, índias e mamelucas, torna-se imperativo levar em conta a proximidade social e as relações consensuais estabelecidas entre si pelos pretos, mulatos, índios, mamelucos, cafuzos e caboclos de todos os matizes. A sociedade estabelecida no Maranhão setecentista jamais poderia ser reduzida a uma simples divisão entre brancos, pretos e índios, até mesmo porque não era assim que ela representava a si mesma ou era representada pelos demais agentes coevos.

Ele não permite que os historiadores atuais 'visualizem' a figura do mestiço (caboclos) nas suas fontes de informação oficiais relativas ao período pombalino assim como nas fontes relativas aos períodos subsequentes. Com efeito, instalou-se o obscurecimento em torno da população mestiça, deixando a população branca, nativa e africana em destaque, isoladas umas das outras". GUZMÁN, *op. cit.*, p. 70-71.

SUTÉRIO DE OLIVEIRA BARROZO, LIBERTO, PARDO E SENHOR DE ENGENHO NO RECÔNCAVO DA BAHIA, 1780-1822

Adriana Dantas Reis

As hierarquias sociais formadas no Brasil dos séculos XVI ao XVIII podem ser definidas, segundo alguns autores, como *costumeiras*¹. Isso significa que o modelo hierárquico português, baseado em uma sociedade corporativa, passou por readaptações na América. No século XVIII, existia a nobreza ligada à alta fidalguia portuguesa e que, portanto, tinha posições privilegiadas em qualquer lugar do Império; e a nobreza com poderes locais, restritos, principalmente, às capitania ou às freguesias, formando verdadeiros potentados - alguns desses mantinham libertos e livres de cor apadrinhados ou parentados com grupos de brancos ou socialmente brancos.

O padrinho foi um dos mecanismos de estabelecimento de privilégios para alguns escravos e ex-escravos, que reproduziam entre si e os livres “de cor” hierarquias semelhantes. O reconhecimento da paternidade de filhos ilegítimos por parte

¹ Ver: FRAGOSO, João. “Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e padroeiro de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)”. In: FRAGOSO, João e GOUVÉA, Maria de Fátima (Orgs): *Na trama das redes. Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294; HESPAÑHA, Antonio Manuel. “Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político de império colonial português”. In: FRAGOSO, João e GOUVÉA, M. de F. (Orgs). *Na trama das redes. Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 43-93; GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798- c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

de homens em posição social superior também foi uma das possibilidades, bem-sucedidas, de ascensão social para escravos e seus descendentes. Concubinatos e filhos ilegítimos de homens livres com mulheres “de cor” foram muito comuns no Brasil colonial e tornaram-se uma das principais formas de mobilidade, no sentido ascendente, além de trazerem significados positivos para a “mestiçagem”².

Esses filhos mestiços geralmente eram denominados de pardos e faziam parte de um grupo mais ou menos definido de livres ou libertos que pretendiam manter espaços conquistados e abrir outros que os distanciassem cada vez mais da escravidão³. A ocupação desses espaços aparentemente se fazia de forma geracional, grupos familiares de libertos poderiam em gerações seguintes continuar o processo de ascensão e “embranquecimento” social ou inversamente empobreciam e se reconectavam com o passado escravo. A trajetória de Sutério de Oliveira Barrozo representa bem esses processos de mobilidade.

Primogênito dos seis filhos do Capitão Manuel de Oliveira Barrozo, homem branco, capitão de milícias e dono de engenho, e Luzia Gomes de Azevedo, uma escrava jeje, Sutério foi instituído primeiro testamenteiro de seu pai. Aliás, nenhum dos filhos do Capitão Barrozo foi mais beneficiado do que Sutério, que teve, por exemplo, a predileção do pai para herdar o Engenho Aratu, localizado na Freguesia Nossa Senhora do Ó de Paripe, Recôncavo da Bahia. Nascido escravo, em Itaparica, em data ainda indefinida, ele e seus cinco irmãos foram reconhecidos por ordem régia em 1796⁴.

² Ver: REIS ALVES, Adriana Dantas. “As mulheres negras por cima. O caso de Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social, Bahia, c. 1780- c. 1830”. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.

³ No entanto, os pardos não eram apenas pessoas livres ou libertas, existem também escravos pardos na documentação, mas em número bem reduzido.

⁴ Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (IANTT), Chancelaria D. Maria I, Livro 74, f. 228v-230.

Além de ser herdeiro e primeiro testamenteiro do seu pai, foi eleito herdeiro de sua terça. Diz o capitão:

Deixo a metade da minha terça a meu filho e primeiro testamenteiro Sutério em remuneração do excessivo trabalho *lealdade e verdade* com que sempre me serviu e me serve além do seu salário que lhe mando satisfazer (pelo)[tempo] que [esteve] no governo e [a] dminis[tração][do] Engenho⁵.

O capitão também designava para Sutério seus objetos pessoais:

[...] o meu espadim de ouro, fivelas de pés, ligas e [pescocinho] também [de ouro] anel de ouro [sic] de diamantes roupas de [meu] uso Cadeira de arruar, fardas, trastes e móveis [de] casa, isto é, cadeiras da sala, bofete, preguiçadeiro e um faqueiro com as facas, colheres, e garfos com que se achar e os dois negros da cadeira por tudo me merecer o dito meu filho⁶.

Insistentemente, tanto no testamento quanto em seu codicilo, o pai reiterava sua proteção e garantias para que Sutério fosse respeitado pelos irmãos. Declarava, por exemplo, que, se os seus legados, doações e disposições excedessem em sua terça, que o testamenteiro, seu filho, as fizesse ratear com igualdade proporcionada, porém, que a metade da sua terça ficasse livre para ele, “pois não quero que de forma alguma entre em rateação e se a metade da dita minha terça exceder aos ditos legados doações e disposições no excesso instituo por herdeiro ao mesmo meu primeiro testamenteiro”⁷.

O capitão ainda garantia através de uma representação em que todos os filhos assinavam o reconhecimento nas “suas consciências”, que ele devia a seu filho Sutério a soldada anual por sua administração 200 mil réis, “além de uma conta que

⁵ Arquivo Público da Bahia (APB), Livro de Registros de Testamento 4, 1814, p. 83 [grifo da autora].

⁶ Arquivo Público da Bahia (APB), Judiciário, Inventário, 04/1513/1982/04, 1814, p. 67; APB, LRT 04, 1814, p. 84-84v.

⁷ APB, LRT 04, 1814, p. 84v.

o dito meu filho me apresentou das suas despesas"⁸. Ao mesmo tempo em que salvaguardava suas vontades, também talvez tentasse evitar maiores desavenças entre os irmãos. Intento em que o Capitão Barrozo não obteve sucesso, pois seus filhos já disputavam seus bens antes mesmo de sua morte e retiraram legalmente dele o direito de administrá-lo, exceto Sutério.

Os elogios e demonstrações de gratidão do seu pai desvelam um pouco do perfil de Sutério, aparentando ser um homem de muito talento para negócios. Diz o capitão no testamento e reafirma enfaticamente em seu codicilo que Sutério tinha preferência nos seus bens e não desejava que os mesmos fossem "a praça", e nem passassem a outro herdeiro, e, sim, que ficassem em poder dele, "por ser o que me ajudou a adquirir e é a quem devo todo o aumento da minha casa"⁹.

Prova de que Sutério já estava à frente da administração do engenho, mesmo antes da morte do seu pai, é uma longa lista de beneficiados anexa a seu inventário, a maioria pessoas pobres e de cor que iam ao Engenho Aratu em busca de comida ou pequenos empréstimos. Em 1799, concede a Antonio Moreira da Silva dois tostões para o alqueire [de farinha], dando-lhes em duas cargas por semana, para a compra de uma escrava de nome Rita de Angola, e em 1800, 49 mil réis a José dos Santos Oliveira, crioulo, para fazer uma carregação para a Costa da Mina¹⁰. Alexandre de Oliveira Barrozo também aparece nesta lista. Aparentemente, este possuía algum grau de parentesco com os Barrozo e era provável agregado do Engenho Aratu - teve o Capitão como testemunha do seu casamento, em 1787, e era compadre de Sutério, o qual o emprestou, em 1788, 42 mil réis. Cosme Damião Machado também foi uma figura recorrente na documentação e mantinha relações muito próximas da

⁸ *Ibid.*, p. 87v.

⁹ *Ibid.*, Codicilo, p. 88v

¹⁰ *Ibid.*, p. 300-300v. O nome aparece escrito também como José Sutério Barrozo, acredita-se o que tenha sido erro, mas, de qualquer forma, na época havia muita variação nos nomes.

família, pois Sutério, juntamente com seu irmão Gaspar, foram testemunhas do seu casamento, em 1809, e o outro irmão, Estevão, foi padrinho de sua filha, Ana, em 1815. Cosme, provavelmente, foi o feitor-mor contratado por Sutério para administrar o Engenho Olaria, propriedade do seu amigo branco José Tavares França, e a passava recibo de empréstimo, em 1820, no valor de 30 mil réis¹¹. Além de administrar o engenho, Sutério ajudava seus irmãos em diversas funções. Foi o responsável, por exemplo, pelo enxoal de sua irmã, Dona Maria da Conceição, e para esta despesa utilizou um empréstimo do irmão Gaspar¹².

Também existem mulheres beneficiadas nas anotações de Sutério. Em 1801, registra o “dinheiro recebido por mão de Faustina, dez mil réis”. Em 1802, entregava a Caetana “um quarto de porco, mil e oitenta réis e oito libras de carne”. Ou, ainda, o registro de 280 réis, mandado por Faustina, por seu Negro Cosme¹³. E uma informação interessante: em 1805, Sutério anotou, em seu livro, que deu a sua mãe (Luzia de Azevedo) “para [canada (medida)] de azeite de peixe, para o dito dois mil e oitenta reis”¹⁴.

Existem, ainda, descritos em seu inventário, muitos registros de pagamentos de aluguéis de trabalhadores do Engenho. Por exemplo, os aluguéis pagos a sessenta e uma pessoas, a 160 réis, em 1805. No mesmo ano, refere-se a “dinheiro por sua ordem a Luis Lopes para os aluguéis treze mil réis”. Luis Lopes era o feitor do engenho na época, citado no testamento do capitão. “Ao preto Cosme, um dia, cento e sessenta réis”. Em 1807, faz referência a quatro mil réis “ao Clemente para o enterro de sua menina”. Outro registro diz “Clemente pediu ao Apolinário em meu nome”¹⁵. Enfim, Sutério, mesmo muito antes da morte do pai, tinha plenos direitos e autonomia para gerir o engenho

¹¹ APB, Judiciário, Inventário, 04/1930/2402/05, capital, 1823, p. 299v.

¹² APB, LRT 4, p. 88.

¹³ *Ibid.*, p. 289v.

¹⁴ *Ibid.*, p. 292.

¹⁵ *Ibid.*, p. 294.

e dispor de auxílios para agregados ou moradores da região, geralmente pessoas "de cor".

Sutério também usufruía de boas relações com o do seu tio, o Capitão José de Oliveira Barrozo, o qual o elegeu como seu testamenteiro e herdeiro universal¹⁶. A este emprestou, no ano de 1813, o valor de 300\$000, para o qual, como garantia, seu tio hipotecava uma morada de casas, 20 escravos e os rendimentos de um crédito de 200 mil réis, que lhe devia seu irmão Manoel de Oliveira Barrozo. Entre os escravos hipotecados, cinco deles estavam alugados ao Capitão Manoel Barrozo¹⁷.

Nos Registros de Batismos de Paripe, das primeiras décadas do XIX, aparecem sete escravos de Sutério batizados, dos quais apenas um adulto. Ou seja, ele não estava comprando muitos escravos do tráfico Atlântico, priorizava a administração dos herdados. Em 26 de agosto de 1821, seu nome vem precedido do título de *Capitão* Sutério de Oliveira Barrozo, num registro de batismo do qual foi padrinho¹⁸. Em 8 de abril de 1822, novamente registra-se *Capitão* Sutério, no batismo de sua escrava Felismina¹⁹. Não se sabe, até o momento, a natureza deste título, já que em registros anteriores não consta da documentação.

Por meio dos registros de casamentos e batismos percebe-se que as sociabilidades fundamentais, nessa sociedade hierarquizada, produziram redes lideradas por forros e pardos em ascensão. Sutério e seus irmãos participaram como testemunhas de alguns casamentos e padrinhos de batismos de livres ou libertos. A família Barrozo estava presente, por exemplo, na cerimônia de casamento do filho de um escravo de Domingos Antonio de Oliveira Barrozo (um dos filhos do capitão), chamado Maurício Francisco, filho legítimo de Nicolau [Barrozo], escravo

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ APB, Judiciário, Escrituras, Livros de Notas, nº 180, capital, 1813, p. 59.

¹⁸ *Ibid.*, p. 39.

¹⁹ *Ibid.*, p. 43.

de Domingos Antonio de Oliveira Barrozo, e Francisca Angelica forra: a noiva era Ana Joaquina do Espírito Santo, filha natural de Apolonia Maria, em 1812. Os pais de Maurício foram casados pelo capitão, em 1792, onde ambos constam como escravos. Outro filho de Nicolau com Angélica, que se casa em 1808, era Ignacio de Santa Ana, mestiço, e a contraente Damiana da Cruz, tendo, como testemunhas Sutério de Oliveira Barrozo e Domingos Barrozo. Nesse registro, Nicolau não aparece como escravo²⁰.

Após a morte do pai, em 1814, os irmãos Barrozo entraram em contenda com Sutério, abandonando as determinações instituídas pelo capitão, que além de pai foi o patrono, protegendo-os, educando-os e proporcionando a inserção daqueles filhos pardos no mundo dos livres e proprietários. O interessante é que, nos seus últimos anos de vida, o capitão tornou-se tutelado do filho Domingos Antonio, que teve total apoio dos outros quatro irmãos, com exceção de Sutério²¹.

Já doente no leito, em 1822, em seu testamento²² Sutério não faz referência sobre sua origem ou cor. Institui, como seus testamenteiros, os irmãos Manoel Tavares França e José Tavares França, respectivamente, em terceiro, Geraldo de Braga Machado e, em quarto, José de Mello de Carvalho. Sutério diz que nunca foi casado e não reconhece “na sua consciência filho algum”.

Determinava que, depois de tirada a sua terça, seus bens fossem repartidos em duas partes iguais: uma delas deixa para seu segundo testamenteiro, José Tavares França, e a outra a Manoel da Paixão, filho de Angela do Espírito Santo, e a Florinda Maria de Jesus, filha de Leonor dos Santos e Vasconcelos, que a dividissem

²⁰ O primeiro caso está ambíguo, não dá para saber se Nicolau era escravo de Domingos Barrozo ou o seu filho, provavelmente já era liberto e o filho permanecia escravo, já que, no outro registro, em data anterior (1808), ele não aparece como escravo.

²¹ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Fundo/Coleção: Documentos biográficos, referência atual C-0545, 012. BARROSO, Manoel de Oliveira, capitão. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império.

²² APB, Judiciário, Inventário, 05/1930/2402/05, 1823, p. 3v.

igualmente. Adverte que, se Manoel da Paixão e Florinda Maria de Jesus quisessem disputar a herança dos seus bens, perderiam logo sua parte, e seu testamenteiro defenderia até a última instancia. Os únicos parentes beneficiados por Sutério são seu sobrinho Antonio Manoel de Mello e Castro, filho de sua irmã D. Anna Maria Joaquina, com 200 mil réis, e Maria Joaquina da Conceição e Anna da Conceição, suas afilhadas e filhas do seu irmão Domingos Antonio, com 100 mil réis a cada uma. Deixava, ainda, a mais três afilhadas, Thereza, Roza e Maria, filhas de Ignacia e do falecido Luis Lopes de Araújo, 100 mil réis para cada uma. Beneficiava, com 100 mil réis, as filhas do falecido Cosme Machado, e a mesma quantia destinava para as duas filhas de Francisco Machado²³.

Todos os escravos e o engenho do seu pai aparecem como seus, no inventário e no testamento. Não se sabe, exatamente, os termos do acordo com os irmãos, mas nas cartas trocadas com seu amigo José Tavares França e dos outros documentos, anexados ao Inventário, refere-se a demandas e acordos entre ele e seus irmãos. Em seu inventário, o Engenho Aratu é descrito da seguinte forma:

[...] uma morada de casas de vivenda feita de [paredes] de tijolos, três salas em frente, casa de Oratório de celebrar, varanda em frente coberta sobre esteios de madeira, e parte da outra a um lado da casa carecida de conserto e por isso avaliada em trezentos mil réis. Uma casa térrea feita de paredes de adobes, e taipa de mão, coberta de telhas sobre esteios com varanda à frente toda arruinada avaliada em dez mil reis – Outra dita feita de paredes de adobes e taipa de mão varanda em frente, toda coberta de telha, sobre esteios também arruinada, avaliada em doze mil réis – outra casa térrea feita de taipa de mão coberta de telhas, sobre esteios com sala e um quarto ao lado, avaliada no estado em que se acha pela sua ruína em vinte mil reis²⁴.

²³ *Ibid.*, p.5-5v.

²⁴ *Ibid.*, p. 15v.-16.

Havia também nas terras do Engenho Aratu:

Doze senzalas feitas de taipa de mão e cobertas de telhas avaliadas todas em setenta e dois mil reis, [mais trinta senzalas] ‘feitas de taipa de mão cobertas de palha avaliadas todas em trinta mil réis, [conta de] uma sorte de terras e nela um Engenho plantado com vinte e duas tarefas de socas de canas, sem pastos, compôs e sem matas, e tanque para moagem e esse destruído.

Sutério possuía, ainda, uma

[...] morada de casas de sobrado feita de pedra e cal com sala e um quarto à frente grades de ferro com bacias de pedra portais de cantaria, loja de aluguéis, com seu pátio todo murado, dividido pelo meio parte da casa e parte para a loja, cozinha fora com seu eirado no centro que ocupa de frente três braças e sete palmos sita na rua travessa que vai das portas do Carmo para o Maciel, ou beco do açouguinho, em chãos próprios [...] avaliada em dois contos de reis²⁵.

Constam da avaliação dos bens do inventário 74 escravos e mais 10, que nasceram após sua morte. Sutério estabelecia que 39 deles fossem alforriados, sendo que 14, denominados por ele, não são identificados na lista nominativa do inventário, 11 dos identificados eram velhos ou muito velhos, 5 maiores de idade, 2 moças, dos outros não são citadas as idades. Ou seja, quando de sua morte, Sutério possuía mais de 74 escravos, pelo menos mais 14, perfazendo um total de 88, 52 homens e 19 mulheres e três crianças. Apenas um casal, mas algumas famílias formadas por mãe e filhos, como Dionízia jeje, com duas filhas crioulas; Anna parda, com três filhos mulatos e alguns netos; Francisca crioula, que teve, depois do testamento, três filhos e três netos; os irmãos Brizido e Ambrosio, crioulos; Eugenia cabra e sua filha Cândida, parda; Dezidéria crioula e quatro filhos, mulatinhos. São 30 escravos africanos: nagôs, angolas, tapa, jejes e 44 crioulos, pardos ou cabras²⁶. Alguns desses escravos foram heranças do seu tio, Capitão José de Oliveira Barrozo, ou resultado da hipoteca que fez relativa ao empréstimo já citado.

²⁵ *Ibid.*, p. 17.

²⁶ *Ibid.*, p. 9-12v.

Sutério informava que ainda não havia concluído o testamento de seu pai e deixava como encarregado seu segundo testamenteiro e herdeiro, José Tavares França. Esse não aceitou a testamentaria, transferindo-a ao irmão de Sutério, Domingos Antonio de Oliveira Barrozo.

A relação muito próxima que os senhores poderiam manter com alguns de seus escravos aparece nas determinações sobre o escravo Romualdo, cabra, que Sutério alforriava em testamento e o deixava com 100 mil réis, além de 80 réis que lhe devia por haver o mesmo “dado a guardar esta quantia”²⁷. Romualdo Barrozo era filho natural de Leandro Xavier Carneiro e Feliciana Gomes, cativa do Capitão Manoel de Oliveira Barrozo. Em seu testamento de 1834, ele agradece ao Capitão Sutério de Oliveira Barrozo, o que ficou sob seu poder, após a morte de seu pai, e que lhe concedeu alforria gratuitamente. Assim como seus senhores, ele não casou, mas declara que teve dois filhos naturais, Manoel Lodgero de Oliveira, com 15 anos de idade, e Joana Exmeria²⁸. Informava também que seu senhor lhe devia 63\$670 (sessenta e três mil seiscentos e setenta réis), além dos 80 mil réis que lhe deu para guardar e mais os 100 mil réis deixados por Sutério para ele em testamento. O testamenteiro ainda não lhe havia pagado, 12 anos depois da morte de Sutério. A relação de confiança que mantinha com o seu ex-senhor era tamanha, que o cabra Romualdo também ficara sob a responsabilidade dos 220 mil réis que deixou para seu sobrinho Antonio Manoel de Mello e Castro. O testamenteiro de Sutério, Manoel Tavares França, lhe devia um cavalo, além dos seus legados a receber de Sutério, num total de 432\$670 (quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e setenta réis). O forro Romualdo deixa 10 mil réis de dote para sua afilhada Francisca, filha da comadre Desidéria, e mais 6 mil réis para sua afilhada Tereza, filha de sua comadre Engracia. Como seus senhores, também Romualdo manteve sua

²⁷ *Ibid.*, p. 6.

²⁸ APB, LRT, 1834, capital, n. 23, f. 206-208.

rede de dependentes e afilhados, reproduzindo as hierarquias baseadas em relações pessoais no mundo dos libertos. Quando de sua morte, ele ainda morava no Engenho Aratu.

A leitura inicial do testamento de Sutério trouxe questões intrigantes. A primeira delas foi sua tentativa de ocultar suas origens, não mencionando a sua condição de liberto, nem a sua cor parda, ou de sua mãe jeje. Qualquer historiador que utilize apenas o testamento e o inventário de Sutério como referência para estudos quantitativos sobre bens e fortunas na Bahia, pode incluí-lo entre os homens brancos, dono de engenho e escravos, ainda que filho natural. Luzia jeje pode transformar-se facilmente em uma branca. E parece que era nessa lista que ele pretendia estar.

Intrigante também foi perceber que nenhum de seus irmãos estava definido como testamenteiro ou herdeiro. Quem eram aqueles homens a quem ele beneficiava? Essa era uma das perguntas que foi sendo desvendada à medida que avançava a leitura de um inventário com mais de 700 páginas. Numa história que mistura amizade, intrigas e traições, a primeira descoberta foi perceber que José e Manoel Tavares França, seus primeiros testamenteiros e o último, também um dos herdeiros, eram irmãos. Manoel da Paixão e Florinda Maria de Jesus, sobre os quais Sutério havia aventado a possibilidade de entrarem em contenda, eram seus filhos naturais, apesar de ele ter dito no testamento que não teve filhos. Os demais beneficiados eram amigos.

A importância das testemunhas e suas relações de amizade, redes de poder e dependência são reveladas por meio das testemunhas do casamento da filha natural de Sutério, em 1801, que teve como padrinho o testamenteiro e herdeiro de seu pai, José Tavares França, homem branco senhor de engenho²⁹.

²⁹ A amizade deles era antiga. Mesmo antes da morte do capitão, José Tavares França aparece como testemunha no registro do casamento da filha natural de

Em 1824, Christovão Pereira Faria, marido de Florinda Maria de Jesus, entrou com Ação de Libelo de Filiação e Nulidade do testamento, pelo Juízo dos Órfãos da cidade de Salvador, assim como Manoel da Paixão. Pretendiam anular o testamento alegando que Sutério não os instituiu seus herdeiros, sendo eles seus filhos, além do que na aprovação do testamento as circunstâncias estabelecidas nos assentos não estarem especificadas.

Os filhos naturais de Sutério não tiveram a mesma sorte que ele e seus irmãos. Apesar de dividirem parte de sua herança, não foram reconhecidos como seus herdeiros legítimos e universais. Além disso, chamava atenção o fato de eles serem impedidos de abrir qualquer demanda sobre o testamento.

No Libelo Civil com ação de filiação, petição de herança e nulidade do testamento de Sutério, aberta por seu filho Manoel Paixão de Oliveira Barrozo, em 1830, aparece algumas informações valiosas³⁰. Filho de Sutério com Angela Maria do Espírito Santo, ele relata que

[...] estando sua mãe na casa de seus pais vivendo com toda honestidade foi dali seduzida e raptada pelo mesmo Barrozo, concubinando-se com ela por muitos anos, sendo sua mãe companheira, teúda e manteúda intradominio de cujo concubinato e na sua Constancia nasceu o autor³¹.

Segundo informações de Manoel Paixão, Sutério sempre o reconheceu "em público e particular como seu filho", prestando-lhe todos os afagos, carícias e quanto mais precisava, e convidando

Sutério, Florinda Maria de Jesus. Laboratório de Conservação e Restauro Reitor Eugênio Veiga – Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (LEV-ACMS), Livro de Assentos de Matrimônio em Paripe, 15 de janeiro de 1801, p. 111-111v.

³⁰ Antes dele, sua irmã Florinda Maria de Jesus, através do seu marido, Christovão Pereira Faria, já havia entrado em contenda, em 1824. Existem denúncias, no processo do Inventário de Sutério, de que Manoel da Paixão tinha entrado com processo de reconhecimento de paternidade, instruído pelo testamenteiro Manoel Tavares França, com o intuito de adiar a partilha dos bens.

³¹ APB, Judiciário, Libelo Civil, 1830, 54A/1919/7/65, f. 18.

para padrinho de seu batizado seus irmãos Domingos Antonio de Oliveira Barrozo e Maria da Conceição, que o tratavam como sobrinho e afilhado. Para provar a veracidade de sua filiação, precisava também garantir a seriedade e a fidelidade de sua mãe. Dizia que ela, “desde que foi raptada de casa de seus pais até que saiu da companhia de seu raptor, o Sutério O. B., nunca foi difamada de ter tratos ilícitos com outro algum homem, exceto por este por quem era vigiada incessantemente”³².

As descrições feitas no processo sobre o filho de Sutério são um excelente documento sobre a vida íntima de homens solteiros e poderosos na Bahia do início do século XIX. Segundo esse filho, Sutério resolveu deixar sua mãe para se concubinar com outra, chamada Faustina Maria de S. Ana, mas o manteve em sua companhia. Atingindo Manoel da Paixão a idade de receber educação, seu pai mandou ensinar-lhe as primeiras letras em casa de Anacleto dos Santos Figueiras, a quem foi recomendado por seu tio, irmão do seu pai, Gaspar dos Reis de Oliveira Barrozo. Essa deve ter sido a mesma prática utilizada pelo Capitão Barrozo para educar seus filhos, pois todos os homens eram alfabetizados, já que suas assinaturas aparecem nos registros de casamentos dos quais são testemunhas. Depois, o pai o transferiu para Itapagipe, uma freguesia próxima de Paripe, onde aprendeu a língua latina com Bernardino das Neves, em cuja casa esteve ele suprido sempre por seu pai “com todo o zelo e prontidão”. Aqui, tem-se algumas pistas muitíssimo interessantes sobre como os meninos eram educados na Bahia. Na época, ficavam em casas de professores, como internato.

Pelas descrições feitas no processo de Manoel, vê-se que Sutério, aparentemente, era muito próximo do filho, defendeu-o em várias ocasiões. Um dos casos citados por ele foi que o pai, “receoso de o recrutarem para a primeira linha, o tornou a conduzir para

³² *Ibid.*, p. 18.

a sua casa e companhia simultaneamente"³³. Em outra ocasião, um homem chamado Antonio Moreira, pretendendo obrigá-lo a se casar com sua filha, acusando-o de defloramento da mesma, valeu-se do Coronel Manoel Rodrigues Barreto. Sutério, por sua vez, "enfureceu-se de tal sorte, que disse seria mais fácil" se afastar de seu filho "do que casá-lo com a filha de um roceiro, qual aquele Moreira embora este se valesse de quantos Barretos houvesse"³⁴. Conversando com seus irmãos para decidir o que fazer para livrar seu filho do casamento, então resolveu-se mudar Manoel da Paixão da Fazenda para a "casa do [...] Comendador José Tavares França, que nesta cidade tinha armazém de enrolamento de tabaco"³⁵, o seu futuro testamenteiro e herdeiro.

Por meio desse documento, percebe-se o significado de casamento para Sutério, que confirma a já divulgada ideia de que o casamento só era interessante com mulheres de *status* igual ou superior. Isso, lógico, não impedia que os homens vivessem várias relações de concubinatos, como fizeram ele e seu pai, o Capitão Barrozo. Por sua vez, para mulheres pobres e "de cor", ser concubina era uma das possibilidades de conseguir algumas vantagens – lembremo-nos de Luzia jeje, sua mãe. Como se sabe, os homens usufruíam de total liberdade de escolha e de experiências sexuais e afetivas, razão pela qual, muitos talvez preferissem permanecer solteiros.

É possível ver também que o "roceiro", que tentava exigir o casamento de Manoel com sua filha, não enfrentou diretamente Sutério, pedindo auxílio a um protetor, o Coronel Barreto, enquanto Sutério e seus irmãos contaram com a ajuda do amigo branco José Tavares França, confirmando as características daquela sociedade clientelista.

³³ *Ibid.*, p. 17v.

³⁴ *Ibid.*, p. 18.

³⁵ *Ibid.*, p. 18v.

Segundo a explicação de Manoel da Paixão, seu pai decidiu não reconhecer seus filhos naturais no testamento por causa dos vários litígios que houve entre Sutério e seus irmãos, e, por isso, estava ele persuadido de que seus filhos eram aliados de daqueles e pretendiam “lhe dar[em] curador a seus bens por prodigalizá-los com a família do réu Geraldo Braga Machado”³⁶. Sutério temia que seus filhos fizessem com ele o mesmo que seus irmãos haviam feito a seu pai, impedindo-o de gerir seus próprios bens, utilizando, como justificativa, o fato de ele esbanjar com um rapaz chamado Geraldo Braga Machado. Durante o inventário, descobre-se que este era pardo, soldado do Batalhão de Linha, e, em 1824, foi classificado como maior de quatorze anos e menor de vinte e cinco anos, filho de João José Machado, morador na Soledade, e afilhado do amigo e herdeiro de Sutério, José Tavares França³⁷. Foi instituído seu terceiro testamenteiro e para ele deixou também sua terça. Dizia ainda Sutério que o moleque Pedro, do qual estava de posse, pertencia ao testamenteiro Geraldo Braga Machado:

[...] proveniente a quantia de cento e vinte cinco mil réis que custou o moleque de umas cabeças de gado que a ele pertenciam [...] dos quais são provenientes todas as rezes de cria que se encontram nos pastos desse Engenho, no qual há duas vacas pertencentes a esse engenho³⁸.

Essa intrigante relação de Sutério com um jovem rapaz não se desvendou, já que descartou-se a possibilidade de ser seu pai ou seu padrinho. Por que Sutério gastava tanto com o soldado e sua família, a ponto de incomodar seus irmãos e filhos?

Segundo Manoel da Paixão, seu pai teria tomado muito ódio dos filhos³⁹, por pensar que o traíam, e disse que “antes queria deixar os seus bens ao diabo do que a tais filhos”, e foi isso que Sutério realmente fez.

³⁶ *Ibid.*, p. 19.

³⁷ APB, Judiciário, Inventário, 05/1930/2402/05, 1823, p. 125v.

³⁸ *Ibid.*, p. 6v.

³⁹ APB, Judiciário, Libelo Civil, 1830, 54A/1919/7/65, p. 19.

Algumas testemunhas do processo civil são homens brancos e moradores em Brotas, uma freguesia rural de Salvador. O documento está incompleto, mas, em uma passagem, o filho de Sutério afirma que ele havia desistido do libelo, em 1826, por ter sido “enganado e iludido para sua proposição, cuja desistência, e renuncia foi julgada por Sentença”⁴⁰. Pelo que se pode depreender, foi iludido por José Tavares França, que prometia indenizá-lo da respectiva herança, o que não praticou. Segundo Manoel da Paixão, Manoel Tavares França prometera a seu irmão, “sisudo e de probe caráter”, que cumpriria o prometido, mas,

[...] chegando ele da Corte e procurando ele o cumprimento da promessa de indenização de sua herança, pretendeu aquele fazer uma ridicularia e certificado de que tinha respeito e podia prestá-lo enquanto o ocupasse, abalizado talvez de que a pateta desistência iludido sob má fé o privava de recurso pelo seu direito, razão equivalente de desprezar semelhante indenização, e tencionar de recorrer a pendente ação⁴¹.

Foi ele despejado de suas terras da Olaria, engenho de propriedade de José Tavares França,

[...] com rigoroso despotismo [...] e permitiu faculdade a seus escravos para destruírem, e aproveitarem as roças de mandioca do mesmo Manoel da Paixão o que de facto praticaram sob presunção de que este assim aterrado estivesse por tudo quanto aquele quisesse e fosse prejudicado na filiação, e herança⁴².

É difícil constatar a veracidade dessas questões colocadas pelo filho de Sutério. No entanto, no mesmo ano em que retornou à Bahia, 1830, José Tavares França acusava Manoel da Paixão de haver retornado com processo de libelo, a pedido de seu irmão Manoel Tavares França, pois aquele era “comensal e dependente” deste⁴³. Tratando-se dos irmãos França, tudo era

⁴⁰ *Ibid.*, p. 56v.

⁴¹ *Ibid.*, p. 57.

⁴² *Ibid.*, p. 57v.

⁴³ APB, Judiciário, Inventário, 05/1930/2402/05, 1823, p. 114.

possível. Enfim, pode ser que todas essas informações, dadas pelo filho de Sutério, tivessem como intuito ajudar Manoel França, persuadindo a justiça a seu favor. Por outro lado, também não é difícil imaginar que ocorresse, realmente, a expulsão de Manoel da Paixão das terras do Olaria. Manoel da Paixão parecia estar jogando entre dois homens poderosos, para tentar conseguir, pelo menos, algum bem deixado por seu pai.

A cor dele não aparece no processo, mas as testemunhas eram brancas, o que demonstra também uma possível armação do irmão Manoel França. Mas sua mãe, provavelmente, era parda, portanto, ele era filho de pardos. Mesmo com toda a sua educação no latim, precisou aliar-se a outros homens para sobreviver e trabalhar na terra, após a morte do seu pai. No processo, também pode-se perceber, como sempre, uma pessoa socialmente em posição de vulnerabilidade, sendo “amparada” por outra, geralmente, homens brancos ofereciam ajuda, no intuito de amealhar alguns bens e dividendos. Assim, nessa sociedade, o paradoxo da solidariedade era o poder, o controle do outro, e, nesse sentido, ser *pardo* era um fator de vulnerabilidade à dependência.

O processo de filiação e nulidade de testamento, de 1824, aberto por Christovão Pereira de Faria, por cabeça de sua mulher, D. Florinda Maria de Jesus, filha natural de Sutério, não foi localizado. As notícias sobre ele estão no Inventário de Sutério e no processo do Superior Tribunal de Justiça, de 1841⁴⁴. Depois de perder no Tribunal da Relação da Bahia, o processo foi encaminhado para a Casa de Suplicação da Corte. Julgado em 1836, foi aprovado, dando garantias de filiação e nulidade do testamento. No entanto, no mesmo ano, provavelmente em datas bem próximas, Manoel Tavares França encerrou o inventário de Sutério, executando a partilha de bens. Uma anotação, ao lado desse registro no Inventário, diz “esta declaração coincide com

⁴⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Supremo Tribunal de Justiça, código BU, nº 1075, 1841, 180-1841.

a notícia que o último julgado reconheceu Florinda como herdeira de Sutério”⁴⁵.

Christovão continuou com várias tentativas de impugnar a partilha até a morte, em 1852, quando já era viúvo de Florinda⁴⁶. O Engenho Aratu foi a leilão em 1839, sendo arrematado por João Vaz de Carvalho, um dos homens mais ricos da cidade, no valor de 24 contos de réis, mas as demandas continuaram. O processo do inventário foi reaberto em 1864 por José Pedreira França⁴⁷. Não existe, na documentação, relação dele com os irmãos França. José Pedreira França era cessionário dos herdeiros dos falecidos Christovão Pereira de Faria e D. Florinda Maria de Jesus, ou seja, ele comprou desses herdeiros, por 24 contos de réis, os direitos sobre o testamento de Sutério⁴⁸. Com isso, pediu vistas dos autos do inventário do casal, para, por via de embargos, defender os seus direitos “e fazer efetiva a herança que lhe compete na qualidade de cessionário dos referidos herdeiros”⁴⁹. Alegava que existiam, ainda, alguns bens, que foram de Sutério, em poder dos herdeiros de Manoel Tavares França, e pedia a anulação de sentença de partilha⁵⁰.

Entre os bens do inventariante Manoel França, constavam os escravos Genezio crioulo, oficial de pedreiro, filho de Ricarda, já falecida, Francisca crioula, cozinheira, maior de 50 anos, Atabalipa mulatinha, filha desta e seus 2 filhos, Felix, outro por batizar-se, e Marcolino, mulato, maior de 20 anos, irmão de Atabalipa e filho da dita Francisca, que se achavam em poder de Francisco José Vergnes de Abreu, um dos herdeiros de Joaquim Victor Tavares França, irmão e sucessor de Manoel Tavares França, no cargo de

⁴⁵ APB, Judiciário, Inventário, 1822, p. 188.

⁴⁶ APB, Judiciária, Inventário Sutério de Oliveira Barrozo, p. 462v.

⁴⁷ ANRJ, Juízo Municipal da 3º Vara do Rio de Janeiro, código ZW, n. 891, maço 1628, 1862, Gal A.

⁴⁸ APB, Escrituras, Livros de Notas n. 369, capital, 1863, p. 11.

⁴⁹ APEB, Judiciária, Inventário de Sutério de Oliveira Barrozo, p. 433.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 510.

Inventariante do finado Sutério de Oliveira Barrozo. São citados no processo também, os escravos Cosme crioulo, maior de idade, Raquel, mulatinha de 18 anos, irmã de Marcolino, filha de Francisca, com uma filha da mesma Raquel, nascida no mesmo ano de 1864, e os três filhos de outra escrava do casal, com o nome Maria [mulata], filha de Ana, estando esta já em poder de José Pedreira. Os filhos da dita Maria são Americo, Francisca e Olivia, todos em poder de Narcizo Cândido Tavares, como sucessor de Joaquim Victor Tavares, que subsistiu Manoel França. José Pedreira solicitava entrar na posse dos citados escravos, apreendendo-os em qualquer lugar, onde fossem encontrados, em qualquer hora do dia ou da noite⁵¹, pois, segundo ele, esses escravos pertenciam ao patrimônio da herança de Sutério de Oliveira Barrozo, e, agora, eles e suas crias estavam servindo a terceiros senhores.

Os adversários, herdeiros de Manoel França, argumentavam que não havia efeito nem legitimidade na compra, por José Pedreira, do direito sobre os bens de seus herdeiros, pois o Acórdão da Relação do Rio de Janeiro, de 1836, que dava ganho da causa à filha de Sutério, tinha sido

[...] nulamente obtido em recurso de agravo ordinário/hoje abolido, e também já ao tempo da prolação do Acórdão/meio equiparável até certo ponto à apelação, porém muito mais restrito e menos amplo em seus efeitos jurídicos - o foi nula e extemporaneamente, com notória incompetência do tribunal que o proferiu⁵².

Sendo assim, argumentavam que, na época, o agravo estava pendente e a lei não tinha efeito retroativo. O agravo ordinário, interposto a 3 de setembro de 1831, só havia sido apresentado na Relação do Rio, em 21 de outubro de 1834, e, daí, só foram nulamente julgados em 3 de março de 1836. Nessa data, já não existia mais a Casa de Suplicação do Rio de Janeiro, e,

⁵¹ *Ibid.*, p. 106-106v.

⁵² *Ibid.*, p. 128.

sim, a Relação do Rio de Janeiro. Também já estavam em vigor a Disposição Provisória acerca da administração da nova Justiça Civil, a Regulamentação das relações, de 3 de janeiro de 1833, a Legislação que regia o Tribunal de Justiça, segundo as quais não só estava abolido e extinto o recurso de agravo ordinário, como estava igualmente abolido e extinto o Tribunal ou a Casa de Suplicação, e não tinha nem podia ter a Relação do Rio o direito e o poder de julgar recursos de apelação dos Juízes do Civil da prova da Bahia. Essa foi a justificativa jurídica para não terem acatado a decisão da Relação, favorável à filiação e à nulidade do testamento de Sutério. O contra-argumento dizia que houve alterações nas datas, e que o processo tinha sido apresentado à Relação em 1832, e não 1834. Na verdade, claramente, percebe-se que houve várias manobras jurídicas para não dar posse dos bens de Sutério a sua filha.

Argumentam, ainda, que, quando o inventário do sogro, Joaquim Victor Tavares França, foi homologado em 1854, ele já possuía os escravos desde 19 de junho de 1845, por título sucessório da partilha do casal de filhos de seu irmão intestado, Manoel Tavares França, cuja herança acatou condicionalmente. Segundo suas explicações, Manoel Tavares França permaneceu com alguns desses escravos das partilhas do casal de filhos de Sutério, sim, mas não a título hereditário ou como beneficiado do mesmo; mas por ser testamenteiro inventariante, executor da vontade do testador e para pagamento de suas dívidas. Ou seja, os escravos de Sutério ainda estavam sob o poder de herdeiros de Manoel Tavares França porque eles foram penhorados para pagamento de credores do casal de filhos de Sutério, antes das partilhas, e, se Manoel Tavares ficou com eles, foi porque pagou aos credores⁵³. Justificavam, ainda, que Joaquim Tavares foi também cessionário legítimo da terça de Sutério a Geraldo de Braga Machado e, como tal, habilitou-se competentemente no Inventário respectivo. Explicava que a maior parte dos bens

⁵³ *Ibid.*, p. 132-132v.

do casal de filhos de Sutério foi arrematado em hasta pública e, o resto, adjudicado a pagamento de credores e, nessa classe, haviam entrado os escravos reivindicados. De fato, os irmãos Manoel e Joaquim França, sob a liderança do primeiro, utilizaram-se de várias manobras para usurparem os bens de Sutério, e, além de dinheiro, por meio de dívidas fantasma, ficaram com alguns escravos.

José Pedreira França continuava solicitando petição de agravo, argumentando que “os infelizes herdeiros de Sutério foram reduzidos à desgraça”⁵⁴, reafirmava que os escravos

[...] foram adjudicados por imaginárias dívidas de Sutério, que eles nunca provaram e que quando verdadeiras fossem, não podiam ser pagas por Manoel Tavares França visto que o inventário, partilhas e todo esbanjamento do casal [de filhos] de Sutério, desgraçando seus herdeiros, foram feitas depois de apresentado e mandado cumprir o Acórdão passado em julgado da última instância, que anulou o testamento de Sutério, mandando entregar todos os bens a Florinda, reconhecida sua filha e mãe comum dos cedentes.

José Pedreira França chamava as ações do testamenteiro de “escandaloso latrocínio”⁵⁵. Os adversários abriram sobrepartilha dos bens do sogro, incluindo os escravos reivindicados, ao que José Pedreira argumenta que, se havia muitas dívidas do casal de filhos, é porque os escravos não entraram na partilha. As ditas escravas, Francisca e Ricarda, assim como o crioulo Gervazio e Cosme africano, foram inventariados pelo casal de filhos de Sutério, mas não entraram na partilha. E, mais, depois de inventariada, Francisca teve mais os filhos Atabalipa e Raquel, bem como a escrava Ana teve mais a filha Maria mulata; e que Felix e Marciana eram filhos de Atabalipa, e os netos de Francisca e Alexandre, mulatinho, filho daquela Raquel e neto da mesma Francisca. Os três pardinhos Americo, Francisca e Olivia são filhos da mulata Maria, e esta, filha daquela dita Ana, avó deles. José Pedreira era bastante conhecedor

⁵⁴ *Ibid.*, p. 163v.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 165.

da situação dos escravos, e percebe-se o quanto eles procriaram e foram lucrativos para a família França. As disputas permanecem pelo menos até 1873, não existindo conclusão das apelações.

A inserção de Sutério e de seus irmãos no mundo dos homens proprietários e livres não veio por meio do casamento, como aconteceu com alguns forros pobres, nem, unicamente, do trabalho e da proteção de um poderoso senhor; eles gozaram de autonomia e legitimidade muito cedo. O casamento só seria vantajoso para eles se ocorresse com uma mulher de melhor condição, com um bom dote, algo que parece ter sido bastante difícil de acontecer com um pardo. Por trás dessas poucas fissuras de ascensão nas hierarquias sociais, estavam as interdições, como a manutenção dos homens “de cor” em posições de qualidades inferiores, e diretamente relacionadas à escravidão. Nem mesmo a forma de inserção deles no mundo dos proprietários, através da chancela paterna, foi capaz de anular as dificuldades de manutenção naquela posição social. Por outro lado, ao que parece, a dificuldade em conseguir casamentos vantajosos ou a decisão de permanecerem solteiros não eram apenas dos pardos. Seus amigos brancos, Manoel e José Tavares França, também preservaram o estado de solteiros⁵⁶.

A condição de administrador do engenho Aratu e depois seu proprietário levou Sutério a estabelecer algumas relações de amizade com homens de “qualidade”, considerada na época superior a sua. Prova disso, foi a sua proximidade com José Tavares França. De um lado, o Comendador, em busca de um lugar junto aos importantes da terra, precisava da ajuda de um pardo que conhecia negócios e engenhos; do outro lado, Sutério também precisava da proteção do seu amigo branco, que, na ausência do pai, o fortalecia e o protegia em demandas. Mas essa antiga amizade, baseada em “verdade, lealdade e sinceridade”⁵⁷,

⁵⁶ José Tavares França deixa alguns filhos como herdeiros, mas não há referência a sua mulher. Em 1830, aparece em registros de batismos como solteiro.

⁵⁷ APB, Judiciário, Inventário, 04/1930/2402/05, capital, 1823, p. 67.

como disse o próprio Sutério em uma de suas cartas, ficou seriamente ameaçada. Após a morte do Capitão Barrozo, seus irmãos tornaram-se seus inimigos, tendo o irmão de José Tavares França, o Capitão Manoel Tavares França, como o principal insuflador das intrigas.

Para enfrentá-lo na justiça, segundo Sutério, seus irmãos também buscavam a proteção de um superior. Diz ele:

[...] sobre o meu Engenho e não resposta logo por não finalizá-lo com os meus infortúnios, porque a resposta havia de ser, que indispensável se vendia o Engenho pela terça parte do seu valor, ficando eu sem cousa alguma e carregado de dívidas do casal, porque a traça que armaram estava bem tecida, porque o Estevão com o privilégio de legítima com a proteção do Ministro, mandou-me fazer penhora em trinta e dois escravos dos melhores e mais necessários no laboratório do Engenho, estando este moendo para ficar logo de fogo morto⁵⁸.

Esses jogos de poderes, baseados em artimanhas e intrigas, são bem semelhantes àqueles das sociedades da corte, um estilo de poder colonial do Antigo Regime⁵⁹. O *locus* da ascensão e da inclusão estava na possibilidade, ou não, de estabelecer relações pessoais e fortalecer laços de amizade. No entanto, principalmente quando se tratava de libertos e mestiços, as socializações eram monitoradas e controladas, e os espaços restritos. Sutério tinha razão quando chamava a atenção de José Tavares França sobre a rede de intrigas que se formava entre seus irmãos e Manoel França. Conhecendo aquela sociedade na qual vivia, sabia que mais do que honra, lealdade e verdade, o que contava, mesmo, eram as frágeis relações pessoais, nas quais a confiança era fundamental.

Como ele previa, Manoel Tavares França tentava desqualificar o trabalho de Sutério à frente do Engenho Olaria, dando parte

⁵⁸ *Ibid.*, p. 59.

⁵⁹ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 97-131.

a seu irmão sobre o que ele chamava de “bregueirices” que o outro praticava com ele,

[...] consentindo que o seu Engenho ficasse em poder do negro Raimundo, sem me entregar couza alguma, e que até hoje inda está de posse de tudo por que não lhe tenho dito uma palavra e quero sem ter toda a culpa, contando que Vossa Mercê faça o seu negócio com ele: porém quando Vossa Mercê voltar e conhecer melhor quem é Sutério se persuadirá que eu sempre obrei em seu favor, isto lhe digo porque assento que V. M. deu mais crédito às razões do Sutério, do que às minhas sem que eu tenha interesse algum [...]⁶⁰.

Relatava problemas na administração do Engenho Olaria, dizendo, entre outras coisas, que Sutério não comprava as canas necessárias e, ao contrário, beneficiava seu Engenho Aratu, e que ele mentia, quando afirmava para o irmão que havia no Engenho canas para 1,5 mil “pans”, advertindo Manoel França de que essas não seriam moídas a tempo. Uma prova de que José Tavares França não conhecia a administração de um engenho é a afirmação do irmão: “se ele dissesse isso a qualquer homem que entende de lavoura o chamariam de sapateiro”. E conclui: “quis mostrar a Vossa Mercê o quanto ele trabalhou, porém há de ficar mentiroso, e, com esta porção de canas, aconselhou-me, que não moesse, e que lhe emprestasse a Fábrica toda e fosse moer no seu Engenho, isto mesmo é amizade”⁶¹.

As intrigas de Manoel França, finalmente, conseguiram retirar Sutério da administração do Engenho Olaria, e colocar, em seu lugar, seu irmão e inimigo, Estevão Barrozo. Diz Manoel, em carta de 1818: “[...] estou satisfeitíssimo com o Estevão se não for do gosto de Vossa Mercê, o Senhor pode me mandar dizer se quer que o dispessa [sic], e entregue outra vez o Engenho ao Sutério”⁶².

Sutério, por sua vez, não sabendo que José Tavares França já estava acertado com o irmão, e cheio de desconfianças,

⁶⁰ APEB, Judiciário, Inventário, 04/1930/2402/05, capital, 1823, p. 53v.

⁶¹ *Ibid.*, p. 53v.

⁶² *Ibid.*, p. 54.

continuava escrevendo, falando da aproximação de Manoel com seus irmãos, e que a amizade deles tinha sido abalada. Diz ele: “entrou logo Estevão na Administração do Engenho, e, se tivesse outro lugar, também entrava o Gaspar, por estar [prevalecido] os seus enganos, ambição, inveja e ódio, estão de zelos”. Sutério informava a José França, sem saber que ele já estava devidamente informado por seu irmão, que Manoel França havia retirado o feitor por ele indicado, chamado Cosme:

He verdade que eu disse ao Senhor Mano que Feitor Mór, nem com uma candéia a casa se achava, e sempre direi, mas também lhe disse, que sempre havíamos de remediarmos como sempre arremendei das outras vezes, o entrar o Estevão foi vontade do Senhor Mano, pois já estavam tratados para isso, tanto assim, que eu lhe perguntei se era sabedor, que o Cosme saiu, imediatamente pegou na pena e escreveu uma carta sem eu saber⁶³.

Durante um tempo, Sutério reclamava que as cartas vinham abertas e que não recebia algumas, ou demorava a recebê-las. Recomendava que José França as enviasse por seu cunhado, Coronel Antonio Manoel de Mello e Castro, mas parece que o Comendador continuava confiando mais em seu irmão do que em Sutério. Em carta de 1818, informa a seu irmão Manoel:

[...] me diz você que, apesar das minhas cartas, ele anda oferecendo o Engenho a Manoel Coelho, [...] e a outros, e tendo eu escrevendo as ditas cartas muito antes de Dezembro, recebo esta carta dele que lhe remeto, e não sei o que devo conjecturar porque você diz que lhe mandou as cartas, e ele diz que não recebeu resposta minha, e não me entendendo em intrigas por que as não sei manejar enfim torno a escrever-lhe, e, para isso, desenganar quero que você, quando mandar a carta, lhe mande pedir que responda por escrito que a recebeu, porque julgo que tais cartas não foram entregues e sim, extraviadas por quem você as mandou entregar⁶⁴.

Sobre a compra do Aratu, José Tavares França, mesmo tendo muito interesse no negócio, dizendo, inclusive, que pretendia ver

⁶³ *Ibid.*, p. 60.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 100v.-101.

se trocava pelo Olaria, que era menor⁶⁵, não aceitou a oferta de Sutério que lhe solicitou empréstimo em dinheiro em troca do Engenho. Em carta de 1819, José Tavares França fala ao irmão,

Eu não me resolvo a mandar-lhe algum, digo a mandar-lhe nenhum vintém, quanto mais oito contos de réis de forma que ele quer, que é a título de empréstimo, e para me pagar quando e como queira, digo e como quiser, e por este modo ter a expectativa de ficar eu com o Engenho por sua morte, que é o que colijo da sua carta, se tal é pode fazer esse negócio com quem se oferece para isso, que eu não quero, e por isso se você tiver ocasião de conversar com ele, diga-lhe que decida se quer ou não vender-me o Engenho, e quanto quer [...] porém de outro modo que não espere receber dinheiro de mim⁶⁶.

Sobre a amizade com Sutério, dizia que:

[...] o que me diz sobre o Sutério meu grande compadre, eu o conheço melhor do que você, e a sua amizade nunca me serviu senão de martírio, e prejuízo, pois que ele nunca quis se não desfrutar-me; vejo o que me diz dos progressos que vai fazendo Manoel Ignacio na sua amizade: porém que nunca a será capaz de lhe fazer os obséquios, que eu lhe tenho feito [...]⁶⁷.

Na ausência do amigo, Sutério parece que se aproximava de outros homens para fazer negócios e buscar proteção. Uma informação utilizada por Manoel França para causar ciúmes a seu irmão.

Sutério dizia sempre, nas cartas, que com sua morte, o Engenho Aratu seria de José Tavares França, que não acreditava, pensava que ele blefava, para adquirir ajuda financeira. Em 13 fevereiro de 1820, o irmão já afirmava:

Tenho sempre falado ao Sutério, e se é verdade o que ele diz Vossa Mercê deve contar, com o Engenho Aratu, se é também não lhe tenho rogado para ajuste, porque como Vossa Mercê agora não se pode demorar muito quando vier estou que há de feixar o ajuste,

⁶⁵ *Ibid.*, p. 102.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 103-103v.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 105.

diz ele que há de a ninguém deve obrigação como a Vossa Mercê e que o Engenho é infalivelmente seu [...]⁶⁸.

Em carta de 1822, ano da morte de Sutério, José França ainda perguntava ao irmão Manoel, com desconfianças, sobre o que dizia ele:

[...] agora me lembro de perguntar-lhe por um testamento que ele fez em que eu era o seu primeiro testamenteiro e você o segundo. Não caiu na corriola de adiantar-lhe o meu dinheiro, por que nada adiantaria com isso, por que quando ele quisesse vender o Engenho não atenderia a isso, e quem mais der será o preferido e o tempo o desenganará, se eu for brevemente como pretendo então pessoalmente tratarei com ele⁶⁹.

Mas não houve tempo de o Comendador Tavares França encontrar-se com Sutério novamente, ou fazer qualquer trato com ele. Antes disso, recebeu a notícia, através do irmão Manoel, sobre a morte do compadre e amigo. Esse foi o momento crucial no qual o Comendador da Ordem de Cristo, José Tavares França, extravasou todos os sentimentos que iam a seu coração sobre o pardo Sutério. Aqui, ele revela o que estava escondido e disfarçado em sua má vontade em compreender o amigo, em suas prevenções que tornaram as intrigas mais fortes do que uma antiga amizade. Dizia ele, em carta de setembro de 1822, enviada ao amado irmão Manoel Tavares França:

Falemos sobre o Sutério custa a creditar o que você me conta a respeito da causa da sua morte, por que é preciso estar destituído de todo os sentimentos da natureza para praticar de semelhante modo, porém que menos se deve esperar de uma *canalha sem princípios, e nem educação, criados como selvagens*, e que não tem outro alvo mais que o [interesse] faz lastima o ler a narração que você me faz do desamparo em que ele se viu na sua moléstia. Louvo muito a seu procedimento de se ausentar quando ele quis fazer o testamento, para tirar todo o pretexto a sua *canalha* de o culparem de o ter seduzido, de que ainda assim não estará livre⁷⁰.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 54.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 105.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 106 [grifos da autora].

Logo depois, sabendo que Sutério verdadeiramente cumpriu o prometido, deixando-o como herdeiro, disse, surpreso, ao irmão Manoel: “confesso que nunca esperei que ele se lembrasse de mim no testamento, e talvez tal [sic] que fosse impelido pelas circunstâncias, e pelos bons ofícios que você lhe faz a meu respeito nessa ocasião”⁷¹. E, então, veio o arrependimento:

[...] tenho muitas vezes arrependido de não seguir o seu conselho, mandando-lhe os oito contos de réis, que ele me mandou pedir, por que os tinha seguros, ainda quando fosse a disposição do seu testamento, se escusara meter na mão de um ladrão que me roubou, e não tem com que me pagar [...] enfim ninguém tal pensava e há coisas que parecem ordenadas por um destino irresistível. Eu quando vi a cópia do testamento que me mandou [sic] logo vi que nos não podíamos livrar de contestações, e demandas, digo de contendases e demandas com essa *Canalha* e muito principalmente lembrando-me desse celebre Gaspar a quem já conheci de mais tempo, e de quem muito se me queixava, o defunto, porém espero que trabalharão em vão⁷².

Procurava, também, saber do irmão coisas práticas, como qual a dívida que Sutério tinha e quantos escravos ele possuía no engenho Aratu.

[...] não me mandou dizer o número certo de escravos do Aratu, e só me diz que são poucos, e que os de serviço não excedem a vinte e tantos, e admiro ficar em tão poucos, porque sempre ouvi, que o Aratu tinha trezentos e tantos escravos⁷³.

E, ainda:

Vi também a cópia do Inventário do Sutério e eu fazia idéia que fosse de maior porte, vi igualmente entre a cópia dos escravos que ele deixou forros e pelas notas que você passe lista dos que ficarão cativos, creio que não tem vinte escravos de serviços e nesse miserável estado convenha que fiz uma grande safra⁷⁴.

⁷¹ *Ibid.*, p. 106.

⁷² *Ibid.*, p. 106-106v [grifo da autora].

⁷³ *Ibid.*, p. 107.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 108-108v.

Ali estava a chave para o entendimento de seus sentimentos de desconfiança em relação a Sutério, o seu passado como escravo. O adjetivo *canalha*, que significa “vil, reles, infame”, estava acompanhado pelas palavras, *sem educação e selvagens*, e se referia tanto a Sutério, como a seus irmãos. Essas palavras estavam carregadas de preconceitos e, apesar de não fazer qualquer referência, as suas cores e à escravidão, estavam lá, ele nunca deixou de vê-los. Essas referências estavam latentes, influenciando os olhares e os sentimentos, interferindo nas relações de forma decisiva, implacável e desumana. Um jeito oportunista e dissimulado de ver o outro e de viver os preconceitos com gestos e atitudes, mais do que com palavras. Aparentemente, Sutério e seus irmãos circulavam bem no mundo dos livres e brancos, homens de negócios, alfabetizados, donos de engenho e de escravos, filhos reconhecidos de pai branco e importante, mas jamais se tornaram um deles.

Apesar das palavras do seu “amigo” José França sobre sua educação, não é isso o que aparece nas ações, nas cartas e nas relações que Sutério conseguiu estabelecer, mesmo depois da morte do pai, como por exemplo, o contato com o Capitão-Mor Ignacio de Mattos Telles e Menezes. Este, provavelmente, era o mesmo citado na carta de José França, como Manoel Ignacio. Em 1819, após a morte do Capitão Ignacio, Sutério assinou uma fiança para que a viúva, D. Thereza Elena de Mattos Telles, pudesse ser tutora de seus filhos menores, e administrasse os bens do casal. Em troca, D. Thereza hipotecava todos os seus bens⁷⁵. Ou seja, Sutério manteve representatividade suficiente para assinar uma fiança como essa, que levava em consideração características relacionadas à honra e honestidade, bem distintas daquelas resumidas por José França, como “canalha”, “sem educação e selvagem”.

O talento de Sutério e a sua lealdade não bastaram, continuava numa relação frágil com o mundo dos livres brancos que se

⁷⁵ APB, Escrituras, Livro de Notas, 1817-1819, nº 195.

organizava em torno da desconfiança; qualquer gesto ou palavra mal colocada iria depor sempre contra ele e seus irmãos. Aliás, não conseguiu se firmar em um lugar de liderança, nem mesmo em sua própria família. As recomendações de seu pai nada valeram, e as disputas com os irmãos foram recheadas de intrigas, como ele mesmo descreve.

A partilha dos bens de Sutério só foi concluída em 1839, 17 anos após a sua morte. Manoel Tavares França tornou-se o principal credor dos bens de Sutério, que somaram 54:543\$ 815, com os quais se deveria pagar ao inventariante e testamenteiro 53:062\$. Segundo acusações de Christovão Faria e de José Tavares França, o testamenteiro havia liquidado dívidas sem autorização da justiça, e muitas sem recibo. Em 1837, faleceu o Comendador José Tavares França, e entraram na disputa seus filhos. Manoel Tavares França já estava morto desde 1843, falecendo sem testamento⁷⁶, mas com um valor total dos bens de 66:270\$051, maior do que o de Sutério, e com menos dívidas (41:050\$802)⁷⁷. Seus irmãos e sobrinhos continuaram na contenda com Christovão Faria, e, depois, com seus filhos.

Ao final dessa história envolvendo Sutério, seus irmãos e seus amigos brancos, percebe-se que o único que continuou beneficiando-se do Engenho Aratu, principal bem deixado pelo Capitão Barrozo, foi o Capitão Manoel de Tavares França, o grande estrategista de toda essa história, saindo da posição de homem sem recursos para um montante de bens superior ao de Sutério. Administrando de forma fraudulenta os bens do testador, e lançando mão de diversos recursos jurídicos, conseguiu não apenas bens, mas prestígio, relações pessoais e políticas, que o beneficiaram e a sua família. Por 16 anos, manteve o direito de administrar os bens do falecido, sobretudo o Engenho Aratu, o qual lhe abriu portas e trouxe créditos, dando-lhe oportunidades para

⁷⁶ APB, Judiciário, Inventário, 04/1930/2402/05, capital, 1823, p. 166v.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 137. Esta página faz parte do anexo no final do Inventário com numeração menor.

comprar escravos e produzir canas em causa própria. Além disso, conseguiu usurpar alguns escravos do testador, que continuaram rendendo crias para seus familiares. Conseguiu inclusive o título de Capitão Manuel Tavares França. Uma de suas manipulações mais bem sucedidas ocorreu quando Sutério ainda estava vivo, aliando-se a seus irmãos num jogo de intrigas e traições, do qual ele era o principal ator. Tanto seu irmão e herdeiro, Comendador José Tavares França, quanto os filhos naturais de Sutério, não conseguiram desfrutar dos bens, nem mesmo o também pardo Geraldo Braga Machado, protegido do testador. Talvez fosse esse o desfecho esperado por este: conhecendo Manoel França, imaginava que ele seria o único capaz de vingá-lo do seu “muito amigo” José França e de seus filhos e irmãos.

A aparente flexibilidade daquela sociedade, para a ascensão social, demonstra seus limites na trajetória deste pardo liberto e legitimado. Não se sabe o destino de todos os filhos do Capitão Barrozo. É possível que o único que continuou transmitindo bens tenha sido Gaspar, pois existe, no Livro de Registro de Terras de 1859, uma terra em nome de Felisberto de Oliveira Barrozo⁷⁸, talvez seja a mesma Fazenda Coqueiro, que ele comprou do seu Domingos Antonio de Oliveira⁷⁹. É possível até que Felisberto fosse seu filho.

Infelizmente, Sutério de Oliveira Barrozo não conseguiu criar novas pontes para seus descendentes através dos legados sociais e materiais deixados por seu pai, capitão Manoel de Oliveira Barrozo. A geração seguinte de seus descendentes *pardos* morreu pobre e não usufruiu do prestígio de ser proprietária do Engenho Aratu, que voltou para as mãos de um rico proprietário branco.

⁷⁸ *Ibid.*, Livro de Registro de Terras de Paripe, 1859.

⁷⁹ Gaspar dos Reis Barrozo de Oliveira era proprietário, em 1823, de terras que faziam fronteira com o Engenho Aratu e, em 1832, comprou a fazenda de canas chamada Coqueiro, com todos os seus utensílios, que pertencia a seu irmão Domingos Antonio de Oliveira Barrozo, por 5:600\$000. APB, Judiciário, Escrituras, Livros de Notas nº 237, p. 190v-191.

“ARISTOCRACIA DO COMÉRCIO NEGRO”: BENS E PECÚLIO DE PRETAS FORRAS NOS SETECENTOS

Sheila de Castro Faria

Há também as negras vendedoras, matronas do lugar, patrícias da manga e da banana, com o seu rosário de chaves. Essas damas mercadoras têm seus escravos que lhes arrumam as quitandas, vigiam, vendem ou vão colocar seus grandes cestos nas esquinas das ruas freqüentadas, tentando a curiosidade do passante. Não acrediteis que essa aristocracia do comércio negro, que tem prerrogativas e patentes, se deixe arrastar pelas suaves e santas piedades a ponto de socorrer os pés descalços da África, seus irmãos ou irmãs. Ela é avara e implacável. Só ama e comprehende o dinheiro, e os próprios portugueses a respeitam em negócios¹.

Eusébio José de Aguiar teve seus bens inventariados em Campos dos Goitacases, Rio de Janeiro, em 1755, quando faleceu. Era senhor de engenho, casado e com cinco filhos. Seus 17 escravos, um engenho moente e corrente, 72 animais de serviço, quatro canaviais, instrumentos de trabalho (enxadas, machados, martelos, foices, etc.) e algumas joias representavam mais de 80% de sua fortuna, avaliada em 2:504\$480. Não era um valor desprezível. Pode-se considerar que Eusébio pertencia à elite senhorial, mesmo não sendo um dos mais ricos.

Sua morada, porém, nada tinha de espetacular: poucos móveis, como uma mesa redonda já velha, outra de sete palmos, uma cômoda, um armário, alguns tamboretes e cinco caixas, sendo uma de jacarandá. Tudo foi avaliado em 26\$400.

¹ RIBEYROLLES, Charles (1812-1861). *Brasil Pintoresco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, v. 1, p. 203.

De roupas, usava três casacas, dois calções e uma opa vermelha do santíssimo de tafetá, quase tudo velho ou em meio uso, somando 10\$000.

De louça, contava com sete tigelas, um copo de vidro grande, cinco frascos, uma garrafa grande, duas caldeiras e um jarro com sua bacia. Todos os objetos juntos não chegavam a 6\$000.

Para ter uma ideia desse valor, um escravo jovem custava em torno de 100\$000. Um boi manso de trabalho era avaliado em 7\$500. E seu engenho, com todos os pertences, valia 316\$600.

O investimento em móveis, louças e roupas era evidentemente irrisório, não chegando a 2% de seus bens (1,69%).

A vida material de Eusébio é surpreendente. Por um lado, esperava-se que um senhor de engenho, mesmo de pequeno calibre, como ele era, pois contava com somente 17 escravos, tivesse mais roupas, móveis e louças de acordo com sua "qualidade". E que muitos deles seriam originários do comércio exterior, principalmente com mercadorias asiáticas, famosas e comuns naquele momento. Mas, não era assim. Também não era assim para a esmagadora maioria dos senhores de engenho de Campos dos Goitacases no século XVIII. No geral, esses senhores tinham pouco menos ou mais do que Eusébio, no que se refere a esses elementos. Com exceção de algumas poucas roupas de tecidos como seda, linho e demais têxteis importados, a maioria da Europa (Bretanha, França, Holanda, etc.), quase nada permite afirmar que eram consumidores de artigos asiáticos.

Evidente que Eusébio e os demais senhores preferiam investir na produção. Não compravam bens como tapetes, espelhos, porcelanas e veludos. Seus móveis eram de fabricação local e com madeira local, prevalecendo o jacarandá, vinhático e pau amarelo. Outros, porém, na mesma época e em outra região investiam justamente nesses bens móveis.

A rota das mercadorias – dos produtores aos consumidores finais

As pesquisas agora já não tão recentes sobre o Império Português indicam claramente, e baseadas em fontes fidedignas, que as mercadorias produzidas nos variados pontos do Império eram trocadas em outros e consumidas em um terceiro ou quarto pontos. Tudo ligado por redes de parentelas ou alianças comerciais e clientelares². Ou seja, passavam de mão em mão para chegar ao consumidor final, entre eles os panos ou tecidos de seda, algodão, cambraia, por exemplo, vindos de várias partes do mundo, mas principalmente das Índias³.

O Império estava dominado principalmente por negociantes que atuavam em um mercado que ligava pelo menos os seguintes pontos: a sociedade (aristocrática e camponesa) portuguesa, a grande lavoura escravista e a produção de alimentos da América lusa, as sociedades africanas e as antigas produções têxteis indianas com rotas já secularmente estabelecidas. Era, nas palavras de João Fragoso, um mercado transoceânico e imperial⁴.

Essas trocas se viabilizavam materialmente pelas redes de comércio criadas a partir da expansão marítima do século XV e que foram se aprimorando e se transformando no decorrer dos séculos. Se nos primeiros séculos as trocas eram entre mercadorias europeias e escravos ou entre escravos apreendidos na Costa da África e ouro e marfim, depois entraram outros

² Cf. FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria C.; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (Orgs.). *Conquistadores e Negociantes: História das elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³ Cf., entre outros, ANTUNES, Luís Frederico Dias. Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴ FRAGOSO, João. *Mercados e Negociantes Imperiais: um ensaio sobre a economia do Império Português (séculos XVII e XIX)*. *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR, n. 36, p. 99-127, 2002.

produtos que desbancaram essas mercadorias. Em relação a armas e pólvora, por exemplo, a oferta foi restrita por parte dos portugueses, por conta do receio de armar populações contra eles próprios⁵. O mesmo não ocorria com os demais produtos, que muitas vezes eram comprados somente por representar distinção social. Dessa forma, não deveria ser por conta de uma ampla oferta de certas mercadorias que esse tráfico se manteria: tinha de estar de acordo com os interesses dos consumidores. Se fosse acessível a todos, é provável que não existisse mais demanda. Provavelmente foi por isso que outros produtos entraram nessas rotas comerciais.

A manutenção e ampliação das rotas marítimas formaram comunidades de mercadores residentes em diversos pontos do Império. Como consequência, ainda segundo Fragoso, o controle dessas rotas transferiu-se dos reinóis para os residentes em outras praças. Para manter o controle, esses residentes estabeleciam alianças e relações de parentesco com elementos de outras praças. Ou, o que também era comum, enviavam parentes e aliados para pontos estratégicos do Império. Se em Angola esses panos – algodão indiano estampado em Portugal – eram trocados por escravos, na América parece ter sido a mulher negra a principal consumidora ou, até mesmo, revendedora.

Em uma ponta, portanto, estavam as elites regionais. No meio, a rede de negociantes. Ao final, o consumidor. Cabe saber que consumidores eram esses.

Riqueza da aristocracia do comércio negro

É surpreendente a predominância de mulheres alforriadas com propriedade escrava em terras do Brasil, para vários lugares e períodos.

⁵ Cf. entre outros, SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

As interpretações, contudo, tanto para o enriquecimento quanto para a alforria variam. Para alguns, a alforria e o pecúlio conquistados pelas mulheres são primeiramente explicados como concessões senhoriais⁶.

Ao que parece, as condições são mais complexas e deve-se buscar em outras fontes, além de dados estatísticos e relatos de viajantes, informações que complementem a capacidade das mulheres em se alforriar e continuar acumulando pecúlio.

Pelos inventários e testamentos de forros analisados para as cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey, percebe-se que a propriedade de escravos era comum, sendo um bem presente com muita frequência entre os que acumularam pecúlio. No Rio de Janeiro, entre 1707 e 1812, dos homens forros que fizeram testamento, 79% tinham escravos. Entre mulheres forras, 81% eram escravistas. Homens e mulheres livres eram proprietários de escravos em 69% e 62% dos testamenteiros, respectivamente. Apesar de, individualmente, os forros terem tido mais acesso à propriedade escrava do que os livres, pelo menos no Rio de Janeiro, não eram mais ricos do que eles. O conjunto de escravos que os forros possuíam era sempre menor do que o dos livres.

Em São João Del Rey, das testadoras forras analisadas, 65% declararam a propriedade de escravos. Entre os forros, somente 29% tinham cativos. Entre 95 inventários e testamentos de mulheres forras, analisados por Eduardo Paiva, para duas amplas regiões de Minas Gerais (Comarcas do Rio das Mortes e do Rio das Velhas), 90% declararam a presença de escravos. Mas não eram elas as que mais individualmente detinham a propriedade escrava, como ocorria no Rio de Janeiro. Dos 447 homens livres que fizeram testamentos, 95% eram escravistas, seguidos das mulheres livres, que somavam 92%, e dos homens forros, no

⁶ Para discussão mais aprofundada: FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey*. 2004. Tese (Professor Titularem História do Brasil) - apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2004.

total de 91%. De qualquer forma, 90% de mulheres forras com escravos é uma proporção extremamente significativa.

Os motivos para investimento em escravos, por parte de forros, fossem homens ou mulheres, talvez signifique um projeto de ascensão social. Libertar-se e tornar-se senhor ou senhora de escravos talvez fosse necessário como afirmação da condição de livre e demonstração de poder, mas era mais do que isto: representava uma conjugação de interesses, inclusive econômicos.

As atividades desenvolvidas por forros, quase sempre manuais, pressupunham, para serem ampliadas, a utilização de mão de obra auxiliar, que poderia vir da família ou de escravos. No caso dos forros, o número pequeno de filhos impedia que o complemento de trabalho viesse da família⁷. Restavam-lhes o escravo. Apesar de o padrão de posse de escravos ter sido menor em relação aos livres⁸, argumenta-se aqui que sua posse, entre libertos, visava acumular pecúlio com trabalho conjugado. Não parece ter sido o caso de eles aspirarem a viver sem trabalhar, conforme aludem vários depoimentos de época. Ao que tudo indica, mesmo quando alforriados e enriquecidos, continuavam a exercer as atividades que executavam enquanto escravos e que lhes permitiu acumular bens.

Mulheres, que detinham pecúlio significativo, quase sempre referiam ter sido originado de seu próprio trabalho ou *indústria*, conforme declarado em inúmeros testamentos de forras existentes para vários lugares do Brasil escravista.

⁷ Cf. FARIA, *op.cit.*

⁸ O número de escravos de propriedade de forros era pequeno, se comparado ao dos livres. Também dependia da região. No caso do Rio de Janeiro, enquanto o número máximo de escravos de um forro foi de cinco indivíduos, entre os livres foi de 100. Eduardo Paiva, para Minas Gerais, encontrou forros com maior número de escravos, alguns chegando a ter mais de 20. Cf. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

Realmente, afirmações como as que fizeram, em 1794, Quitéria da Silva e, em 1771, Maria do Rosário, ambas proprietárias de escravos, eram muito comuns:

Declaro que sou natural do gentilismo da Costa da Mina e fui escrava do tenente Caetano da Silva já falecido *do qual alcancei liberdade por dinheiro que lhe dei*, sou solteira não tenho herdeiros ascendentes ou descendentes *e os bens que posso são adquiridos por minha indústria e trabalho*⁹.

Declaro que sou natural da Costa da Mina de donde vim pequena para esta terra não tenho herdeiro algum ascendentes ou descendentes nesta ou naquela – porque todos ficaram na minha pátria na gentilidade e sou forra e liberta de toda escravidão e nunca fui casada com pessoa alguma; declaro que os bens que posso há de constar pelo meu falecimento e inventário que se farão os *quais foram por mim adquiridos sem favor de pessoa alguma*¹⁰.

Mesmo que, às vezes, a recorrência de afirmações como estas dê a impressão de ser uma fórmula notarial e visar a um determinado objetivo, a ausência de declaração do mesmo tipo em outros testamentos de forras permite a impressão de que, efetivamente, estas mulheres garantiam que o pecúlio acumulado não era resultado do trabalho de outra pessoa, nem uma dádiva e muito menos deveriam se destinar a qualquer um.

A forma ciosa com que tentaram preservar estes bens parece demonstrar que havia um cuidado com o que tinham adquirido à custa de seu trabalho e que deveria ser passado somente para seus descendentes ou para quem escolhessem.

Mariana da Costa Ribeira, em 1753, foi especialmente cuidadosa, principalmente em relação a seu ex-senhor:

Declaro que sou de nação mina e não fui casada e vivi sempre solteira e não tenho herdeiro algum forçado nem necessário algum [sic]. Declaro que fui escrava do licenciado Luiz Gomes de

⁹ INVENTÁRIO de Quitéria da Silva 1794. Arquivo do Museu Histórico de São João Del Rei (AMHSJD), caixa 529 [grifos da autora].

¹⁰ TESTAMENTO de Maria do Rosário, 1771. AMHSJD, livro n. 2 [grifos da autora].

Carvalho, e de sua mulher Antônia de Jesus, e que sou hoje liberta como consta de minha carta de alforria, que se achará lançada nas notas, e seu treslado em meu poder, da qual ainda, que não consta que pagasse a meu senhor a minha valia, contudo é certo que dei por mim cem mil réis em dinheiro de contado, o que não declaram os ditos meus senhores na carta de liberdade que me passaram; e como talvez o faziam por ignorância, ou por *malícia de quererem por meu falecimento herdarem meus bens, com o título de me libertarem por bons serviços como na carta dizem que lhes fiz*, ordeno aos meus testamenteiros, que sendo necessário, justifiquem esta minha verdade com várias testemunhas que a sabem, e a defendam a custa de meus bens¹¹.

Várias questões inscritas em histórias como as dessas mulheres podem esclarecer as possíveis condições de existência deste grupo relativamente pouco tratado pela historiografia brasileira – as mulheres alforriadas. Entre elas, destacam-se as nascidas na África. Aliado a inúmeros outros indícios, as mulheres forras, em particular as de origem africana, tinham condições sociais e econômicas especiais que as tornavam detentoras de um poder econômico só muito recentemente detectado.

A posse de escravos é um indicativo importante para inferir o grau de fortuna dos envolvidos. É, ainda, motivo de prestígio social e sua manutenção, mesmo que à custa de muitos esforços, deve ter sido cara a inúmeras pessoas. Mas há limites. Eram os escravos, também, os bens mais facilmente negociados em momentos difíceis. Por outro lado, a aquisição de um escravo não era fácil. Juntar o necessário para se comprar pelo menos um demandava, para a esmagadora maioria da população, investimentos significativos, quer sejam de ordem econômica quer de ordem pessoal. Não se pode, portanto, considerar de maneira absoluta como *pobre* o proprietário de um único escravo, principalmente porque a grande maioria da população economicamente ativa da sociedade escravista não tinha condições de ter nem mesmo um.

¹¹ Testamento de Mariana da Costa Ribeira, 1773. AMHSJD, Livro de Óbito da Freguesia do Santíssimo Sacramento da antiga Sé do Rio de Janeiro [grifos da autora].

Mary Karasch inicia um artigo sobre mulheres "livres de cor", no Brasil central, com as seguintes palavras: "O grupo mais invisível da história do Brasil colônia deve ser o da mulher livre de cor. Ela raramente aparece na correspondência oficial exceto para denunciar seu papel em batuques ou para acusá-la de prostituição"¹². Karasch tem toda razão. As mulheres "de cor" são, para a historiografia, as mais invisíveis enquanto grupo social.

A autora apresentou relatos interessantes sobre os viajantes que passaram por Goiás. Johann Emanuel Pohl, no início do século XIX, notou que as pessoas brancas, de maneira geral, se sentiam superiores em relação às outras "raças", mas o viajante as classificou de preguiçosas e inativas. Segundo ele, havia uma missa criada especialmente para os brancos, no domingo, às cinco horas da manhã, com o nome de "missa da madrugada", pois as brancas eram tão pobres que evitavam a missa normal de domingo e os olhares desdenhosos das negras que "entram altivamente ataviadas de correntes de ouro e de rendas"¹³, enquanto as brancas envolviam-se em mantos de qualidade inferior. A conclusão de Mary Karasch sobre o autor é a de que ele "capturou um mundo virado de cabeça para baixo para as mulheres brancas pobres: mulheres negras tinham mais riqueza que elas"¹⁴.

A autora citou outro depoimento, de muitos anos depois. Em 1880, James W. Wells teria demonstrado o "trabalho pesado por trás das correntes de ouro e renda"¹⁵. Wells observou que não viu homens trabalhando continuamente; quem realmente trabalhava eram as mulheres "morenas-claras e negras". Fiavam e teciam panos, trabalhavam no campo, faziam farinha e rapadura

¹² Cf. KARASCH, Mary Catherine (1998). As mulheres livres de cor no Brasil central, 1779/1832. In: *Revista da SBPH*, Curitiba, no 15, pp. 3-20, p. 4.

¹³ POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil (1817-1821)*. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

¹⁴ KARASCH, *op. cit.*, p. 14

¹⁵ *Ibid.*

e outras atividades. Ele concluiu que o trabalho da mulher “de cor” era fundamental na produção de alimentos e de tecidos de uma fazenda de gado¹⁶. Mesmo com estes depoimentos, Karasch duvidou da possibilidade de estas mulheres acumularem pecúlio expressivo. Em algumas passagens do texto, a autora ficou tentada a considerar as “mulheres livres de cor” como mais ricas do que muitas brancas, mas acabou sucumbindo à negação da interpretação de Pohl.

Voltando no tempo, utilizou o censo de 1783 e argumentou que homens brancos controlavam a riqueza da capitania de Goiás por meio da propriedade de escravos, minas, ranchos, plantações de cana-de-açúcar e negócios. As mulheres negras livres possuiriam o menor número de escravos que qualquer grupo social em toda capitania. Karasch, entretanto, não fornece o número exato nem os lugares, se rurais ou urbanos, em que estariam as que possuíam escravos. Por fim, a autora conclui que as mulheres vistas por Pohl e Wells não eram típicas. O mundo observado por Pohl estava realmente de “cabeça para baixo”.

Conclusões como estas, em que algumas evidências parecem apresentar um mundo virado ao contrário e que o historiador conserta com outros dados para o tornar mais parecido com o que dizia historiografia, é muito comum. O argumento aqui é o de que Pohl e Wells viram aspectos do árduo trabalho feminino e de acúmulo de riqueza que não condiziam com a imagem que os historiadores têm ou tinham sobre mulheres negras e suas descendentes. Elas teriam de, necessariamente, ser pobres, ou, pelo menos, mais pobres do que as mulheres brancas.

Em outras evidências, Eduardo França Paiva, num trabalho interessante sobre escravos e libertos na Comarca do Rio das Velhas, em Minas Gerais, no século XVIII, afirmou que, entre os mais de 600 testadores que analisou, o grupo de maiores

¹⁶ WELLS, James W. *Explorando e Viajando Três Mil Milhas através do Brasil*. Philadelphia: J.B. Lippincott Company, 1886. p. 187, apud KARASCH, 1998, p. 14-15.

poses era o dos homens livres, destacando-se os portugueses, seguido das mulheres forras e, depois, das mulheres livres. O grupo de menores posses era o dos homens forros. O dado é surpreendente. O autor afirma que esta escala hierárquica está de acordo com o exame das listas de contribuintes do Real Donativo de Vila Rica, entre 1727 e 1733, onde consta que as mulheres forras foram a segunda categoria que mais pagou tributo sobre as vendas e os escravos que possuíam¹⁷. Este dado comprova a ideia já veiculada sobre a importância do trabalho feminino no abastecimento das zonas urbanas de Minas Gerais.

Também Luciano Figueiredo apresenta dados quantitativos sobre a representatividade das mulheres forras no comércio a retalho. No decorrer do século XVIII, paulatinamente, em Vila Rica e Vila do Carmo, as mulheres foram tomando o lugar dos homens nas vendas fixas, transformando-se, no último quartel do século, na esmagadora maioria. Entre as mulheres, de 70% a 90% (dependendo do ano) eram forras na condição de proprietárias. Presume-se que esta importância se estenda para outras áreas urbanas do Brasil, embora não haja trabalhos com fontes empíricas que o comprovem.

Apesar da constatação quantitativa e eloquente de que mulheres forras eram privilegiadas no acesso a alguma forma de acumular pecúlio, Eduardo Paiva, assim como Mary Karasch, não deixou de pensar no que era esperado: as testadoras em questão não poderiam ser

[...] consideradas uma síntese perfeita do numeroso grupo de ex-escravas e suas descendentes. A maior parte delas não desfrutou do mesmo nível de vida experimentado por essas testadoras, tanto no que diz respeito aos aspectos materiais quanto ao consequente posicionamento social adquirido¹⁸.

¹⁷ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: Estratégias de Resistência através dos Testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995, p. 31-32.

¹⁸ *Ibid.*, p. 156.

Ida Lewkowics, ao analisar 51 inventários e 27 testamentos de pretos forros, para Mariana, Minas Gerais, no período de 1730 a 1800, constatou que 63% deles eram de mulheres. Deve-se ressaltar que o próprio ato de abrir um inventário já demonstra que a pessoa tinha bens. Os absolutamente despossuídos não precisavam de inventários nem faziam testamento¹⁹. Os titulares destes documentos, portanto, já se diferenciavam do resto da população. A autora encontrou uma riqueza surpreendente. Ressalte-se que a maioria dos alforriados era de pessoas nascidas na África, mas não é fornecida a proporção exata. Do conjunto, 79,3% possuíam escravos, mas os homens eram os que menos detinham esta propriedade, proporcionalmente, pois 30% deles não eram escravistas. Das 34 mulheres, expressivos 94% tinham cativos.

A posição das mulheres forras como segundo grupo a testar não foi uma especificidade mineira. Ocupavam também a segunda posição, sempre perdendo somente para os homens brancos ou tidos como tal, para o Rio de Janeiro, no século XVIII. Entre as pessoas livres, 62,4% dos que testavam eram homens; entre os forros, eram as mulheres em 67% dos casos que faziam testamento. Também para o Rio de Janeiro, no universo documental analisado, os nascidos na África eram a maioria entre os alforriados.

Os dados de Luna e Costa, para várias regiões de Minas Gerais, no século XVIII e início do XIX, citados anteriormente, também demonstram a predominância de mulheres libertas como proprietárias de escravos em relação aos homens forros.

¹⁹ Foi muito comum, em registros de óbitos dos séculos XVII ao XIX, a referência de que o falecido não havia feito testamento por não “ter de quê”. O testamento pressupunha que a pessoa teria bens com os quais pagar suas determinações, inclusive em relação a seu próprio enterramento. A análise feita por Cláudia Rodrigues dos registros de óbitos e de testamentos do Rio de Janeiro, no século XVIII e primeira metade do XIX, fornece dados interessantes: em todo o período analisado, somente 20,7% das pessoas falecidas fizeram testamentos. Cf. RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

Em Serro do Frio, em 1738, das 286 mulheres listadas como proprietárias de escravos 244 eram forras; as demais, livres. Em Congonhas do Sabará, em 1771, das 53 mulheres proprietárias de escravos, 27 eram forras²⁰. Os dados são impressionantes e embasam a ideia defendida neste trabalho.

A mulher forra, especialmente de origem africana, portanto, em vários locais e períodos, era um grupo relativamente favorecido em termos de fortuna. A historiografia, entretanto, desconfiou de sua representatividade.

O grande argumento dos historiadores foi o fato de acharem que as mulheres forras a fazer testamento ou ter os seus inventários abertos dizia respeito a uma pequena parcela deste grupo. Interessante é que este pressuposto não foi pensado para os homens brancos. Parece, para esta historiografia, que homens “brancos” e ricos eram a maioria no seu conjunto. A questão aqui, então, é a seguinte: os homens brancos e ricos representavam a maioria dos homens brancos (ou tidos como tal) residentes no Brasil escravista? É claro que não. Os mais pobres, os chefes de domicílio brancos que não tinham escravo algum, os que morreram e nem fizeram testamento ou nem tiveram inventários abertos porque “não tinham de que”; esses eram a maioria. Só que tinham algo a se diferenciar do conjunto da população: a cor “branca”, ou aparentemente branca.

Aristocracia do comércio negro: as damas mercadoras

Ana foi escrava de outra mulher, preta forra, ambas naturais da Costa da Mina. Talvez como sua antiga senhora, e talvez ensinada por ela, conseguiu se alforriar pagando por sua liberdade com recursos advindos de sua “própria indústria e trabalho”, conforme declarou em seu testamento, de 1798. Com o nome de

²⁰ LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 32 (7), p. 836-41, p. 44 e 46, jul. 1980.

Ana Teixeira Guimarães, constava ter mais de 60 anos, quando morreu, na cidade de Mariana, em Minas Gerais.

Chegou ao Brasil, portanto, como centenas de outras mulheres da mesma região da África, a Costa da Mina, antes de 1740. Deve ter aportado no Rio de Janeiro e, de lá, seguido para Minas Gerais. Ou chegado em Salvador, com o mesmo destino. Era o século do ouro e a capitania era o destino de muitos homens e mulheres, fossem aventureiros, contratadores, administradores metropolitanos, eclesiásticos ou escravos.

Proprietária de cinco escravos - quatro mulheres e um homem da nação Angola, a todas elas deixou quartadas²¹ pelo tempo de seis anos a contar do dia de seu falecimento. Instituiu como herdeira de seus bens a "cria" da escrava quartada Juliana, natural da Costa da Mina, como ela, que era sua afilhada, por nome Francisca, de 2 anos mais ou menos, já alforriada antes da redação do testamento. Foi além, deixando de "esmola" a Juliana uma morada de casas cobertas de telhas. Que intenção teria ao fazer isso? Presume-se que garantir um lugar para morar a sua afilhada e herdeira Francisca²².

Ser proprietária de casas e escravos era uma situação já bastante confortável para essas mulheres. Mas elas também eram proprietárias de várias joias de ouro e pedras preciosas e talheres de prata. Eram braceletes de ouro com diamantes, brincos com diamantes pequenos chamados "mosquitos", anel de ouro com pedra de topázio, laços e botões de ouro, muitos com diamantes.

Ana Teixeira Guimarães tinha em objetos de ouro e diamantes e em colheres e garfos de prata 197\$200, valor suficiente para a compra de dois escravos jovens. Moradora na cidade de Mariana, na segunda metade do século XVIII, tinha bens requintados

²¹ Quartação ou coartação era o termo utilizado para que um(a) proprietário (a) deixasse um período de tempo – sempre mais de dois anos – para que um (a) escravo (a) trabalhasse por si próprio (a), sem precisar dar conta do valor recebido a ninguém, e juntasse um preço estipulado para dar por sua alforria.

²² Para maiores detalhes: FARIA, *op. cit.*

e restritos a poucos afortunados, pois muitos eram mercadorias importadas. Uma delas era uma imagem de Santa Rita de Marfim, objeto raro na região.

Até mesmo de objetos feitos com materiais do Brasil Ana tinha dos melhores: dos sete catres²³, dois eram de jacarandá torneado [trabalhado em torno, redondo], madeira nobre do Brasil; dois espelhos, mesas grandes e pequenas de jacarandá, muitas com pés torneados, gavetas e fechaduras. Tinha ainda dois espelhos, mesas grandes e pequenas, muitas com pés torneados, com gavetas e de jacarandá. Fronhas e lençóis de pano de linho, colchas e várias toalhas de algodão; saias de veludo²⁴ carmesim²⁵ e preto; outra saia de seda²⁶ branca; muitas camisas²⁷ de linho e de algodão; vestimentas de cambraia²⁸ e de lemiste²⁹; chapéu fino; uma variedade incrível de lenços de diversos tecidos, como chita³⁰, pintados e coloridos.

O que torna tudo incrível é o fato dos tecidos serem todos importados. Deve-se inclusive destacar que ter saias de veludo “carmesim” e preto não era pouca coisa. Ao valor das duas saias somava 30\$000, um terço do preço de um escravo jovem. No caso do veludo “carmesim”, era cor cara e rara. O dicionarista Moraes e Silva, em fins do século XVIII, traz a seguinte definição de

²³ Catre: leito de pés baixos, de armar, com lona na parte “onde se lança o corpo”, segundo o dicionarista Moraes e Silva. SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua portuguesa*. [1789]. Lisboa: Typografia Lacerdin, 1813.

²⁴ Veludo: seda com pelo alto, vulgar. Vulgar: do vulgo, da plebe, ordinário, comum, sabido, não raro. *Ibid.*

²⁵ Carmesin: púrpura, vermelho vivo.

²⁶ Seda: matéria que se fia, produzida pelo bicho chamado da seda; dela se fazem sedas ou tecidos desse nome, torçais, cf. SILVA, Antônio de Moraes, *op.cit.* Torçais: cordão de vários fios de seda, ouro; servia de adorno nos vestidos antigos, hoje serve de acazejar vestidos. *Ibid.*

²⁷ Camisa: roupa usada por baixo “em que se vestia por cima outras”. *Ibid.*

²⁸ Cambraia: lençaria muito fina de linho, inventada e fabricada em Cambray.

²⁹ Lemiste: tecido fino de lã inglês.

³⁰ Chita: lençaria pintada de flores, aves, da Ásia ou feita na Europa, cf. SILVA, Antônio de Moraes, *op. cit.*

“carmesim”: “de cor púrpura mui súbita”. Púrpura é um “peixe de concha, no qual há uma veia donde se tira um licor, que aplicado aos panos se faz muito vermelho, e não se tira na lavagem [...]”; fig. Vestidura tinta em púrpura, como a dos Cardeais, Reis, etc.”³¹

Mesmo sabendo que algumas palavras da época não significavam a mesma coisa que hoje em dia, como “vestido” e “camisa”, havia outras de difícil entendimento. Uma delas foi “prato de pó de pedra”, e Ana tinha três. Segundo Luís Frederico Antunes³², a louça europeia imitando padrões decorativos orientais era denominada de “louça de pó de pedra”. Mais interessante ainda foi “prato de guardanapo da Índia”, e Ana tinha oito. Estes pratos foram encontrados e avaliados em vários inventários de mulheres forras da cidade de Mariana.

Em naus vindas da Carreira da Índia constava, entre muitas outras mercadorias, “prato de guardanapo”. O responsável da época que avaliava os bens dos inventários dos defuntos da cidade de Mariana conhecia o que estava descrevendo ao informar sobre o “prato de guardanapo”: eram pratos finos, de louça chinesa, talvez porcelana, para comer em cima de mesa e comercializados em navios da carreira das Índias portuguesas, daí serem considerados como da “Índia”, mas eram da China³³.

A documentação relativa ao período escravista do Brasil permite pouca observação sobre a vida material e as escolhas dos

³¹ Mais uma pesquisa no dicionário de Raphael Bluteau, de 1728. BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 21-set-15. E há a indicação de que “hoje se faz a Púrpura com grã, ou cochonilha”. A cochonilha é um inseto originário do México e criado na região de Oaxava por indígenas, tornou-se um caro produto de exportação, chegando a ser negociado na Bolsa de Mercadorias de Londres e Amsterdam.

³² Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-india-e-aqui>>. Acesso em: 21-set-15.

³³ Inventário de Ana Teixeira Guimarães, 1798. Cartório do 1o. Ofício da Comarca de Mariana, MG Casa Setecentista de Mariana. Caixa 12.

escravos em suas vidas cotidianas. Uma das formas de vislumbrar alguns aspectos é por meio de inventários *post-mortem* e de testamentos.

Geralmente realizados por pessoas que tinham recursos, os testamentos eram ditados pelos que estavam doentes, com risco de morte. Poucos meses depois do falecimento, realizavam-se os inventários *post-mortem*, quase uma fotografia dos bens materiais dos proprietários no momento de sua morte. Tudo era descrito, até mesmo objetos sem valor.

O conjunto de dezenas deles permite entrever padrões de certos grupos sociais e um deles é o das pretas forras, mulheres que conseguiram se libertar da escravidão e acumular bens suficientes para que fossem levados a inventário.

As elites coloniais

Mercadorias importadas da Ásia ou da Europa eram bens consumidos pelas elites³⁴, mas entre essas elites devem-se considerar as de outros extratos da população, como dessas ex-escravas, pretas forras, nascidas na África, transferidas para o Brasil em idade que já lhes permitia ter adquirido a cultura de suas terras de origem. Podiam não ter prestígio social na sociedade escravista na qual foram obrigadas a se inserir, mas tinham riqueza. Faziam parte de uma elite. E essa elite foi registrada por alguns viajantes, como o fez Charles Ribeyrolles, citado na epígrafe deste trabalho.

Impressionam certos aspectos: suas escravarias eram basicamente feminina e originária da África; e suas habitações tinham quase só mulheres: as “sinhás pretas” viviam com suas

³⁴ A elite local geralmente é constituída dos que detém prestígio ou riqueza na sociedade da época, como os senhores de engenho, comerciantes de grosso trato ou membros da burocracia ou administração portuguesas, no caso do Brasil, por exemplo. Mas havia outras elites, em outros extratos da população, e algumas ex-escravas certamente faziam parte de uma.

escravas. A esmagadora maioria não tinha filhos, nem legítimos nem naturais. Deixavam seus bens em herança para ex-escravas ou para suas “crias”, assim denominadas as crianças nascidas em suas casas, de suas escravas.

Eram escolhas delas ou imposições da sociedade mais abrangente? Não tinham filhos porque lhes foi impossível ou porque não quiseram? Eram proprietárias de mulheres ao invés de homens como escravos porque elas eram mais baratas? Por que investiam seus recursos em joias, roupas caras e louças importadas? Acredita-se aqui de que eram escolhas próprias e pautadas em suas culturas de origem.

Muito se tem pesquisado sobre as origens culturais dos escravos que chegaram ao Brasil, considerando que essas heranças foram importantes instrumentos de sobrevivência e, como nos casos das centenas de “Anas”, de enriquecimento próprio.

Em várias culturas africanas havia uma rígida divisão sexual do trabalho. Em geral, aos homens cabiam a agricultura e a confecção de objetos de metal e madeira; às mulheres, o processo de fazer os alimentos e o comércio de produtos agrícolas, de alimentos e das mais variadas mercadorias.

Mulheres comerciantes predominavam nos mercados e feiras das aldeias e das cidades sem diversas regiões que tiveram contato com o europeu. A pimenta era um dos produtos mais procurados por eles na costa da África, desde os primeiros tempos da expansão marítima, e eram mulheres que monopolizavam seu comércio. Ficaram ricas. Com o tempo, incorporaram novos produtos originados de outras praças mercantis.

Interceptavam comerciantes, a fim de comprar barato e revender com lucros suas mercadorias; participavam do comércio de longa distância, inclusive por meio de procuradores, e intermediaram os produtos do tráfico de escravos português, como a aguardente (cachaça), o tabaco e os “panos das Índias”.

Um exemplo foi Tinubu, mulher que se estabeleceu na cidade de Badagry, importante porto do tráfico de escravos no golfo da Guiné, onde negociava sal e tabaco, agindo como intermediária dos comerciantes de escravos do Brasil. Juntou uma grande fortuna, era dona de elevado número de escravos e ficou conhecida pelos seus opositores como "o terror de Lagos"³⁵.

Nem sempre tão poderosas como Tinubu, mas com redes comerciais importantes, foram elas que dinamizaram a economia de muitas regiões da África e continuaram a fazer isso na América.

Explica-se, então, a escolha de escravas e não de escravos por parte das pretas forras no Brasil: suas escravas atuariam no comércio junto ou a mando delas. Não tinham filhos porque não queriam procriar na diáspora. Explica-se, também, porque Ana, como muitas outras, deixou tudo para uma afilhada, Francisca, e uma casa para a mãe da menina, provavelmente para que cuidasse dela e usufrísse de seus ensinamentos. Juliana provavelmente se transformaria em uma nova "Ana", ao usufruir dos recursos dados a sua filha. Ana tinha entre seus bens trempes e fogareiros, tachos e apetrechos de cozinha, utilizados para a confecção e provável venda de alimentos. A quantidade de catres sugere que sua casa pode ter sido uma hospedaria, incluindo o fornecimento de comida.

As novas mercadorias entradas nesse comércio pelo jeito não as assustava: incorporavam-nas as suas transações. Os objetos nos quais escolheram investir seus recursos eram luxuosos no Brasil: joias, tecidos e louças importadas do oriente. Eram receptadoras de um comércio de longuíssima distância. Uma delas, inclusive, tinha dado panos (tecidos) a um comerciante para que lhe trouxesse uma escrava da África.

É realmente impressionante a capacidade de adaptação e o desempenho de mulheres como Ana Teixeira de Guimarães.

³⁵ KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Tradução Américo de Carvalho. Viseu: Publicações Europa-América, 1972.

Chegaram forçadas ao Brasil, nas condições mais adversas e no pior lugar social possível. Eram escravas, mas conseguiram resultados que fariam inveja à maioria dos homens que nunca foram escravos e que se mudaram para a América por iniciativa própria em busca de enriquecimento e tiveram suas expectativas frustradas. As "Anas", que deixaram testamentos e inventários, conseguiram enriquecer, tendo como estrutura básica as escolhas ditadas por suas culturas de origem.

Mas fica a pergunta: por que pessoas como o senhor de engenho Eusébio não investiam nos mesmos objetos? Conclui-se, aqui, que essas escolhas também eram ditadas por suas condições culturais e o lugar social que ocupavam. Muito mais importante do que se mostrar bem vestido e com objetos e móveis em sua morada que lhe custariam bastante, ao invés de veludo, marfins, joias caras, porcelanas, etc., eles preferissem, ao contrário das "Anas", comprar os cinco escravos cujo valor ela havia investido nesses objetos.

NO TABULEIRO DA CIDADE: FACES DO PEQUENO COMÉRCIO NO RIO DE JANEIRO COLONIAL

Juliana Barreto Farias

As cidades da América portuguesa abrigavam um comércio bem diversificado. Enquanto homens brancos da metrópole dominavam os chamados negócios de grosso trato, à frente de estabelecimentos mercantis e agroexportadores que lhes rendiam grandes somas de capital, outros tantos, nascidos na própria colônia e sem possuírem grandes recursos, dedicavam-se às trocas internas, fazendo circular todo tipo de gênero em diferentes e longínquas regiões. Já na base dessa hierarquia mercantil, misturava-se uma ampla rede de vendedores “miúdos” que perambulavam pelas ruas ou se fixavam em pontos determinados das cidades¹.

Quase sempre realizadas por escravos e ex-escravos, notadamente por mulheres africanas, essas pequenas negociações cotidianas eram controladas, e tantas vezes cerceadas, pelas autoridades locais. Ainda assim, feiras,

¹ Conta-se com um amplo conjunto de obras historiográficas abordando as múltiplas faces desse diversificado comércio nas cidades coloniais da América portuguesa, com destaque para as Minas Setecentistas. Entre os estudos já clássicos e os mais recentes, pode-se destacar: ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese (Doutorado em História) - UFF, Niterói, 1990; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999; SILVA, Flávio Marcus. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008; GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

mercados incipientes e “negras de tabuleiro” eram peças fundamentais no abastecimento das vilas coloniais. Como ressalta Luiz Mott, sem esse comércio praticado em grande medida pelas “gentes de cor”, seria “inviável viver no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, especialmente durante os séculos XVIII e XIX”².

No Rio, desde pelo menos meados dos Seiscentos, quitandeiras e vendedores de peixe reuniam-se à beira mar, nas proximidades do terreiro do Ó, mais tarde chamado de Largo do Paço³. Como portas de entrada da cidade, essas áreas litorâneas, conhecidas como praias de marinha, constituíam pontos centrais para as vendas de pescado e outros gêneros alimentícios que vinham das lavouras do Recôncavo da Guanabara e de locais mais distantes. Administrados pelo Senado da Câmara, só podiam ser ocupadas por quem tivesse licenças e pagasse foros anuais⁴. Mas novas bancas e quitandas iam se juntando num ritmo acelerado e desordenado. Para contê-las, os senadores promoviam reformas, limitavam os espaços para as trocas e chegavam mesmo a tentar expulsar os pequenos comerciantes. Mas nem por isso eles abandonavam uma área que diziam lhes “pertencer” desde “tempos imemoriais”.

É possível ver mais de mais de perto como esses espaços de troca foram se conformando no século XVIII e nas primeiras décadas dos Oitocentos, quando, afinal, um grande mercado foi construído ali. Instalado nas proximidades da Baía da Guanabara na década de 1830 (onde permaneceu até 1908), seguia o modelo

² MOTT, Luiz R. B. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, ano 27, v. 53, p.100-101.

³ Inicialmente terreiro do Ó – e depois da Polé –, a área ficou conhecida como terreiro do Carmo, quando ali construíram a igreja e o convento dos carmelitas. Mais tarde, ficou conhecido como Largo do Paço e, depois, como praça D. Pedro II. Com a proclamação da República, ganhou a denominação de Praça XV de Novembro, nome que continua até hoje. Cf. GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 26-32. GORBERG, Samuel; FRIDMAN, Sérgio. *Mercados no Rio de Janeiro. 1834-1962*. Rio de Janeiro: S. Gorberg. 2003, p. 2.

⁴ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 203-204; 220.

arquitetônico de praças mercantis europeias e reunia homens e mulheres de diversas procedências (especialmente africanos e portugueses) em bancas internas, quitandas e barracas no cais⁵. Mas o longo percurso até sua construção envolveu muitas discussões entre senadores e vereadores, controle e punição a atravessadores e resistências dos comerciantes. Partindo de um conjunto amplo de fontes – incluindo registros de viajantes, memorialistas e escritores, atas, petições e outros documentos encaminhadas à Câmara Municipal –, pretende-se, neste artigo, acompanhar diferentes faces desse intrincado processo no Rio de Janeiro colonial.

Em maio de 1776, quitandeiras negras – não se sabe se escravas ou libertas – enviaram um ofício à Mesa do Senado, pedindo para não serem despejadas de seu costumeiro local de trabalho, como queria um juiz de fora (autoridade que presidia aquela instituição). Conforme destacaram no documento,

sempre gozaram a posse de vender suas quitandas defronte da casa da Câmara, na frente do mar, e justamente na vizinhança das bancas em que se vende o pescado, sem que por isso se embarace a serventia da rua; para o que costumam anualmente tirar licença do Senado e pagar o devido foro, como o mesmo escrivão e tesoureiro do Senado podem informar⁶.

⁵ Sobre a Praça do Mercado do Rio de Janeiro, e especialmente sobre a presença de africanos ocidentais ali, ver: FARIA, Juliana Barreto. *Mercados minas: Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Tese (Doutorado em História Social)- USP, São Paulo, 2012; _____. A Câmara e o mercado: os trabalhadores da Praça do Mercado e suas relações com a municipalidade no século XIX. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 5, n. 9, 2013, p. 49-73.

⁶ Arquivo Nacional (doravante AN), Código 807, v. 19, Requerimento das quitandeiras em que pedem se lhe não perturbem vender suas quitandas defronte da casa da Câmara, em frente do mar. Este documento foi analisado em: GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. Líbano. “Dizem as quitandeiras”: ocupações urbanas e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX”. *Acervo*, v.15,

Depois de angariarem o apoio do procurador municipal – que dizia ser “sensível a falta delas na citada paragem, pelo não pouco incômodo que tem experimentado o povo” –, elas conseguiram retornar ao seu ponto de venda. Em um parecer sucinto, o ministro da Justiça determinou que permanecessem nos fundos da casa da Câmara e Cadeia, pois “o bem comum deve prevalecer a qualquer utilidade particular”⁷.

Só que a “algazarra” das vendas, a lama e os restos de frutas, legumes e peixes amontoados ali continuaram desagradando boa parte das autoridades e outros tantos moradores. Com a inauguração do novo cais do Carmo, em 1779, os vendedores foram deixando as imediações do largo do Palácio e da Câmara. Nos anos seguintes, o vice-rei Luiz de Vasconcelos também ordenou reformas nas barracas na beirada da baía. As velhas construções, “pequenas e movediças”, foram substituídas por outras mais estáveis, de tijolos, com portas de madeira e cobertura de telhas⁸.

Nesses primeiros registros, as referências à localização dos pequenos negociantes nem sempre são precisas ou coincidentes. Em 1636, os senadores definiram que os pescadores só poderiam oferecer suas mercadorias no trecho que compreendia a Praia de Nossa Senhora do Carmo e a porta do Governador, ou seja, entre o Largo do Paço (atual Praça XV de Novembro) e a Rua da Alfândega. Um ano depois, estabeleceram que os escravos venderiam frutas e hortaliças apenas em casas construídas pelo Conselho na várzea da cidade⁹. No século XVIII, voltamos

n.2, jul./dez.2002, p. 3-16. Nesta petição, assim como em outros documentos desta natureza sobre os pequenos comerciantes da área, raramente há indicação da origem (africana ou crioula) ou da “nação” (africana) desses trabalhadores negros.

⁷ GOMES; SOARES, *op. cit.*, p. 6.

⁸ BICALHO, *op. cit.*

⁹ Essas duas determinações são citadas por Samuel Gorberg e Sérgio Fridman, em seu livro sobre os mercados do Rio, mas, infelizmente, os autores não indicam a fonte dessas informações. GORBERG; FRIDMAN, *op. cit.*, p. 1.

a encontrar quitandeiras instaladas “na frente do mar”, “defronte da Casa de Câmara e Cadeia”, conforme registrado no manifesto de 1776.

Os memorialistas e cronistas do “Rio antigo”, embora poucas vezes mencionem as fontes de suas informações, apresentam indicações mais detalhadas sobre esses “mercados incipientes”. Em 1878, o escritor Joaquim Manuel de Macedo contava – em suas *Memórias da Rua do Ouvidor* – que, no século XVII, a praia fronteira às atuais ruas do Ouvidor e do Mercado tornara-se mercado de peixes, de verduras e de algumas frutas. Por conta de suas “pequenas palhoças”, ficara conhecida como *Quitanda das Cabanas*.

Apesar de *Quitanda*, graças porém às *Cabanas*, era nome rústico, mas um pouco lírico o tinha laivos de poesia de civilização primitiva; a mais chata e infeliz das lembranças eivadas de maresia mais tarde trocou essa denominação pela de *Praia do Peixe*. Mil vezes antes *Quitanda das Cabanas*! É certo que naquele mercado o que predominava era peixe, e peixe ótimo e a fartar e baratíssimo a cidade, e peixe miúdo que se vendia então a cinco réis por quantidade abundante. As verduras eram poucas e limitadíssimas em variedade. As frutas estavam no mesmo caso. Flores ninguém vendia nem comprava.[...] Mas, em todo caso, não há desculpa que aproveite a quem mandou rebaixar a *Quitandas das Cabanas* para *Praia do Peixe*¹⁰.

Noronha Santos, por sua vez, afirmava que, até princípios dos Setecentos, o espaço entre a Praia de D. Manuel e as proximidades do Arsenal de Marinha era conhecido como *Ribeira do Peixe* e reunia “um desenvolvido comércio de peixe, das pescarias e do que era salgado para o consumo público, vendidos em barracas e telheiros”. Mais tarde, o lugar passou a ser chamado de *Praia do Peixe*, designação que se mantinha nas antigas plantas da cidade¹¹.

¹⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Editora da UnB, 1988, Coleção Temas Brasileiros, 63.

¹¹ Noronha Santos inclui essas informações nas notas ao relato de Luis Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, publicado em Portugal em 1825. Escrevendo em princípios do século XIX, o padre lembra da praia já com seu espaço mais reduzido:

Vivaldo Coracy, em suas memórias do Rio de Janeiro, também anotou que a Praia do Peixe compreendia toda a face do Terreiro do Carmo voltada para o mar. E só mesmo durante o vice-reinado de Luis de Vasconcelos (1779-1790), a área foi reduzida ao trecho abaixo da casa dos Teles, entre a atual Rua do Mercado e o mar. O cronista ainda cita outras áreas de pequeno comércio nessas redondezas, como a *Quitanda dos Negros*, por trás da Cadeia Velha, uma espécie “de feira ou mercadinho formado por uma série de pequenas e toscas barracas onde se vendiam produtos da terra e da arte das pretas que ali exerciam seu comércio”. Mas não permaneceriam por muito tempo, já que, em 1779, foi construída no local a Casa da Ópera de Manuel Luís¹².

Consultando algumas plantas da cidade no século XVIII, não foi localizada a identificação da Praia do Peixe aludida por Noronha Santos. Elaborados para apresentar planos de trincheiras, fortalezas e muralhas de proteção para o Rio de Janeiro, naquele momento sob forte temor de invasões estrangeiras¹³, esses traçados setecentistas nem sempre descreviam a cidade tal como era. Partindo de interesses diversos, apresentavam uma leitura do espaço urbano que julgava o que era ou não mais importante,

“da esquina do Teles, onde fica o cais, para a Alfândega se segue a praia do peixe, por estarem nelas as bancas, em que se vende o pescado, e também o mercado de aves frutas, etc. e por esse motivo lugar de muito concurso”. SANTOS, Luiz Gonçalves dos (padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943, p. 33 e 90.

¹² CORACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1998, p. 38; 59-60. Coracy ainda acrescenta: “foco, como é fácil de compreender, de discussões, de debates ou assuadas em meio de grande gritaria, e de emanações nem sempre aprazíveis ao olfato, mais de uma vez perturbou as reuniões oficiais da Câmara, e contra a sua permanência no local protestou o Conde da Cunha quando vice-rei, sendo mesmo um dos motivos que o levou a querer mudar-se da Casa dos Governadores que Bobadela construirá. Quando certo juiz de fora pretendeu expulsar do local as quitandeiras, recorreram elas, em requerimento, ao Marquês do Lavradio, alegando que pagavam as competentes licenças pelas suas barracas”. Mesmo sem precisar quando isso teria ocorrido, certamente Coracy estava se referindo às quitandeiras que enviaram o manifesto em 1776, já citadas anteriormente.

¹³ BICALHO, *op. cit.*, p. 181.

o que devia ou não ser detalhado¹⁴. Ainda assim, podem de alguma forma ajudar a *visualizar* aquelas áreas de pequeno comércio. Numa planta de 1769, atribuída a José Custódio de Sá e Faria, é possível acompanhar, por exemplo, um projeto que previa a fortificação por terra do “Val Longuinho” até a praia de S. Luzia. E, de quebra, consegue-se *percorrer* praias, morros e terreiros da acanhada área urbana carioca.

Nas margens da baía da Guanabara, o Rio de Janeiro aparecia espremido entre os morros do Castelo (onde estava o Forte de S. Sebastião), de São Bento, da Conceição e de Santo Antonio. Do Forte do Calabouço (só parcialmente nomeado na planta) até o morro de São Bento, estendia-se a parte litorânea conhecida como *marinha da cidade*¹⁵. No trecho que seguia do forte até o “Palácio” dos vice-reis, ficava a Praia de D. Manuel. Dali até próximo da Alfândega, prédio situado “atrás” de um esboço de área de desembarque, estava a Praia do Peixe. Quase no centro dessa região costeira, o terreiro do Carmo cercava-se de construções mais vistosas, algumas identificadas no desenho, como o complexo do “Carmo” (que incluía igreja e hospital) e a igreja de “N. S. da Lapa”.

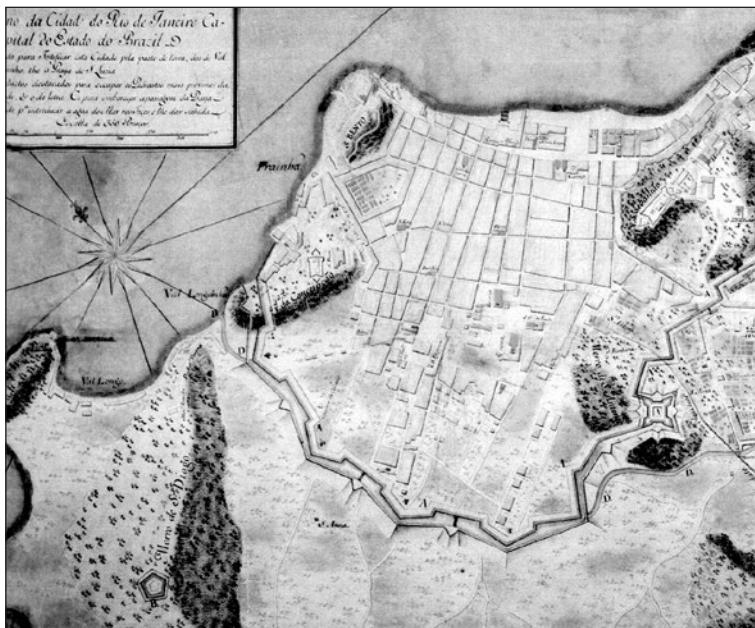
Desde a fundação da cidade do Rio, esses espaços próximos ao mar, conhecidos como terras de marinha, eram propriedades da Coroa. E por isso ficavam reservados para a defesa da cidade, para serviços de embarque e desembarque e para a extração do sal ou a obtenção de alguma renda¹⁶. Até fins da década de

¹⁴ LARA, Sílvia H. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 44.

¹⁵ “Teve por muito tempo a denominação de *marinha da cidade* a parte do nosso litoral, que mediava entre o antigo baluarte de S. Tiago e o monte ocupado pelos religiosos de S. Bento”. FAZENDA, Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 88, v. 142, 1920, p. 425.

¹⁶ Até hoje essas terras de marinha pertencem ao Estado, e as empresas e famílias que ocupam essas áreas – mediante concessões – ainda pagam foros, laudêmios ou taxas de ocupação à União. Nos últimos anos, tem-se desenrolado um intenso debate sobre o controle patrimonial desses terrenos, especialmente no que se refere à cobrança desses tributos. Veja-se, por exemplo, sobre essa discussão recente: BRITO,

Figura 1 - Plano da Cidade do Rio de Janeiro (1769)



Fonte: *Plano da Cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Brasil, 1769*. Atribuído a José Custódio de Sá. Mapoteca do Itamaraty.

1770, a administração dessas áreas cabia ao Senado, que podia conceder aforamentos para a construção de edifícios ou para a venda do pescado, de legumes e hortaliças, e cobrar licenças sobre as barracas destinadas a esse gênero de comércio.

Em 1779, o então vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza transferiu a jurisdição para a provedoria de Fazenda, delegando ao provedor a função de inspetor das marinhas, "por ser a quem compete o não consentir que [...] se edifiquem obras de qualidade alguma com

Lindoval Marques de. Imóvel público: Terrenos de marinha. Terrenos indígenas. *Revista do Tribunal Regional Federal*. 1ª Região. Brasília, 8 (4), out./dez 1996, p. 139-159; Gabinete do Deputado José Chaves. *Terrenos de Marinha. Uma contribuição ao debate. Documentos Legislativos*. Brasília, 2008. Para uma análise histórica mais detalhada, conferir: BICALHO, *op. cit.*, p. 201-227; SANTOS, Rosita de Souza Santos. *Terrenos de Marinha. Rio de Janeiro: Forense, 1985; GIFFONI, José Marcelo. Sal: um outro tempero ao Império (1801-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000; _____. Terra (ou terreno) de Marinha. In: MOTTA, Márcia (Org.) *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 308-309.

que se embarace a serventia das mesmas, e igualmente vigiar que ninguém disponha delas por modo algum"¹⁷. Inconformados com a mudança, os oficiais da Câmara ainda tentaram recorrer à rainha, solicitando a restituição daquele "direito antiquíssimo". Mas a resposta foi taxativa: não lhes competia mais administração alguma sobre aquelas praias¹⁸.

E não foi por acaso que se envolveram em mais um "grave e interminável conflito" pela posse e disposição desses terrenos. Espaços privilegiados para o controle e a realização do comércio, as praias e a extensa costa marítima do Rio também eram locais muito propícios para o desvio dos réditos reais e, sobretudo, o contrabando. De acordo com Ernst Pijning, o funcionário ou a instituição que obtivesse a jurisdição sobre terras e edifícios, cais, trapiches e armazéns erguidos ali estaria estrategicamente favorecido para exercer e controlar o comércio legal ou ilegal na colônia. Além de contar com a prerrogativa – e por vezes o monopólio – do suprimento de gêneros aos moradores, ainda poderia decidir sobre a distribuição, a quantidade e os preços dos produtos. Ou seja, uma garantia de "suculenta fonte adicional de renda", especialmente para um Senado que contava com tão poucos recursos¹⁹.

Em 1782, uma certidão do escrivão da Fazenda Real informava que a provedoria já recebera os arrendamentos das barracas das negras quitandeiras e dos mercadores de peixe instalados nas marinhas da cidade²⁰. Por este documento, e a partir de outros registros setecentistas identificados até agora, não é possível

¹⁷ Ofício do vice-rei Luis de Vasconcelos e Souza ao provedor da Fazenda Real, desembargador José Gomes de Carvalho, de 22 de setembro de 1779. Citado em: BICALHO, *op. cit.*, p. 220.

¹⁸ Para uma análise dos conflitos que envolviam Senado e Provedoria pela posse do chão das marinhas ao longo do século XVIII, ver: BICALHO, *op. cit.*, p. 201-228.

¹⁹ PIJING, Ernst. *The mentality of contraband trade. Rio de Janeiro in the eighteenth century*. Tese (Doutorado em História) - Johns Hopkins University, Baltimore, 1997, capítulo 5. Citado em: BICALHO, *op. cit.*, p. 203-204.

²⁰ BICALHO, *op. cit.*, p. 226.

saber ao certo se todos esses pontos comerciais pertenciam à Fazenda ou foram construídos por particulares em terrenos aforados. Tampouco consegue-se inferir os valores dos impostos recebidos. De todo modo, quando Luís de Vasconcelos alterou a jurisdição desses locais, também ordenou que as velhas barracas erguidas pela Câmara fossem demolidas e novas construções fossem montadas pela provedoria no extenso terreno que ia do terreiro do Carmo ao canto da Rua das Violas²¹. E pelo menos até os princípios do século XIX, essas bancas e estâncias de pescado instaladas “às custas da Real Fazenda” continuaram dividindo espaço com outras tantas “feitas por alguns particulares indevidos e moradores desta sobredita cidade em todas as praias nos lugares denominados Cais do Brás de Pina (depois Cais dos Mineiros), Praia dos Mineiros e Praia do Peixe, Praia de D. Manoel até ao Largo do Quartel do Regimento de Moura”, na ponta do Calabouço²².

Para ocupar um “lugar” nessas áreas costeiras, era necessário obter licença para arrendar uma barraca ou o aforamento para construí-la. De acordo com José Marcelo Giffoni, desde o período colonial, o “instituto da enfiteuse”, ou do aforamento, costumava ser aplicado nesses terrenos. Por esse ato, legado pelo Direito Romano, o proprietário (no caso, a Coroa) atribuía a outrem o domínio útil e perpétuo de seu imóvel (terras não cultivadas ou terrenos destinados à edificação), mediante o pagamento de uma pensão – ou foro anual – determinada e invariável²³. Como

²¹ No período de 1779 a 1789, foram registradas na cidade: oito barracas de mascates; 181 de quitandeiras; e 124 bancas de peixe. Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza, por observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 47: 44-5, 1884, parte 1.

²² Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (doravante AGCRJ), Código 58-3-32: Barracas e estâncias no Caiz de Bras de Pina, Barracas e estâncias no cais de Braz de Pina, praias dos Mineiros, do Peixe e de D. Manoel, até o largo do quartel do regimento do Moura, com reversa somente das bancas do pescado, p. 1.

²³ GIFFONI. In: MOTTA, *op. cit.*, p. 466-467. Até hoje essas terras são ocupadas mediante esse sistema.

era um negócio vantajoso e que envolvia muitos interesses, a liberação dessas concessões dependia, no mais das vezes, das disposições e idiossincrasias dos funcionários reais²⁴.

Até meados da década de 1830, boa parte das bancas instaladas nessas áreas, especialmente as de pescado, continuava como propriedade da Fazenda Pública. Somente em julho de 1835, por meio de uma resolução sancionada pela Regência, em nome do imperador D. Pedro II, as barracas da Praia do Peixe foram incorporadas ao patrimônio da Câmara Municipal do Rio de Janeiro²⁵. Bem antes disso, porém, os vereadores já haviam recuperado o direito de regular as atividades ligadas ao pequeno comércio. Com a transferência da Corte e a participação de outros setores na administração pública da cidade, o Senado da Câmara viu sua capacidade de intervenção governativa ficar cada vez mais reduzida. Ainda assim, como assinalou Maria de Fátima Gouvêa, os vereadores não perderam seu poder e prestígio. Pelo contrário. A partir de então, eles passaram a se comunicar mais intensamente com o monarca e as instituições administrativas diretamente relacionadas ao poder régio, o que só projetava esses homens da vereança no novo cenário político. E essa crescente autoridade ficava bem expressa na organização de cerimônias e festas públicas, na determinação dos homens habilitados a exercer cargos de governança e no ordenamento do abastecimento da cidade, aspecto da economia citadina que, desde os tempos coloniais, fora uma das principais esferas da jurisdição da Câmara²⁶. Mas, nessa época, o Rio de Janeiro já não era mais o mesmo.

²⁴ Maria Fernanda Bicalho e Nireu Cavalcanti citam, em seus estudos, várias disputas em torno dessas concessões, envolvendo moradores, funcionários régios e oficiais do Senado da Câmara. Cf. BICALHO, *op. cit.*; CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

²⁵ Cf. AGCRJ, Código 61-4-2: Comércio de peixe (1830-1859), p. 29; Código 61-3-35: Comércio de peixe - vários requerimentos (1823-1830), p. 12.

²⁶ GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder, autoridade e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, Ca. 1780-1820. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 2002, p. 111-155.

Apesar de reunir em seu núcleo central os principais edifícios da cidade e os órgãos administrativos e fiscais do governo colonial, a cidade do Rio ainda mantinha, nas primeiras décadas do século XVIII, a aparência de uma pequena vila. Em suas duas freguesias principais – até 1751, eram apenas a Sé e a Candelária –, as ruas de terra batida eram estreitas, desniveladas e repletas de poças e detritos. E suas poucas casas e edificações eram mal arejadas, baixas e com traçados muito simples. Por todo canto, escravos e negros livres vendiam suas quitandas e transportavam mercadorias. Entre a Rua da Direita e a do Ourives, ficavam as vias centrais e por elas passavam senhores e suas mulheres em trajes elegantes, carregados em cadeirinhas e serpentinas, funcionários régios e da administração local²⁷. Esse cenário só começaria a se modificar em 1763, com a transferência da sede do vice-reinado da Bahia para o Rio de Janeiro.

Seguindo experiências já desenvolvidas em outras cidades coloniais portuguesas, autoridades, técnicos e médicos propunham reformulações no espaço urbano carioca para garantir melhores condições de higiene, cuidados estéticos e novos espaços de sociabilidade e controle da população²⁸. Um conjunto de reformas públicas que atendia a interesses locais e metropolitanos e estava diretamente relacionado ao fortalecimento da política colonial²⁹.

²⁷ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 137; LARA, *op. cit.*, p. 51.

²⁸ Cf. CARVALHO, Marieta de Pinheiro. *Uma idéia ilustrada de cidade. As transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisséia, 2008, p. 63; MARINS, Paulo César. *Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001; PANTOJA, Selma. *O encontro nas terras de além-mar. Os espaços urbanos do Rio de Janeiro, Luanda e ilha de Moçambique na era da Ilustração*. Tese (Doutorado em programa de História Social) - USP, São Paulo, 1994.

²⁹ Essa questão é desenvolvida por Sílvia Lara em: LARA, *op. cit.*, especialmente o

Entre as intervenções realizadas, destacaram-se obras de aterramentos, construções de chafarizes, praças públicas e do novo cais. Como a cidade fora erguida entre o mar e as montanhas, já não dispunha mais de espaço para se expandir. Assim, a abertura de novos logradouros era feita com a incorporação de brejos, mangues e lagos. Durante a administração do marquês do Lavradio (1769-1779), as lagoas de Santo Antônio e da Pavuna foram enxutas. Em 1783, Luís de Vasconcelos e Souza aterrou a lagoa do Boqueirão da Ajuda, transformando-a no Passeio Público. Segundo Nireu Cavalcanti, com a inauguração dessa área, buscava-se retirar do Largo do Paço a posição de único lugar de sociabilidade do Rio de Janeiro. E, dentro de um projeto mais amplo, o vice-rei ainda pretendia incorporar a baía da Guanabara “ao mesmo tempo como paisagem descontinada por quem no Passeio se situava, ou como ponto de vista de quem chegava à cidade pelo mar”³⁰.

Tanto essas obras do Passeio Público como os planos para a instalação de fontes e outros aparelhos urbanos eram arquitetados dentro das novas “concepções estéticas de policiar a cidade colonial”. O que também se fazia perceber pela preocupação com a beleza e o acabamento de tais construções. Os diversos chafarizes que se espalhavam pela região central supriam o abastecimento de água, mas também “aformoseavam” largos e praças³¹. O cais do Largo do Palácio, edificado sob o governo de Vasconcelos e Souza, era coberto de cantaria lavrada, com peitoris, três escadas e uma rampa de acesso ao mar. Tudo com um “charme” que chegava a lembrar, em escala menor, o terreiro do Paço da Ribeira, na beira do Tejo, em Lisboa³². Não era

capítulo intitulado “O teatro do poder”, p. 29-78.

³⁰ CAVALCANTI, Nireu. *A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: as muralhas, suas gentes e os construtores*. Tese (Doutorado em História) - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1997, p. 504-505.

³¹ CARVALHO, *op. cit.*, p. 62-63.

³² SCHWARCZ, Lilia. *O sol do Brasil. Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 206.

de se estranhar, portanto, o empenho em afastar dali ruidosas quitandeiras e vendedores de pescado.

Mas todas essas alterações não pareciam suficientes para receber a família real e sua comitiva, que desembarcaram no cais do Palácio em 1808. Para virar, de fato, uma *Nova Lisboa*, o Rio de Janeiro ainda teria que encarar muitas reformas em ruas, casas, prédios públicos e nos modos de seus moradores. Além das vicissitudes de uma vida de corte, com um comércio mais elegante, passeios nas praças e festas animadas, a cidade passaria a conviver com novos edifícios e largos, mais obras de arruamento, iluminação nas ruas, proibições de velhas práticas (os despejos no mar, por exemplo) e um *policamento* ainda maior sobre o dia a dia dos habitantes³³.

À beira da Guanabara, as mudanças começaram logo após o desembarque real. O Palácio que abrigava os vice-reis foi adaptado para acolher D. João VI e sua corte. Mesmo com as reformas comandadas pelo Conde dos Arcos, a família real acabou ficando pouco tempo ali, e o Paço permaneceu como sede do governo e local de despachos e recepções oficiais. Bem próximo, o cais montado em 1779 encontrava-se bastante arruinado depois de seguidos aterros. O príncipe regente mandou então reconstruir o embarcadouro, com painéis ajardinados e contornos de meios-fios de pedra que davam impressão das “marinhas de Lisboa”³⁴.

As arruinadas bancas de peixe, legumes e verduras já haviam sido removidas do largo e de suas redondezas desde os tempos de Luís de Vasconcelos. E as novas construções, montadas pela provedoria, se estendiam do terreiro do Carmo ao canto da Rua das Violas. Ainda assim, novos editais e regimentos eram continuamente publicados, informando da resistência dos pequenos comerciantes. Apenas dois anos antes de D. João VI

³³ CARVALHO, *op. cit.* Cf. PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

³⁴ SANTOS, *op. cit.*, p. 87.

aportar no Rio de Janeiro, a Junta Real da Fazenda, em nome do príncipe regente, determinara a demolição de todas as barracas e estâncias de pescado “indevidas” que permaneciam na *marinha da cidade*. A decisão havia sido tomada após moradores da Rua da Direita, “da parte do mar, do canto da rua do Sabão até o Arsenal da Marinha”, enviarem uma representação reclamando da “balbúrdia” no local³⁵. Mas, passados quase 15 anos, queixas semelhantes persistiam. Em 21 de abril de 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva encaminhou um ofício ao Senado, informando que

Manda sua Majestade o Imperador pela Secretaria de Estado do Estado dos Negócios do Império que o Ilustríssimo Senado da Câmara desta Cidade expeça as Ordens para que do Largo fronteiro ao Paço da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa se remova para outro lugar o Mercado, que ali se acha estabelecido, e que perturba com a sua vozeria os trabalhos da mesma Assembleia; devendo esta providência ser posta em execução, e aquele sítio desembaraçado e limpo, até o dia 30 do corrente, em que a referida Assembleia há de continuar as Sessões³⁶.

Enquanto lá fora o “vozerio” confundia pregões de africanos e portugueses, burburinho de fregueses e uma estridente algazarra de galinhas, pássaros e outros bichos, dentro da “miserável casa de aluguel” ocupada pelo Senado, seus representantes tentavam acertar os rumos do comércio de gêneros de primeira necessidade no Rio de Janeiro. No início de março de 1820, os vereadores começaram a discutir um “plano de providências para coibir as travessias que se fazem nas praias desta cidade”. A ideia era edificar, na Praia de D. Manuel, uma

³⁵ AGCRJ, Códice 58-3-32, “Barracas e estâncias no cais de Braz de Pina, praias dos Mineiros, do Peixe e de D. Manoel, até o largo do quartel do regimento do Moura, com reversa somente das bancas do pescado”, p.1.

³⁶ AGCRJ, Códice 61-1-20: Mercados (1820-1847), p. 10.

praça quadrada ornada de pórticos, murada e guarnecidada de barracas, com duas casas para almotacé e tropa, cais e portos convenientes. E todos os “barraqueiros” que ali se instalassem ficariam obrigados a obter uma guia para os carregamentos trazidos em seus barcos³⁷.

A proposta até foi enviada ao governo real em 15 de abril de 1820. Só que não obteve maiores respostas ou considerações. E nem os planos de construção de uma praça naquele pedaço da cidade saíram do papel. Mais de três anos depois de toda a discussão, barracas fixas na Praia de D. Manuel estavam proibidas. De acordo com o edital publicado pelo Senado, entulhos também não podiam ser lançados ali, já que o terreno devia permanecer “limpo e livre para o uso dos povos, que do Recôncavo vem vender frutas, hortaliças, mantimentos e mais gêneros de primeira necessidade”³⁸.

Em 1828, com a decretação do “regimento das câmaras” – lei regulamentar acrescentada à Constituição de 1824 –, as novas atribuições da instituição camarária ficariam mais definidas. Por esse dispositivo, foram transformadas em corporações meramente administrativas, restritas aos interesses privativos do município. Não podiam mais atuar nas contendas judiciais ou nos assuntos ligados à existência civil e a bens patrimoniais. Assim, estariam sujeitas à intervenção de uma autoridade superior (no caso da Corte, o Ministro dos Negócios do Império), que se tornaria responsável por garantir os direitos dos municípios contra os excessos e abusos dos administradores locais. Por meio de atos de aprovação ou suspensão, o Ministério poderia intervir diretamente nas deliberações dos vereadores, impedindo-os, por exemplo, de tomar resolução quanto à venda, à troca e ao aforamento de bens imóveis sem sua autorização³⁹.

³⁷ *Ibid.*, p. 2.

³⁸ *Ibid.*, p. 11.

³⁹ SOUZA, *op. cit.*, p. 29.

Para o comércio de gêneros alimentícios, o regimento determinava que os vereadores proveriam:

sobre a comodidade das feiras e mercados, abastança e salubridade de todos os mantimentos e outros objetos à venda pública, tendo balança de ver o peso e padrões de todos os pesos e medidas para se regularem as aferições; e sobre quanto possa favorecer a agricultura, o comércio e a indústria dos seus distritos, abstendo-se absolutamente de taxar os preços dos gêneros, ou de lhes pôr outras restrições à ampla liberdade, que compete a seus donos⁴⁰.

Mas só em 1830, com a promulgação do primeiro Código de Posturas da Câmara Municipal do Rio, essas questões seriam de fato regulamentadas. E, aos poucos, essas novas regras foram se tornando o conjunto de leis que mais incidia sobre a vida da população urbana. Nas vendas a retalho, quase todas as atividades funcionavam conforme o Código. Havia, por exemplo, artigos que estabeleciam em quais portos estava autorizado o desembarque dos gêneros; os meios para concessão de licenças para ambulantes, baraqueiros e donos de casa de negócio; as regras para a venda de alimentos pelas ruas; o funcionamento das praças de mercado ou a coibição à atuação de monopolistas e atravessadores⁴¹.

Não à toa, nesse mesmo período, as discussões sobre a necessidade de construção de uma praça de mercado na agora capital do Império – nos moldes das “mais antigas cidades da Europa” – voltou à tona. Na sessão de 4 em dezembro de 1830, o presidente e outros membros da Câmara decidiram enviar um ofício aos fiscais das freguesias centrais da cidade, solicitando indicações dos “lugares mais convenientes para se venderem quitandas”.

⁴⁰ BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828, sobre o regimento das Câmaras Municipais do Império, art. 66, parágrafo 10. Citado em: SOUZA, *op. cit.* p. 32.

⁴¹ Código de Posturas da Ilustríssima Camara Municipal do Rio de Janeiro e Editaes da mesma Camara. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1870, p. 22-27.

O primeiro a responder foi o fiscal da Candelária, que não teve dúvidas e sucintamente respondeu: “a Praia do Peixe imediato às bancas, onde de longos tempos costumam estar”. Em São José, o fiscal apontava a Praia de D. Manoel, demarcando-se um espaço no Largo de Moura, onde existia um barracão que devia ser demolido. Por fim, em Sacramento, existiam duas “praças de quitandeiras”, uma no Largo da Igreja do Rosário e outra na Praça do Capim. Nesta, um grande número de vendedoras ficava sob barracas de toldo volante, mas sem alinhamento e demarcação, “na maior irregularidade, confusão e arbítrio, o que produziu a cada momento rixas e confusões que só eram dispersadas pelos sentinelas da Polícia”. Para evitar mais transtornos, o agente municipal alinhou e demarcou o terreno para cada banca, com uma braça de frente e meia de fundo, separando para um dos triângulos da Praça todas as “quitandeiras de comida” feita em caldeirões ali mesmo. Também se esforçara em “desterrar as barracas de couro, que jamais deviam ser consentidas em Praça de Mercado de uma capital”⁴².

Não se sabe se tal inquirição era apenas uma fiscalização rotineira ou uma verdadeira sondagem sobre o “lugar mais conveniente” para a efetiva construção de um mercado fechado no Rio de Janeiro. De um jeito ou de outro, cerca de quatro anos depois, quando os vereadores afinal aprovaram o início das obras do novo mercado, a velha Praia do Peixe, onde “desde longos tempos” se vendia pescado e quitandas, foi a área escolhida. Ocupando todo um quarteirão na freguesia da Candelária, a mais “comercial” da cidade, o terreno determinado ficava nas proximidades da baía, onde embarcações diariamente aportavam trazendo pescado e “gêneros da roça” do Recôncavo da Guanabara e de outros municípios. Também tinha como limites a movimentada Rua do Ouvidor, que reunia o comércio mais “luxuoso” do Rio; a Rua

⁴² AGCRJ, Código 49-1-69: Quitandas – Ofícios sobre lugares em que devem estacionar mercadores com quitandas, nas freguesias da Candelária, Sacramento e São José, 1830-1831.

do Mercado, com a casa dos Teles; e o Largo do Paço, local de grande circulação de pessoas e autoridades municipais. Enfim, um lugar estrategicamente localizado na trama urbana.

Com um edital publicado em 3 de dezembro de 1834, a Câmara Municipal convocava os interessados em participar da construção da Praça de Mercado. Só que nos dias indicados para a apresentação de propostas (9, 10 e 12 daquele mês) ninguém apareceu. Os vereadores decidiram então contratar a obra por administração. Neste esquema, a municipalidade teria que arcar com os custos (de materiais e profissionais especializados), tentando reduzi-los ao máximo. Na sessão de 25 de abril de 1835, por exemplo, foi aprovada a aquisição de 3 mil ladrilhos ao preço unitário de 550\$. O fornecedor Lourenço Westein os importaria da Suíça, já que o produto estrangeiro era bem mais barato que o similar fabricado no Brasil⁴³.

À frente do projeto arquitetônico estava o francês Grandjean de Montigny, cujos planos para o primeiro grande mercado do Império haviam sido confirmados meses antes da divulgação do edital. Instalado na cidade do Rio desde 1816, quando desembarcou com a “colônia” de artistas franceses, Montigny inaugurou uma fase neoclássica na arquitetura brasileira e foi um urbanista pioneiro na corte imperial. Na Europa, ele cresceu numa família artística ligada ao Estado desde a época de Luís XIV. E não demorou a também ingressar nesse universo. Depois de frequentar a *Académie Royale d'Architecture* e a *Academie de France* em Roma, permaneceu na Itália, onde cumpriu seus estudos, dedicando-se à arquitetura clássica, inclusive projetando um teatro em Nápoles.

Alguns anos mais tarde, juntou-se ao compatriota Jean-Baptiste Debret na corte de Jérôme Bonaparte, em Cassel, onde contavam com total apoio do soberano para realizar obras variadas. Mas,

⁴³ Cf. AGCRJ, Código 61-1-20: Mercado da Candelária (1820-1847); Código 61-1-20: Mercado da Candelária (1830-1839); GORBERG; FRIDMAN, *op. cit.*, p. 11-12.

com o fim do período napoleônico, tiveram que apressar sua volta a Paris. Como outros de seus colegas, Grandjean Montigny também não encontrou mais espaço para se firmar como arquiteto do Estado da França. Diante desse novo cenário, abriu mão de um convite para trabalhar na Rússia e partiu para o Brasil, com a trupe organizada por Joachim Lebreton, levando também esposa, filhos e discípulos. Na bagagem, carregava a esperança de realizar, neste lado do Atlântico, novos projetos urbanos e transformar a colônia num experimento para seus modelos clássicos. E de fato conseguiu. Durante os 34 anos em que viveu no Rio de Janeiro, envolveu-se na construção de templos, arcos do triunfo e demais cenários para as festas de coração do rei e do imperador D. Pedro I; desenvolveu traçados de residências, parques, praças, vias e prédios públicos, como a sede da Praça do Comércio, erguida entre os anos de 1819 e 1821, e que atualmente abriga a Casa França-Brasil⁴⁴.

Para o mercado à beira-mar, Montigny delineou um vasto edifício com dois pavimentos, de planta retangular, com arcarias sobre um pátio central. Em cada uma de suas quatro frentes externas, seria projetado um alicerce de granito e 16 vãos de arco pleno, com revestimento também em granito e platibanda vazada à romana para completar as fachadas. No centro das frontarias voltadas para o Largo do Paço e para a Rua do Ouvidor ficariam os portões de entrada, coroados por frontões retos. Diz-se que a inspiração veio do mercado de Saint Germain, em Paris, edificado por J. B. Blondel (1813-1816)⁴⁵.

⁴⁴ Cf. SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 202-203; 311-312; RIOS FILHO, Adolfo Morales de. *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

⁴⁵ Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Departamento Geral de Documentação, Inf. e Cultura, 1990, p. 38; VARGAS, Heliana Comin. *Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001, p. 162. Sobre mercados na França dos séculos XVIII e XIX; ROY, Jean-Michel. *Les marchés alimentaires parisiens et l'espace urbain du XVII au XIX siècle. Histoire, économie et société*, 1998, 17, n.4, p. 693-710. Hoje em dia, o prédio do mercado Saint Germain abriga também uma grande variedade de pequenos restaurantes e cafés.

Na Europa, à medida que as cidades e suas populações se expandiam, as trocas multiplicavam-se, explodindo em espaços urbanos demasiado pequenos para as conterem. Por toda parte, a solução aparecia na construção de novos mercados cobertos, às vezes rodeados por feiras ao ar livre, que iam se tornando permanentes e especializadas. É certo que grandes edifícios ou locais determinados para o comércio de gêneros diversos não eram novidades desse período, remetendo mesmo à antiguidade e a diferentes cidades e regiões da Europa, África e Ásia⁴⁶. Por exemplo, a palavra francesa *halle* que designava esses novos mercados era tanto sinônimo de sala ou grande vão de uso coletivo, como dos prédios e de toda organização dos *Halles* de Paris, complexo mercantil cujas origens remontam ao século XII, época do rei Filipe Augusto. Como primeiro “ventre de Paris”, ele passou por diversas reconstruções ao longo do tempo (e persistiu no mesmo local, com diferentes feições, até 1971!), reunindo áreas cobertas e descobertas para venda de produtos diversos, pilares que sustentavam as arcadas das casas vizinhas e uma vida transbordante que se espalhava pelas regiões a seu redor⁴⁷.

A diferença é que, a partir do final do século XVIII, as praças de mercado – especialmente nas “nações bem policiadas” da Europa – foram se multiplicando e especializando-se apenas na provisão de gêneros alimentícios. Com formatos cobertos e grandiosos, elas se tornavam os principais locais para as compras de necessidades diárias. O “dia especial do mercado” dava lugar à condição de “*todo dia ser um dia de compra*”⁴⁸. Organizados

⁴⁶ Cf. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, v. 2 (O jogo das trocas), p. 17-19; VARGAS, *op. cit.*

⁴⁷ BRAUDEL, *op. cit.*, p. 20-21. Em 1873, o escritor francês Emile Zola publicou o livro *O ventre de Paris*, todo ambientado nos movimentados Halles de Paris, onde as vendedoras tinham papel destacado. ZOLA, Emile. *O ventre de Paris*. São Paulo: Cia. Brasil Editoria, 1956.

⁴⁸ Em Paris, que atingira um milhão de habitantes em 1850, o programa de renovação urbana implementado por Haussmann (prefeito da cidade entre os anos de 1853 e 1870) criou muitas facilidades para esses novos mercados, tanto abertos ao longo dos bulevares como fechados em mais praças. Como destaca Heliana

e regulados pelos poderes públicos, não só contornavam o problema de escassez e carestia dos alimentos, coibindo a ação de atravessadores e abastecendo uma população que não parava de crescer, como também redefiniam os traçados urbanos e tratavam das questões sanitárias que marcavam os mercados ao ar livre. Na França, esses novos espaços começaram a ser construídos entre os anos de 1800 e 1850, destacando-se de o St. Martin (1811-1816), projetado pelo jovem Peyre, e o St. Germain. Na Inglaterra, Charles Fowler foi contratado pelo duque de Bedford para edificar o Convent Garden Market (1830), na tentativa de regulamentar o confuso mercado existente nessa praça desde 1670⁴⁹.

No Rio de Janeiro, com as obras iniciadas nos primeiros meses de 1835, o projeto de Montigny foi, pouco a pouco, sendo modificado. Para reduzir o custo total do empreendimento, muitos pontos ficaram de lado. A ideia de construir um segundo pavimento, por exemplo, foi eliminada logo de início. Alguns meses depois, quando os dois corpos do prédio voltados para o Largo do Paço ficaram prontos, seus compartimentos já começaram a ser alugados, gerando uma receita de 2:366\$500 réis. Mas essas primeiras “bancas e casinhas” só podiam ser arrematadas a cada semestre com pagamento adiantado, por pessoas consideradas “livres e capazes, e que por si, seu sócio ou caixero, estejam atestadas”⁵⁰. Mas, em função de sua crônica falta de recursos, a Câmara só retomou as obras em 1839, sob comando do engenheiro João Vicente Gomes. Finalmente concluídas em setembro de 1841, o custo total chegou a 170:396\$073 réis.

Comin Vargas, a força desses espaços tem sido a política deliberada da capital e de outras cidades francesas, onde a distribuição de alimentos é considerada uma forma de serviço público. VARGAS, *op. cit.*

⁴⁹ Cf. BRAUDEL, *op. cit.*, p. 17-19; PESVNER, Nicolau. *A history of buildings types*. Londres: Times and Hudson, 1976, p. 238; VARGAS, *op. cit.*, p. 162.

⁵⁰ AGCRJ, Códice 61-1-20: Mercados (1820), p. 21-22.

Como se vê, embora alguns vereadores ainda defendessem a liberalização do comércio de gêneros de primeira necessidade, o que, afinal, se definiu foram o controle e a reorganização de um espaço mercantil demarcado na principal área de circulação de pessoas e negócios do Rio de Janeiro. Por essas medidas, pode-se inferir que o poder público estava de fato preocupado com o bem-estar de consumidores, e, de resto, com a própria população de maneira geral, procurando assim inibir a ação de atravessadores e evitar a carestia e a escassez de alimentos numa cidade que não parava de se expandir. Entretanto, bem mais do que isso, a regulação desse comércio miúdo aparecia como garantia dos atributos dos vereadores (sensivelmente limitados com a promulgação de novos regulamentos e leis) e, sobretudo, de uma significativa receita municipal, tão necessária a uma corporação “sem rendas e carregada de dívidas”.

E até o final da década de 1860, a municipalidade permaneceu à frente da administração da Praça do Mercado e das áreas a seu redor. Em termos práticos, isso significava que qualquer alteração em sua estrutura, legislação sobre seu funcionamento ou demanda de diferentes categorias deviam ter apreciação e aprovação dos vereadores. E mesmo com a abertura das portas do mercado à iniciativa privada, em 1869, a fiscalização do local e outros assuntos cotidianos continuariam a cargo da Câmara Municipal⁵¹. Mas isso estava longe de aplacar os conflitos – já tão comuns ali desde os tempos coloniais – entre agentes municipais e empresários, empresários e pequenos comerciantes ou entre estes e os vereadores e fiscais. Mas estas já são outras histórias.

⁵¹ Em 1869, a Praça foi arrendada, pelo prazo de nove anos, aos empresários Aurelino Dias da Costa Cabral e Antonio José da Silva, sob a firma Aurelino Cabral & Cia. Abriram-se, assim, as portas para a entrada da iniciativa privada no mercado. E daí em diante (até 1908, quando o mercado foi demolido para a construção de um novo nas suas proximidades), elas não mais se fechariam.



PARTE 3: O RECÔNCAVO DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS E OUTROS ESPAÇOS COLONIAIS

O RECÔNCAVO COLONIAL E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA REGIONAL NO SÉCULO XVIII

Adriano Bittencourt Andrade

Nas últimas décadas houve uma significativa ampliação dos estudos historiográficos de base documental. Isso se deu como decorrência da maior acessibilidade aos fundos de arquivos anteriormente restritos, notadamente os portugueses, bem como da expansão de cursos de pós-graduação e consolidação de áreas específicas como a Geografia Histórica (tanto nas abordagens urbanas como regionais). Esse fato possibilita um olhar mais amplo sobre as configurações espaciais pretéritas, o desvelar de eventos até então obscuros ou omitidos na historiografia oficial e, distanciando-se de um entendimento cronológico linear da história, o conhecer acerca de dinâmicas socioespaciais passadas.

Este escrito, sustentado na Geografia Histórica, segue essa perspectiva e tem o espaço social como objeto de estudo. Busca-se essencialmente a configuração territorial de processos vividos em outros tempos históricos. Amplia-se assim o coro coetâneo de dar clareza a fenômenos passados a partir da busca do entendimento de dinâmicas espaciais pretéritas à luz de documentação primária.

Sabe-se, todavia, que desenvolver estudos sobre a história das cidades, significa, como em toda pesquisa histórica, correr riscos ao fazer opções em relação aos conceitos e metodologias adotadas:

1) O primeiro, refere-se ao desafio de se apoiar em estudos já consolidados que revelam um fato histórico tomado como verdadeiro e assumido tal qual o escrito reproduz, o que induz a pensar que livros e outros documentos históricos contêm a verdade vivida e não a interpretação, por vezes fantasiosa, de quem os escreveu ou, para ser mais exato, de quem desejou o feito escrito.

2) O segundo problema refere-se ao uso anacrônico de conceitos, termos e categorias de análise desconsiderando as variáveis têmporo-espaciais decisivas na origem daquele constructo.

3) O terceiro risco diz respeito à aplicação de ideias e palavras consolidadas pelo uso habitual, mas que possuem um significado próprio e expressam categorias de análise.

O enfrentamento desses desafios estimula o texto que segue, onde, brevemente, caracteriza-se o Recôncavo baiano setecentista e procura-se, à luz das fontes primárias, iluminar as variáveis territoriais que indicam a existência de uma rede urbana regional bem articulada interna e externamente, relativamente àquele tempo e espaço.

O que é o Recôncavo baiano?

Certamente é muito fácil delimitar onde “começa” a região, visto que o Recôncavo é tratado nos documentos históricos e no senso comum como o fundo da Baía de Todos os Santos, portanto, todo o entorno da baía é Recôncavo baiano. Entretanto, demarcar o seu traçado espacial significa mapear a sua fronteira terrestre e, nesse sentido, identificar onde “acaba” a região. Aí já não é tão simples e essa complexa questão acompanha diversos pesquisadores. Não é a toa que variadas fontes – IBGE, Governo

do Estado da Bahia¹, Milton Santos², por exemplo – apresentam uma diversidade de “desenhos” do Recôncavo baiano.

Demarcar o Recôncavo colonial é ainda mais arriscado, visto que se tratava de uma região bastante heterogênea no tocante ao povoamento e uso predominante. O litoral da Baía de Todos os Santos, tomado pela cidade de Salvador, de um lado, e, do outro, pelas cinco vilas criadas até o final do período colonial (ver Figura 1), era, relativamente àquele tempo, bem povoado e ocupado por diversos outros níveis de ajuntamento, como as fazendas, sedes de freguesias, pousos de tropeiros e portos fluviais. Todavia, à medida que se distanciava em direção a oeste, o povoamento era mais disperso, ficando restrito às concentrações de pessoas junto aos caminhos que levavam a outras regiões coloniais (mormente às minas), desbravando assim os ermos sertões. Desta forma, os imensos termos das vilas (território pertencente às Câmaras, domínio municipal) que circundavam a baía chegavam até a atual Chapada Diamantina.

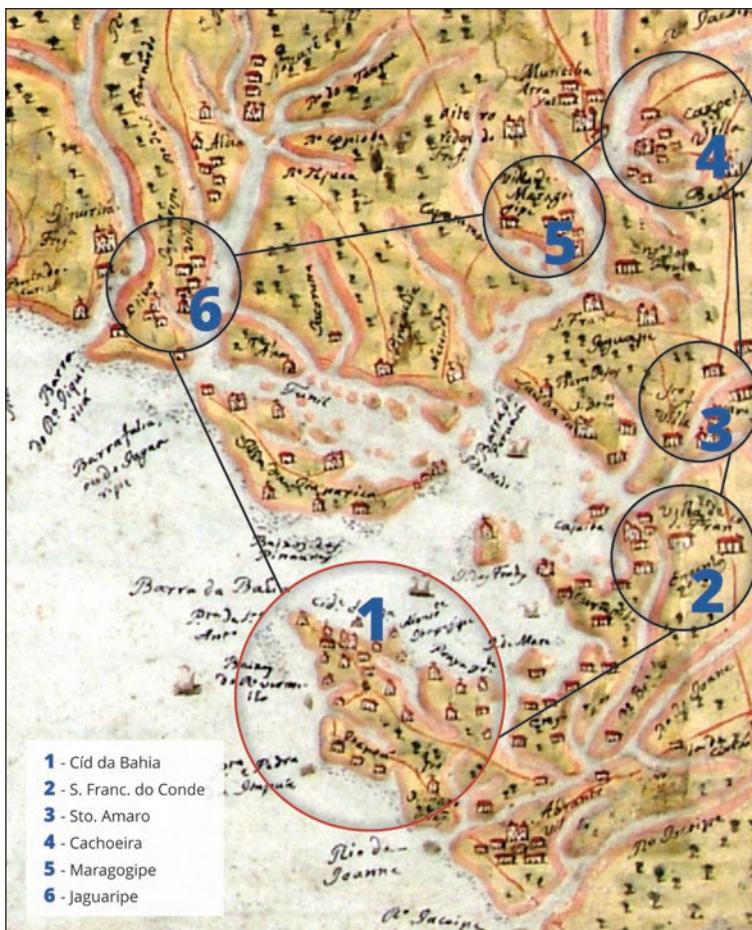
A diversidade de usos do território do Recôncavo também era marcante, negando assim a hipótese de um Recôncavo baiano como uma região homogênea, segundo esse critério. Havia uma predominância da extração da mandioca e seus derivados, ao sul (Recôncavo mandioqueiro); nas bordas da baía, mormente ao norte da região, plantava-se abundantemente a cana-de-açúcar (Recôncavo canavieiro) e, ao centro, nas terras dos tabuleiros, prevalecia a lavoura do tabaco (Recôncavo fumageiro), além de uma miríade de outras atividades que aconteciam concomitantemente.

Apesar da dificuldade destacada, para demarcar precisamente o Recôncavo baiano há um consenso sobre sua importância para a

¹ Disponível em: http://www.portalprodeb.ba.gov.br/prodeb2/redegov/mapa_redegov12.asp. Acesso em: 4-jun-15.

² SANTOS, Milton. *A Rede Urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia e Universidade Federal da Bahia, 1960.

Figura 1 – Recôncavo baiano em meados do século XVIII



Fonte: Adaptado de [círculos, números e legenda] *Mapa que mostra a ponta de Stº Antônio da cidade da Bahia, thé o Rio...* Em Relevo, 1758. Real Biblioteca da Ajuda (RBA), Cart. Ms. nº 391.

formação do território da Bahia e mesmo para o Brasil Colonial. Pelo Recôncavo setecentista passavam e eram produzidas as riquezas do interior da colônia, que eram exportadas pelo porto de Salvador para o restante do imenso domínio colonial português. Daí a necessidade de entender um pouco melhor

essa região, identificando as suas articulações internas e vínculos com outras áreas coloniais ao longo do século XVIII.

O Recôncavo, no século XVIII, vivia uma fase de consolidação da riqueza produzida pelas lavouras canavieiras e tabageiras, além de se constituir numa importante hinterlândia fornecedora de produtos para Salvador e para as embarcações que aportavam no porto da capital colonial. Não obstante esse destacado papel produtivo, essa área do entorno da baía recebia produtos do reino, dos sertões e já estabelecia os primeiros contatos com as minas ao oeste. Ou seja, além do povoamento, significativo para aquele momento histórico, havia uma intensa ocupação e uso daquele território e essa importância regional não passou despercebida pelas esferas da administração da empresa colonial portuguesa. Havia a necessidade premente de estender os tentáculos formais da Coroa ao Recôncavo (a Igreja e os agentes privados já haviam feito) e a decisão foi tomada e executada com a ereção estratégica das cinco vilas distribuídas no interior da baía em pontos criteriosamente posicionados junto a leitos hídricos, nos seus limites navegáveis (onde os caminhos do mar e dos rios se encontravam com os terrestres).

É exatamente esse fato político-administrativo (a criação de vilas) que ocupa as análises que seguem neste artigo. O fato formal em si mesmo já daria um trabalho de fôlego, considerando que o ritual de criação seguia um amplo processo burocrático e hierárquico que envolvia interesses dos moradores locais e diversos agentes da Coroa, a exemplo do Ouvidor, Governador-geral, Conselho Ultramarino e, em última escala, o Rei de Portugal (cabe lembrar que essas terras do Recôncavo, sensíveis aos interesses da Coroa, possuíam donatária real, ou seja, já haviam sido “resgatadas”/compradas dos antigos donatários). Entretanto, o que se discute a seguir são as estratégias e repercussões espaciais da criação das vilas, e como a nascença do urbano alterava material e simbolicamente aqueles parcos povoados,

determinando uma nova dinâmica territorial a partir da criação de outras centralidades de ordem jurídica, política, administrativa, religiosa e comercial.

O urbano no Recôncavo setecentista

O risco da anacronia está sempre presente nos estudos de eventos que se deram no passado. O uso de terminologias e/ou conceitos muito claros para a atualidade podem ter significado ou sentido diferente quando aplicados em outros tempos e espaços. O estudo sobre a história do urbano e das cidades é um destes temas que recorrentemente oferece esta “armadilha”, daí ser um pressuposto fundamental para a aplicação do conceito de “urbano” em tempos mais recuados não confundir ou utilizar os mesmos critérios de hoje para definir uma dinâmica vivida outrora.

Um caso exemplar é o do Recôncavo baiano no século XVIII. Ainda que as vilas da região tivessem uma significativa densidade demográfica e presença material de um domínio técnico, especialmente na arquitetura, essas noções são relativas àquele tempo e espaço. Essas referenciadas vilas e mesmo cidades, como a de Salvador (capital colonial até 1763), eram ocupações espacialmente muito pequenas e com população nunca superior a 35 mil habitantes, incluindo negros escravizados que normalmente formavam maioria da população urbana. Essa parca povoação, para o número de hoje com cidades que habitualmente passam os milhares de habitantes em vastas regiões conurbadas, eram, relativas àquele tempo e espaço, as mais significativas densidades demográficas só rivalizadas com alguns engenhos, com, no máximo, 200 pessoas. Mais que isso, essas formações urbanas eram a sede do poder administrativo e político da Coroa na Colônia, ainda que por vezes as decisões passassem por outros agentes econômicos, como os senhores de engenhos, mineradores, traficantes e mercadores, eram

nessas pequenas nucleações urbanas que as decisões eram formalmente tomadas.

Cidades, vilas, povoações, pousos, lugares, aldeias, arraiais diziam respeito a concentrações demográficas peculiares e características do Brasil colonial, entretanto, apenas as cidades e vilas possuíam sede do poder administrativo e político. Essas terminologias que significavam diferentes realidades abundavam no espaço do Brasil e, especificamente, do Recôncavo baiano setecentista, revelando assim a complexidade na aplicação do urbano e na estruturação de incipientes e frágeis redes.

Considerando essas ressalvas, como esclarecimento metodológico, fez-se, neste texto, a opção pelo entendimento de urbano como vilas e cidades por motivos abaixo perfilados:

- 1) Eram unidades formalmente estabelecidas com data e termo de fundação, instituídas politicamente com um território legal por onde se distendia o seu poder;
- 2) Possuíam um corpo permanente especialmente a partir do ato de instalação formado por funcionários públicos, fidalgos e seu séquito, população anterior, ainda que se considere, especialmente para o caso do Recôncavo baiano, uma maior população rural de lavradores e roceiros, além dos senhores de engenhos que, via regra, tinham segunda residência no urbano. Mesmo assim, eram nas vilas que estavam as maiores densidades demográficas regionais;
- 3) As novas vilas, normalmente, eram fundadas em núcleos já povoados e que exerciam algum tipo de atração demográfica (centros de produção agrícola, mineiro, pousos de caminhos, feiras, etc.) ou interesse estratégico da Coroa (áreas fronteiriças);
- 4) As vilas ou cidades passavam a ser centros de decisões que alcançavam vasto território, exigindo deslocamento e exercendo centralidade política;

5) Estabeleciam-se nessas nucleações centralidades diversas, algumas pré-existentes, outras fundadas com a elevação política, como: de serviços (feiras livres, comércio fixo, portuários, armazéns, pousos), eclesiástico (como sede de uma ou mais freguesias, regularmente da padroeira da vila, atraíam população do entorno para procissões, missas e outras festividades religiosas), além das jurídico e administrativa com regulação sobre todo o termo.

Outras povoações possuíam, às vezes de forma mais evidente, algumas dessas características, a exemplo dos Julgados, tribunais com poder de decisão judiciária deslocado da vila para freguesias, porém dentro de um termo; e as freguesias, territórios eclesiásticos com centralidade religiosa, porém sem autonomia político-administrativa-judiciária. Outras povoações possuíam grande centralidade econômica antes mesmo de serem erguidas a vila, como no caso do Recôncavo baiano os exemplos de Nazaré das Farinhas (termo de Jaguaripe, com maior movimentação de pessoas e circulação de mercadoria que a sede da vila por conta da posição no último trecho navegável do rio Jaguaripe e produção de farinha do seu entorno) e Santo Amaro, que era uma povoação do termo de São Francisco do Conde antes da elevação. Todas essas, entretanto, guardavam uma ou algumas das características do dito “urbano”, mas nunca todas.

O nascimento do urbano: o caso da vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira

No contexto do espaço colonial português, notadamente em relação ao Brasil, vivia-se ao final dos Seiscentos um período de relativa paz mundial. O processo de pacificação já tinha sido conseguido com os holandeses e franceses, permanecendo litígios fronteiriços (sul e oeste) com espanhóis que iriam recrudescer ao longo da primeira metade da centúria seguinte. No entanto, para as áreas litorâneas ocupadas há mais de um século, os conflitos

externos praticamente já não aconteciam e internamente o gentio era controlado em sucessivas faixas de interiorização que se adensavam mais ou menos a depender da região.

Aliado a esse progressivo “controle” dos conflitos, vivia-se um momento de ascensão da lavoura canavieira que, junto com outras produções (tabaco, algodão, derivados da pecuária bovina, etc.), davam sustentação econômica ao litoral ocupado. Coadunando com esse momento de grande interesse da Coroa pelas terras brasileiras, descobrem-se ao final do século XVII os primeiros indícios de jazidas mineralógicas no centro do território, o que iria marcar, no século seguinte, um processo de enriquecimento material das formações urbanas ligadas direta ou indiretamente ao “ciclo do ouro”.

A descoberta das minas criava um fato novo na organização do território colonial, uma vez que funcionava como um vetor de atração populacional, em alguns casos, esvaziando demograficamente as áreas tradicionalmente ocupadas, e demandava serviços e materiais produzidos externamente.

Nesse momento histórico, diversos caminhos terrestres tinham sido traçados ligando com tênues fluxos as áreas de maior interesse do território colonial. Ressalva-se que as estradas que vetorizavam a cidade de Salvador tinham passagem obrigatória pelo Recôncavo baiano, como no caso de Cachoeira que era porto de chegada e saída de tropas para os sertões e minas. Isso revela o exercício de uma centralidade que existia antes mesmo da ereção da vila e que se avolumou a partir da elevação política e do próprio contexto colonial.

O final do século XVII também marca um momento de mudança da estratégia de colonização do território. Houve uma orientação para a elevação de vilas nas áreas ocupadas de modo a formalizar o poder da Coroa e lançar mão de uma estrutura administrativa organizada hierarquicamente que possuía longo alcance espacial.

Em relação ao Recôncavo, houve rebatimento direto da orientação do rei ao governador-geral, em carta régia de 17 de

dezembro de 1693, para que procurasse criar “regimentos por ‘q se governem, assim no político e civil, como na administração da justiça, p.a que por este meyo se evitem as dezordens ‘q costumão succeder naquelles certoes”³. Ao final dos Seiscentos, foram elevadas as vilas de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe (1697), Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira (1698) e São Francisco de Sergipe do Conde (também em 1698). Logo no início dos Setecentos, também apoiado na mesma carta régia, o governador-geral determinou a ereção de mais duas vilas: São Bartholomeu de Maragogipe (1724) e Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro (1727).

O evento da elevação das vilas acontecia no contexto de um Recôncavo baiano já relativamente ocupado, especialmente no entorno da baía e na direção dos maiores rios que ali deságuam. Schwartz⁴ afirma que na transição dos Seiscentos para os Setecentos havia 130 engenhos de açúcar na região e cerca de 2 mil lavradores de tabaco no entorno de Cachoeira.

Os registros de conflitos com gentio ou bárbaros são escassos para a região nesse momento histórico, diferentemente do que ocorria em direção aos caminhos dos sertões e minas.

Vários entrepostos comerciais interiores, notadamente onde se erigiram vilas, já estavam relativamente consolidados com estabelecimento de armazéns, portos e trapiches para escoar e receber mercadorias da região e do reino.

Além disso, a Igreja já possuía limites territoriais definidos no recorte das freguesias, especialmente nas áreas mais ocupadas. No início do século XVIII, por exemplo, o termo da vila de Cachoeira incluía as freguesias de Nossa Senhora do Rosário, São Pedro da Muritiba, Nossa Senhora do Desterro no Outeiro Redondo, São

³ Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), Baía – Avulsos, *Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V....* documento 2765, de 28.07.1727.

⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 85 [1.ed. 1985].

Gonçalo dos Campos, São José de Itapororocas, Sant'Anna do Camizão, Santiago do Iguape e Santo Estevão do Jacuípe⁵.

Antes da elevação a vila, o sítio do porto da Cachoeira já possuía ocupação orientada por três vetores. O primeiro, pelos engenhos que acompanhavam as margens do rio Paraguaçu. Estes se adensavam no lagamar do Iguape, área de tradicional plantio de cana-de-açúcar, e seguiam a montante do curso d'água onde era possível utilizar dos recursos hídricos para deslocamento, alimentação e como força motriz. As terras, no último trecho navegável do rio, foram ocupadas em sesmarias pelos Adornos. Inicialmente, por Gaspar Rodrigues Adorno, responsável pela pacificação da área e controle do gentio.

O segundo vetor de ocupação daquele sítio foi a sua função portuária fluvial. Já na segunda metade do século XVII, o porto de Cachoeira constituía-se em parada final dos caminhos hídricos e primeiro pouso para os caminhos terrestres que se aventuravam para os sertões. Além disso, avolumava-se a produção de tabaco nos campos de tabuleiros daquele entorno que possuíam o seu escoadouro principal no porto de Cachoeira. Logo após a ereção da vila, há um registro em carta régia⁶ para os oficiais da Câmara “porem renda p. o mesmo Conselho pezo Real no armazem do porto daquella Villa adonde se recolhem todos os rollos de tabaco ‘q della e seu termo vem embarcarse pá essa cidade”. Schwartz⁷ escreveu sobre essa centralidade, informando que “em 1697 havia em Cachoeira quatro armazéns para guardar os rolos de fumo, que eram depois transportados em barcos pequenos através da baía até o cais de Salvador”.

⁵ Cf. LIVRO DE REGISTRO DAS FREGUESIAS, 1877; e Mappa de todas as Freguezias que pertencem ao Arcebispado da Bahia e sujeitos os seus habitantes no temporal ao governo da mesma Bahia, com a distincção das comarcas e villas a que pertencem, com o numero de fogos e almas, para se saber a gente que se pôde tirar de cada uma dellas para o serviço de S.M., sem oppressão dos povos. AHU, Coleção Castro e Almeida, documento 8750, de 09.01.1775.

⁶ AHU, *Cartas da Bahia*, Códices Referentes ao Brasil, código 246 (1695-1714), documento de 17.11.1698, p. 78v.

⁷ SCHWARTZ, *op. cit.*, p.85.

O terceiro era o papel de centralidade religiosa. Aquele sítio fazia parte da Freguesia de São Thiago do Iguape, existente desde 1608, a jusante do rio Paraguaçu (o que demonstra as sucessivas faixas de ocupação da região a partir da Baía de Todos os Santos e seguindo os veios fluviais). A Capela da Ajuda, substituindo a antiga ermida do engenho dos Adornos, foi construída em 1687 e a freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira foi criada em 1696⁸. A elevação se deu pela percepção da administração eclesiástica de que aquele lugar possuía um povoamento significativo e exercia centralidade que condizia com a presença efetiva de uma matriz e um pároco para controle dos fregueses.

Esses três vetores de ocupação e povoamento do sítio da Cachoeira revelavam funções e exercícios de centralidade que preexistiam ao fato político de elevação da sede de freguesia a vila. Eles perduraram nos Setecentos e se adensaram, aliando-se às outras centralidades desenvolvidas, como política, jurídica e de serviços urbanos.

O ato de ereção da vila de Cachoeira deu-se no mês de janeiro de 1698. Antes disso, no entanto, numa demonstração dos jogos de poder da época e do papel que uma nova vila exercia na arrecadação de recursos, os oficiais da Câmara de Salvador escreveram ao rei protestando sobre a criação de novas vilas no Recôncavo e argumentando sobre os danos à cidade pela "m.t pequena distancia e porto dessa cidade devendo ser ao menos vinte, ou trinta legoas". O protesto foi repudiado⁹ com o exemplo de Lisboa que possuía no seu entorno diversas outras formações urbanas e nem por isso perdia os seus privilégios nem sua centralidade. Logo após, em dezembro de 1697, efetivou-se o processo de elevação das três primeiras vilas do Recôncavo.

⁸ LIVRO DE REGISTRO DAS FREGUESIAS, 1877.

⁹ Cf. AHU, *Cartas da Bahia*, Códices Referentes ao Brasil, código 246 (1686-1715), documento de 23.11.1697, p. 52.

Há uma série de registros documentais que tratam de eventos ocorridos na recém-criada vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Essas fontes primárias revelam relações sociais de claro rebatimento na dinâmica produção do espaço urbano-regional, a exemplo da resposta do rei de Portugal a carta de 1699 “aserca da terça dos bens dos Conselhos das três villas creadas de novo no Recôncavo lhe deverem pertenças [...] ajuste feito com esse Senado, sobre o sustento da Infantaria”¹⁰. O monarca estabelece provisão, determinando que o tesoureiro de Salvador cobre das Câmaras as terças para a sustentação das ordenanças de infantaria, excetuando os gastos com os açouques. Três pistas aparecem nessa documentação: primeiro, os custos assumidos pela nova vila que necessitava arrecadar recursos com os moradores do termo; segundo, a presença do corpo militar regular já dá um indício do adensamento demográfico da localidade; terceiro, a preocupação com o açougue revela a importância da circulação, abatimento e comércio de víveres para compor da base alimentar das pessoas daquela localidade.

Em 17 de novembro de 1698, o rei responde, de Lisboa, a um pedido de concessão de privilégios e isenções feito em 25 de junho do mesmo ano pelos oficiais da Câmara da vila de Cachoeira¹¹. Na resposta, o atendimento ao pleito é dado por conta da manutenção das rendas da vila e por ser a “de mais visibilidade a meu serviço, e de mayor comercio do ‘q as mais ‘q se ocoegirão”. Essa troca de informações, além de revelar uma relação hierárquica relativamente fluida para aquele tempo técnico, também demonstra o exercício da Câmara de Cachoeira recém-empossada (janeiro de 1698) e a argumentação pautada

¹⁰ *Provisão régia dirigida ao Conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Meneses, vice-rei e capitão geral do Brasil sobre o pagamento das terças*. Arquivo do Exército Português. Documentos do Brasil (Séc. XVIII – XIX). 16.12.1730.

¹¹ Cf. AHU, *Cartas da Bahia*, Códices Referentes ao Brasil, código 246 (1695-1714), 17.11.1698.

na centralidade exercida por aquela formação urbana na rede que se estruturava e que tinha ali o principal nó interior.

Dentre os primeiros pleitos da Câmara de Cachoeira estão os pedidos de isenções das responsabilidades de arrecadação e repasse de recursos (Terços) à Coroa nos primeiros meses em que aquela vila foi erguida, considerando que “o provedor da Comarca leve em conta todo o dispendio e propinas que cecostumão fazer em as procissões Reaes”¹². Esse documento tanto revela o papel do agente Igreja na composição daquela formação urbana, como remete à centralidade religiosa coadunada com a político-administrativa que atraía fluxos regionais para aquele nó da rede.

Nos anos seguintes à ereção da vila, diversos foram os documentos encaminhados ao rei, via Conselho Ultramarino, dando conta da formação do quadro de funcionários da Coroa alocados em Cachoeira. Essas fontes dão indícios da composição societária daquele ajuntamento demográfico, além de revelar o interesse de fidalgos em assumir funções públicas numa vila ainda pouco povoada no interior da colônia. Acredita-se que além de proporcionar uma colocação social no pequeno grupo local e regional, também significava obter renda regular no exercício das poucas atividades urbanas remuneradas numa sociedade escravocrata.

O Recôncavo e a formação da rede urbana

Enfrentando os já mencionados riscos de anacronia, é possível afirmar que, especialmente ao final do século XVIII, constituiu-se ali uma rede urbana regional com conexões com outros espaços

¹² *Carta dos oficiais da Câmara da Cachoeira para S. Magde, pedindo que o provedor da Comarca lhes leve em conta a despesa que tiveram nas festas e procissões reais, e propinas que costumam levar.* AHU, Baía, Fundo Luiza da Fonseca, documentos 4149-4150. Lisboa/Portugal, 25.06.1698.

coloniais e fluxos variados na sua tipologia e intensidade. É possível visualizar os caminhos e nós dessa rede na cartografia histórica.

Esses nós eram formados não apenas por uma unidade urbana, mas por nodalidades que combinavam centros urbanos (cidade e vilas) e povoamentos do entorno. Assim, cinco “conjuntos” compunham a rede: (1) Salvador, Recôncavo oriental, litoral Atlântico norte e Itaparica; (2) Cachoeira, São Félix, Muritiba e Belém; (3) Maragogipe e Iguape; (4) Jaguaripe, Aldeia e Nazaré das Farinhas; (5) São Francisco do Conde e Santo Amaro, além dos caminhos que articulavam esses centros com espaços suprarregionais (outras províncias litorâneas, sertões e minas).

Em linhas gerais, a rede urbana do Recôncavo baiano ao final do século XVIII, possuía três orientações de fluxos: os que circulavam internamente por meio de comerciantes, mascates, roceiros, etc.; os que estavam relacionados ao comércio marítimo do império português (tanto de saída – cana-de-açúcar, tabaco, mandioca – como os de entrada – os genéricos produtos do reino); e os fluxos derivados das trocas com outras regiões do Brasil, notadamente as minas (abastecimento, negros e metais) e sertões (gado e especiarias).

Esses produtos circulavam internamente e davam uma dinâmica à região do entorno da baía que a articulava com outros espaços do Brasil e do mundo. Os fluxos dessa rede regional não eram homogêneos; os principais movimentos se davam em direção à cabeça de ponte: a cidade de Salvador e dali para Europa, África e Ásia. Escoava-se a produção interna pelos canais fluviomarítimos (ligações entre o emaranhado de rios que deságuam na Baía de Todos os Santos e o Atlântico) que chegavam à ponta da península de Salvador, encontrando a sua alfândega e porto.

Os fluxos secundários se davam prioritariamente entre as vilas, por vias terrestres e hídricas. Os mercados e feiras livres podem ter sido um dos geradores de centralidades periódicas nas vilas

da região e catalisadores de fluxos entre elas. Outras trocas ligadas à subsistência, abastecimento de madeiras e mesmo de pessoas (militares, mercadores, comerciantes e religiosos) também circulavam por esses caminhos.

Os fluxos terciários eram pulverizados, pois se davam entre as vilas e as diversas sedes de freguesias, engenhos e pousos próximos. Essas conexões, entretanto, não eram necessariamente hierárquicas, visto que alguns engenhos possuíam trapiches próprios que os ligavam diretamente a Salvador.

Além desses fluxos que circulavam internamente, havia uma clara conexão da região com outros espaços do Brasil colonial.

Considerações finais

Fica evidente, à luz da cartografia e da análise da documentação histórica, que a elevação do antigo povoado do porto da Cachoeira à vila transformou o espaço daquela localidade, tanto materialmente, organizando a ocupação e atraindo novos agentes para o povoamento, como simbolicamente, visto que passava a exercer novas centralidades decorrentes do papel assumido em relação ao espaço regional. Deve-se ter, entretanto, a clareza de que, no início dos Setecentos, não obstante todos os comentários sobre a importância daquele entreposto comercial que adquirira novo *status* político-administrativo, a vila de Cachoeira, concretamente, era um conjunto com poucas dezenas de edificações, em parte com grande precariedade, e que de fato se constituía num pequeno ajuntamento de pessoas pontualmente localizado no imenso termo que, a partir da ereção em vila, estava a sua mercê.

É inevitável retomar a discussão sobre as repercuções da urbanização portuguesa na vila estudada. Como um estímulo à continuidade do debate e observando apenas a orientação da matriz, a posição da Casa da Câmara, a existência de uma praça

central e a regularidade do traçado, é possível afirmar que em Cachoeira e nas demais vilas do Recôncavo esses elementos balizadores se repetem. Por outro lado, há que se relativizar este fato, visto que há um hiato entre o desejo centralizador (Coroa ou Igreja) e a realidade da construção quotidiana. Assim, no desenho dos centros das vilas, percebe-se muito mais uma heterogeneidade na distribuição e orientação dos elementos constituintes que a pretensa uniformidade da praça central ladeada pela Casa da Câmara e igreja Matriz.

No contexto da região, é possível afirmar que, especialmente ao final do século XVIII, quando o fenômeno urbano era mais evidente na região e as vilas já possuíam relativa densidade demográfica ampliando a sua área de influência, a rede urbana se mostrava num padrão bem definido que, prioritariamente, possuía o desenho arboreal, mas que se articulava nas suas pontas (os nós interiores) por meio de caminhos/fluxos regionais internos.

Esse inefável tema sugere essa e outras brechas à pesquisa, especialmente ao se lançar um olhar comparativo entre as diferentes regiões do Brasil colonial. Esse é o enorme desafio que estimula a continuidade dos estudos.

NOTAS SOBRE AS FRONTEIRAS DO SERTÃO BAIANO ENTRE 1650 E 1750

Márcio Santos

Num dos capítulos mais densos de *Formação do Brasil contemporâneo*, intitulado “Povoamento interior”, Caio Prado Júnior delimita o que denominou sertão baiano¹. Para o autor, esse espaço compreenderia, desde o início do século XVIII, o atual território do estado da Bahia, aí incluída a banda ocidental do São Francisco, então parte da capitania de Pernambuco, mais o Piauí e uma faixa do território maranhense denominada Pastos Bons.

Alguns ajustes geográficos e cronológicos podem ser feitos a essa delimitação espaço-temporal. Considerando-se que histórica e administrativamente o sertão baiano chegou a abranger regiões ao sul do limite meridional do atual estado da Bahia, será acrescentado ao espaço estudado as áreas entre esse limite e a barra do rio das Velhas, hoje em território mineiro. Por outro lado, exclui-se o território dos Pastos Bons, que, por ter sido parte do então Estado do Maranhão, administrativamente separado do Estado do Brasil, teve uma trajetória histórica diferenciada em relação às demais áreas sertanejas. Exclui-se ainda a zona costeira, que se pode convencionar, a partir de um alvará de 1701, ter constituído uma faixa de dez léguas de largura ao longo do litoral², bem como os espaços da metade oeste da Bahia, além

¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

² Alvará régio suscitando a observância da lei de 15 de fevereiro de 1688 obrigando os habitantes da Capitania da Bahia à plantação de mandioca, 27/02/1701. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. XXXI, p. 90-91, 1909. Esse alvará estendia a área de abrangência de uma lei régia de 1688, proibindo que, numa faixa de 10

do Vale do São Francisco. Com algumas exceções, a ocupação luso-brasileira não foi especialmente significativa na parte ocidental da Bahia, administrativamente pernambucana. Por fim, será considerado como “Piauí” o atual centro-sul do estado, que recebeu as primeiras incursões ocupadoras luso-brasileiras.

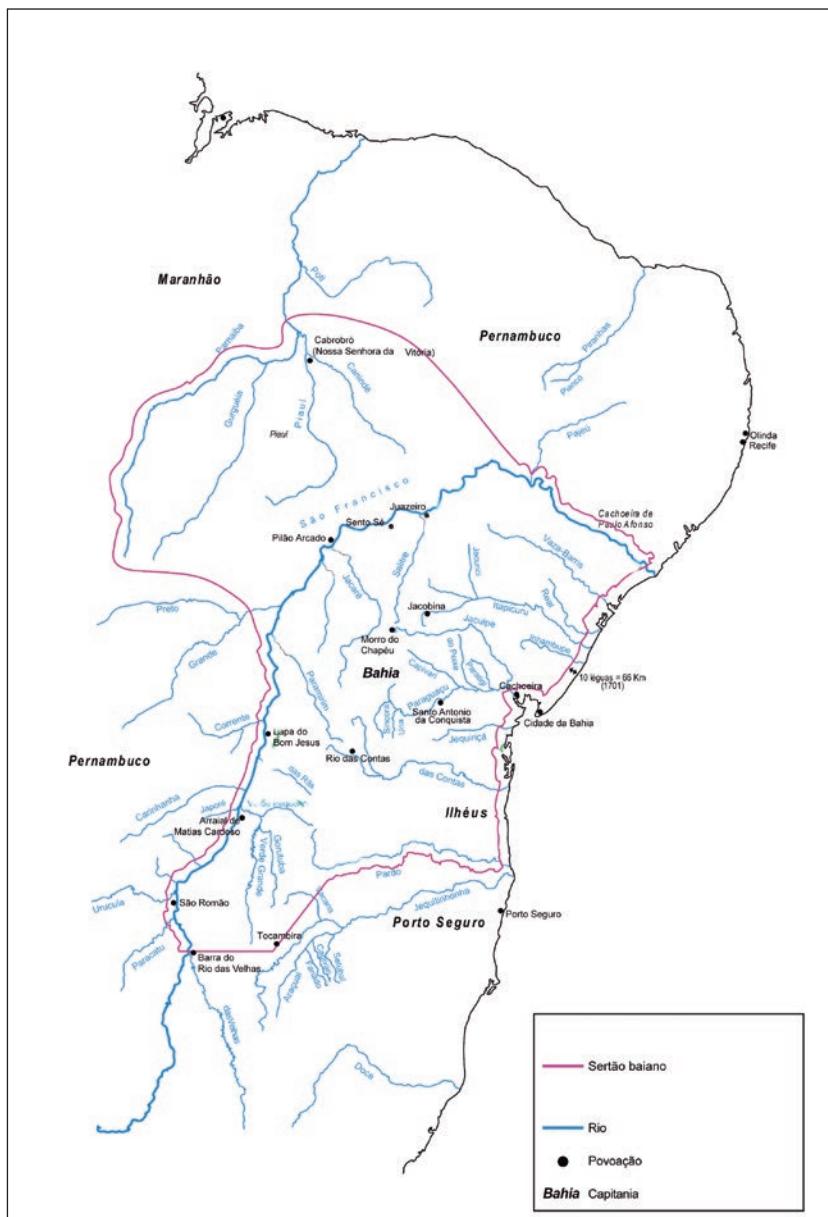
O ajuste cronológico, por sua vez, permite recuar o marco temporal de Caio Prado até o meado do século XVII. Com efeito, já na década de 50 desse século são distribuídas as primeiras sesmarias no sertão baiano. São ainda superfícies de dimensões continentais, doadas a potentados e autoridades importantes como o capitão Garcia de Ávila, Francisco Dias Ávila, Bernardo Vieira Ravasco e o padre Antonio Pereira. À medida que se avança na segunda metade do Seiscentos, novas doações se destacam, entre elas a de 1663, por meio da qual o potentado Antonio Guedes de Brito e o secretário do Estado do Brasil Bernardo Vieira Ravasco recebem uma área que hoje corresponderia a aproximadamente 7% do estado da Bahia; e a de 1684, quando o mesmo Guedes de Brito é aquinhoadado com uma sesmaria que abrangeia toda a metade oriental do sertão baiano, perfazendo 160 léguas de terra entre o Morro do Chapéu e a nascente do rio das Velhas³. Em razão do avanço luso-brasileiro sobre esses espaços, já na década de 70 do século XVII há referências documentais ao conjunto como “sertão da Bahia”⁴.

légulas a partir da linha costeira, se tivesse gado de criar. A proibição visava garantir a existência de terras para o plantio de mandioca, tendo em vista a carência de farinha no Recôncavo. De certa forma, essa norma legal delimitava a área de expansão da pecuária e separava, portanto, o sertão baiano criatório da costa marítima açucareira.

³ A delimitação da sesmaria de 1684 é polêmica. Para um resumo da questão, ver SANTOS, Márcio. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. No prelo. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09072010-133900/pt-br.php>>. Acesso em: 10-set-15. Referências documentais a essas primeiras sesmarias do sertão baiano podem ser encontradas no mesmo texto.

⁴ *Por resolução de S.A. de 12 de Abril e.g. de maio de 674. Consultas do Conselho Ultramarino de 16 de outubro de 673; e 4 de maio do mesmo ano*, 19/05/1674. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Portarias do Reino, Livro 7, f. 92-92v.

Figura 1 - Sertão baiano, entre 1650 e 1750



Entre o meado do Seiscentos e o meado do século seguinte, esse espaço conheceu um variegado processo de conquista e ocupação luso-brasileira. Incursões de exploração espacial são registradas antes do primeiro marco temporal e, sem dúvida, o processo desbordou para muito além do segundo marco, mas concentram-se entre 1650 e 1750, com especial ênfase entre 1670 e 1730, os movimentos mais significativos de aposseamento luso-brasileiro de espaços do sertão baiano.

Esse foi o objeto de estudo da tese de doutorado em História Social defendida na Universidade de São Paulo em 2010. O enorme espaço interior que vai do norte das Minas Gerais ao centro-sul do Piauí, cruzando a hinterlândia baiana, foi ajustado para uma abordagem restrita denominada de zonas de fronteira do sertão baiano. A identificação dessas zonas partiu de dois critérios: (1) sob o enfoque territorial, a existência de uma situação de vulnerabilidade do domínio luso-brasileiro, com frequentes ameaças indígenas de retomada do território ou de esvaziamento da sua ocupação por pressão de outros fatores; (2) sob o enfoque econômico, a presença de atividades produtivas não ligadas diretamente ao mercado externo, de pequena escala e nível técnico incipiente. Esse segundo critério abrangeu as áreas criatórias de pequena escala, com emprego de baixo número de trabalhadores, bem como cultivos agrícolas modestos, voltados para mercados locais ou regionais, roças de subsistência e atividades extrativistas. E excluiu, como é óbvio, as áreas mineradoras e as de criação de gado de larga escala, com utilização intensiva de mão de obra.

O principal argumento é de que a conquista e ocupação das fronteiras do sertão baiano foram marcadas por reversões, lacunas e descontinuidades espaço-temporais. O processo não foi linear e tampouco contínuo. Áreas conquistadas e precariamente ocupadas por luso-brasileiros eram mantidas a ferro e fogo em meio a espaços onde se enxameavam os povos

tapuias que originalmente ocupavam a extensa região semiárida, que vai do norte de Minas ao centro-sul do Piauí. Os relatos de reconhecimento e imagens cartográficas do período são eloquentes ao apresentar, em torno e além dos enclaves luso-brasileiros de ocupação, o que os exploradores chamaram “sertão despovoado”, “sertão incógnito”, “sertão deserto” ou “interior do sertão”. Essas expressões coevas são etnocêntricas, pois omitem a presença indígena do outro lado da instável fronteira de ocupação: o sertão além da fronteira era despovoado ou deserto de luso-brasileiros, mas pontuado por núcleos de povos tapuias não sedentários extrativistas ou mesmo, nas margens e ilhas de grandes rios como o São Francisco, de povos tópicos semissedentários que praticavam a agricultura.

A descontinuidade da ocupação luso-brasileira do sertão baiano manteve os núcleos pioneiros sob constante pressão das áreas vizinhas não conquistadas. Além da ameaça da retomada indígena, esses enclaves tinham de conviver com as duras condições do meio: longas distâncias, estiagens, enchentes, doenças provocadas por águas malsãs, animais selvagens. O núcleo luso-brasileiro tentava resistir a essas ameaças por diversos meios. A intensificação do povoamento ajudava a preencher as áreas de ocupação, estabelecendo, no seu interior, uma relativa contiguidade entre as unidades luso-brasileiras. Essa tendência é mostrada em fontes como as cartas geográficas sertanistas ou os relatos de reconhecimento territorial, nas quais as fazendas de gado pioneiras aparecem alinhadas ao longo dos principais rios da região. Fora dessas áreas, contudo, volta-se ao “sertão despovoado”, ou seja, aos largos espaços de povoamento indígena onde os luso-brasileiros não conseguiram penetrar. É claro que, do ponto de vista dos antigos habitantes indígenas, era o núcleo luso-brasileiro a quebra da continuidade e, à medida que ele ganhava força, tornava-se evidente que a ameaça era mais grave do que os conflitos intertribais aos quais esses povos estavam habituados.

A descontinuidade e a irregularidade da ocupação permitem supor que a expansão da colonização portuguesa não seja um dado indiscutível. A ocupação luso-brasileira não é irreversível e pode recuar. Lidas por um ângulo inverso, as fontes documentais podem ser levadas a exprimir não mais somente a dinâmica manifesta de uma colonização que se expande, mas o movimento sutil de uma ocupação que perde terreno.

Essa condição de reversibilidade da colonização não resultou somente da descontinuidade territorial da ocupação. Do lado luso-brasileiro da fronteira movimentavam-se grupos e indivíduos com interesses e perspectivas particulares, e muitas vezes conflitantes entre si, do processo colonizador. Esses agentes sociais partiam de modelos civilizatórios distintos, tendo-se instalado, em alguns casos, uma situação de conflito aberto pelo controle dos territórios conquistados. Em outros casos, preferiu-se uma estratégia de alianças e acordos. A débil presença do Estado português nos sertões contribuiu para extremar essas diferenças e garantir aos grupos e potentados individuais uma condição de autonomia relativa que não desfrutavam nas regiões coloniais centrais. A colonização do sertão nordeste constituiu, entre a segunda metade do século XVII e a primeira do seguinte, um conjunto disforme de ações de grupos semiautônomos, carente de um “sentido” único e, portanto, destituído de qualquer conteúdo de “projeto”. O processo colonizador se deu de forma multidirecional, assumindo sentidos particulares, definidos pelos diferentes grupos que se envolveram na conquista e ocupação dos sertões. A definição particularizada do processo lastreou-se na polifonia de sentidos que marcou a territorialização luso-brasileira desses antigos espaços tapuias. Entender essas diferenças entre os grupos colonizadores é decisivo para a compreensão do processo de ocupação luso-brasileira dos sertões do nordeste da América portuguesa.

Esse argumento foi construído como tentativa de superação da convencional perspectiva do território contínuo, da dilatação de fronteiras e da expansão geográfica. Na primeira metade do século XX, duas ou três gerações de historiadores iniciaram o levantamento das fontes documentais da conquista dos sertões partindo da ideia de que o processo de ocupação avançara de forma contínua e linear rumo ao oeste da América portuguesa. A “marcha para o Oeste”, título de uma das obras do período⁵, teria significado um movimento contínuo e irreversível de expansão e aquisição territorial, por meio do qual se desenhara o contorno geográfico do Brasil contemporâneo. Estou convicto de que essa ideia dialogava com o argumento central que o historiador norte-americano Frederick Jackson Turner utilizara para explicar a colonização dos Estados Unidos: o de que a fronteira de colonização norte-americana avançara contínua e inexoravelmente rumo ao oeste, definindo atrás de si, a cada passo, territórios plenamente ocupados⁶. Para Turner, cada fronteira conquistada servia como guia e reserva de energia para o avanço seguinte, sempre garantido pela existência de terras livres a oeste. O esforço do historiador, bem-sucedido junto à consciência social do país, foi o de construir a epopeia da conquista do oeste, a partir daquele que o autor considerava o seu principal personagem: a fronteira. Dessa narrativa épica estavam excluídos os índios, os hispano-americanos e mesmo os negros, pois Turner considerava a escravidão um “incidente” na história norte-americana.

No Brasil, os primeiros historiadores da conquista dos sertões da América portuguesa percebiam o processo como a vitória

⁵ RICARDO, Cassiano. *Marcha para o oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1942.

⁶ TURNER, Frederick Jackson. The significance of the frontier in american history. In: _____. *The Frontier In American History*. New York: Henry Holt and Company, 1921. Disponível em: <<http://xroads.virginia.edu/~Hyper/TURNER/>>. Acesso em: 18-dez-2004 [edição digital da edição de 1921]. Publicado em português em KNAUSS, Paulo (Org.). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: Ed. UFF, 2004.

da civilização europeia sobre a barbárie indígena. “Barbaria” foi um termo comum nesses estudos históricos, com o qual os historiadores simplificavam a complexidade dos modos de vida indígenas sob uma designação que nada mais era do que uma repetição do padrão ignominioso dos documentos coloniais.

O que se propõe, portanto, é dar um passo adiante em relação às interpretações correntes na primeira metade do século XX para explicar o avanço da fronteira de ocupação luso-brasileira dos sertões. Mas, pode-se perguntar, que fronteira era essa?

Contemporaneamente tornou-se quase um lugar comum a ideia de fronteiras como lugares de trocas culturais e miscigenação. Se deixar de lado as fronteiras político-administrativas, mais frequentes como objeto de estudos geográficos⁷, as fronteiras dos historiadores são quase sempre espaços porosos de intercâmbio sociocultural entre diferentes grupos sociais, grupos étnicos ou povos. Não raro é enfatizada a mestiçagem, o que seria a expressão máxima do intercâmbio, por meio da qual grupos ou povos distintos não somente entram em contato entre si e realizam trocas, mas também se relacionam sexualmente, formando novas identidades étnicas.

A tentação, portanto, de partir da fronteira do intercâmbio era grande. Então, fez-se o óbvio: recorreu-se às fontes primárias. Dispunha-se de uma farta documentação sobre a conquista e ocupação do sertão baiano entre os séculos XVII e XVIII, a partir de pesquisas nos acervos de instituições como o Arquivo Nacional, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Arquivo da Casa de Cadaval. Desse trabalho resultara um acervo de 973 documentos que incluíam, entre outros, cartas régias, provisões, doações

⁷ Um exemplo notável da abordagem geográfica do problema da fronteira é NORDMAN, Daniel. *Frontières de France: de l'espace au territoire - XVIe – XIXe siècle*. Paris: Éditions Gallimard, 1998.

de sesmarias, cartas patentes, portarias, pareceres, mapas e esboços cartográficos.

A resposta das fontes documentais foi categórica. A conquista e ocupação do sertão baiano se dera muito mais como conflito e repulsão do que troca e intercâmbio entre conquistadores e conquistados. A fronteira formada tivera um conteúdo antes de tudo militar, considerando-se o termo no seu sentido lato, pois as forças da conquista quase nunca incluíram tropas regulares. A guerra aberta de dizimação ou escravização dos grupos indígenas tapuias fora a tônica do processo, e muito pouco de aproximação, troca e miscigenação marcara esses primeiros contatos entre luso-brasileiros e tapuias.

Razões históricas explicam essa tendência de formação de uma fronteira mais de repulsão do que de intercâmbio na conquista do sertão baiano. Os povos ameríndios que viviam nesse espaço eram majoritariamente não sedentários, sobrevivendo da caça, pesca e coleta de frutos silvestres. Habitações simples, armas leves e grande capacidade de deslocamento eram características desses grupos. Os ciclos de migração sazonal, cuja complexidade o antigo termo “nomadismo” não esgota, eram definidos pelas estações anuais, oferta de alimentos e guerras intertribais. As populações eram menos densas e muito menos concentradas do que, por comparação, os tupi da faixa costeira. Além disso, estavam separadas entre si por línguas diversas, que dificilmente se poderia reunir sob um tronco único, como no caso dos idiomas da matriz tupi.

Ao longo de milênios esses grupos vinham desenvolvendo modos de vida num meio árido e semiárido, cuja cobertura vegetal mais comum era de caatinga, abrigando também áreas de cerrado. Os primeiros grupos humanos já se encontravam nesse espaço a partir de 7 mil anos antes do tempo presente, organizando-se em assentamentos ao longo do médio e baixo São Francisco, instalados em grutas pouco profundas e em terraços próximos

do rio. Segundo a arqueóloga Gabriela Martin, essas populações formavam grupos pouco numerosos que viviam em bandos e se deslocavam, com grande mobilidade, percorrendo grandes extensões ao longo do rio sem afastar-se muito dele, pois era ali que encontravam seu alimento. Acampavam, temporariamente, perto do rio, onde preparavam seus instrumentos de pedra e de osso para caçar e pescar e se estabeleceram, também, nas margens de antigas lagoas, resíduos do vale arcaico⁸.

O contato desses povos milenares com o europeu, antes da conquista, limitou-se às expedições de apresamento que percorreram esses espaços desde o século XVI. A ausência de implantação de uma região econômica ampla e estável, como a do litoral açucareiro, manteve os habitantes indígenas desses espaços, pelo menos até o meado do Seiscentos, relativamente distantes das formas de contato mais estreitas que se desenvolviam na faixa litorânea. Essa tendência de baixo contato se acentuava ainda mais em razão do problema da língua. Enquanto os povos indígenas de regiões coloniais como São Paulo e a Amazônia foram contatados a partir da língua geral, ferramenta linguística híbrida cunhada pelos jesuítas para facilitar a comunicação entre luso-brasileiros e tupi, no sertão baiano os tapuias foram sempre considerados povos de língua travada, incompreensível para os conquistadores. Refratárias ao contato e resistentes à conquista armada dos seus espaços vitais, as dezenas de povos ameríndios que habitavam o semiárido foram reunidas, pelos conquistadores, sob a denominação uniformizadora de tapuias. Era esse o nome pelo qual os tupi costeiros tradicionalmente conheciam os seus inimigos do interior. Na língua tupi tapuia significava “o bárbaro”, “o contrário”, “o inimigo”, tratando-se, portanto, de uma definição por negação: para os tupi era tapuia o que não era tupi. Os conquistadores

⁸ MARTIN, Gabriela. O Homem do Vale do São Francisco. In: COMPANHIA Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. *O Rio São Francisco: a Natureza e o Homem*. Recife, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1998. s.p.

luso-brasileiros adotaram e disseminaram o vocábulo, apagando, talvez para sempre, as especificidades que distinguiam entre si os povos que habitavam o semiárido.

O longo período decorrido entre o início da conquista europeia do litoral e o início da conquista luso-brasileira do interior – um século e meio – foi outro fator determinante nas marcantes diferenças entre as formas de contato na área tupi e na área tapuia. O europeu que chegara à costa brasileira no início do século XVI trazia, a par do interesse econômico e militar, uma curiosidade típica do homem renascentista em relação aos naturais da terra. Textos quinhentistas como o de Gabriel Soares de Sousa são exemplares do esforço etnográfico de registrar os modos de vida das populações que habitavam a costa brasileira⁹. No sertão nordeste, por seu turno, processou-se, a partir do meado do século XVII, a limpeza étnica dos espaços indígenas para o avanço das fronteiras de ocupação luso-brasileiras, e muito pouca curiosidade deve ter marcado esse contato. A este respeito é significativo que nenhum cronista colonial tenha se dedicado a registrar os modos de vida dos povos tapuias do interior, como o fizera Soares de Sousa para os povos da costa baiana.

Potentados coloniais e regionais como Francisco Dias Ávila, Antonio Guedes de Brito, Domingos Afonso Sertão e Manuel Nunes Viana, bem como mercenários paulistas contratados pelas autoridades coloniais, como Estevão Ribeiro Baião Parente e Matias Cardoso de Almeida, lideraram, no sertão baiano, as numerosas expedições de conquista territorial e dizimação ou escravização de índios tapuias. A essas incursões se somaram expedições voltadas especificamente para a prospecção de minerais preciosos, como as que foram organizadas pelo baiano Pedro Barbosa Leal. Assim foram conquistadas zonas de fronteira

⁹ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987.

como o médio Paraguaçu, na década de 70 do Seiscentos; o Piauí, na mesma altura do século; e o trecho são-franciscano entre a foz do rio das Velhas e a foz do Carinhanha, na década de 80. Outros espaços fronteiriços, como o sertão entre as minas do Rio das Contas, os rios Pardo e Verde Grande e as cabeceiras do São Mateus, foram objeto de sucessivas e malsucedidas tentativas de conquista e ocupação.

O risco maior desses enclaves era a retomada indígena, um dos sinais mais contundentes do que se pode denominar reversibilidade da ocupação luso-brasileira dos sertões. Entre as manifestações dessa tendência extrema figuram a reocupação indígena de espaços conquistados por luso-brasileiros; o abandono de frentes de ocupação; a ocultação de áreas conquistadas, com a consequente frenagem do seu desenvolvimento histórico rumo à integração ao território colonial; os conflitos territoriais entre grupos ocupadores, que em alguns casos contribuíam para neutralizar a ação luso-brasileira nos novos espaços conquistados; e, por fim, a dificuldade da Coroa em impor a soberania lusitana sobre as áreas sertanejas.

No limite, se tem a desinstalação ou desterritorialização luso-brasileira dos espaços conquistados. Isso ocorreu no Piauí, onde a partir de 1712 instalou-se uma revolta indígena que levou ao despovoamento de 100 fazendas de gado ao longo de 100 léguas do sertão. E também no médio Paraguaçu, onde relatos da década de 20 do século XVIII dão conta do esvaziamento da ocupação luso-brasileira empreendida meio século antes por mercenários paulistas pagos pelas autoridades coloniais. Os exploradores que passaram por essa região em 1721 e 1727 viram quase completamente despovoado o principal enclave luso-brasileiro, representado pelo arraial de Santo Antônio da Conquista, ou Vila de João Amaro, assentada na década de 70 do século anterior paulista Estevão Ribeiro Baião Parente. No antigo arraial de Matias Cardoso, no trecho são-franciscano hoje pertencente ao norte

de Minas Gerais, foi estabelecida pelos conquistadores paulistas, entre o fim do século XVII e os primeiros anos do seguinte, uma igreja que era mais uma estrutura fortificada de defesa contra os ataques indígenas do que qualquer outra coisa¹⁰.

A representação da fronteira como lugar de repulsão entre conquistadores e conquistados percorre a documentação histórica. A ela se associam as representações correlatas de limite e de última povoação. Em 1672, o português Pedro Barbosa Leal, pai do sertanista baiano homônimo, recebia mercê por, entre outras razões, ter se destacado como capitão de uma companhia de ordenança no "limite da Cachoeira fronteira do gentio brabo"¹¹. Cachoeira, que nas décadas seguintes se destacaria como lugar de tráfego comercial e contato entre o Recôncavo e o interior da capitania, era então o posto avançado da ocupação luso-brasileira do rio Paraguaçu. Além da povoação, iniciava-se o espaço do inimigo.

Onze anos mais tarde outra fronteira interna era localizada na mesma região, desta vez no rio Jequiriçá. Esse, segundo duas cartas de sesmaria de 1683, era então o "lugar fronteiro aos bárbaros", que até o presente vinham infestando o Recôncavo Baiano. O gentio estava, como de costume, perigosamente "vizinho"¹².

A representação de última povoação é correlata e frequentemente utilizada. Na descrição que Domingos Afonso Sertão fez dos caminhos que percorriam o sertão baiano, de 1702, consta a informação de que, depois das povoações recém-instaladas no

¹⁰ Essa igreja se tornaria um dos ícones da ocupação paulista da região. Ver SANTOS, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

¹¹ [Portaria], 14 de dezembro de 1672. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Portarias do Reino, Livro 7, f. 10-10v.

¹² Registo de uma sesmaria de Pedro Garcia Pimentel de dez léguas de terra no Rio Jiquiriçá, 15/01/1683. Registo de uma sesmaria do Alcaide-mor desta Cidade Francisco Teles de Menezes, de dez léguas de terra, no Rio Jiquiriçá na Aldeia dos Maracás, 15/01/1683. Arquivo Nacional. Códice 427, v. 01, f. 218v-221v.

sertão do Piauí, havia ainda uma “última povoação”, trinta léguas adiante, rumo ao Maranhão¹³. Passado esse último núcleo de povoamento luso-brasileiro no Piauí, iniciavam-se setenta léguas de “caminho despovoado” pelo muito gentio bravo que por ali havia, até chegar à cidade do Maranhão (São Luís).

Uma representação extrema, apontada por Marcos Galindo Lima, é a da expressão “gentio vizinho do Estado (do Brasil)”, constante do regimento passado ao futuro governador-geral Roque da Costa Barreto em 1677¹⁴. Como notou o autor, “registros como este demonstram a consciência da existência de uma circunscrição livre do poder colonial português nos sertões interiores”¹⁵.

A vulnerabilidade militar da fronteira é ressaltada, como em nenhum outro documento consultado, numa carta escrita em 1688 pelo governador-geral ao mestre de campo de Pernambuco, a propósito da guerra do Açu, um dos eventos militares da chamada “Guerra dos Bárbaros”¹⁶. A posição das tropas luso-brasileiras na guerra era periclitante. Havia perdido mais de quatrocentos dos seiscentos homens brancos, achando-se o contingente comandado por Antonio de Albuquerque somente com o capelão, um trombeta e o próprio comandante. Se as tropas restantes fossem retiradas do Açu, continua o governador, perder-se-ia para o inimigo a “fronteira principal dos bárbaros”

¹³ [Carta de Domingos Afonso Sertão], 15/01/1702. Arquivo da Casa de Cadaval. Cód. 1087 (K VIII 1k), f. 399-400 e 395-396 (cópia). Publ. em Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 401-402.

¹⁴ Registo do regimento do S.A. Real, que trouxe Roque da Costa Barreto do conselho de S.A., mestre de campo, general do estado do Brasil, a cujo cargo está o governo dele, 03/08/1677. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. V, 2 ed., p. 288-318, 1863, p. 296.

¹⁵ LIMA, Marcos Galindo. *O governo das almas: a expansão colonial no país dos Tapuia - 1651-1798*. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004, p. 14.

¹⁶ Carta para o Mestre-de-campo de Pernambuco Zenobio Axiaoli de Vasconcelos, 14/10/1688. *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, v. X, p. 319-321, 1929.

e com isso a própria guerra. A expressão é carregada de sentido. Mostra que se representava uma linha imaginária principal de divisão do espaço em disputa, cuja perda significaria a vitória dos índios. A esse limite maior possivelmente se somavam fronteiras secundárias, definidoras de espaços laterais de conflito. A fronteira territorial era, antes de tudo, fronteira militar. Essa condição é remarcada num documento de 1715, em que se emprega a expressão “fazer fronteira aos bárbaros”, com um sentido próximo do que hoje seria “enfrentar” ou “defrontar¹⁷. A expressão, inexistente nos dicionários da época e tampouco nos modernos, pode ter sido uma adaptação luso-brasileira do uso militar do termo fronteira em Portugal. A ideia da vizinhança do gentio bárbaro e as suas variações – barreira do gentio, sertão que confina com o gentio bárbaro, fronteira dos bárbaros, terras fronteiras dos índios – revela o conteúdo bélico de que se revestia a fronteira para sertanistas, ocupadores e autoridades coloniais. As zonas fronteiriças foram espaços de conflito constante com os índios.

Essa análise empírica permitiu avançar rumo a uma tentativa de teorização do problema da fronteira. Para isso, o primeiro passo foi segmentar a instalação luso-brasileira no sertão baiano em quatro momentos distintos. A exploração reúne as primeiras ações de investigação do espaço, que se deram por meio de entradas sertanistas ocorridas já a partir do século XVI. A conquista está relacionada às guerras pelo aposseamento de terras, movidas contra os antigos ocupadores indígenas, e à implantação dos primeiros enclaves luso-brasileiros nos espaços conquistados. A ocupação se dá por meio do estabelecimento das unidades territoriais, entre as quais os arraiais, as fazendas de gado pioneiras e as missões religiosas estão entre as principais. A territorialização, por fim, diz respeito à efetiva fixação dos instrumentos jurídico-políticos de controle do espaço e, portanto,

¹⁷ Carta que se remeteu a Atanásio de Cerqueira Brandão, 18/09/1715. *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, v. LXX, p. 258-260, 1945.

de definição da soberania portuguesa sobre as áreas ocupadas. Regiões coloniais e territórios consolidados emergem do complexo e diversificado processo de territorialização dos sertões.

Algumas ressalvas podem ser feitas a esse esquema teórico de compreensão do processo. Sem dúvida, nem todos os espaços interiores de alguma forma atingidos por luso-brasileiros conheceram a sequência dos quatro momentos no ritmo regular com que é apresentada aqui. Diversos espaços foram tão somente percorridos para fins de apresamento indígena ou de pesquisa mineral, sem que tenham sido conquistados e ocupados a partir dessas ações de exploração. A conquista e a ocupação territorial, por sua vez, podiam sofrer as reversões que estão entre as principais tendências históricas investigadas neste trabalho. Nem todo espaço conquistado passava linearmente à ocupação; nem todo espaço ocupado, por seu turno, mantinha-se assim para transitar diretamente para a territorialização. Esta só vingava quando as unidades de ocupação deixavam o estado embrionário e chegavam a um grau de maturidade que permitisse a formação de conjuntos territoriais contínuos e coesos. Outra ressalva seria quanto ao caráter diferenciado de que se revestiram algumas das missões religiosas, como unidades territoriais de ocupação. Houve casos, especialmente na ação dos capuchinhos franceses ao longo do São Francisco, em que as missões foram implantadas pelos religiosos sem a prévia conquista armada do espaço indígena. Por fim, o esquema teórico, mesmo quando integralmente verificado, conhece variações, nuances e particularidades que singularizam cada caso investigado.

De toda forma, é possível definir, a partir da segmentação da instalação luso-brasileira no sertão baiano, quatro diferentes fronteiras. A primeira delas, a fronteira da exploração, é possivelmente o ponto mais remoto a que se chegou e ao qual se pode retornar. Um bom exemplo é a expedição malograda empreendida em 1591 ao interior da Bahia por Gabriel Soares

de Sousa. Provavelmente, foi ela a responsável pela instalação do primeiro enclave luso-brasileiro do vale do Paraguaçu – e, de certa forma, do conjunto do sertão baiano –, representado pela casa-forte erguida no lugar mais tarde ocupado pela Vila de João Amaro. Essa seria a fronteira da exploração, não sendo casual o fato de que o lugar viesse a se tornar uma das bases luso-brasileiras no sertão baiano e, por isso, disputado aos índios por décadas.

A fronteira da conquista é definida e redefinida no próprio curso das operações de guerra contra os ocupadores indígenas. Aqui, volta-se ao provável significado original do termo fronteira, alusivo aos postos militares avançados e às zonas em disputa com o inimigo. Como já visto anteriormente, é com esse sentido militar que ocorre a quase totalidade dos usos do termo na documentação histórica.

Em alguns casos a fronteira dos conquistadores se torna também a fronteira da ocupação, a última povoação, o limite da efetiva instalação luso-brasileira, além do qual está o gentio bárbaro. Para que essa ocupação se consolide, é necessário que os enclaves militares se tornem assentamentos permanentes e tenham êxito como unidades territoriais luso-brasileiras. As fazendas de gado pioneiras estiveram entre as principais dessas unidades, tendo formado miniterritórios de ocupação econômica ao longo dos rios sertanejos.

À medida que a ocupação se amplia, os mecanismos de controle jurídico-político ganham importância como elementos garantidores da soberania sobre o território. Torna-se então decisivo administrá-lo, isto é, mapeá-lo, recortá-lo e nomeá-lo em diferentes circunscrições. A fronteira se torna um limite político-administrativo, que pode ou não coincidir com as antigas fronteiras territoriais. Esses limites serão estabelecidos a partir de petições, negociações e acordos e definirão superfícies preenchidas, circunscrições territoriais cujas divisas se encontram. Essa última forma da fronteira demora a ganhar corpo em espaços

de ocupação inconstante como o sertão baiano. Quando isso ocorre, já estarão distantes os tempos das guerras contra os tapuias, das casas-fortes, dos arraiais cercados e das primeiras fazendas de gado, estabelecidas de armas na mão em terras disputadas palmo a palmo com os índios.

Nas fronteiras da conquista a guerra contra os índios foi implacável. Relatos escritos por missionários, pelas autoridades coloniais ou, em muito menor número, pelos próprios conquistadores denunciam as práticas utilizadas pelas tropas que invadiram os antigos espaços vitais tapuias. Foram rotineiros o assassinato a sangue frio de dezenas ou centenas de índios, inclusive de grupos fiéis aos “brancos”; a escravização, até mesmo sexual, de mulheres e crianças; a utilização de mulheres e crianças como reféns – a chamada “bagagem” –, de forma a obrigar os homens de uma tribo a se aliarem aos invasores; e as traições cometidas durante reuniões para acordos de paz, quando os líderes indígenas atraídos para o encontro podiam ser sumariamente executados pelas forças luso-brasileiras. Um missionário testemunhara no arraial estabelecido por Antonio da Cunha Souto Maior numa das margens do rio Parnaíba o “bárbaro folguedo” promovido pelo mestre de campo, que consistia em soltar prisioneiros tapuias e, cavalgando atrás deles, cortar-lhes a cabeça.

A documentação histórica mostra ainda que a reação indígena foi tenaz. Há vários relatos de ataques indígenas contra povoações, arraiais militares, fazendas de gado e comboios. Nessas ações os índios assassinavam militares, proprietários de fazendas, comboieiros, religiosos e escravos, bem como matavam ou roubavam as reses que encontravam. Ao longo do período que aqui interessa, registraram-se episódios de ataques tapuias não só a povoações e fazendas sertanejas, mas também a lugares costeiros como Parnaíba, Cairu, Boipeba e Camamu, ou pertencentes ao poderoso Recôncavo Baiano, como Cachoeira e Jaguaripe. Os coevos denominaram ao conjunto desses

movimentos “Guerra dos Bárbaros”, expressão que foi adotada pela historiografia. Assim se tornaram conhecidas as guerras entre luso-brasileiros e tapuias, ocorridas entre a segunda metade do século XVII e as duas primeiras décadas do Setecentos, em distintas regiões do nordeste da América portuguesa, como o Recôncavo Baiano, o médio Paraguaçu, o médio São Francisco, o Açu (Rio Grande do Norte) e o Jaguaribe (entre o Rio Grande do Norte e o Ceará).

Avirulência das ações luso-brasileiras e a tenacidade da resistência indígena mobilizaram historiadores como John Hemming, autor de um dos ícones da história dos índios do Brasil: a obra *Red Gold*, publicada pela primeira vez em 1978. Para Hemming, forçadas a ceder os seus lares e campos de caça para prover pastagens para o gado, as populações tapuias tinham protagonizado, em razão da resistência que ofereceram à invasão, um dos mais importantes estágios na conquista dos índios brasileiros. Ainda assim, continuava o autor, foram essas trágicas campanhas as guerras menos registradas nos documentos históricos, tendo restado somente papéis oficiais relativos às expedições militares e nenhuma crônica ou relato que refletissem algum interesse na etnologia das tribos destruídas. Disso resultara uma história desigual e desarticulada, que, não obstante, era muito importante para ser omitida.

No horizonte historiográfico do presente surgem os primeiros sinais de uma nova tendência na abordagem da conquista do sertão baiano. A ênfase tende a se deslocar da violência do processo para as estratégias de alianças e de perdas negociadas de que teriam se valido os tapuias para responder às ações luso-brasileiras. Essa abordagem estaria em consonância com as categorias gerais de agência e de adaptação resistente, que têm sido aplicadas a outras regiões da América portuguesa para enfatizar a ação consciente dos índios e as suas múltiplas experiências de elaboração e reformulação de identidades

em resposta à nova ordem. Para essa interpretação moderna, a antiga crônica da destruição e do despovoamento já não seria mais aceitável para explicar a trajetória dos povos indígenas que habitavam a América portuguesa. Num dos trabalhos recentes sobre a conquista dos sertões, alinhado a essa nova tendência historiográfica, foram destacadas a “paz processual” que teria envolvido a expansão luso-brasileira no semiárido, bem como o correlato papel de “parceiros históricos” que os tapuias teriam desempenhado no processo¹⁸.

Aqui, considera-se essas hipóteses altamente discutíveis. A maior parte dos diversos espaços do sertão baiano foram territorializados somente depois de guerras, massacres e escravização. Não houve paz processual na sua conquista e ocupação territorial. A “parceria” indígena, quando e onde ocorreu, pressupôs uma relação, implícita ou declarada, de poder e hierarquia entre conquistadores e conquistados. Esse contato foi na maior parte dos casos violento, hierarquizador e predatório em relação às populações indígenas.

É possível que recortes geográficos mais reduzidos – uma povoação ou um pequeno conjunto de fazendas de gado –, com marcos temporais igualmente mais contraídos, revelem tendências à formação de fronteiras de intercâmbio mais visíveis do que nos processos históricos aqui analisados. É possível ainda conjecturar que na escala microscópica tenham ocorrido aproximações, interfaces e contatos mais estreitos e, por hipótese, menos violentos do que na escala macroscópica do sertão baiano. Não se ignora que as alianças entre luso-brasileiros e grupos indígenas foram decisivas, em muitos casos, para possibilitar a penetração no espaço interior e o aprofundamento da ocupação.

Mas mesmo nesses casos algumas questões podem ser colocadas. Pelas razões históricas discutidas, as eventuais situações de

¹⁸ LIMA, *op. cit.*

intercâmbio e a miscigenação entre luso-brasileiros e tapuias no semiárido foram muito mais uma excepcionalidade no processo da conquista do que uma tendência histórica geral. Essa condição é tanto mais verdadeira quanto mais próximo chega-se dos primeiros tempos da conquista, isto é, dos confrontos armados entre as forças invasoras e os índios. Para esse período decisivo, a documentação devolve uma fronteira de conflito e violência, mesmo que ela tenha se valido, em situações específicas, de acordos pontuais. Afinal, estabelecia-se uma aliança com um grupo indígena para debelar o próximo, seu vizinho. E sabe-se, por meio da documentação, o que, em muitos casos, significavam essas alianças na realidade – submissão forçada, ameaça militar explícita, e coação por meio do aprisionamento de mulheres e crianças.

É possível conjecturar que, mais ou menos estabilizada a ocupação luso-brasileira, mesmo que diante das frequentes ameaças de reversão, o intercâmbio e a miscigenação tenham se fortalecido. Essa teria sido a origem de grande parte das atuais populações sertanejas, que exibem, nos traços físicos e culturais, a ancestral matriz indígena. Mas, novamente, algumas questões podem ser colocadas. Reconhecer que houve intercâmbio e miscigenação não pode esvaziar a violência e dominação envolvidas no processo. Os tapuias conquistados estiveram sempre em condição de subjugação frente aos novos ocupadores luso-brasileiros, condição essa completamente mascarada pela expressão modernamente inventada de “parceiros históricos”. De um ponto de vista empírico, há ainda outros problemas a serem enfrentados. Sabe-se, por meio da documentação, que os mercenários paulistas envolvidos na conquista estabeleceram no sertão baiano expressivos contingentes de índios levados de outras regiões coloniais, como São Paulo e a cidade da Bahia. Num movimento inverso, retiraram das zonas sertanejas conquistadas as suas antigas populações e as deslocaram como escravas para os trigais da capitania de São Vicente e para os

engenhos e canaviais do Recôncavo. Essa era, como é evidente, uma eficiente estratégia de ocupação, garantindo que a área conquistada fosse esvaziada da população hostil e repovoada com índios aculturados levados de regiões coloniais consolidadas. Para o problema que interessa aqui, é possível, portanto, que o intercâmbio e a miscigenação tenham ocorrido entre luso-brasileiros e essas novas populações indígenas estranhas ao semiárido. Isso complicaria ainda mais a abordagem calcada na suposta paz processual que teria garantido a adaptação das populações “nativas” à nova ordem colonial.

É bastante provável, portanto, que os estudos que enfatizam a violência envolvida na dizimação e escravização de grupos indígenas e no desapossamento das suas terras sejam uma interpretação mais rica e compreensiva da conquista do sertão baiano do que as tentativas de reduzi-la a um suposto processo pacífico e negociado.

Já há quase quatro décadas Hemming deplorava a ausência de documentos históricos que permitissem conhecer mais dos povos indígenas conquistados no sertão baiano. As guerras de conquista foram desiguais tanto do ponto de vista da capacidade bélica de luso-brasileiros e tapuias quanto dos registros que deixaram na documentação histórica. O que restou foi uma imensa lacuna quanto aos traços socioculturais de cada povo conquistado e, evidentemente, quanto à perspectiva indígena da conquista.

Cabe à historiografia fazer dessa lacuna o ponto de tensão necessário para avançar na compreensão do processo. Para isso está proposta a seguinte plataforma de ação historiográfica: que se dê um passo à frente em relação à interpretação da conquista elaborada pelos historiadores da primeira metade do século XX, reconhecendo-se que ela tendeu à descontinuidade espaço-temporal, à reversibilidade e à inconstância e não, como aqueles estudos propuseram, ao território contínuo, à expansão

geográfica e à dilatação de fronteiras; que se dê um passo à frente em relação à historiografia contemporânea, incorporando-se ao estudo do processo a categoria de fronteira e suas correlatas – limite e última povoação –, partindo-se para isso da utilização colonial desses termos para descrever as relações de mútua exclusão entre conquistadores e conquistados; que se dê um passo atrás em relação às tentativas contemporâneas de entender a conquista do sertão baiano como “paz processual” e “parceria histórica”, reconhecendo-se que a destruição, o despovoamento e as guerras de resistência indígena foram, sempre de acordo com a documentação, muito mais frequentes do que as alianças, perdas negociadas e adaptações.

OS SERTÕES MUNDIALIZADOS DA COROA PORTUGUESA: A ADMINISTRAÇÃO DOS CAMINHOS BAIANOS. SÉCULO XVIII

Isnara Pereira Ivo

Analisa-se a administração e governo dos caminhos dos sertões durante o século XVIII, especialmente no que concerne às passagens dos rios e das entradas dos caminhos entre as capitâncias da Bahia e de Minas Gerais. O sistema de contratos, acordo arrendatário entre a Coroa e os *homens de caminho*, protagonistas das atividades de comércio entre os sertões, resultou numa rede de negócios, alicerçada em favores clientelares, que garantia prestígio, privilégios e honras a todos que buscavam aumentar suas rendas e preservar mercês reais. As autoridades coloniais assim designavam de *homens de caminho* os viandantes, comboeiros, passadores, tropeiros, administradores das passagens dos rios e arrematadores dos contratos das entradas. Um estudo anterior mostra que eles não só praticavam as atividades de comércio em grande escala, de um a outro lado dos sertões, mas também adentravam os interiores desses lugares em busca de riquezas, realizando conquistas e conectando o mundo atlântico lusitano aos grotões do interior. Os denominados agentes integralizadores, interiorizaram os interesses econômicos e políticos da Coroa portuguesa, abriram caminhos de ligação entre os sertões, tornaram-se proprietários de terras e de escravos e passaram a controlar as instâncias de poder régio nos interiores do Brasil¹. Estes agentes pode ser

¹ IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões das Américas portuguesas. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Uesb, 2012.

considerados, também, como agentes de mestiçagens culturais e biológicas.

Os comerciantes, que não eram só europeus, mas também asiáticos e americanos, realizavam o grande e o pequeno comércio, misturando-se com os índios e africanos que, inseridos no mundo do comércio colonial, tonificaram as relações sociais em diferentes aspectos, afetando as formas de viver e de pensar, o modo de fazer coisas, a condução das relações afetivas e religiosas e, igualmente, as formas de administrar, legislar e executar políticas.

Adota-se aqui o conceito de dinâmicas das mestiçagens² para compreender esses processos incessantes que marcaram, e ainda marcam as sociedades ibero-americanas. A América portuguesa vivenciou estes processos de misturas biológicas e culturais desde o século XVI e suas instituições políticas e sociais não tiveram outra alternativa, senão dialogar com os novos agentes produzidos pelo encontro entre diferentes. As experiências de contato com “o outro” foram se ajustando, modificando e elaborando novas formas de organização política e social no Novo Mundo³.

Para compreensão dessas atividades comerciais como palco de trocas culturais, compreende-se a conquista e a colonização no Brasil como integrantes do contexto de mundialização ibérica no Novo Mundo. Os sertões são entendidos como pontos

² Sobre este conceito ver: PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. 2012. Tese (Professor Titular em História do Brasil) - apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

³ Análises, em perspectivas comparadas, sobre alguns destes diálogos podem ser vistas: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. (Org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008; ____; MARTINS, Ilton Cesar. (Org.) *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2010; PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Marcia S.; IVO, Isnara P. (Org.). *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011.

de conexão econômica e cultural inseridos nos movimentos protagonizados pela Coroa portuguesa em busca de riquezas. Assim, afasta-se aqui da ideia que concebe esses espaços como *locus* do isolamento, da pobreza e da desordem, para entendê-los como conectados aos interesses metropolitanos e, portanto, pensados e projetados para garantia dos interesses políticos e econômicos do Reino, que os considerava como fonte inesgotável de riquezas. De fato, ali estavam encravados ouro, prata, diamantes, esmeraldas e salitre, mineral fundamental para confecção da pólvora⁴.

No Brasil, a linha tênue que separava o mundo urbano do rural, desde o processo de colonização, exige cautela na instrumentalização de conceitos excludentes que categorizam e pouco explicam os universos culturais que se constituíram distantes das áreas litorâneas. Os sertões guardavam singularidades múltiplas, trânsitos e mobilidades e, assim como as cidades coloniais, abrigavam movimentos de pessoas e de produtos das mais diferentes partes do Império ultramarino português, tal como se verificara nas áreas urbanas. Os sertanejos forjaram situações de interpretação e de reconstrução de variadas formas de trabalho e de vida, ações condicionadas pelas leis e pelos costumes, constantemente reinventados e reinterpretados. As culturas múltiplas criaram novos espaços de vida econômica para além da vocação puramente agropecuária. Abrindo caminhos e conectando-se ao mundo ultramarino português, os sertanistas, ao buscarem riquezas e acumularem grandes propriedades rurais, foram os responsáveis pelo ir e vir de práticas culturais num trânsito até então desconhecido para os sertões⁵.

⁴ IVO, *op. cit.*

⁵ Para ver mais: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; CANABRAVA, Alice. *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984, (1^a ed. 1942); MACHADO, Alcântara. *Morte e vida do bandeirante*. 3^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980; ANDRADE, Francisco Eduardo. *A Invenção das Minas: empresas,*

A mobilidade e o movimento de coisas e de pessoas verificados nos sertões redimensionam-se com a constatação de que estes espaços eram, por excelência, o *locus* de misturas e trocas, e de conhecimentos e hábitos. Tais condições permitem afirmar que eram estes os “espaços para a origem e criação de uma cultura nova e mestiça”⁶. No entanto, as áreas urbanas, com sua dinâmica populacional e econômica eram, igualmente, o palco propício para a mestiçagem. Emanuel Araújo acredita que o fato de nos sertões predominarem os mestiços, a discriminação era menos rígida⁷. Mas, para os negros, índios, mulatos e todo aquele “maculado” com o pigmento da mistura, havia uma legislação discriminatória e, dentre outras proibições, estava a que os impedia de serem eleitos para a vereança ou de se tornarem membros da hierarquia religiosa da Colônia⁸.

Os sertões do norte das Minas e os sertões da Bahia — Alto Sertão da Bahia e Sertão da Ressaca — vivenciaram, de forma conectada, as experiências de trânsito e de mobilidade verificadas em todo o mundo ultramarino lusitano; compreensão que parece ter sido clara para muitos dos personagens dessa história, que entendiam aquele espaço como sendo um “sertão longo que não tem portas”⁹. Este sertão abrigava elementos de um mundo em movimento, formado por uma solução heterogênea de misturas de essências e matérias de todos os cantos e recantos. A partir dessas considerações, se analisa aqui as formas de administrar as passagens dos rios e os caminhos terrestres que interligavam as capitâncias da Bahia e de Minas Gerais durante o século XVIII.

descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2008; IVO, *op. cit.*

⁶ SILVA, Célia Nonata da. *Sertão mestiço. Mandões e bandidos na capitania das minas*. 2004. Tese (Doutorado em História) - UFMG, Belo Horizonte, 2004, p. 150.

⁷ ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: PRIORE, Mary del. *Revisão do paraíso: Os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 59.

⁸ Ver: RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; IVO, *op. cit.*

⁹ Arquivo Público Mineiro (doravante APM), Seção Colonial (doravante SC), 223 (1780), documento de 22.09.1781, f. 6.

A administração das passagens dos rios

Durante o Setecentos, o controle sobre as passagens dos rios foi efetuado como forma de garantir os interesses mais imediatos da Coroa, que era vigiar e policiar tanto os caminhos conhecidos como as picadas incógnitas que teciam as complexas redes de acesso às regiões mineradoras, seja em território da Bahia ou de Minas Gerais. As medidas implementadas objetivavam reiterar os direitos reais sobre o território, garantindo, assim, a cobrança de impostos e o combate à evasão fiscal.

Nas Minas Gerais, a ação do fisco, nas passagens dos rios e nas entradas dos caminhos terrestres, teve início nos primeiros anos do século XVIII. Em 1704, a Coroa ordenou ao governador das capitâncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas do Ouro, Dom Álvaro da Silveira e Albuquerque, que “mande por em pregão as tais passagens, com estipêndio competente para que se o resgatem para a Fazenda Real na forma que se observa em todos os direitos que me pertencem”¹⁰. Dois anos depois, em 1706, o governo reiterou a instrução de cobrança dos tributos nas passagens ordenando “arrematarem-se as passagens dos rios das Minas em a provedoria de Santos ao tempo em que nela se arrematam os dízimos reais, por se ajuntarem então naquela vila todos os povos a quem convém as tais passagens”¹¹.

Estas primeiras formas de arrecadação de impostos nas passagens dos rios estão relacionadas à política tributária, inicialmente utilizada para sustentar os custos da implantação da estrutura administrativa sobre a exploração mineradora. As taxas pagas para a travessia dos rios eram recolhidas pelos administradores que tentavam reduzir os prejuízos do contrabando e do descaminho.

¹⁰ Carta Régia de 08.02.1704. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* (Doravante RAMSP), v. 4, n. 34, p. 68.

¹¹ Provedoria da Fazenda Real de Santos. Leis, Provisões, Alvarás, Cartas e Ordens Reaes, documento de 20.07.1706. *Documentos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 26-27, 1928.

Os valores dos tributos foram alterados no decorrer do século XVIII e as quantias definidas em função de acordos realizados entre os governadores e os camaristas. No ano de 1714, foi realizada uma junta entre os camaristas da Vila do Carmo e o governador da capitania de São Paulo e Minas Gerais, Dom Brás Baltazar da Silveira (1713-1717), que tentaram definir a arrecadação em 30 arrobas/ano para “suavizar a obrigação de suas cotas, e cobrariam, além dos quintos, os direitos de entrada na razão de uma e meia oitava por cargueiro de fazendas secas, meia por cargueiro de molhados, duas por negro novo, e meia sobre cabeça de gado”¹². No governo do Conde de Assumar (1717-1720), a Coroa portuguesa aceitou reduzir a finta de 30 para 25 arrobas com a condição de que esta cota fosse completada com o recolhimento dos tributos das entradas. Assim, em 1718, o sistema de contrato foi aplicado pela primeira vez¹³.

Esta forma de pôr em prática a administração colonial foi utilizada em Portugal desde o século XVI¹⁴, estava nos métodos fiscais de todas as nações contemporâneas e tinha atrás de si uma tradição de séculos que vinha desde o Império romano¹⁵. O sistema de contratos das rendas e direitos reais foi uma das principais formas de arrecadação de receitas do Império ultramarino português e constituía acordos temporários entre o rei e os negociantes de grosso trato. O Conselho Ultramarino, representando a Coroa, atribuía aos contratadores direitos, deveres, prazos e quantias determinadas que deveriam ser cumpridas pelas partes envolvidas.

¹² VASCONCELOS, Diogo de. *História média das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 313-314.

¹³ *Ibid.*, p. 331-333.

¹⁴ GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PESAVENTO, Fábio. Os contratadores e os contratos do Rio de Janeiro colonial, 1769-1779: um estudo de uma sociedade mercantil. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antônio. (Org.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentvm; Brasília: CAPES, 2007, p. 107-126, 110.

¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 321.

Os contratadores eram arrendatários que arrematavam, em hasta pública, os monopólios e a cobrança de direitos (dízimos) e de tributos (registros das passagens dos rios). A eles cabiam as despesas do contrato e a nomeação dos funcionários oficiais que deveria ser homologada pelo governador. Braudel mostra que os contratadores que administravam um direito ou um imposto, assim como os arrematantes, eram verdadeiros intermediários fiscais entre o rei e os povos nos estados absolutistas europeus¹⁶. O autor conclui que a criação de uma estrutura fiscal gerenciada pelo Estado e capaz de se impor frente aos interesses privados foi possível, em larga medida, com o dinheiro que os contratadores adiantavam ao monarca pelo sistema de arrendamentos gerais.

Assim como nos estados europeus, ser contratador na América portuguesa significava estar no topo da hierarquia mercantil, ser um agente da Coroa e situar-se com distinção no interior do grupo de comerciantes. Não é também incorreto afirmar que os contratadores, mercadores de grosso trato, com suas atividades de comércio de longa distância, tiveram uma grande mobilidade na sociedade imperial portuguesa setecentista. Braudel destacou que estes homens, nos estados europeus do século XVIII, há muito, engrossavam as fileiras da nobreza, prestando serviços ao monarca; e foi nessas atividades que eles se formaram, e não no comércio, pois “servir ao rei é o meio de subir na vida”¹⁷. Assim, foi nos bastidores do poder monárquico que estes homens se constituíram mercadores de grosso trato.

As rendas reais foram originadas do direito exclusivo que o monarca possuía de cobrar tributos sobre todos os bens materiais existentes no patrimônio régio. No Portugal medieval, o patrimônio do rei era constituído de pessoas, terras, animais e produtos, sobre os quais se cobrava prestações sob a forma de

¹⁶ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 479-483.

¹⁷ *Ibid.*, p. 480.

rendas¹⁸. Abarcava, além das terras, as atividades dos senhores livres, os instrumentos de trabalho e os serviços pagos pelos trabalhadores aos seus senhores. O monarca tributava as terras que não eram suas e estas prestações transformaram-se, ao longo do tempo, em rendas fixas. Com base no direito divino, o rei impôs, aos súditos, taxas sobre as terras e justiça aos homens¹⁹.

Os arrendamentos das passagens dos rios faziam parte do sistema de contratos e estavam relacionados ao descobrimento do ouro, às formas de controle do descaminho e à ampliação das receitas reais. A arrematação era feita por leilão no Conselho Ultramarino e, no ato da assinatura do contrato, o contratador assumia a obrigação de pagar 1% destinado às propinas, munições e construções de fortalezas no ultramar e de restituir à Coroa, em três anos, o restante do montante a ser pago. Os contratos podiam ser arrematados tanto por um só indivíduo quanto por um grupo. No caso do pau-brasil, baleia, sal, couro e tabaco, o monarca detinha o monopólio ou o estanco deles, repassando-o à iniciativa privada mediante contrato. Com esse mecanismo, o rei eximia-se do ônus da arrecadação, garantindo lucro antecipado e ampliação das rendas régias.

No contrato²⁰ estavam estabelecidas as condições que deveriam ser cumpridas pelo administrador nas passagens dos rios arrematados. A primeira condição do contrato estabelecia “que todo cavalo que passar a nado ou não, ou canoa, pagarão, cada cavalo 4 vinténs de ouro, não pagarão nada das cargas nem dos mais trastes”. A obrigação de pôr canoas no rio Fanado era do contratador. Na segunda condição estava determinado que todas as pessoas que passassem nos rios arrematados deveriam pagar 2 vinténs de ouro, exceto cabos ou soldados de guerra andando a serviço do rei. A terceira condição estabelecia que

¹⁸ MATTOSO, José (Org.). *Identificação de um país*: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). 3ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, v. 2.

¹⁹ *Ibid.*, p. 80.

²⁰ APM, Casa dos Contos (doravante CC), 1064 (1736-1819), f. 51v.

"em qualquer dos ditos rios chegarem cavalos carregados e não passarem senão as cargas, pagarão as cargas de cada um cavalo, que não passar 4 vinténs de ouro". Na condição seguinte, proibia-se a construção de pontes sobre os rios sem a autorização do administrador e, posteriormente, proibia-se que os moradores tivessem canoas e as usassem sem licença do contratador. Os contraventores, neste caso, pagariam 300 oitavas de ouro, que deveriam ser divididas entre o contratador e a fazenda real. A sexta condição definia os pagamentos a serem feitos pelas passagens das boiadas - "pagarão de 20 cabeças até 50 uma oitava de ouro, de 50 para cima 2 oitavas" – e, a seguinte, garantia ao contratador, as passagens dos novos descobrimentos.

Os contratadores apresentavam fiadores para segurança do erário régio e recebiam um juiz privativo que era o provedor-mor da fazenda real, conforme estabelecido pelas 8^a e 9^a condições. Eram também autorizados a prender qualquer pessoa que "por algum modo lhe perturbar". O controle sobre o comércio nos caminhos era de responsabilidade do administrador e a ele cabia fiscalizar a determinação da 11^a condição: "poderá ninguém ter vendas nas ditas passagens meia légua para diante, meia légua para trás, se não ele contratador, excetuando os primeiros ocupantes". Igualmente, era função do contratador, fiscalizar a abertura de picadas e "caminhos desconvenientes [sic] às passagens"²¹.

As condições estabelecidas neste contrato, com algumas variações, faziam parte da maioria das cláusulas dos contratos das passagens dos rios dos sertões. Entre os anos de 1736 e 1792²², as modificações não foram substanciais, mas apenas adaptadas às novas exigências da fazenda real e dos contratadores. No contrato de 1771, por exemplo, foi incluída uma condição que permitia ao contratador ter canoa para uso em alguns

²¹ APM, CC, 1064 (1736-1819), f. 51v.

²² A arrematação dos contratos das passagens dos rios para Minas Novas foi dirigida pelo superintendente Pedro Leolino Mariz, entre os anos de 1736 e 1761.

córregos de acesso ao rio Araçuaí²³. Acrescentou-se também que nos recém-descobertos rios Araçuaí e Jequitinhonha, o contratador poderia ter canoas de modo a facilitar as passagens dos viandantes. Para proteger a extração mineradora, em 1792, o contrato das passagens, impôs que “os mineiros do rio Araçuaí ou outros quaisquer que fizerem serviços ou cercos por partes neles não darem passagens a pessoa alguma debaixo da pena estabelecida contra os transgressores”²⁴.

Quadro 1 - Arrematação das passagens dos rios de acesso às Minas Novas do Araçuaí: rios Araçuaí, Jequitinhonha e Sapucaí. 1736 a 1792

Data	Contratador	Valor/ oitava de ouro	Período	Duração	Conversão em réis
31.10.1736	José Mendes do Couto	470*	1736-1737	1 ano	705\$000
17.10.1737	José Mendes do Couto	551	1737-1738	1 ano	826\$500
07.10.1738	Antônio Ramos Barbosa	540	1738-1739	1 ano	810\$000
08.09.1739	José Mendes do Couto	1740	1740-1742	3 anos	2:610\$000
29.10.1742	José Mendes do Couto	400	1742-1743	1 ano	600\$000
28.10.1743	José Mendes do Couto	400	1743-1744	1 ano	600\$000
01.11.1744	José Mendes do Couto	460	1744-1745	1 ano	690\$000
31.10.1745	José Mendes do Couto	1100	1745-1748	3 anos	1:650\$000
13.10.1748	José Mendes do Couto	340	1748-1749	1 ano	510\$000
31.10.1749	Caetano Mendes do Couto	850	1749-1752	3 anos	1:275\$000
29.10.1752	Caetano Mendes do Couto	250	1751-1753	2 anos**	300\$000
31.10.1753	Caetano Mendes do Couto	230	1753-1754	1 ano	276\$000
13.10.1754	Caetano Mendes do Couto	230	1754-1755	1 ano	276\$000
28.10.1755	Caetano Mendes do Couto	280	1755-1756	1 ano	336\$000
31.10.1756	Caetano Mendes do Couto	230	1756-1757	1 ano	276\$000
01.11.1757	João Leite Coutinho	280	1757-1758	1 ano	336\$000
01.11.1758	João Leite Coutinho	302	1758-1759	1 ano	362\$400
4.11.1757	João Leite Coutinho	235	1759-1760	1 ano	282\$000
28.10.1760	João Leite Coutinho	350	1760-1761	1 ano	420\$000

²³ APM, CC, 1064 (1736-1819), f. 51v.

²⁴ *Ibid.*

17.10.1761	Manoel Antônio da Cruz	359	1761-1762	1 ano	430\$800
31.10.1762	Manoel Antônio da Cruz	280	1762-1763	1 ano	336\$000
31.10.1763	Manoel Antônio da Cruz	280	1763-1764	1 ano	336\$000
20.10.1764	Caetano Mendes do Couto	293	1765-1766	1 ano	351\$600
21.10.1765	José Mendes do Couto	919	1765-1768	3 anos	1:102\$800
28.10.1768	José Mendes do Couto	900	1768-1771	3 anos	1:080\$000
02.12.1771	José Carvalho dos Santos	-	1772-1774	3 anos	1:100\$000
09.12.1774	Manoel Muniz dos Santos	-	1775-1777	2 anos	1:011\$000
06.12.1777	José Carvalho dos Santos	-	1778-1783	5 anos	2:236\$000
28.05.1783	Bonifácio Pereira Veloso	-	1783-1786	3 anos	1:200\$000
16.09.1786	Joaquim Dias Bicalho	-	1787-1789	2 anos	1:460\$000
24.10.1789	José de Queiroz Ozorio	-	1790-1792	2 anos	1:600\$000
01.12.1792	José Gomes da Silva	-	1793-1795	2 anos	1:500\$000

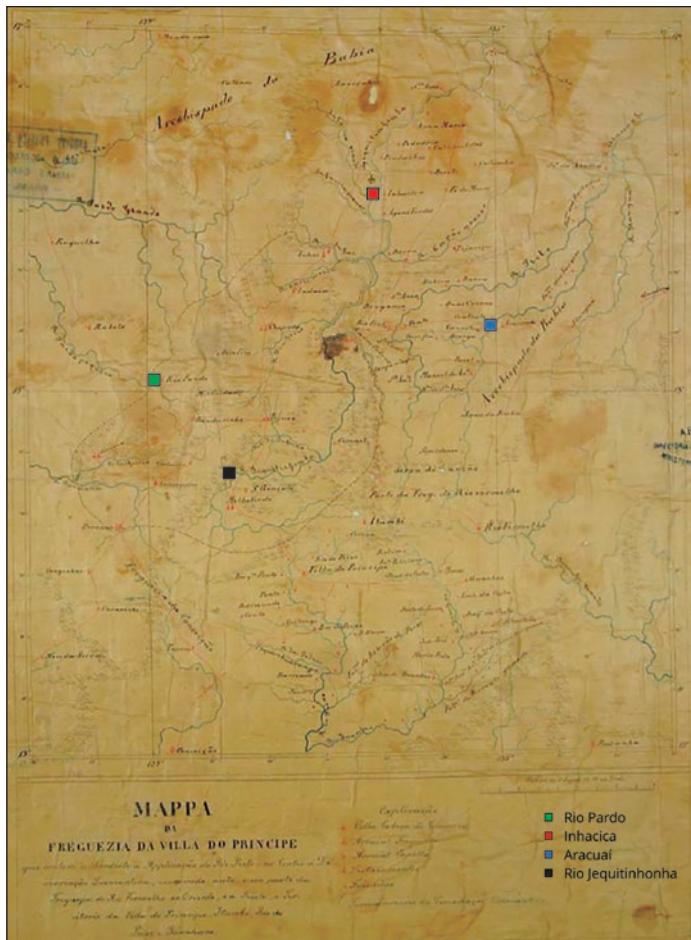
Valor total das arrematações 26:885\$100

Fonte: APM, CC, 1064 (1736-1819), f. 2-53. **Observações:** *Os 25 primeiros contratos foram arrematados em oitavas de ouro, aqui, convertidas em réis. **Lance de 1410 oitavas de ouro por tempo de três anos pelas passagens descobertas e por descobrir. ***Este contrato foi renovado sem que o outro estivesse vencido.

Os dados do Quadro 1 referem-se, praticamente, a todos os contratos das passagens dos rios que davam acesso a Minas Novas do Araçuaí e eram palcos do comércio entre o norte de Minas Gerais e os sertões da Bahia, durante o século XVIII. O rio Araçuaí é o principal afluente do rio Jequitinhonha que nasce próximo à cidade do Serro, antiga Serro do Frio. O rio Sapucaí nasce na Serra da Mantiqueira e tem aproximadamente 343 quilômetros de extensão, sendo 34 quilômetros do atual estado de São Paulo e 309 no atual estado de Minas Gerais. Foram 32 contratos arrematados para as passagens dos rios Araçuaí, Jequitinhonha e Sapucaí, que renderam à Coroa o valor de 26:885\$100. Destes, mais de 76% foram adjudicados por quatro contratadores: José Mendes do Couto (dez contratos), Caetano Mendes do Couto (sete contratos), João Leite Coutinho (quatro contratos) e Manoel Antônio da Cruz (três contratos). As redes fluviais que alimentavam o trânsito entre as capitâncias de Minas Gerais e da Bahia estão ilustradas no mapa a seguir, denominado

pelo geógrafo como: "Mapa da vila do príncipe que contém a Nordeste a aplicação do rio Preto e no centro e Demarcação Diamantina, encravada nesta, e em parte da Freguesia do rio Vermelho ao Oriente, e a Sueste, o território da Vila do Príncipe, Itambé, riacho do Peixe e Guanhans".

Figura 1 - Redes fluviais que alimentavam o trânsito entre as capitâncias de Minas Gerais e da Bahia



Fonte: Adaptado de *Mapa da Freguesia da Vila do Príncipe*, s/d. APM, SC, 082, Map. 4/6, env. 1.

A cobrança dos pedágios pelos administradores das passagens dos rios era outro problema que causava transtorno às pessoas. Nota-se que durante o século XVIII, não havia um valor padronizado entre os contratadores, conforme relatou, em circular, o Conde de Valadares²⁵: “[...] uma terrível falta de regularidade porque uns administradores, por um preço cobram, e outros por outros de uns mesmos gêneros, e como destes se devem sem alterar, nem diminuir cobrar em todas as partes a mesma quantidades de direitos na conformidade da condição 2^a”²⁶. Diante dos problemas causados, somente em 1773, o Conde de Valadares publicou uma Tabela de valores para ser aplicada pelos administradores dos caminhos, ordenando que fosse, também, publicada nos registros fiscais de todas as entradas:

[...] por cada um escravo novo, mulato, crioulo, ou cabra 3\$000 de cada cabeça de gado 1\$500 réis, de cada carga de molhado, tendo os pesos de duas arrobas 750 réis de cada carga de seco, tendo o mesmo peso e \$250 réis de cada barril de vinho, aguardente, e peixe que se reputa por 2 arrobas 75 réis, e sendo os ditos barris de marca maior 1\$500 réis, surrão de sal da terra cada um 500 réis. As rapaduras devem seguir a mesma ordem das cargas de molhados, fazendo-lhe a conta²⁷.

Os contratos encontrados das passagens do rio São Francisco e seus afluentes entre os anos de 1749 e 1788, com algumas ininterrupções, renderam à fazenda real 35:530\$000. Os acordos duravam de um e três anos. Para a arrematação do contrato referente ao ano de 1749, foram oferecidos três lances. Antônio Lisboa ofereceu a quantia de Rs 1:705\$000, José Nunes sugeriu Rs 1:240\$000 e Antônio Xavier propôs o valor de Rs 1:705\$000 que, pelo resultado do leilão, foi recusado, pois o contrato foi assinado por este no valor Rs 1:810\$000²⁸. Não

²⁵ José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches foi governador da Capitania de Minas Gerais entre os anos de 1768 e 1772.

²⁶ APM, SC, 196, documento de 27.02.1773, f. 26v-27.

²⁷ *Ibid.*

²⁸ APM, CC, 1080 (1748-1787), documento 180.

foi possível entender os valores diminutos das arrematações de alguns contratos, principalmente no que se refere aos anos de 1750 a 1753, 1756 a 1762, 1783 a 1785 e 1786 a 1788, conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro 2 - Arrematação das passagens do rio São Francisco e suas afluentes

Data	Contratador	Período	Duração	Valor do contrato em réis
06.12.1749	Francisco José da Fonseca	1750-1753	3 anos	1:505\$000
15.12.1753	Bento José	1754-1755	1 ano	6:001\$000
18.12.1754	João de Souza Lisboa	1755-1756	1 ano	6:003\$000
14.12.1755	Jerônimo da Silva Pereira	1756-1757	1 ano	625\$000
25.11.1756	João Ferreira Sampaio e João Homem do Amaral	1757-1758	1 ano	800\$000
15.10.1756	João Ferreira Sampaio e João Homem do Amaral	1758-1759	1 ano	8:051\$000
26.11.1758	João de Siqueira	1759-1760	1 ano	995\$000
06.12.1759	José Simões Borges	1760-1761	1 ano	600\$000
06.12.1760	João da Siqueira	1761-1762	1 ano	350\$000
23.12.1764	Ivo Antonio Lisboa	1766-1769	3 anos	1:810\$000
31.12.1767	Ventura Fernandes de Oliveira	1769-1771	3 anos	1:830\$000
s/d	Custódio José Ferreira	1771-1773	3 anos	1:250\$000
02.10.1776	Valentim João de Carvalho	1777-1779	3 anos	1:300\$000
25.08.1779	Valentim João de Carvalho	1780-1782	3 anos	1:300\$000
25.08.1779	Valentim João de Carvalho	1783-1785	3 anos	1:300\$000
09.10.1782	Valentim João de Carvalho	1783-1785	3 anos	900\$000
19.10.1785	Felizardo Gondim Barbosa	1786-1788	3 anos	910\$000
Valor total das arrematações 35:530\$000				

Fonte: APM, CC, 1080 (1748-1787), documento 80; APM, CC, 2035 (1748-1787).

O rio Paracatu, margem esquerda do rio São Francisco, é o seu maior afluente e drena uma bacia de cerca de 45.600 quilômetros. A arrematação encontrada do rio Paracatu foi feita envolvendo os seus afluentes, a barra do São Francisco e do Paraopeba. Este afluente da margem direita possui uma extensão de, aproximadamente, 546 quilômetros e uma bacia hidrográfica de 12.090 quilômetros.

O rio São Francisco e seus afluentes protagonizaram intensa circulação de produtos e pessoas durante o século XVIII. Como se pode verificar, nenhum outro rio que interligava os sertões em análise ou comercializavam com eles, obtiveram um valor tão elevado nos lances de arrematação. As quedas nos preços das arrematações verificadas em alguns anos podem estar relacionadas às práticas de conluios denunciadas constantemente pela Coroa, ao aumento das chuvas que prejudicavam a cobrança dos pedágios, ou mesmo às iniciativas dos contratadores de oferecerem lances considerados baixos pela fazenda real, conforme denunciou o governador de Minas Gerais, em 1721, sobre o reduzido valor da arrematação das passagens da barra do rio das Velhas:

[...] se conseguisse com sossego e posse a arrematação das passagens e se me parece que muitas passagens se arremataram demasiada muito baratas [...] e a barra do rio das Velhas por onde vem todo o comércio da Bahia estão considerável com a passagem da Parahiba, o qual esteve no tempo de Antônio de Albuquerque [...] se arrendar no primeiro ano por dez mil oitavas e supondo que donde o mesmo, ou mais no Iguassú onde hoje se pagam este direito também reparo em v. m. fazer arrendamento em dinheiro e não em ouro²⁹.

As condições acordadas entre os contratadores e o Conselho Ultramarino para as passagens do rio São Francisco e seus afluentes, para o ano de 1768³⁰, não foram muito diferentes daquelas definidas para as passagens dos rios Araçuaí, Jequitinhonha e Sapucaí. Na primeira condição, o contratador “se obriga, por seus sócios, interessados e fiadores, a satisfazer as propinas do contrato” garantindo assim, o repasse livre para a fazenda real. Na seguinte, determinou que o contratador assumisse a responsabilidade de disponibilizar canoas e remeiros para a comodidade dos viandantes. A terceira

²⁹ APM, SC, 13, documento de 27.06.1721, f. 36-37.

³⁰ APM, CC, 1080 (1748-1787), documento 180.

condição se referia ao maior problema enfrentado pela fazenda real nos sertões: o descaminho. Nesta cláusula, o contratador assumia o compromisso de não abrir outras passagens além das já existentes, e de não permitir que os viandantes fizessem picadas. A quarta condição eximia párocos, capelães, ministros e oficiais de justiça, cabos, soldados, desde que em serviço, e moradores dos barrancos dos rios de pagarem pedágios nas travessias. A quinta proibia os moradores ribeirinhos de dar passagens a quaisquer pessoas, sob pena de 100 oitavas de ouro, sendo $\frac{1}{2}$ para a fazenda real e $\frac{1}{2}$ para o contratador. A condição seguinte definiu o valor dos pedágios: “toda pessoa de qualquer qualidade, 80 réis; cada cavalo, 120 réis; cada carga de cavalo, 80 réis; cada carga de um negro, 20 réis; cada negro sem carga, 20 réis; cada 50 cabeças de gado vacum, 800 réis”. Os contratadores podiam realizar diligências contra os fraudadores, estabelecer sociedades em determinadas passagens e denunciar os desencaminhadores dos rendimentos reais.

Em 1718, Joseph Nunes Netto arrematou “todos os caminhos que da Bahia se puderem fazer para estas Minas”³¹. O contrato foi de quatro anos, compreendendo o período de 1718 a 1721. As condições previam que o contratador pagaria à fazenda real em quartéis, “sendo em cada ano o quartel, e não será obrigado ele contratador a dar ouro algum sem que lhe dêem conhecimento em forma pelo recebedor da fazenda real”. Definiu-se que as propinas não seriam pagas e que os registros fiscais seriam instalados onde melhor conviesse ao contratador. Tabelou-se, no contrato, os costais³² de seco a oitava e meia cada um, e os de molhados, meia oitava de ouro. Foram determinadas duas oitavas de ouro por escravo, uma oitava por cabeça de gado, e, por cada pessoa que passasse, levando escravo para a Bahia, o contratador deveria conceder-lhe o registro “sem que por

³¹ APM, CC, 1016, f. 121v.

³² Fardos.

isso lhe leve coisa alguma para que tornando a estas Minas não pagará nada pelos ditos escravos, e não apresentando o registro pagará de todos os que trouxer”³³.

Esse acordo de 1718 parece anteceder à instalação do sistema de contratos, pois as obrigações do contratador não estavam bem definidas. O mais interessante deste contrato, em relação aos demais, é a identificação, em condição contratual, dos caminhos em que o comércio entre as Minas e a Bahia deveria ser realizado: “Que toda a pessoa que vier para estas Minas com carregação ou gados se não afastará nem poderá usar de outro caminho mais que o dos Mocambos ou dos Macacos, por serem estas estradas principais e afastadas que se achem destas poderá ele contratador fazer prisão”³⁴.

Em 1722, Dom Lourenço de Almeida, governador da capitania de Minas Gerais, solicitou ao ouvidor geral da comarca que tomasse posse das “passagens dos dois rios que vão do caminho da Bahia para as Minas”, pois havia arrematado estes arrendamentos pelo período de um ano por 300 oitavas de ouro³⁵. As passagens dos rios para as minas do rio das Contas e de Jacobina eram pouco definidas, e, até meados do século XVIII, a administração não era tão eficaz como nas passagens para as Minas Gerais, situação que levou a Coroa a solicitar informações sobre as passagens baianas, em 1756: “mandar vos informar se nas Vilas de Jacobina e Rio de Contas, há ou não passagens algumas de rios que costumam andar por administração declarando quais são as passagens de semelhante natureza que há em toda comarca da Jacobina”³⁶.

³³ APM, CC, 1016, f. 121v.

³⁴ *Ibid.*

³⁵ APM, CC, 1054 (1730-1732), documento de 18.04.1722, f. 180.

³⁶ Ordem régia de 17.03.1756. *Anais do Arquivo Público Municipal do Estado da Bahia* (Doravante AAPMEB), Bahia: Imprensa Oficial do Estado, ano 9, v. 13, p. 28, 1925.

Em 1749, foi arrematado um contrato para as passagens dos rios para as minas do rio das Contas e Jacobina para o período de três anos, pelo valor de 300 mil réis livres para a fazenda real, assinado por João Álvares Vieira³⁷. Na verdade, o contrato envolvia todas as passagens da grande comarca de Jacobina que abarcava, praticamente, todos os sertões da Bahia e, neste termo, esclareceu o contratador aos membros do Conselho Ultramarino:

Diz João Alves Vieira [ao conselho ultramarino] que arrematando por este conselho as passagens dos rios da comarca da Vila de Jacobina por preço de 3000 mil reis pelos três anos passando-se-lhe as ordens necessárias, houve nelas o engano de se declarar que a sua arrematação pertenciam as passagens da Jacobina e rio das Contas, devendo-se as passagens de toda a comarca de Jacobina³⁸.

Assim como no contrato para as passagens do rio das Velhas, em 1718, neste, as obrigações do contratador estão pouco definidas. Dentre as vagas condições, garantiu-se ao contratador, “o tempo dele mais seis meses, e em tudo usará dos privilégios concedidos aos rendeiros reais, até do da isenção que se costuma conceder a respeito do juízo dos defuntos, e ausentes pelo que tocará às pessoas, que falecem no Brasil”. Definiu-se, ainda, que o contratador teria a responsabilidade de cobrar todos os rendimentos das passagens, sendo a ele garantido “todos os privilégios concedidos pelas ordenações do reino aos rendeiros das rendas reais”. As despesas oriundas da arrecadação do rendimento das passagens, com exceção dos ordenados oficiais, seriam de obrigação do contratador³⁹.

³⁷ Portaria para o desembargador provedor-mor de 05.12.1732. AAPMEB, Bahia: Imprensa Oficial do Estado, ano 7, v. 11, p. 31-33, 1923.

³⁸ AAPMEB, Bahia: Imprensa Oficial do Estado, ano 9, v. 13, p. 29, 1925.

³⁹ APM, CC, 1016, f. 121v.

Administração dos caminhos terrestres

Os contratos das entradas para o caminho da Bahia eram arrematados separadamente dos demais caminhos coloniais. Somente a partir do ano de 1727, os três caminhos – Bahia, Novo e Velho do Rio de Janeiro e São Paulo – passaram a ser leiloados conjuntamente⁴⁰. Algumas arrematações foram feitas em arrobas de ouro e outras em contos de réis. Utilizando a conversão de arrobas em réis, aplicou-se a proporção, considerando-se que, se cada oitava de ouro valia Rs 1\$500 e pesava 3.600 gramas, logo, cada arroba de ouro valia, em média, Rs 6\$144, e cada libra ou arrátel, cerca de Rs \$205.

Quadro 3 - Contrato das entradas dos caminhos novo e velho do Rio de Janeiro e São Paulo, sertão da Bahia e Pernambuco, Goiás, Cuiabá, Pernaguá, Paranapanema e suas anexas

Triênio	Contratador	Em arrobas de ouro	Em réis
1727-1728	Pedro da Costa Guimarães	45@ e ½	279:552\$000
1733-1736	Lourenço Amorim Costa	Não localizado	-
1736-1739	José Alves da Mira	Não localizado	-
1738-1742	João Gonçalves Rebelo*	106@ e ½ libra	651:264\$102
1748-1751	Antônio Pereira de Souza Calheiros	92@	565:248\$000
1754-1757	José Ferreira da Veiga	-	755:900\$000
1769-1771	Manoel Araújo Gomes	-	471:300\$000
1776-1781	João Rodrigues de Macedo	-	944:000\$000
1781-1782	Joaquim Silvério dos Reis	-	Não localizado
1782-1784	Joaquim Silvério dos Reis	-	350:000\$000
1785-1787	José Pereira Marques	-	370:000\$000

Fonte: APM, CC, 1080 (1748-1787); APM, SC, 109 (1753-1757), documento de 28.03.1753, f. 223-224; APM, SC, 109 (1753-1757), f. 153; APM, CC, 2035 (1748-1787); APM, SC, 65 (1738-1740), documento de 14.04.1739, f. 7; APM, SC, 68 (1738-1746), documento de 13.04.1739, f. 16-16v. RAPM, Belo Horizonte, ano 31, p. 224-229, 1980, documento de 23.04.1727 (CD 05/31, slide 116-118, versão digitalizada). **Observação:** *3 anos e 9 meses, cf. APM, SC (1713-1749), documento de 26.03.1738, f. 18.

⁴⁰ REBELO, Francisco Antônio. *Erário régio. Análise e organização*: Tarquínio J. B. de Oliveira. Brasília: Escola superior de administração fazendária/ESAF, 1976. (versão digitalizada).

Infelizmente, não foram encontrados todos os contratos com seus valores e contratadores, tampouco a descriminação detalhada dos arrendamentos por caminho. Os valores dos arrendamentos das entradas, referentes aos anos de 1742 a 1787, somam a quantia de Rs 4.387:264\$102. Apenas no contrato de José Ferreira da Veiga, arrematado por Rs 755:900\$000 para o triênio 1754-1757, foi registrado o valor do arrendamento por caminho. Para o trajeto do sertão da Bahia e de Pernambuco, definiu-se o valor do arrendamento em Rs 248:000\$000, ou seja, cerca de 32% do valor da arrematação de todas as entradas.

Caso os demais contratos tenham mantido essa proporção, pode-se projetar que os contratos das entradas das Minas para o Sertão da Bahia e Pernambuco podem ter rendido aos cofres reais cerca de 30% do valor dos arrendamentos dos contratos das entradas, ou seja, cerca de Rs 1.232:000\$000, aproximadamente.

Quadro 4 - Arrecadação da Fazenda Real nas arrematações das passagens dos rios e uma projeção para os contratos das entradas para a Bahia

Contratos	Número de contratos encontrados	Período	Valor em réis
Passagens dos rios Araçuaí, Jequitinhonha e Sapucaí	32	1736-1795	26:885\$100
Passagens dos rios São Francisco e seus afluentes	18	1749-1788	35:530\$000
Total das arrematações das passagens dos rios			62:415\$100
Contrato de todas as Entradas	07	1738-1787	4.387:264\$102
Caminhos do Sertão da Bahia e Pernambuco	07	1738-1787	*1.232:000\$000

Fonte: Dados retirados dos quadros anteriores, conforme indicado. **Observação:** *Projeção aproximada.

As arrematações das passagens dos rios que movimentaram a circulação de pessoas e de produtos entre Minas Gerais e a Bahia, durante o século XVIII, rendeu aos cofres reais o valor de Rs 62:415\$100, conforme demonstrado. A fragmentação dos dados em relação aos rios de acesso às minas do rio das Contas e de Jacobina impossibilita contabilizar a arrecadação. Os dados expostos no Quadro 5 demonstram que as arrematações das

passagens dos rios representavam, aproximadamente, cerca de 15% do valor das arrematações de todas as entradas. Esta projeção leva a pensar que a maior parte das arrecadações dos arrendamentos era originária dos registros fiscais dos caminhos terrestres e não dos fluviais.

Quadro 5 - Participação dos contratos na receita total (1725-1799)

Contrato	1725	1740	1755	1770	1785	1799
Quinto do ouro	74,0%	65,5%	58,0%	57,4%	58,0%	50,0%
Quinto dos Diamantes	-----	11,0%	14,0%	18,0%	-----	-----
Entradas	14,0%	14,5%	21,0%	16,0%	27,0%	30,6%
Dízimos	11,2%	8,3%	6,2%	8,0%	14,1%	18,3%
Passagem dos rios	0,8%	0,7%	0,8%	0,6%	0,9%	1,1%
Total da arrecadação em mil réis	692.561	1.232.713	979.341	788.367	463.177	395.824

Fonte: RESENDE, Fernando. *A tributação em Minas Gerais no século XVIII*. Seminário sobre a economia mineira. Diamantina. In: CEDEPLAR/FACE/ UFMG. Belo Horizonte, 13 (2), p. 365-391, maio/ago., 1983, p. 376.

Segundo os dados de Fernando Resende, expostos no Quadro 5, a participação dos contratos das entradas na receita real foi crescente no decorrer do século XVIII, atingindo um percentual de 30,6%, em 1799. A contribuição dos arrendamentos dos caminhos só perdeu para a arrecadação dos quintos do ouro no decorrer do período analisado. Inversamente, o percentual da arrecadação dos contratos das arrematações das passagens dos rios sofreu queda paulatina no decorrer do período, atingindo um índice de 0,7%, em 1740.

Os contratos das entradas dizem respeito aos caminhos de terra e, assim como nos contratos para as passagens dos rios, estabeleciam condições a serem cumpridas pelos contratadores e pelo monarca, bem como definiam questões administrativas, direitos e obrigações dos envolvidos. Os contratos eram assinados na “casa de residência” do governador da capitania, local onde se reunia a “Junta da administração da real fazenda”⁴¹.

⁴¹ APM, CC, 2030. “Mapa das propinas dos contratos do governador das Minas Gerais – rematações de 3 anos”, s/d.

Aos contratadores estavam reservados os direitos de estabelecerem os registros onde melhor lhes conviessem, e a cobrança dos pedágios deveria ser feita "em ouro quintado, e sendo em dinheiro se lhe terá a conta a razão de Rs 1\$500 réis por oitava"⁴². A nomeação de escrivães, meirinhos e feitores era feita pelo contratador, mas seus provimentos eram pagos pelos provedores da fazenda, e todas as demais despesas da administração e arrecadação do contrato eram de responsabilidade do contratador.

A implantação do sistema de contratos consistia no arrendamento da função pública para uso privado. O monarca, ao arrendar cargos e ofícios, aumentava as rendas do estado e reforçava os laços de clientelismo. A exigência para se tornar arrematante era a de que este fosse maior de 25 anos ou emancipado, católico, mentalmente capaz, do sexo masculino e livre de quaisquer vínculos de sangue, considerados infectos de negros, judeus e muçulmanos. Os colonos exploraram as redes clientelares, administrando conflitos para se apropriarem das riquezas locais e, paulatinamente, construíram os alicerces da interiorização metropolitana na Colônia. As defesas de interesses dos vassalos e a garantia do que possuíam ao rei, alimentavam as constantes querelas entre administradores, contratadores e a Coroa.

Os problemas intestinos do sistema de contratos iam desde a "perda" dos livros que registraram as arrecadações, os arrendamentos sem provisão real até à má administração dos contratadores. No conjunto, estas práticas conduziam ao que o rei tentava combater sem sucesso: o descaminho das rendas reais. Acontecia de os contratadores não repassarem os pagamentos dos arrendamentos nos prazos previstos e de o governador da capitania, também envolvido na teia clientelista do sistema de contratos, tentar apresentar-se diante do rei como um fiel defensor das rendas monárquicas⁴³.

⁴² *Ibid.*

⁴³ APM, SC, 115 (1755-1758), documento de 09.03.1777, f. 102.

Os valores dos lances nos leilões, destinados às arrematações dos direitos das entradas, eram outro problema enfrentado pela Coroa e pelas autoridades coloniais. A não arrematação dos contratos implicava em não executar a cobrança dos impostos e dos pedágios que eram de responsabilidade dos contratadores. Em 1757, os reduzidos valores dos lances eram uma das principais causas da falta de arrematação, e a justificativa para se contratar, por apenas um ano, o direito das entradas⁴⁴.

Essa estratégia utilizada pelos contratadores implicava no aumento de seus lucros, já que o repasse nesses contratos eram inferiores aos contratos trienais. No ano seguinte, o problema de lances baixos permaneceu e o rei considerou “diminuto o prelo de 300 mil cruzados que os lançadores ofereceram pela arrematação do contrato das entradas para as Minas por tempo de um ano”. Por ordem régia, foi definido que o valor do contrato atual não fosse inferior ao do ano precedente e concluiu-se a determinação, acusando os homens de negócio de praticarem descaminho ao não arrematarem os contratos pelo preço considerado justo⁴⁵.

No caso extremo de falta de arrematadores, as autoridades coloniais optavam por, excepcionalmente, nomear funcionários para administrarem os caminhos, em recusa do “diminuto preço, com que os lançadores, que se descobriram, intentara reduzilo a tão módica quantia a respeito de seu anterior rendimento, que inteiramente ficam destruindo o procedimento do mesmo contrato, e deteriorada a real fazenda”. O sentido dessa interpretação é que a recusa dos contratadores em aceitar os lances reais estabelecidos para o leilão configurava-se uma prática de descaminho, já que esta atitude implicava na inaplicabilidade de uma determinação régia. Na verdade, significa que uma das

⁴⁴ APM, SC, 118 (1755-1766), documento de 1757, f. 15-17v.

⁴⁵ APM, SC, 115 (1755-1758), documento de 31.01.1758, f. 3 e 5.

partes estava quebrando as regras de um jogo que a todos interessava. Pior que ceder às exigências dos *homens de caminho*, era deixar de arrecadar os numerários que nutriam a fazenda real e, assim, foi determinado que “na falta de arrematadores pertence *insolidem* [sic] ao governo poder de nomear os ditos recebedores, executores – e administradores, dando estes fianças seguras e abonadas a contendo do tesoureiro na forma do regimento para se acautelar todo o descaminho”⁴⁶.

A Coroa, ao substituir as rendas reais pelo sistema de contratos, conseguiu alicerçar uma estrutura administrativa capaz de garantir a arrecadação das receitas. A provedoria das Minas era o órgão que realizava os leilões na capitania. Quando as arrematações aconteciam em Lisboa, os contratadores poderiam enviar procuradores à sede do Império para representá-los em hasta pública. De maio de 1723 até abril de 1725, as arrematações realizavam-se no Conselho Ultramarino; a partir de novembro de 1731, os contratos voltaram a ser arrematados na provedoria das Minas; e em 1736 passaram a ser, definitivamente, realizados na sede do Império ultramarino⁴⁷.

A decisão em manter as arrematações no Conselho Ultramarino, dentre outros fatores, relacionava-se à iniciativa de retirar dos governadores das capitâncias a possibilidades de formar os conluios que prejudicavam o fisco. Em 1725, a Coroa denunciara esta prática na arrematação dos caminhos do sertão da Bahia. Considerando a grande circulação de fazendas e os negros que, saídos da Bahia, passaram a vir para as Minas, pelo Rio de Janeiro, o governo lusitano, a princípio, orientou que o provedor da fazenda “devassasse este conluio e suspendereis [sic] a arrematação por vários dias”⁴⁸.

⁴⁶ APM, SC, 118, documento de 12.03.1766, f. 141-143.

⁴⁷ COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1944, p. 192-193.

⁴⁸ APM, SC, 23 (1721-1731; 1738-1746), documento de 05.07.1725, f. 49v-50.

Novamente o monarca assumiu a costumeira postura de árbitro, pedindo que não se chegasse ao extremo de prender os contratadores envolvidos nos conluios. A decisão esclarecia que o bom andamento das arrecadações reais dependia muito mais dos acordos estabelecidos entre ele e seus colonos, do que a pretensa força de uma decisão régia: “vos declara que não deveis mandar prender a pessoa que referi pelo dito de se ter conluiado sem culpa formada e constar que esta resultava contra ele da devassa que ordenaste tirasse deste caso o provedor real da fazenda”⁴⁹.

A formação de conluios envolvendo autoridades coloniais, os crescentes aumentos da arrecadação e os ganhos adicionais com as propinas que eram direcionadas para a burocracia, compõem uma série de fatores que podem ter levado Lisboa a querer para si o controle direto sobre os contratos. Para Campos⁵⁰, o fato de os conselheiros do Ultramarino não participarem da distribuição de propinas e a necessidade de afastar os governadores dos lucros da colonização também foram decisivos. Os conluios que envolviam autoridades reduziam a arrecadação tributária e, posteriormente, contribuíam para a sonegação e o desvio do pagamento das rendas reais. Em 1724, Dom Lourenço informou ao rei a existência de “conluios entre os lançadores para que os contratos não subissem”⁵¹.

O sistema de contratos impôs normas para arrematação dos caminhos pelos contratadores e fiscalizar o movimento de pessoas e produtos por estas vias foi outra preocupação da Coroa que encontrou, na criação dos registros fiscais e das Casas de Fundição, os principais mecanismos para controle sobre as

⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁰ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado. 1693-1737.* 467p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 264.

⁵¹ Sobre a arrematação dos contratos. Vila Rica, documento de 30.08.1724. RAPM, Belo Horizonte, ano 31, 1980, p. 193 (CD 05/31, slide 100, versão digitalizada).

atividades dos *homens de caminho*. Os sertões foram marcados pela pluralidade de práticas e costumes, pelos constantes trânsitos de pessoas das mais variadas partes do mundo e pelas adaptabilidades necessárias para as implementações do controle real sobre as riquezas. Assim, a Coroa portuguesa, não teve alternativa senão dialogar e negociar para garantir a arrecadação das rendas reais.

UMA CAPITANIA REFORMADA: O REORDENAMENTO TERRITORIAL DE PORTO SEGURO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Francisco Cancela

As medidas reformistas do reinado de D. José I não tardaram em aportar na antiga capitania de Porto Seguro. Ao transformar a antiga donatária em uma capitania reformada, a Coroa portuguesa procurou incorporar Porto Seguro no circuito geral do antigo sistema colonial, estimulando a ampliação da produção agrícola, fomentando o comércio com os principais centros urbanos da América e dilatando a exploração dos recursos naturais regionais. Os desafios a superar, no entanto, eram enormes. Afinal, desde o fim do século XVI, a antiga capitania vivia um intenso processo de estagnação econômica e de crise da autoridade política.

Datado do início da década de 1760, o projeto reformista destinado à colonização do território porto-segurensse se baseou tanto no movimento de secularização em curso na sociedade portuguesa quanto no fortalecimento das práticas mercantilistas nos domínios coloniais. Ao tentar construir um modelo alternativo de administração para a antiga donatária, o reinado josefino transformou a capitania numa ouvidoria subordinada ao governo geral da Bahia e nomeou um magistrado régio para ministrar a justiça, instituindo mecanismos mais sofisticados de fiscalização e centralização do poder. Com vistas a integrar a região ao sistema colonial, determinou sua transformação num polo produtor de gêneros alimentícios para abastecer os principais centros urbanos da colônia, fomentando a dilatação

da ocupação territorial, a expansão das atividades agrícolas e extrativistas e a construção de canais de comunicação terrestre com o Rio de Janeiro.

Um dos aspectos basilares do projeto colonial definido pelo reinado de D. José I para a antiga capitania de Porto Seguro consistia na ocupação efetiva de seu vasto território. Na intenção de reverter um quadro de total descontrole sobre aquele domínio colonial, no qual os sertões se agigantavam frente a pequenos vilarejos, a Coroa portuguesa ordenou aos seus oficiais régios a tarefa de criar novas povoações coloniais com o objetivo de dilatar o controle sobre as gentes e o território porto-seurense, expandindo o domínio monárquico sobre uma região estrategicamente localizada entre os dois principais centros urbanos da colônia americana (Salvador e Rio de Janeiro) e o seu mais importante centro produtor de ouro e pedras preciosas (capitania de Minas Gerais). Desta forma, por meio do estabelecimento de novas vilas, esperava-se alcançar melhores condições para o aproveitamento da população indígena local, maiores possibilidades de exploração das riquezas naturais da região e maior capacidade de controle fiscal das vias de acesso à capitania de Minas Gerais, bem como de defesa militar contra as intensas incursões que os índios hostis realizavam nas fazendas, povoações e estradas de Porto Seguro.

O estabelecimento dessas novas vilas deveria ser realizado pela incorporação dos índios mansos ou aliados à política colonial de povoamento. De acordo com as ordens régias encaminhadas aos ouvidores, as novas vilas deveriam ser formadas tanto pela reunião das pequenas povoações indígenas classificadas como “domesticadas” quanto pelo agrupamento de “índios descidos” dos sertões em tom de paz, reproduzindo uma estratégia inscrita nas diretrizes do Diretório dos Índios desde 1757¹. Em ambas as situações, a Coroa portuguesa nomeava as populações indígenas como agentes essenciais para o povoamento da antiga capitania

¹ Diretório, § 76.

de Porto Seguro, dependendo diretamente do seu engajamento para a realização do projeto colonial, gerando, por isso, a possibilidade de conflitos, a necessidade de negociações e boa dose de riscos².

Em menos de uma década, a execução da referida política resultou na criação de seis novas vilas que redimensionaram o ordenamento territorial da antiga capitania. Concentrando-se na região ao sul de Porto Seguro, essas novas povoações redesenharam seu mapa colonial, transformando-se nos principais núcleos demográficos da região, além de importantes polos econômicos responsáveis pela produção de farinha e extração de madeiras. Também se destacaram como espaços privilegiados de inserção das populações indígenas à sociedade colonial, conforme estabelecia a política indigenista em voga na América portuguesa. Ademais, essas vilas setecentistas, embora tenham vivenciado dinâmicas demográficas, econômicas e políticas distintas e diversificadas ao longo dos anos, se transformaram na base da atual municipalidade do extremo sul da Bahia, encarnando na origem de boa parte das cidades da região a forte presença física, cultural e territorial dos povos indígenas.

Quadro 1 - Cronologia da fundação das novas vilas na capitania de Porto Seguro – 1764/1772

VILA	FUNDAÇÃO
Prado	1764
São Mateus	1764
Belmonte	1765
Viçosa	1768
Porto Alegre	1769
Alcobaça	1772

Fonte: CANCELA, Francisco. As vilas de índios na Capitania de Porto Seguro. *Anais Eletrônicos do I Congresso Sergipano de História*. São Cristóvão: IHGSE, 2008.

² INSTRUÇÃO para o ministro (Tomé Couceiro de Abreu), que vai criar a Nova Ouvidoria da Capitania de Porto Seguro. Palácio d'Ajuda, Cod. 603, 30.04.1763.

Essas transformações experimentadas na antiga capitania de Porto Seguro após a criação da Nova Ouvidoria de Porto Seguro ocupam um espaço bastante restrito na historiografia brasileira. Nas pesquisas produzidas sobre as cidades e vilas coloniais, essa experiência porto-segurensse já foi analisada desde meados do século XX, tendo sido destacado, sobretudo, o planejamento urbano dessas novas vilas e o modelo de arruamento regular e retilíneo³. Essas abordagens, contudo, não se preocuparam em vincular o processo de ocupação territorial com a política colonial mais geral, dando a impressão de que se tratava apenas de um movimento urbanizador mergulhado na atmosfera de transformações ilustradas, sem nenhuma relação com as projeções impostas pela Coroa portuguesa para a colonização efetiva daquela região. Tais trabalhos transmitiram também uma visão pessimista dos índios, analisando-os apenas como mão de obra, números demográficos e vítimas inocentes da ação portuguesa. Este texto, no entanto, busca apresentar uma perspectiva oposta, inserindo o processo de criação das vilas no quadro geral das experiências forjadas durante a execução do projeto colonizador pombalino e movido não apenas pelos agentes da administração portuguesa, como também pelos próprios índios enquanto sujeitos ativos do processo colonial.

De projeto a processo colonial: a criação das vilas de índios

Com a criação de seis novas vilas, a ocupação territorial da antiga capitania de Porto Seguro conheceu dimensões até então nunca

³ AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, n. 208. São Paulo: FFCL-USP, 1956; REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968; FLEXOR, Maria Helena. Os *núcleos urbanos planejados do século XVIII*: Porto Seguro e São Paulo. Salvador: Centros de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1989; DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia*. Planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Ed. Alvaciord, 1997; SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2001.

alcançadas em mais de 250 anos de colonização. A expansão do domínio colonial sobre regiões abundantes em terrenos férteis e em madeiras de lei estimulou a emergência de novas frentes de expansão agrícola e extrativista que dilataram a presença portuguesa nos rincões da capitania e aceleraram o processo de exploração econômica dos bens naturais existentes na região. O fornecimento regular de mão de obra, assegurado pelos núcleos habitacionais distribuídos por esses sítios produtores de mandioca e especializadas no corte de madeiras, potencializou a exploração em larga escala dos referidos produtos, resultando não apenas no aumento da produção como no crescimento da participação de Porto Seguro no comércio colonial. Desta forma, as novas vilas possibilitaram uma maior dinamização da economia porto-seurensense, fundando as bases para o redimensionamento do lugar da antiga capitania no quadro geral do sistema colonial.

Mais que isso, as seis novas vilas também redimensionaram o lugar das relações sociais entre índios aliados e outros grupos étnico-sociais. Como principal lócus de experimentação da política indigenista pombalina, essas novas povoações foram planejadas para funcionar como verdadeiros laboratórios da formação de uma sociedade que se pretendia biologicamente mestiçada, culturalmente europeizada, socialmente hierarquizada, politicamente disciplinada e economicamente produtiva. Todavia, antes de atender mecanicamente às instruções, ordens e provimentos emanados de Lisboa, as vilas funcionaram como uma arena de conflitos e mediações, resultando na emergência de vivências históricas que foram capazes de materializar novas povoações consoantes com as condições existentes, inclusive definindo-as como territórios que, além de coloniais, eram também indígenas.

Nesse sentido, ao se engajarem na criação das novas vilas, as populações indígenas não atuaram de forma passiva. Conforme as possibilidades existentes, imprimiram no processo de ocupação

territorial seus próprios ritmos, signos e sentidos, demarcando por meio da construção das casas, das rotinas diárias, do calendário festivo, da especificidade da fala e dos costumes e de outros inúmeros traços distintivos que, em verdade, aquelas novas vilas eram bastante diferentes. Em outras palavras, os índios não só se engajaram como também redimensionaram o processo de (re)territorialização que o projeto colonizador pombalino impôs à antiga capitania de Porto Seguro. Afinal de contas, como argumentou João Pacheco de Oliveira, o processo de territorialização

não deve jamais ser entendido simplesmente como de mão única, dirigido externamente e homogeneizador, pois sua atualização pelos indígenas conduz justamente ao contrário, isto é, à construção de uma identidade étnica individualizada daquela comunidade⁴.

Não foi à toa que, em pouco tempo, as vilas criadas pelos oficiais régios da Nova Ouvidoria de Porto Seguro passaram a ser conhecidas como *vilas de índios*. Dos colonos aos agentes da administração colonial, todos assim as denominavam porque reconheciam suas diferenças frente às demais vilas existentes na antiga capitania. Não era apenas a forte presença quantitativa dos índios que contava nesse reconhecimento, mas também a insistente manifestação de hábitos considerados bárbaros, tais como o uso da língua indígena, a vestimenta pouco convencional aos padrões metropolitanos, a realização de festas, danças e bebedeiras e certas resistências ao catolicismo. Além disso, também era perceptível aos luso-brasileiros um modo próprio de usar e cuidar do espaço público, cuja especificidade se manifestava nas casas de palha, no desleixo com a manutenção dos prédios ou na falta de asseio das vias públicas. No limiar dos Oitocentos, as vilas do Prado, Belmonte, Viçosa, Porto Alegre e Alcobaça continuavam sendo tratadas como vilas de índios,

⁴ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. *Maná – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 60, abr. 1998.

acrescentando ainda as vilas de Trancoso e Verde, assim também classificadas por terem sido originadas dos antigos aldeamentos jesuíticos de Porto Seguro, em 1759.

Embora a documentação compilada disponha apenas de informações fragmentadas e dispersas sobre a vida urbana e o papel das vilas de índio na política geral de colonização, uma análise pormenorizada da dinâmica demográfica, política e cultural das vilas permite perceber como o prescrito se transformou em vivido, revelando não apenas as peculiaridades aqui vivenciadas, como também as reinvenções forjadas no próprio contexto da execução do projeto colonizador pombalino. Por meio do cruzamento de distintas fontes de caráter quantitativo e qualitativo, torna-se possível delinear alguns aspectos gerais das vilas de índios da antiga capitania de Porto Seguro que comprovam a importância dessas povoações como espaços privilegiados para a tradução da política indigenista e a construção das políticas indígenas no fim do período colonial.

Políticas indigenistas e políticas indígenas nas vilas de índios

Antes de se constituir como um movimento efetivo de povoamento, a criação das novas vilas na capitania de Porto Seguro se instituiu, na verdade, como uma política de consolidação e institucionalização da ocupação territorial pré-existente. Das seis vilas fundadas pelos ouvidores régios entre 1764 e 1772, quatro foram oriundas de “povoações domesticadas” que abrigavam grupos indígenas com larga experiência de contato com a sociedade colonial. De um modo geral, essas povoações estavam subjugadas ao governo temporal e espiritual da Coroa portuguesa há vários anos, sendo sua origem relacionada ao avanço da conquista e colonização movida pela iniciativa de particulares ou de religiosos, auxiliada pela própria intervenção da Coroa portuguesa por meio da distribuição de sesmarias, concessões de jurisdições e apoio financeiro e material às frentes

de expansão. As outras duas vilas, por outro lado, foram criadas pela arregimentação de “índios vadios” que viviam dispersos nos vastos territórios da capitania, assim como por um grande número de degredados que foram enviados pela Relação da Bahia e do Rio de Janeiro.

Quadro 2 - Povoações “domesticadas” transformadas em vilas – 1764/1772

ANTIGAS POCOAÇÕES			NOVAS VILAS		
Nome	Fundação	Demografia (1764)	Nome	Fundação	Responsável
Povoação de São Mateus	S/I	345 habitantes	São Mateus	1764	Tomé Couceiro de Abreu
Aldeia dos índios Meniãs	1681	135 habitantes	Belmonte	1765	Tomé Couceiro de Abreu
Arraial do Campinho	1720	452 habitantes	Viçosa	1768	José Xavier Machado Monteiro
Arraial do Itanhém	1740	90 habitantes	Alcobaça	1772	José Xavier Machado Monteiro

Fonte: CANCELÀ, *op. cit.*

Tais informações permitem levantar três importantes características básicas das vilas de índios de Porto Seguro. A começar, obviamente, pela identificação do perfil dos grupos indígenas que foram arregimentados para o estabelecimento das novas povoações. Classificados genericamente como índios “domesticados”, esses indivíduos eram, em sua maior parte, oriundos dos antigos aldeamentos jesuíticos ou particulares, de onde haviam fugido em direção a pequenas povoações em busca de maior autonomia e melhores condições de vida. Como um grupo diferenciado frente aos “inconstantes e bárbaros habitantes dos sertões”, os índios “domesticados” mantinham, há muito tempo, certos compromissos com autoridades e colonos luso-brasileiros, especialmente nas questões relativas à aliança bélica contra os grupos indígenas hostis e a prestação de serviços agrícolas e extrativistas, além, obviamente, de uma complexa rede de compromissos matrimoniais, comerciais

e culturais que nem sempre guardavam presença nos documentos oficiais. Desta forma, os índios que se engajaram na construção das novas vilas carregavam consigo uma memória secular de contatos, conflitos e acordos com a sociedade colonial, com a qual se instrumentalizavam para a construção de suas estratégias de sobrevivência nessa nova experiência da história da conquista e colonização da América portuguesa.

Ademais, os índios “domesticados” que atuaram na criação das novas vilas de Porto Seguro possuíam origem étnica bastante diversificada, abrigando inúmeros grupos pertencentes aos troncos linguísticos Tupi e Macro-Jê. Na documentação consultada, no entanto, a maioria dos índios é classificada como “língua geral”, o que evidencia uma postura classificatória pautada em critérios mais político-culturais que propriamente etnográficos. Embora um índio de “língua geral” pudesse representar um descendente direto dos grupos do tronco linguístico Tupi, que mantiveram contatos com os jesuítas e colonos luso-brasileiros na região litorânea desde os primórdios da colonização, não se pode descartar, por sua vez, o uso dessa categoria com outras conotações. Certamente, os inúmeros índios de “língua geral” que habitavam as vilas de Porto Alegre, Alcobaça, Prado e Viçosa não eram apenas de Tupinikin fugitivos dos aldeamentos. Elas também comportavam muitos índios do tronco Macro-Jê, que há muito tempo eram aliados e estavam inseridos nas estruturas da sociedade colonial, com relativo domínio do português e/ou falantes da chamada língua geral, evidenciando mais uma vez a larga experiência de contato destes “domesticados” com o mundo colonial português.

Os dados levantados por meio da visita pastoral realizada na Vila de Porto Alegre em 1803 elucidam essa hipótese. Embora não reflitam um retrato universal da população local, as informações existentes nessa fonte permitem problematizar o uso da categoria “língua geral”, apoiando-se na afirmativa de John Monteiro.

Segundo o autor, novas denominações surgiram na situação colonial com a finalidade de classificar e tornar compreensível os diversos grupos indígenas a partir de um amplo repertório de nomes e categorias inventadas tanto pelos desejos e projeções dos colonizadores quanto pelos ajustes e aspirações das mais variadas populações indígenas⁵. Segundo os dados levantados, dos 18 moradores inquiridos na devassa, cinco eram brancos ou pardos, três eram “língua geral” egressos das vilas de Olivença, Verde e Trancoso e dez foram classificados como “língua geral natural e morador de Porto Alegre”, com idades que variavam entre 40 e 60 anos. Em uma região tradicionalmente ocupada por índios Pataxó e Machacali, esses índios naturais do rio Mucuri certamente não eram descendentes diretos dos Tupinikin, mas, possivelmente, integrantes do tronco Macro-Jê, que já acumulavam incontáveis experiências com o mundo colonial - o que lhes permitia serem tratados e reconhecidos como aliados e integrantes da política assimilação portuguesa, sendo, por isso, classificados pelos colonos enquanto índios “língua geral”⁶.

Outra característica básica das povoações criadas na antiga capitania de Porto Seguro consistia na ausência dos descimentos como mecanismo central de fornecimento e manutenção do contingente populacional das vilas de índios. Ainda que recomendados pela legislação metropolitana, os descimentos não foram praticados pelas autoridades coloniais, nem foram concebidos como prioridade pela Coroa portuguesa. Não há nenhum único registro desse tipo de prática na documentação consultada, a não ser a divulgação esporádica de possíveis grupos que desejavam descer “voluntariamente”. Não obstante, abundam lamentos e queixas dos ouvidores sobre a impossibilidade de organizar expedições aos sertões, como

⁵ MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores*: estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 24.

⁶ AUTO da inquirição aos moradores das comarcas do norte do Bispado do Rio de Janeiro. Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro (ACRJ), Visita Pastoral, VP10, 1803.

atesta uma correspondência assinada por José Xavier Machado Monteiro, na qual informava à Coroa portuguesa que "do sertão não desce gentio manso, nem eu tenho meios de suprir a despesa de o mandar lá catequizar"⁷.

Essa situação era bastante diferente da experiência levada a cabo na formação das vilas de índios nos estados do norte da América portuguesa. Na região em que o *Diretório dos Índios* foi construído, os descimentos se transformaram no principal responsável pela formação de inúmeras povoações, além de atuar também na manutenção demográfica de vilas e lugares. Segundo Mauro Cezar Coelho, durante a vigência do *Diretório* no vale amazônico, cerca de 2 mil indígenas foram incorporados à sociedade colonial por meio de 30 descimentos realizados por missionários, autoridades coloniais e lideranças indígenas. No ano de 1780, por exemplo, o principal Maria Felipa Aranha promoveu o descimento de 300 índios que foram reunidos na margem do rio Branco, onde fundaram o Lugar de São Bernardo da Pederneira. Desta forma, reproduzia-se ali uma longa tradição de descer os índios de suas terras e aldeias originárias para fixá-los em povoações civis, movida agora por uma deliberada intervenção do Estado monárquico que, por meio do *Diretório*⁸, classificou essa atividade como a "primeira e mais importante obrigação" das autoridades coloniais, com a qual se esperava a "conservação e aumento" das povoações, bem como a "civilidade dos mesmos índios por meio da comunicação e do comércio"⁹.

Por que, então, os descimentos não foram realizados na capitania de Porto Seguro? Quais os motivos que levaram

⁷ CARTA do ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, relatando fatos que demonstravam o progresso da sua capitania. Porto Seguro, abr. 1773. Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), Baía – Avulsos, documento 8581.

⁸ Diretório, § 76 e 79.

⁹ COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia - o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005, p. 203-207.

a Coroa, as autoridades régias e os colonos a desprezarem um incontável número de índios que se refugiavam nos sertões porto-segurenses? Como explicar o descumprimento de uma obrigação tão bem recomendada às autoridades coloniais pela legislação indigenista?

Estas são perguntas pertinentes que, em parte, já foram respondidas pela fala do ouvidor José Xavier Machado Monteiro transcrita a poucas linhas anteriormente. Afinal de contas, a execução da política de descimentos exigia altos investimentos, pois a montagem de expedições aos sertões demandava a contratação de pessoas, a compra de equipamentos e produtos e o domínio da vida e dos costumes dos povos da floresta. Era, por exemplo, indispensável o envolvimento de alguns especialistas, como o *língua* que realizava a mediação cultural entre os luso-brasileiros e os grupos indígenas habitantes dos sertões. Também era preciso arregimentar um grande número de índios aliados e de colonos para a defesa e intimidação dos índios bravos, sendo necessário armar e municiar toda a tropa com espingarda, chumbo, pólvora, arco e flecha. Além disso, não podiam faltar os mantimentos necessários para a alimentação da tropa, como farinha, carne e algum feijão, nem as ferramentas necessárias para o trabalho de derrubada dos matos e abertura de caminhos. Por fim, fazia-se ainda necessária a aquisição de muitas ferramentas, tecidos, espelhos e outros produtos manufaturados europeus que seriam ofertados com a finalidade de demonstrar a natureza pacífica e amigável da expedição e a disposição dos luso-brasileiros em celebrar acordos políticos com os contatados.

Com a demanda de tão avultados custos, os descimentos acabaram não se enquadrando na política geral da colonização reformista na antiga capitania de Porto Seguro. O papel do governo geral da capitania de Bahia muito influenciou nessa questão, pois manteve uma relação desdenhosa com os

territórios incorporados a sua jurisdição no fim da década de 1750, delegando aos ouvidores das novas comarcas toda responsabilidade na execução da política colonial e eximindo-se de qualquer apoio financeiro na dilatação das fronteiras agrícolas e extrativistas das referidas regiões. Ademais, os colonos luso-brasileiros de Porto Seguro não possuíam grande acúmulo de capital para investir largas somas de recursos nas expedições de descimentos, sendo-lhes mais conveniente aplicá-los na compra de instrumentos de trabalho, na montagem da frota para o transporte dos produtos e, principalmente, no pagamento dos serviços dos índios, pois somente assim garantiriam a expansão dos seus negócios, especialmente a produção de farinha e a extração de madeiras. Desse modo, as condições políticas e econômicas da capitania não permitiam a priorização da prática dos descimentos.

Além do mais, nos sertões de Porto Seguro não havia muitos “gentios mansos” disponíveis para a colonização. A quase totalidade dos índios que habitavam aquelas paragens se recusava ao contato com a sociedade colonial. Em geral, os índios dos sertões porto-segurenses optavam pela estratégia de circular pelas matas, aproximando-se das povoações sempre que lhe parecia conveniente, fosse em busca de refúgio dos ataques resultantes das constantes invasões de seus territórios, fosse em busca de bens manufaturados que desejavam.

As diversas funções das vilas de índios

Impossibilitados de conquistar os sertões e suas gentes, autoridades régias e colonos optaram por desenvolver uma política baseada no aproveitamento dos índios “domesticados” para que estes atuassem estrategicamente como uma barreira de contenção dos perigos do interior do continente. A distribuição geográfica das novas vilas acabou por formar uma cortina de proteção aos principais territórios econômicos da capitania,

impondo uma diminuição dos espaços de circulação dos grupos indígenas dos sertões e servindo como posto tático de combate às incursões que os grupos hostis realizavam nas povoações, fazendas e estradas da região. Nas vilas, a grande concentração de índios aliados traduzia-se na disponibilização de maior contingente de soldados aptos para pegar em armas contra os índios inimigos, possibilitando uma arquitetura de defesa mais ampla e efetiva comparando-se com a realidade existente nos séculos precedentes. Nas atas da Câmara da Vila de Porto Alegre, por exemplo, encontram-se várias autorizações de entradas contra o gentio bárbaro dos sertões: em 20 de maio de 1773, os oficiais incumbiram o capitão Domingos Machado a mover uma bandeira com os “soldados índios da vila”, armando-os com 25 espingardas, 28 libras de chumbo, 25 balas e 50 pederneiras; em 20 de janeiro de 1778, diante da “grande queixa dos moradores contra os gentios que têm destruído as suas lavouras e arriscado suas vidas”, o concelho aprovou outra entrada nas cabeceiras do rio Mucuri; e, no dia 29 de outubro de 1780, os oficiais da câmara também autorizaram mais uma “entrada ao mato contra o mesmo gentio” por “se achar esta vila cercada do gentio” que “já tinha feito uma morte em um morador dela”¹⁰.

Para além de se constituírem numa barreira militar contra os índios hostis, as vilas também desempenharam o papel de zona de contato. Não são poucos os relatos de grupos indígenas dos sertões que passaram a descer regularmente nessas povoações para realizar trocas comerciais, principalmente com objetivo de adquirir ferramentas metálicas. Tais índios, inclusive, passaram a simular conflitos com outros grupos indígenas ou anunciar a possibilidade de um descimento definitivo somente para

¹⁰ TERMO de Vereação do dia 20 de maio de 1773. Senado da Câmara da Vila de São José de Porto Alegre. Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Colonial, maço 483-3, p. 53; TERMO de Vereação do dia 20 de janeiro de 1778. Senado da Câmara da Vila de São José de Porto Alegre. APB, Seção Colonial, maço 483-3, p. 107; TERMO de Vereação do dia 29 de outubro de 1780. Senado da Câmara da Vila de São José de Porto Alegre. APB, Seção Colonial, maço 483-3, p. 124.

garantir acesso a mais ferramentas e mais alimentos. Assim, ao se consolidarem como zonas de contatos, as novas vilas da antiga capitania de Porto Seguro estimularam a formação de uma rede de comunicação e de relações interétnicas assentadas em laços de amizade e de comércio que possibilitaram a emergência de um complexo campo político, comercial e territorial fincado à margem do domínio efetivo da Coroa portuguesa¹¹. No entanto, as novas vilas precisavam de uma fonte regular de abastecimento populacional, pois apenas os índios “domesticados” e os falsos anúncios de descimentos não eram suficientes para assegurar a reprodução demográfica das povoações. Os ouvidores de Porto Seguro, então, apostaram na execução da política de aproveitamento dos vadios como agentes potenciais do povoamento da capitania, inserindo nesse grupo tanto os índios dispersos pelos sítios mais recônditos do território porto-seurenses, quanto os vadios e ociosos das cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Essa alternativa encontrada pelos agentes régios se transformou na mais importante característica básica da dinâmica demográfica e cultural das vilas de índios porto-seurenses, pois foi responsável pela formação de espaços coloniais multiculturais, onde índios das mais diversas etnias passaram a conviver com inúmeros indivíduos de origem étnico-cultural heterogênea, possibilitando a emergência de novas sociabilidades, experiências e identidades para os moradores dessas povoações¹².

¹¹ Sobre o conceito de “zonas de contato”, cf. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999. Segundo essa autora, as “zonas de contato” se formam a partir da “presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas, cujas trajetórias passam a se cruzar”. E, desse cruzamento, emergem “espaços sociais onde culturas disparem se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relação bastante assimétrica de dominação e subordinação” (p. 27).

¹² Nesse período, o termo vadio designava de forma bastante imprecisa e agregava um sem-número de indivíduos livres que viviam de trabalho irregular, da lavoura itinerante, da faísca ou de atividades mecânicas temporárias, quase sempre sem residência fixa e desprovidos dos meios necessários para a sobrevivência nos

Tal estratégia dos ouvidores baseou-se numa antiga prática da colonização portuguesa que se assentava no aproveitamento dos vadios, ociosos e pequenos criminosos na política de povoamento dos domínios coloniais. Desde pelo menos o século XV, a Coroa portuguesa reproduzia uma política de transplante populacional dinâmica e pragmática, pautada na ideia de punir e afastar dos principais centros políticos, econômicos e culturais os indivíduos que perturbavam a ordem, atribuindo-lhes novas funções sociais em outros territórios do império atlântico e mantendo-os a serviço da “razão de Estado” sob a égide da integração obrigatoria ao mundo do trabalho. Como sentenciados à pena do degredo, esses indivíduos eram extraditados e cumpriam sua punição por tempo, que variava de acordo com a gravidade do delito cometido (meses, anos ou para sempre). Esta experiência servia como uma forma de castigo aos malfeiteiros e, ao mesmo tempo, como uma possibilidade de regeneração ou purificação comportamental¹³.

O envio de degredados pela Relação da Bahia e do Rio de Janeiro acabou por se constituir no instrumento viabilizador da política de povoamento da antiga capitania de Porto Seguro na segunda metade dos Setecentos. Como uma reserva demográfica complementar aos grupos indígenas “domesticados”, os degredados foram fundamentais para a criação das vilas do Prado, Porto Alegre e Alcobaça. Embora exista na documentação consultada um grande número de reclamações dos ouvidores sobre a pequena quantidade de degredados despachados para Porto Seguro, o volume de indivíduos que aportaram no local foi,

moldes da vida colonial. Para maior discussão sobre os vadios, ver capítulo intitulado “Da utilidade dos vadios”, em SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII.* 4^a Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 51-90.

¹³ Sobre a prática do degredo na América portuguesa, ver PIERONI, Geraldo. *Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: Os degredados no Brasil Colônia.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ Fundação Biblioteca Nacional, 2000; e TOMA, Maristela. *Imagens do degredo: história, legislação e imaginário (a pena de degredo nas Ordenações Filipinas).* 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2002.

pelo menos, suficiente para conservar e aumentar a ocupação territorial nos vastos sítios da capitania¹⁴. No entanto, para além de representarem um importante peso quantitativo na manutenção das vilas, os degredados também representaram o ingrediente diferenciador do ponto de vista da dinâmica política e cultural das povoações, principalmente por introduzir novos sujeitos nas relações interétnicas daquela sociedade em formação.

Por meio da leitura das correspondências trocadas entre o ouvidor José Xavier de Machado Monteiro e o vice-rei do Estado do Brasil marquês do Lavradio foi possível identificar algumas informações que auxiliam na percepção da riqueza da experiência porto-segurenses. Os degredados extraditados para esta capitania formavam um grupo bastante diversificado, abrigando brancos, pardos, mulatos e negros, cujas trajetórias variavam desde o exercício de profissões liberais letradas até a experiência marcante do cativeiro. No que diz respeito aos seus crimes, apresentavam tipologias também heterogêneas, que contavam um vasto leque de atos cometidos contra os preceitos religiosos católicos, a ordem civil estabelecida e os costumes tradicionais da sociedade portuguesa. A título de exemplo, no dia 16 de setembro de 1776, o marquês do Lavradio encaminhou ao ouvidor de Porto Seguro a parda forra Inácia Francisca por “andar vestida em trajes de homem” e a preta forra Ana Carvalho “por ter dado indício de ser feiticeira”, recomendando que as conservassem em uma das novas vilas criadas na capitania “não lhes permitindo os meios para retornarem para esta terra”. Da mesma forma, no ano de 1773, o vice-rei despachou uma negra de nome incerto, acompanhada por seu filho mulato, degredada por ter realizado vários roubos na cidade do Rio de Janeiro, ordenando ao ouvidor que acomodasse a referida mulher

¹⁴ CARTA do desembargador, ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro ao [Martinho de Melo e Castro] agradecendo a nomeação do seu irmão, Francisco Machado, para o lugar de provedor da Comarca de Aveiro, e dando informações sobre a capitania de Porto Seguro. Porto Seguro, 01 jul. 1776. AHU, Baía – Avulsos, documento 9147.

“na pior e mais distante dessas povoações, vigiando muito sobre seus ardizes”, pois ela era “um vivo demônio capaz de sugerir as maiores desordens”. Também sofreu a pena do degredo para Porto Seguro Antônio Ferreira de Araújo Vieira, homem branco e casado, condenado pela “prática de advogar sem cartas de bacharel”, tendo partido do Rio de Janeiro em meados da década de 1770¹⁵.

A par desses e de outros casos ainda escondidos na massa documental da Relação da Bahia e do Rio de Janeiro, emergem indícios suficientes para se acreditar na transformação das vilas de índios em verdadeiros caleidoscópios de gentes e culturas. Afinal, ali se cruzaram, em diferentes condições jurídico-institucional e étnico-social, negros, mestiços, brancos e índios que imprimiram, cada um a sua maneira e de acordo com suas possibilidades, um sentido próprio aos novos espaços coloniais em construção. Além disso, curandeiros, feiticeiros, ladrões, sodomitas, desordeiros e outros tantos transgressores da ordem colonial passaram a conviver com os índios “domesticados”, alguns deles também considerados indolentes, fugidios, vadios e astuciosos, de cuja convivência emergiram experiências de intercâmbio cultural, de laços matrimoniais e de alianças políticas. Assim,

¹⁵ CARTA ao desembargador ouvidor geral da comarca de Porto Seguro. Rio de Janeiro, 16 set. 1776. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante ANRJ), Fundo Marquês de Lavradio (doravante FML), microfilme 024.97; CARTA escrita ao ouvidor de Porto Seguro. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1773. In: LAVRADIO, Marquês de. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: IEL, 1979, p. 125; REQUERIMENTO de Antônio Ferreira de Araújo Vieira, preso na cadeia do Rio de Janeiro, à rainha [D. Maria I], solicitando perdão régio que o livre do cumprimento da pena de degredo de seis anos em Porto Seguro, com que havia sido condenado segundo o acórdão da Relação do Rio de Janeiro, pela prática do crime de advogar sem as cartas de bacharel necessárias para o exercício dessa função, atendendo-se ao delicado estado de saúde de sua mulher e ao desamparo em que se encontram seus filhos, necessitando ambos da assistência do suplicante. Rio de Janeiro, 31 mar. 1786. AHU, Baía – Avulsos, documento 10181. Para outros casos, conferir os seguintes documentos: CARTA ao desembargador e ouvidor da Comarca de Porto Seguro. Rio de Janeiro, 24 out. 1776. ANRJ, FML, microfilme 024.97; CARTA ao desembargador e ouvidor da Comarca de Porto Seguro. Rio de Janeiro, 15 jan. 1776. ANRJ, FML, microfilme 024.97; CARTA ao Desembargador de Porto Seguro. Rio de Janeiro, 20 jul. 1776. ANRJ, FML, microfilme 024.97.

atendendo de maneira invertida as expectativas projetadas pela Coroa portuguesa, as vilas de índios se transformaram em um laboratório de formação da sociedade regional que, embora apresentasse predominância do componente indígena, se alimentava com fortes traços mestiços e com a reinvenção de tradições culturais e políticas de vários setores historicamente marginalizados da sociedade colonial.

Quadro 3 - Evolução demográfica das vilas da antiga capitania de Porto Seguro

POVOAÇÃO	1780	1813	1817
São Mateus	768	2220	3000
Prado	639	700	700
Belmonte	439	500	640
Viçosa	584	800	1100
Porto Alegre	449	500	437
Alcobaça	655	900	800
Trancoso	602	500	674
Verde	582	500	600
Caravelas	1278	3000	2300
Porto Seguro	1695	2500	1971

Fonte: MAPA da enumeração da gente e povo desta Capitania da Bahia, pelas freguesias das suas Comarcas, com a distinção em 4 classes das idades pueril, juvenil, varonil e avançada, em cada sexo, com o número dos velhos com mais de noventa anos, dos nascidos, dos mortos e dos fogos, conforme o permitiram as listas que se tiraram do ano pretérito, no que é de notar que aqui se não incluem 11 freguesias das Minas e Sertão do Sul, que passaram à jurisdição secular da Capitania das Gerais, ainda que se conservam na eclesiástica da Bahia. Bahia, 05 dez. 1780. AHU_ACL CU_005-01, Cx. 55, documento 10701; DESCRIÇÃO do Mapa Topográfico da Comarca de Porto Seguro, com algumas observações tendentes ao melhoramento da mesma Comarca, feita por ordem da Mesa do Desembargo do Paço, em provisão de 25 de agosto de 1813. Porto Seguro, 20 dez. 1813. BNRJ – Manuscritos, I-28,29,10; RELAÇÃO circunstaciada das vilas, freguesias e povoações compreendidas na Comarca de Porto Seguro, Capitania da Bahia. Porto Seguro, 23 ago. 1817. ANRJ – Série Interior, IJJ2-296A.

Com os índios “domesticados” e os degradados da Relação da Bahia e do Rio de Janeiro, os oficiais régios construíram a base da população das vilas criadas pela Nova Ouvidoria de Porto Seguro. O Quadro 3 demonstra alguns dados quantitativos que permitem perceber o quanto essas povoações conseguiram se consolidar como espaços privilegiados da incorporação das populações

indígenas na sociedade colonial. Ainda que apresente referenciais temporais desproporcionais e informações não tão objetivas, os dados levantados possibilitam algumas reflexões interessantes para as ideias que estão sendo aqui defendidas. Em números absolutos, nenhuma vila criada entre 1764 e 1772 sofreu, de 1780 a 1817, um movimento brusco de depopulação. Ao contrário, algumas povoações conseguiram duplicar o número de habitantes, como a Vila Viçosa que possuía, em 1780, 584 moradores e, no ano de 1817, abrigava 1100 indivíduos. No caso de São Mateus o crescimento alcançou a marca de quase 400%, o que lhe rendeu a perda do título de vila de índio, pois o número de colonos luso-brasileiros suplantou o número de índios, principalmente por causa do grande impulso da economia da mandioca na região. Comparadas entre si, Prado, Belmonte, Porto Alegre e Alcobaça mantiveram uma relativa estabilidade populacional, apresentando variações que não ultrapassavam uma centena de pessoas. Analisadas em conjunto com as demais vilas da capitania, as vilas de índios se destacaram como os maiores centros de concentração demográfica de Porto Seguro, mesmo considerando as limitações da vida urbana nesse período.

As vilas enquanto locais de convivência social, econômica, política e cultural não se limitavam ao espaço propriamente urbano formado pelas ruas, casas e prédios públicos. Outros lugares integravam o território da povoação, onde seus moradores realizavam suas atividades laborais e culturais, demarcando a inserção daquele sítio no conjunto da povoação não apenas por estar incluso em seus limites político-administrativos, mas também por fazer parte de suas relações de apropriação e transformação do espaço geográfico com o qual se relacionavam. Roças, fazendas, plantações, cabanas, pequenos vilarejos e outros lugares adjacentes completavam o espaço colonial da vila, mantendo uma relação centrípeta com o núcleo urbano, que se impunha como centro político, administrativo,

comercial e religioso. Aliás, as evidências demonstram que, comumente, o núcleo urbano sempre estava em defasagem em relação ao espaço ampliado da vila, como demonstram os mapas demográficos das vilas visitadas pelo padre João de Figueiredo Chaves Coimbra, que destacavam o pequeno volume de moradores presentes nas povoações quando da sua visitação, registrando, por exemplo, a presença de apenas 36 pessoas das cerca de 350 que habitavam a Vila de Prado em 1785¹⁶.

As vilas, no entanto, também sofriam com regulares baixas demográficas que motivavam os ouvidores a reclamar junto à Coroa portuguesa as dificuldades enfrentadas frente à “falta de gente” para manter e expandir a ocupação territorial. A principal modalidade de esvaziamento das povoações eram as frequentes fugas de índios e degredados, especialmente nas vilas que não foram oriundas de ocupações pré-existentes. Fugir não era um fenômeno casual na vida daqueles indivíduos, pois, mais que uma demonstração da suposta inconstância indígena ou da vadiagem dos degredados, essa prática representava, nas suas mais variadas dimensões, uma forma de construir melhores condições de vida, distanciando-se dos sistemas de compulsão ao trabalho e dos rigorosos esquemas de controle cultural existentes nas vilas. Para muitos índios “domesticados”, por exemplo, a dinâmica política das vilas pode ter sido interpretada como uma perda de autonomia, uma vez que o reordenamento do território e a redefinição jurídico-administrativa dos núcleos habitacionais implicaram na instalação de novos órgãos da administração colonial, na construção de um novo espaço urbano e na imposição de novas regras de controle demográfico e cultural que não representavam elementos condizentes com os interesses desses grupos há muito conhecedores das adversidades da situação colonial. Para alguns dos degredados, por sua vez, a vida naquelas condições também não estava

¹⁶ FREGUESIA de Nossa Senhora da Purificação da Nova Vila do Prado, 1785. ACRJ, Visita Pastoral, VP04.

de acordo com seu modo de vida, sendo mais interessante a construção de alternativas fora do austero modelo laboral imposto pela sentença do degrado.

Nas cartas do ouvidor José Xavier Machado Monteiro as evidências dos impactos das fugas na estabilidade demográfica das povoações são bastante perceptíveis. Em 1774, declarou ao secretário de negócios ultramarinos que muitos degredados e índios fugiam diariamente para a capitania de Ilhéus, para onde iam “por não haver aplicação da lei da polícia”. No ano seguinte, continuou a se queixar da multiplicação das fugas ao informar que “na Capitania de Ilhéus tem vadios índios de cá oriundos que deve exceder o número de 300 ou 400”. Na sua leitura, o motivo dessa evasão estava na natureza “rústica e incivil” de índios e degredados, que não se preocupavam em viver subordinados à ordem colonial, optando por viverem em lugares sem justiça e sem polícia¹⁷.

Algumas dessas fugas, todavia, foram realizadas com a participação de outros atores políticos, como barqueiros, pequenos proprietários e autoridades de outras capitania. Segundo a acusação dos agentes da administração colonial de Porto Seguro, o que movia esses indivíduos em persuadir a migração de índios e degredados para seus domínios era a possibilidade de usufruí-los como mão de obra barata e acessível. No entanto, mais que uma evidência da malícia dos colonos e da ingenuidade dos índios, esse tipo de fuga demonstra as relações de alianças e sociabilidades que eram passíveis de serem

¹⁷ CARTA do ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro [para Martinho de Mello e Castro], em que lhe comunica diversas informações relativas àquela capitania. Porto Seguro, 01 maio 1774. AHU, Baía – Avulsos, documento 8628; CARTA do ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, ao rei, sobre o desenvolvimento da sua capitania. Porto Seguro, 12 maio 1775. AHU, Baía – Avulsos, documento 8787; CARTA do ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, relatando fatos que demonstravam o progresso da sua capitania. Porto Seguro, abr. 1773. AHU_ACL CU_005-01, Cx. 46, documento 8581.

construídas no mundo colonial, nas quais os índios atuavam como sujeitos ativos, tentando conquistar algum benefício que lhes trouxesse maior autonomia e melhores condições de vida. Em 1773, os moradores da Vila de Porto Alegre informaram ao ouvidor que

fugiam vários moradores, principalmente índios e degredados. Uns para a [Capitania] dos Ilhéus e outros para a [Capitania] do Espírito Santo. Uns por terra e outros por mar. A causa disto é a facilidade com que os mestres de embarcações que navegam dentro e para fora dos portos levam gente sem passaportes e as várias pessoas que lhes dão conselhos, favor e ajuda para as fugas, que muitas vezes praticam em canoas e para isso furtam móveis e bens dos moradores¹⁸.

As doenças também agiam ferozmente contra as populações das vilas de índios de Porto Seguro. Mantendo um padrão devastador que se prolongava há centenas de anos, epidemias de varíola, sarampo e gripe devastavam as povoações com baixas que podiam atingir mais de 30% dos moradores. Em fins do século XVIII, por exemplo, todos os moradores indígenas do lugar de Barreiras, distante uma léguas da Vila do Prado, morreram de bexiga, gerando grande inquietação dos demais moradores da povoação. No início do século XIX, o príncipe Maximiliano recolheu informações sobre grandes contágios nas vilas de Porto Seguro, registrando que “a varíola fez aqui terríveis devastações”. No entanto, em alguns desses casos, antes da onda epidemiológica representar resultado de uma defasagem imunológica, era motivada por interesses expansivos sobre os territórios do interior do continente, quando colonos faziam uso de roupas contaminadas deixadas nos sertões com o objetivo de desobstruir a presença indesejada de índios não aliados. Mas, como a dinâmica das relações de troca e de contato entre habitantes dos sertões e das vilas não comportava

¹⁸ AUTO de Audiência do ano de 1773. Senado da Câmara da Vila de São José de Porto Alegre. APB, Seção Colonial, maço 483-3, p. 57.

um isolamento efetivo, logo as doenças eram espalhadas sertão afora, atingindo, inclusive, os índios das povoações coloniais¹⁹.

Palavras Finais

A criação das novas vilas de índios na antiga capitania de Porto Seguro cumpriu um importante papel na sustentação do projeto colonizador da Nova Ouvidoria. Concentrando significativo número de índios aliados, as vilas se transformaram em postos táticos de defesa militar e fiscal, protegendo não apenas os colonos dos ataques dos índios bravos como também as subidas de contrabandistas nos rios que levavam à capitania de Minas Gerais. De igual modo, serviram de centro de arregimentação da mão de obra indígena, fornecendo regularmente a colonos e à Coroa portuguesa os trabalhadores necessários para o funcionamento da empresa colonial. Para os próprios índios, os novos espaços coloniais possibilitaram a emergência de novas experiências dentro e fora da sociedade colonial, reconstruindo laços de amizade, redimensionando a relação com o território e reelaborando a identidade enquanto integrante do império colonial português. Todavia, cada vila de índio vivenciou essas situações de forma bastante distinta.

¹⁹ AUTO da inquirição aos moradores das comarcas do norte do Bispado do Rio de Janeiro, 1803. ACRJ, Visita Pastoral, VP10; WIED MAXIMILIAN, Prinz Von. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989, p. 215. Em 1818, Maximilian registrou um desses episódios: *Contaram-me um caso terrível a respeito da crueldade de um colono. Para se vingar dos tapuias, seus vizinhos e inimigos, dizem que levou para as florestas roupas usadas por pessoas mortas de varíola, tendo perecido numerosos selvagens em consequência desse procedimento desumano* (p. 178).

EVOLUÇÃO URBANA E REGIONALIZAÇÃO DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII

José Flávio Morais Castro
Oswaldo Bueno Amorim Filho

Introdução

Na segunda metade do século XVIII, foram elaborados importantes documentos da capitania de Minas Gerais na forma de manuscritos e mapas. Dentre os mapas, dois merecem análise mais detalhada, especialmente nas questões urbanas: *Mapa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas*¹, de 1778, e *Mappa da Capitania de Minas Geraes*², de 1793. Estes dois mapas foram elaborados por José Joaquim da Rocha.

Os mapas apresentam dados históricos, geográficos, cartográficos e socioeconômicos, e alguns centros populacionais representados por símbolos que servem para espelhar a hierarquia urbana no interior do império português e que apresentam paralelismo com a hierarquia da estrutura social³. Os limites da capitania e das comarcas são representados e se encontram fortemente associados às redes hidrográfica e viária.

¹ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico Maria Efigênia Lage de Resende; transcrição e colação de textos Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, 228 p. (Coleção Mineiriana).

² GARCIA, João Carlos dos Santos. *Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto – Catálogo*. Porto: BPMP / FLUP, 2011. (CD).

³ FURTADO, Junia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, São Paulo, 17, 2, p. 155-187, 2009, p.173.

Este trabalho tem por objetivo, a partir do georreferenciamento e a vetorização dos mapas de 1778 e 1793 em um Sistema de Informações Geográficas (SIG) e por meio das técnicas de mapa exaustivo e de coleção de mapas, analisar a rede e a hierarquia urbana da capitania de Minas Gerais nos dois anos e estabelecer, exploratoriamente, alguns limiares regionais.

Do ponto de vista epistemológico, será utilizada uma reflexão clássica de Pierre George sobre hierarquia e rede urbana:

Hierarquia não significa, necessariamente, rede. Para que haja rede urbana, é preciso que sejam identificadas diversas relações estabelecendo interações funcionais permanentes entre os elementos urbanos da rede e entre eles e o meio rural. Frequentemente, essas relações são relações de dominação ou de subordinação, portanto relações que se situam no plano da hierarquização das funções urbanas. Mas, relações de complementaridade não são, igualmente, excluídas. Uma rede comporta uma cabeça, ela própria dependente, para certas iniciativas, de decisões tomadas fora da rede. [...] Mas, mesmo imperfeito, o estudo das redes urbanas é um instrumento de abordagem essencial para a concepção da região econômica atual e para toda tentativa de definição de regiões de fato e de regiões dinâmicas⁴.

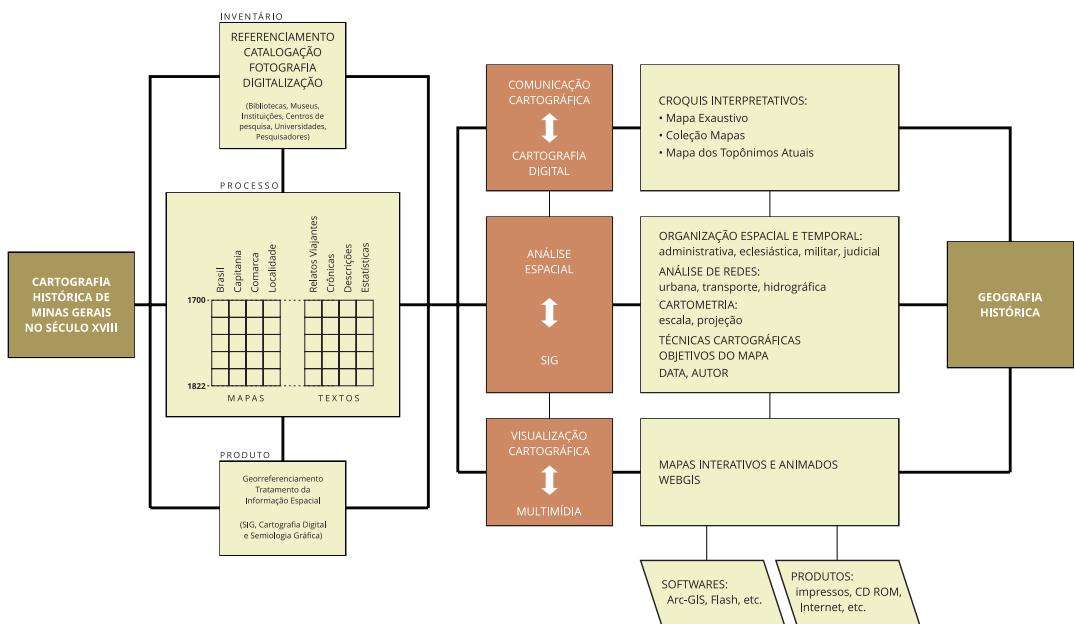
No caso das redes urbanas e da regionalização da Minas Gerais colonial é necessário fazer, pelo menos, duas considerações preliminares:

- tanto no que se refere às redes urbanas, quanto à regionalização, trata-se de processos bastante embrionários, ocorridos há mais de dois séculos, tornando sempre exploratórias todas as afirmações feitas no presente estudo;
- como não se dispõe de estudos empíricos sobre as relações funcionais das aglomerações urbanas mineiras da época, as hierarquias e as redes urbanas serão inferidas a partir de observações de base cartográfica sobre tamanhos demográficos, jurisdição administrativas e, sobretudo, direções e densidades dos eixos de comunicações.

⁴ GEORGE, Pierre. *Précis de Géographie Urbaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969, 292, p. 282-283.

Com base na proposta de geoprocessamento de mapas históricos desenvolvida por Castro⁵ (Figura 1), o interesse imediato centrou-se no processamento das informações relativas ao fato urbano de Minas Gerais, buscando-se as suas bases, a partir da identificação dos registros de cidade, vilas, paróquias, capelas, fazendas e registros de guardas, entre outros, suscetíveis de originarem povoações.

Figura 1 – Metodologia de análise de mapas históricos por geoprocessamento



Fonte: CASTRO, *Geografia Histórica...*

⁵ CASTRO, José Flávio Moraes. *Geografia Histórica e Cartografia de Minas Gerais no século XVIII*. Relatório de Pesquisa de Pós-doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), 2011.

Mapas coloniais de Minas Gerais e o tratamento das informações espaciais

Os documentos históricos produzidos por José Joaquim da Rocha (1740-1804) são fontes amplamente utilizadas pela historiografia referente ao período colonial brasileiro. O estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Resende sobre a *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais; a Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*⁶, apresenta uma análise minuciosa sobre a importância do memorialista histórico e cartógrafo.

José Joaquim da Rocha era um especialista em estratégia e segurança da capitania. Chegou a Minas durante o governo de Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768), exerceu funções militares e realizou levantamento geográfico e cartográfico das diversas regiões das Minas, que culminaram com a confecção da carta geográfica geral da capitania e, em separado, das quatro comarcas: Sabará, Serro Frio, Rio das Mortes e Vila Rica.

Os dois mapas da capitania de Minas Gerais: *Mapa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas*⁷, de 1778 (Figura 2), e *Mappa da Capitania de Minas Geraes*⁸, de 1793 (Figura 3), foram georreferenciados e vetorizados, em ARC GIS®, criando-se *layers* e bancos de dados digital onde se encontram discriminados: cidade, vilas, paróquias, capelas, fazendas, registros de guardas e patrulhas de soldados e aldeias de gentios, bem como a rede hidrográfica, as estradas e o relevo, que foram sobrepostos no mapa original.

A partir dos arquivos vetoriais gerados e sobrepostos nos mapas originais (Figuras 4 e 5), em um processo de *desconstrução* do espaço cartografado em camadas, foram elaborados croquis interpretativos do mapa histórico nas formas de *mapa exaustivo*

⁶ ROCHA, *op. cit.*

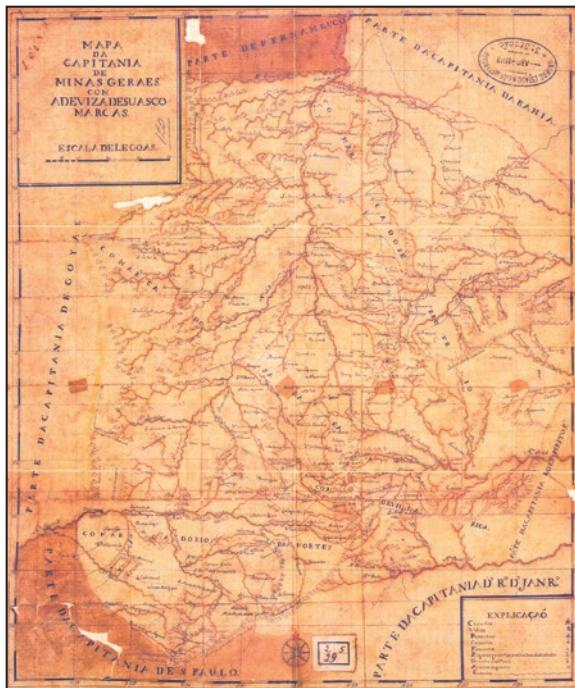
⁷ *Ibid.*

⁸ GARCIA, *op. cit.*

e de *coleção de mapas*⁹. A técnica da *coleção de mapas*, um mapa para cada elemento da legenda, permitiu a identificação de padrões espaciais de uso e ocupação do solo, bem como a organização espacial da capitania por meio da hierarquia e da rede urbana embrionárias, além de limites regionais prováveis.

No processo de leitura dos textos presentes nos mapas, a transcrição paleográfica de títulos, toponímia, legendas ou notas explicativas, foi realizada por meio da modernização e da atualização dos topônimos; bem como da conversão de unidades de medidas.

Figura 2 - Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas (1778)



Fonte: Mapa da Capitania de Minas Geraes com a devisa de suas comarcas. Jozé Joaquim da Rocha, 1778. 41,9 x 35,1 cm; Aquarelam. Cota AHEEx (n 06.01.1151; CEH 3158). In: ROCHA, op. cit.

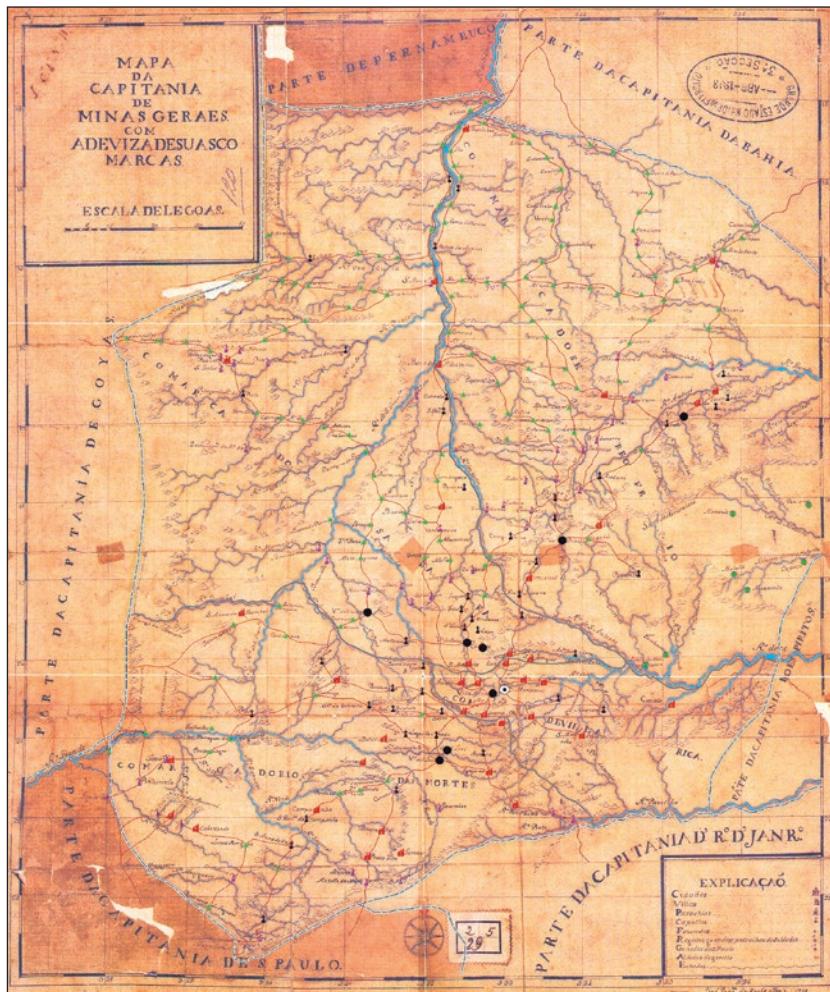
⁹ BERTIN, Jacques. Ver ou ler. *Seleção de Textos*, São Paulo, 18, p. 45-62, 1988.

Figura 3 - Mapa da Capitania de Minas Gerais (1793)



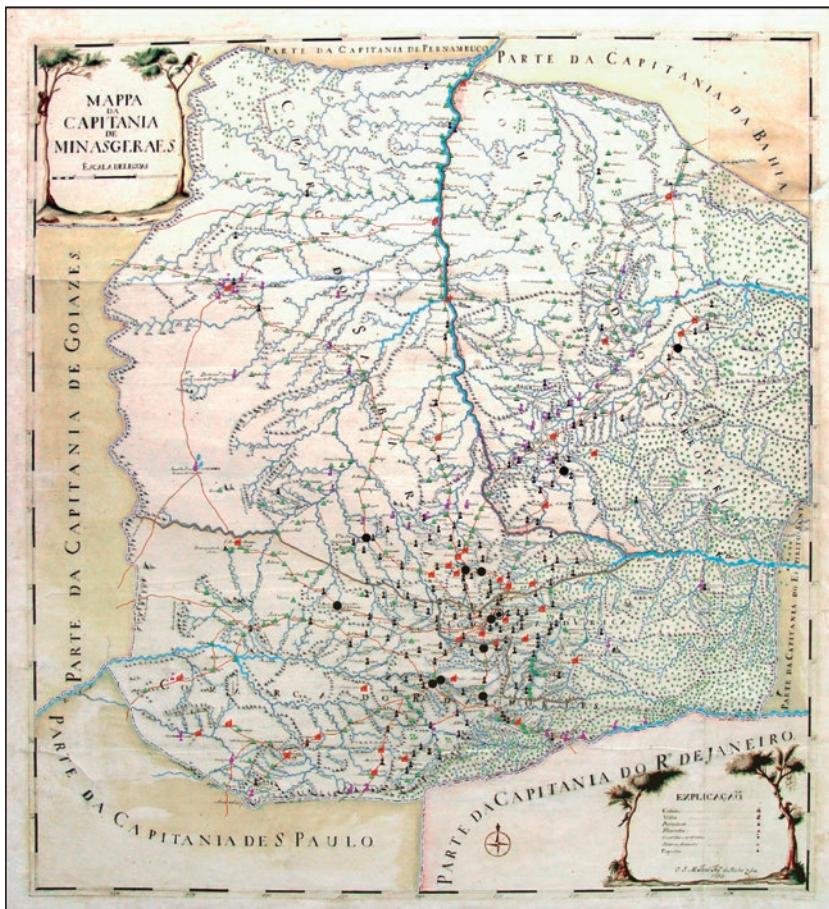
Fonte: Mappa da Capitania de Minas Geraes. ROCHA, José Joaquim da, ca. 1740-1804. Mappa da Capitania de Minas Geraes / o S. M. Jozé Jooq.m da Rocha o fes. – Escala [ca 1:1 600 000]. 30 leguas [18 ao grau] = [11,3 cm]. – 1793. – 1 mapa em 3 folhas: ms., color.; 78x71 cm, em folha de 83x77 cm. BPMP, cota C-M&A-P.24(64). In: GARCIA, op. cit.

Figura 4 – Mapa vetorizado da Capitania de Minas Geraes de 1778



Fonte: Modificado de CASTRO, José Flávio Morais. Organização Espacial da Capitania de Minas Gerais do século XVIII. In: *IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Porto, FLUP - CEGOT, p. 1-19, 2011.

Figura 5 – Mapa vetorizado da Capitania de Minas Geraes de 1793



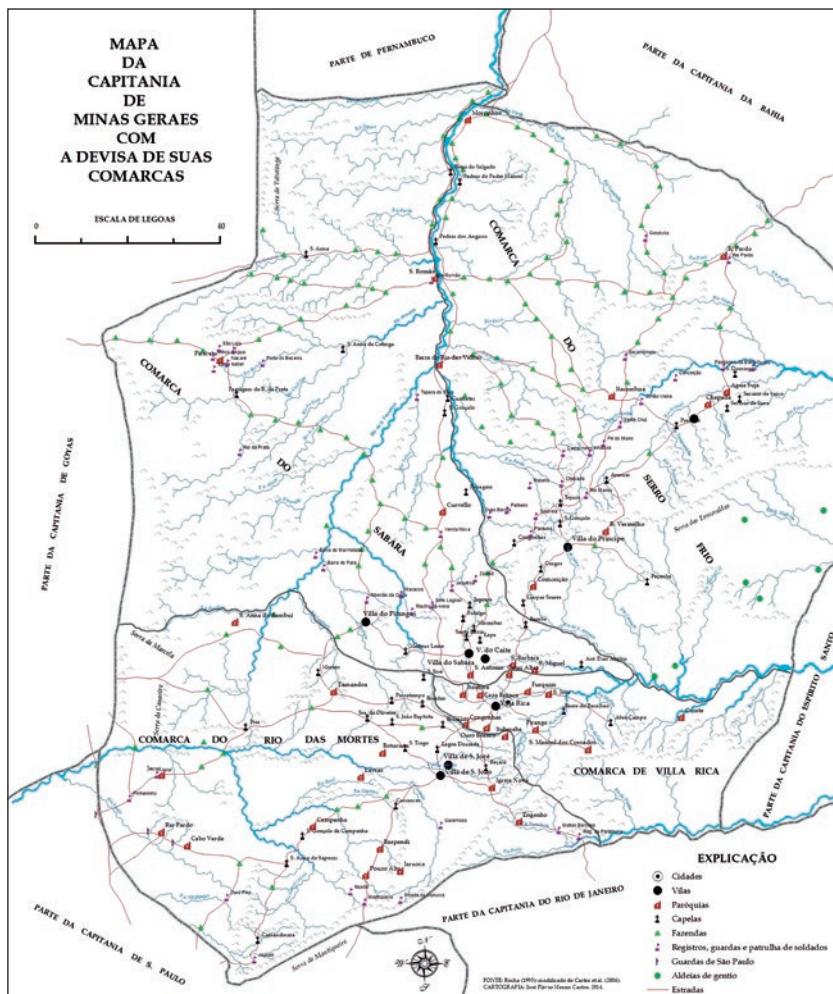
Fonte: Elaborado pelo autor.

Alguns resultados exploratórios: embriões de redes urbanas e macrorregionalização da Capitania de Minas Gerais

A análise do conjunto dos mapas de 1778 e de 1793 (Figuras 6, 7, 8 e 9), exaustivo e de coleção, permite a identificação de alguns padrões de distribuição dos atributos, administrativos e eclesiásticos mapeados e, principalmente, de associações políticas e socioeconômicas na capitania de Minas Gerais do século XVIII.

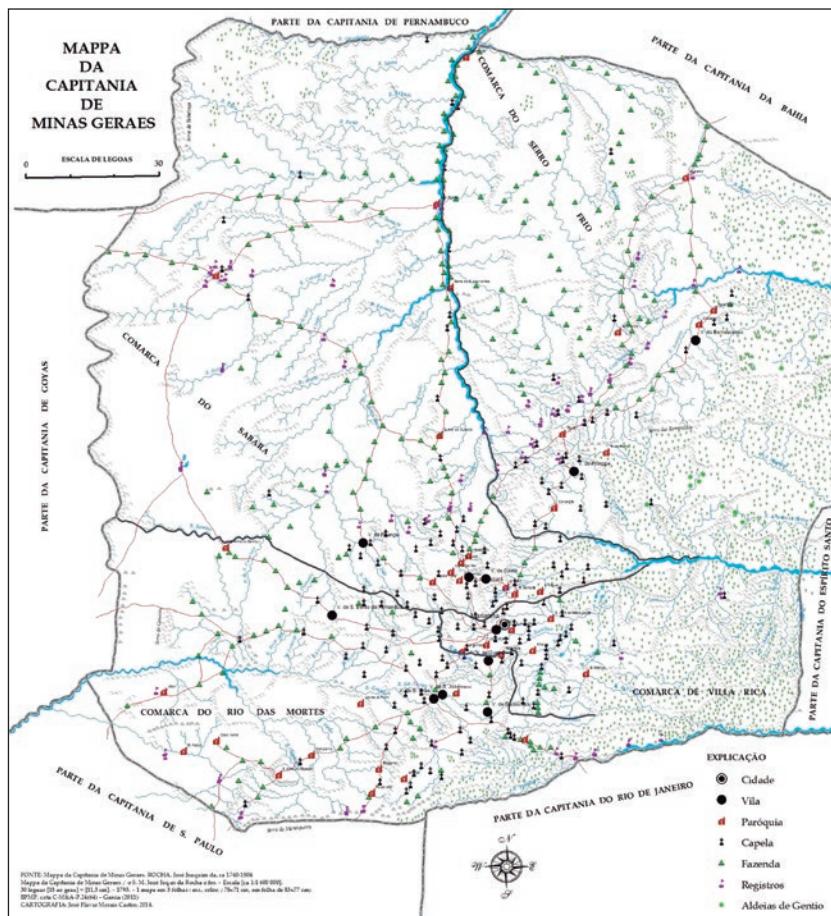
No mapa exaustivo (Figuras 6 e 7), percebe-se um vazio de ocupação na porção leste da capitania, região então coberta por densa Mata Atlântica e onde predominavam as aldeias de gentios. A análise do conjunto de atributos mapeados revela a provável função polarizadora da cidade (Mariana) e das oito vilas: Vila Rica (atual Ouro Preto), Vila do Sabará, Vila de São João (São João Del Rei), Vila Nova da Rainha (Caeté), Vila de São José (Tiradentes), Vila de Pitangui, Vila do Príncipe (Serro) e Vila do Fanado (Minas Novas); predominância da distribuição espacial na região mineradora, desde o sul até o nordeste da capitania, fortemente associada às redes hidrográfica e viária, principalmente no eixo da estrada real. Note-se, em torno de Paracatu, na Comarca de Sabará, uma concentração de atributos - especialmente, os registros - devidos à intensa extração de ouro naquela região, que revelam um incipiente processo de urbanização na região, bem como em torno da Vila do Fanado (Minas Novas) e nos vales dos rios Jequitinhonha e Araçuaí.

Figura 6 – Mapa exaustivo da Capitania de Minas Geraes de 1778



Fonte: Modificado de CASTRO, *Organização Espacial...*

Figura 7 – Mapa exaustivo da Capitania de Minas Geraes de 1793



Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise dos mapas de coleção (Figuras 8 e 9) permite o estabelecimento de associações entre os atributos, impossíveis de serem observadas no mapa exaustivo. Note-se que ocorre uma concentração de fazendas na margem direita do Rio São Francisco, na Comarca do Serro Frio, cuja distribuição prolonga-se até o divisor de águas das bacias dos rios São Francisco e Jequitinhonha ou no limiar com o Distrito Diamantino; ou seja,

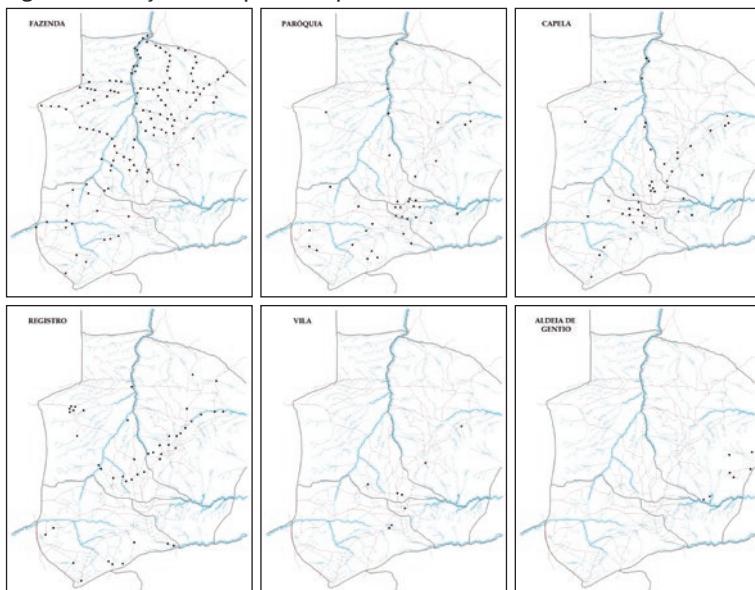
a agropecuária abastecendo as localidades voltadas para a mineração. Outra concentração ocorre ao longo da estrada que liga Vila Rica a Paracatu, na Comarca de Sabará, explicada, provavelmente, pela intensa mineração naquela paróquia. Quanto às Paróquias, note-se que a concentração ocorre, predominantemente, em torno de sedes das comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes, respectivamente Ouro Preto e São João Del Rei, bem como em pontos estratégicos e de importância socioeconômica das Comarcas de Sabará e do Serro Frio; ou seja, em torno das respectivas sedes, Sabará e Vila do Príncipe (Serro), e nas confluências dos rios principais, em especial, o São Francisco e o Velhas. As Capelas, hierarquicamente inferiores às Paróquias e, portanto, politicamente dependentes, apresentam distribuição espacial no entorno e ao longo das estradas que ligam as principais vilas, principalmente, da região mineradora. Entretanto, a análise da distribuição espacial das capelas, que pode ser observada nos mapas de coleção, está também fortemente associada à distribuição dos Registros onde se cobravam os impostos.

O mapa de 1793, comparado com o de 1778, apresenta uma expansão da área mapeada de, aproximadamente, um grau a leste da capitania e uma atualização da rede urbana, com destaque para as vilas recém-criadas: São Bento do Tamanduá - atual Itapecerica (1789) - Queluz - atual Conselheiro Lafaiete (1790) - e Barbacena (1791). Note-se, também, que o autor representou a cobertura vegetal, inexistente no mapa de 1778, a leste da capitania, na região expandida no mapeamento de 1793.

Quanto aos topônimos, foi recorrente, em ambos os mapas, certo número de localidades homônimas, por exemplo: S. Anna, S. Antonio, Canabraba, Bom Sucesso, Boa Vista, S. Gonçalo, etc., alguns deles com mais de uma repetição.

Para efeito de análise quantitativa foi criado o Quadro 1 contendo o número de atributos representados nos mapas de José Joaquim da Rocha de 1778 e de 1793.

Figura 8 – Coleção de Mapas da Capitania de Minas Gerais de 1778



Fonte: Modificado de CASTRO, *Organização Espacial...*

Figura 9 – Coleção de Mapas da Capitania de Minas Gerais de 1793



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 1 – Número de atributos representados nos mapas de José Joaquim da Rocha de 1778 e de 1793

	Atributo	1778	1793
1	Cidade	1	1
2	Vila	8	11
3	Paróquia	38	39
4	Capela	45	159
5	Fazenda	131	269
6	Registro	46	57

A análise do Quadro 1 e das figuras 6, 7, 8 e 9 revela que o número de paróquias se manteve constante, o de capelas mais que triplicou de 45 para 159, o de fazendas mais que dobrou de 131 para 269, e o de registros passou de 46, em 1778, para 57, em 1793. Esses números demonstram o crescimento social e econômico da capitania, tanto urbano como agrário. Acelerou-se, também, o processo de arrecadação de tributos, por meio do aumento do número de registros, de 46 para 57, principalmente na região da vila do Príncipe (atual Serro) e na fronteira com a capitania do Rio de Janeiro, no vale do rio Paraibuna.

A organização espacial, identificada a partir da técnica de mapeamento do *mapa exaustivo*, permitiu avaliar o alcance das organizações administrativa e eclesiástica em relação às comarcas e às estradas, suas respectivas hierarquias, revelando meios de garantir o controle social e econômico da capitania. A técnica de *coleção de mapas* revelou a função integradora desempenhada pelas estradas e as associações na distribuição espacial das paróquias, capelas e registros, no eixo sudoeste-nordeste da capitania, por constituírem sítios onde ocorria a extração do ouro e, consequentemente, cobravam-se os impostos.

Os mapas da capitania de Minas Gerais, elaborados em 1778 e 1793 em um processo de atualização cartográfica, foram instrumentos importantes como elementos de referência espacial e de representação gráfica de atributos espaciais. Além

disso, provavelmente, foram altamente estratégicos nas tomadas de decisões político-administrativas na capitania de Minas Gerais, pois consistem nos primeiros mapeamentos em escala regional, que traçam os limites da capitania e de suas comarcas, um problema crônico da capitania, e tornam visível uma rede urbana incipiente cuja distribuição espacial permite, também, o estabelecimento de prováveis limites regionais.

A organização espacial da capitania de Minas Gerais no século XVIII já se mostrou complexa, dinâmica e estratégica, com desordens e desmandos nos processos de exploração do ouro e da arrecadação de impostos, com períodos de aumento de controle e estagnação socioeconômica. Mas, no geral, esta dinâmica intensificou a ocupação do espaço e o uso da terra na capitania.

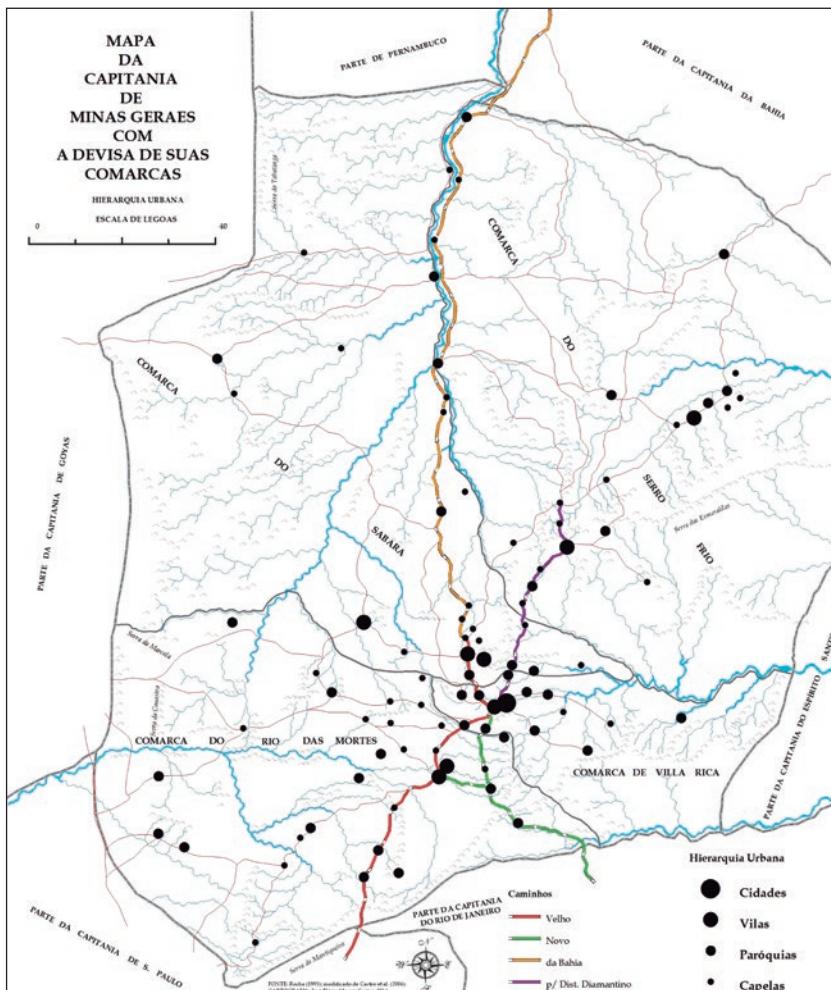
O processo de urbanização e de organização espacial da capitania pode ser, pelo menos parcialmente, identificado a partir dos mapas elaborados por José Joaquim da Rocha, em 1778 e 1793.

Em 1778, a hierarquia urbana da capitania (Figura 10) era marcada principalmente pela polarização da cidade (Mariana), exercendo influência nas vilas do seu entorno, e estas relacionadas com as paróquias e as capelas; um pequeno subsistema urbano se formava a nordeste da capitania, na Vila do Fanado (Minas Novas) e seu entorno; e uma sequência linear de pequenos centros urbanos se formava nas margens do Rio São Francisco. Note-se, ainda, que os principais caminhos da capitania no século XVIII, ou seja, caminho velho, caminho novo, caminho da Bahia e caminho para o Distrito Diamantino, interligam um embrião de rede urbana, formada por aglomerados ainda muito dispersos pelo vasto território de Minas Gerais.

Por outro lado, a simples visualização dos mapas das figuras 10 e 11 permite perceber a presença ao lado de Mariana, daquele que será o principal polo da rede urbana colonial, Vila Rica. Assim, em 1793, a hierarquia urbana da capitania apresentou

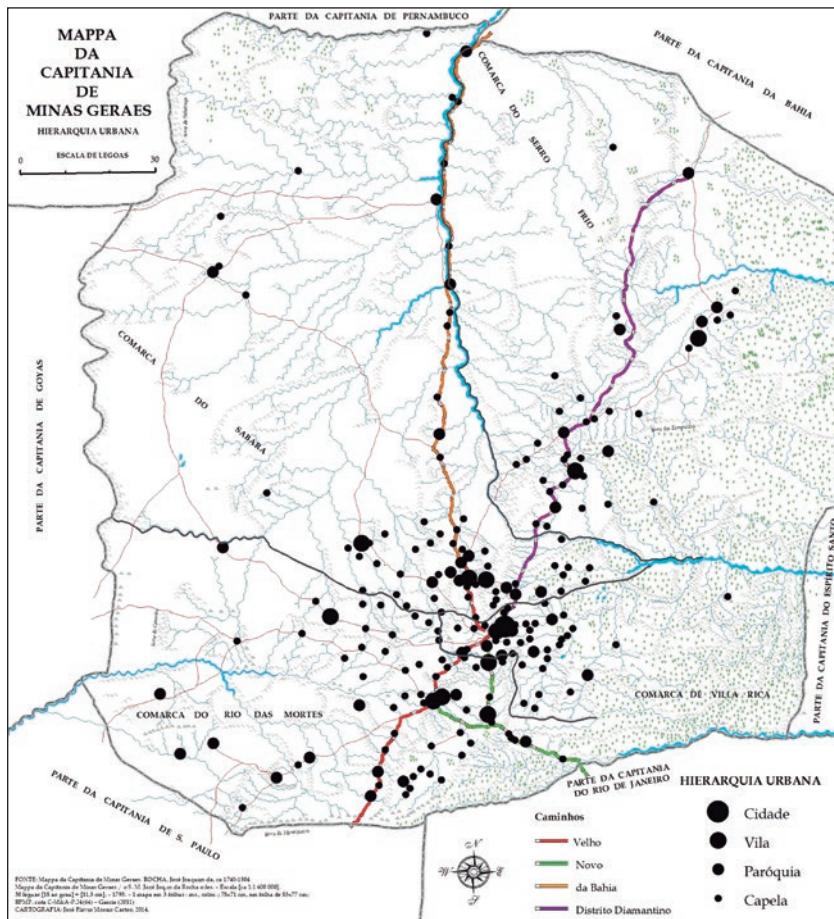
um padrão de distribuição e organização espacial semelhante ao de 1778, entretanto, com significativo aumento do número de paróquias e capelas nas áreas de influência das principais vilas, especialmente Vila Rica.

Figura 10 – Hierarquia urbana da Capitania de Minas Geraes em 1778



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 11 – Hierarquia urbana da Capitania de Minas Geraes em 1793



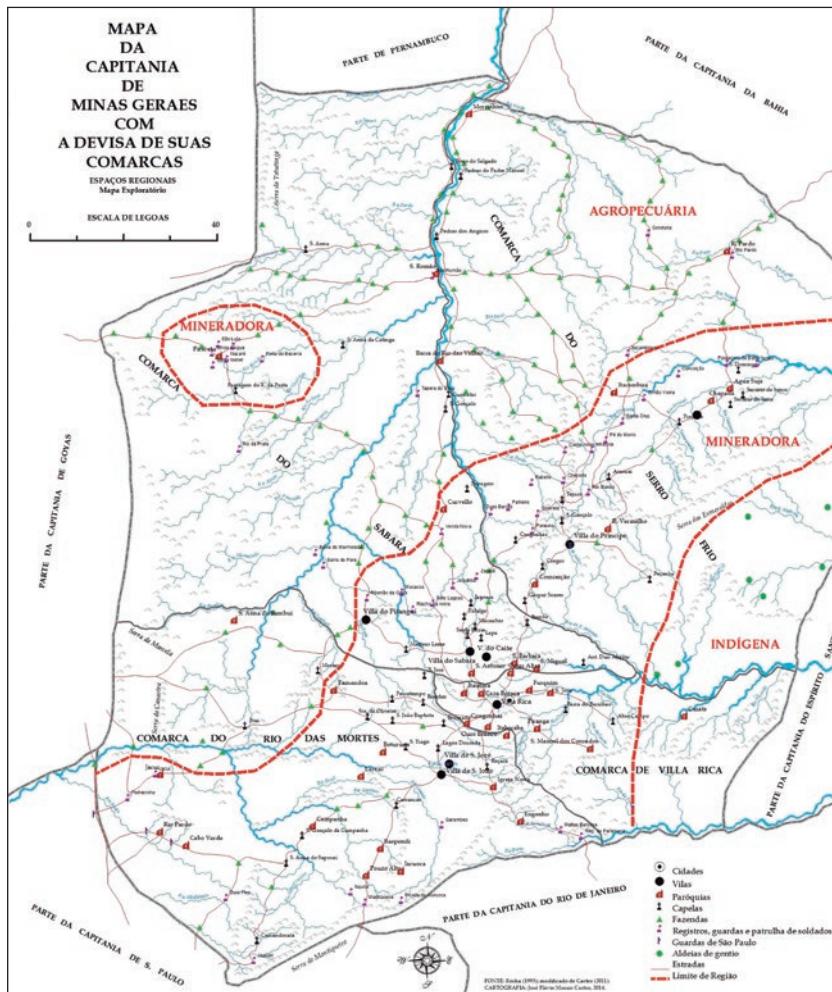
Fonte: Elaborado pelo autor.

A organização espacial dos fenômenos administrativos e eclesiásticos mapeados nos dois anos, 1778 e 1793, permitiu delimitar prováveis grandes regiões geográficas (Figuras 12 e 13). Essa distribuição regional apresenta forte dependência das redes hidrográfica e viária, e a hierarquia urbana se formou também com o objetivo de garantir o controle social e econômico da capitania.

Esta tentativa de estabelecer uma regionalização da capitania baseou-se em critérios econômicos e étnicos. Assim, foram identificadas três grandes regiões: *agropecuária*, relacionada à intensa ocorrência de fazendas na porção norte-noroeste; *mineradora*, caracterizada pela localização das vilas, paróquias, capelas e registros na área central, com prolongamento sul-nordeste, em conformidade com as áreas de ocorrências de ouro e diamantes; e, *indígena*, demarcada na porção leste da capitania, em região constituída por densa Mata Atlântica e com predominância de aldeias de gentios. Chama a atenção, na parte centro-noroeste da região em que predomina a agropecuária, a presença de um amplo enclave minerador, centralizado na cidade de Paracatu.

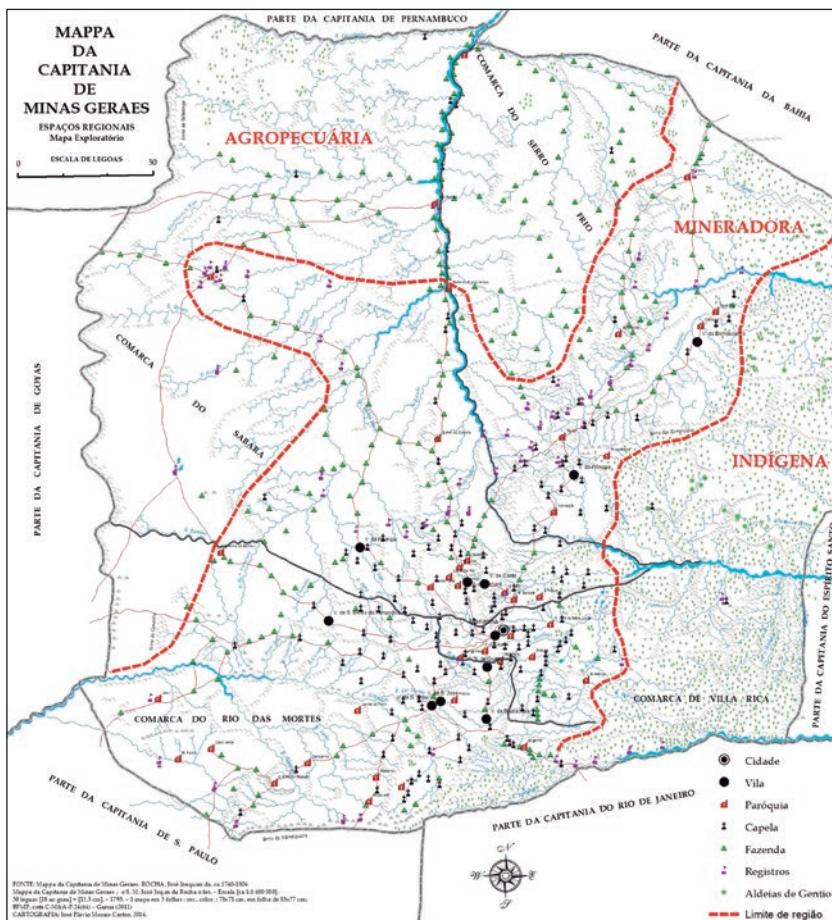
Do ponto de vista das comarcas, nota-se que na comarca do Sabará estão localizadas fazendas da *região agropecuária*; nas comarcas do Rio das Mortes, Vila Rica e do Serro Frio, estão as vilas, paróquias e registros da *região mineradora*; e, na comarca de Vila Rica algumas paróquias e capelas da *região indígena*.

Figura 12 – Grandes espaços regionais da Capitania de Minas Gerais em 1778



Fonte: Modificado de CASTRO, Organização Espacial...

Figura 13 – Grandes espaços regionais da Capitania de Minas Geraes em 1793



Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerações finais

A organização espacial da capitania de Minas Gerais no século XVIII mostrou-se complexa, dinâmica e estratégica na região mineradora, revelando períodos “turbulentos”, com desordens e desmandos nos processos de exploração do ouro e de arrecadação de impostos; períodos de “controle”, com o auge da mineração; e períodos de “estagnação”, com a decadência da mineração. Esta dinâmica intensificou a ocupação do espaço e o uso da terra nas regiões agropecuária e indígena, alternativas para minimizar os impactos causados na região mineradora. Porém, do ponto de vista da geografia urbana e regional, o desnível é bastante significativo entre a densidade, a organicidade, o número e superioridade funcional da rede urbana da região mineradora, em relação às condições gerais e periféricas das regiões indígenas e da agropecuária.

De um ponto de vista epistemológico, a metodologia desenvolvida com o uso do geoprocessamento e da semiologia gráfica mostrou-se adequada e eficiente para a Cartografia Histórica. O tratamento cartográfico das informações contidas nos documentos históricos permitiu a identificação de padrões espaciais e temporais e o estabelecimento de limites regionais hipotéticos. Além disso, tornou possível representar graficamente a dinâmica econômica na extração do ouro, principalmente na região mineradora, e as alternativas que reforçam a função estratégica exercida pelas fontes documentais no controle político, social e econômico da capitania de Minas Gerais no século XVIII.

SOBRE OS AUTORES

ADRIANA DANTAS REIS

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (DCHF-UEFS). Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-doutorado pelo Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL-UL). E-mail: adrihis@hotmail.com.

ADRIANO BITTENCOURT ANDRADE

Mestre em Geografia e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pós-doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB). Professor do Colégio Militar de Brasília. E-mail: abittandrade@hotmail.com.

AVANETE PEREIRA SOUSA

Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

CAIO FIGUEIREDO FERNANDES ADAN

Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Assistente do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

EDUARDO FRANÇA PAIVA

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Autor de *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, entre outros livros, capítulos e artigos publicados no Brasil e no exterior.

ERIVALDO FAGUNDES NEVES

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Professor Pleno (inativo) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

FRANCISCO CANCELÀ

Doutor em História Social, professor da Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena da Universidade do Estado da Bahia (UNEBC), lotado no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (Campus XVIII – Eunápolis), onde também atua na área curricular de História do Brasil e na coordenação do Grupo de Estudos sobre a América Portuguesa. E-mail: fcancela@uneb.br.

ISNARA PEREIRA IVO

Professora do Programa de Pós-graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

JOSÉ FLÁVIO MORAIS CASTRO

Professor Adjunto IV do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Tratamento da Informação Espacial) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). E-mail: joseflavio@pucminas.br.

JULIANA BARRETO FARIAS

Professora Adjunta na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - Campus dos Malês/BA. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

MÁRCIO SANTOS

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2010), com estudos pós-doutorais na École des Hautes Études em Sciences Sociales/Paris (2014) e Gestor do Projeto Cidadania Ribeirinha pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

MÁRCIO DE SOUSA SOARES

Professor Adjunto do Departamento de História do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (ESR/UFRJ).

MARIA HILDA BAQUEIRO PARAÍSO

Professora Doutora do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

OSWALDO BUENO AMORIM FILHO

Professor Adjunto IV do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Tratamento da Informação Espacial) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). E-mail: taitsobueno@terra.com.br.

PABLO IGLESIAS MAGALHÃES

Professor de História do Brasil e História da Bahia na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

SHEILA DE CASTRO FARIA

Professora Titular em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

THIAGO KRAUSE

Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), Professor de História Moderna na Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro (FGV-RJ).

Impressão e acabamento

GRÁFICA SANTA MARTA

Este livro foi composto no formato 15,5 x 21,5 cm,

fontes Bell Gothic Standard (títulos),

Open Sans (texto principal, tópicos e cabeçalho).

Miolo - papel offset 90 gr/m² e capa - papel triplex imune 250 gr/m²,
com tiragem de 500 exemplares, em setembro de 2018.

Dividida em três partes – A Bahia colonial: conquista, exploração econômica e outras práticas de dominação; Escravidão, população, comércio e mestiçagem em zonas açucareiras; e o Recôncavo da Baía de Todos os Santos e outros espaços coloniais –, os textos nela reunidos ajudam a iluminar, por via direta ou contrastiva, aspectos centrais da construção social, política e territorial da experiência colonial baiana e luso-americana.

Espera-se que ela cumpra sua função de divulgação dos trabalhos aqui expostos, oferecendo espelhos, sugerindo ferramentas, problemas e soluções, e fazendo chegar a um público amplo esta expressiva amostra da diversidade, riqueza e complexidade da produção historiográfica baiana e brasileira relativa ao período colonial.

Com artigos de:

Adriana Dantas Reis
Adriano Bittencourt Andrade
Avanete Pereira Sousa
Eduardo França Paiva
Erivaldo Fagundes Neves
Francisco Cancela
Isnara Pereira Ivo
José Flávio Moraes Castro
Juliana Barreto Farias
Márcio Santos
Márcio de Sousa Soares
Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Oswaldo Bueno Amorim Filho
Pablo Iglesias Magalhães
Sheila de Castro Faria
Thiago Krause

A coletânea que nesta ocasião se apresenta é resultado de um duplo esforço. De um lado, contribuir para o desenvolvimento, consolidação e visibilidade dos estudos em história colonial sobre e na Bahia. De outro, promover e valorizar o ambiente físico e humano da Baía de Todos os Santos e seu Recôncavo como objeto de estudo historiográfico.

Os textos nela contidos foram apresentados e debatidos em reuniões científicas realizadas na Bahia entre os anos de 2013 e 2014. Produzidos por colegas oriundos de diferentes instituições de ensino e pesquisa, eles discutem aspectos relativos à experiência colonial brasileira, com foco em espaços que incluem a Bahia colonial, em suas múltiplas dimensões (Recôncavo, sertão e capitâncias do sul), assim como outras zonas da colonização portuguesa na América (Rio de Janeiro, Maranhão e Minas Gerais), e temas tão diversos quanto os padrões de interação étnica e social de suas populações, e suas práticas comerciais, de governo e administração, com seus rebatimentos políticos e territoriais.

ISBN: 978-85-5592-076-9

